



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Rafaela de Souza Ribeiro

**A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um
panorama dos veículos editoriais pós-movimento de
reconceituação (1994-2014)**

Rio de Janeiro
2020

Rafaela de Souza Ribeiro

A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014)



Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosangela N. C. Barbosa

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R484	Ribeiro, Rafaela de Souza. A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014) / Rafaela de Souza Ribeiro. – 2020. 274 f. Orientadora: Rosangela N. C. Barbosa. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. 1. Serviço Social – Teses. 2. Cultura – Teses. 3. Filosofia marxista – Teses. I. Barbosa, Rosangela Nair de Carvalho, 1963-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III Título. CDU 36
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafaela de Souza Ribeiro

A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceitualização (1994-2014)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 29 de Outubro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Rosângela N. C. Barbosa (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dra. Elaine Marlova
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dra. Janaína Bilate Martins
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Maria Cristina Paulo Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2020

DEDICATÓRIA

A Maria Flor, filha amada e razão de viver.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer. Aqui farei apenas um breve registro, mas meus agradecimentos seguem cotidianamente a cada uma dessas pessoas com as quais dividi momentos de angústia, de luta, mas, sobretudo, de muito amor compartilhado e incentivo não só para a concretização deste trabalho, mas para todas as conquistas da carreira e da vida.

Agradeço em primeiro lugar à minha família, em especial à minha mãe, por me proporcionar estudar e trabalhar, me auxiliando nos cuidados e na educação da minha filha. Ser mulher e mãe trabalhadora é uma experiência desafiadora e na maior parte das vezes, extremamente exaustiva quando não se tem uma rede que nos permita minimamente sonhar um pouco além do lugar social que a sociedade “diz que é o seu”. Do mesmo modo, também pode ser lindo e é. Tenho mulheres incríveis na minha família, fortes, de luta e que me enredaram com amor e cuidado quando atravessei momentos difíceis na vida pessoal e profissional. Agradeço a elas: tia Tânia, Tia Eliana, minha irmã Lívia, minhas avós Robertina (que me acolheu em casa em tantas viagens) e minha avó Maria Elba (*in memoriam*), minha mais doce inspiração maternal e de amor.

Ao meu companheiro André por estar ao meu lado durante todo esse tempo, me apoiando e dividindo comigo os cuidados com a casa e com a família. Foi difícil, mas foi possível. Conseguimos!

Agradeço às (aos) colegas de trabalho e amigas (os) com quem dividi durante esses últimos anos a experiência da docência e da gestão da Escola de Serviço Social da Unirio. Conciliar doutorado, trabalho docente (que incluiu ensino, pesquisa e extensão) e ainda a gestão de uma Escola, foi difícil, mas sem o apoio de todas (os) seria impossível! Ao Diego, técnico-administrativo e querido companheiro de trabalho, meu braço direito e esquerdo na coordenação de curso; às amadas amigas Giselle Souza e Carla Sartor, pela gestão excelente que construímos e por todo apoio quando precisei me ausentar, foi uma experiência incrível e desafiadora! A todas (os) as(os) estudantes da Escola de Serviço Social da Unirio pela troca e aprendizado que construímos juntas (os); às (aos) minhas bolsistas de pesquisa: Alice Birman, Raylla Paiva, Amanda Costa e Darlam César por participarem da construção dessas reflexões.

À orientadora Rosangela Barbosa pela paciência, incentivo e credibilidade nessa tese. Agradeço a troca, os ensinamentos e todo o apoio até aqui.

Às queridas amigas “Professoras Doutrinadoras”: Giselle, Carla, Camila, Viviane e Raquel, companheiras de trabalho, de militância e de celebração da vida. Sem elas seria muito mais áspera a trilha até aqui, muito mais solitária. Foi um alento ter vocês comigo! O espaço de trabalho em tempos tão sombrios ainda pode ser afetuoso e frutífero. É possível!

Às minhas queridíssimas Fabiana Schmidt, Fernanda Escurra e Márcia Botão, pela amizade sincera, cuidado e todo apoio quando mais precisei, não só durante a tese, mas na vida.

À Maria Helena Tenório, mestra querida e amiga de todas as horas pelos ensinamentos, por me presentear desde a graduação com sua sabedoria, seus conselhos e com todo seu amor. Além de exemplo, é uma grande incentivadora dessa trajetória.

À toda a banca avaliadora desse trabalho, professoras Elaine Marlova, Janaína Bilate, Maria Cristina Paulo Rodrigues, e professor Ney Luiz Teixeira de Almeida por estarem disponíveis nesse momento, pelo incentivo e pela troca proporcionada.

Ao PPGSS da UERJ, pela possibilidade de finalizar esse trabalho depois de um longo e árduo caminho. A UERJ por um longo período foi minha casa, universidade onde concluí a graduação, o mestrado e agora o doutorado, onde entrei como aluna e me constituí professora. Lugar que me apresentou a militância, que me proporcionou conhecer o Brasil, o mundo e pessoas maravilhosas. Foi um divisor de águas na minha trajetória! Conquistar uma vaga numa universidade pública, gratuita e com a qualidade da UERJ é mesmo uma honra e deve ser comemorada. Sou extremamente grata a todas (os) as (os) docentes e servidores desta universidade e do PPGSS por terem feito parte da minha história.

Não há um único documento de cultura que não seja também um documento de barbárie. E a mesma barbárie que o afeta, também afeta o processo de sua transmissão de mão em mão.

Walter Benjamin

RESUMO

RIBEIRO, Rafaela. *A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014)*. 2020. 274 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese tem como objeto de estudo o debate da cultura na produção teórica do Serviço Social. Partimos da hipótese que a perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro rompeu com o conservadorismo da profissão no trato da questão social e avançou na sistematização teórica e metodológica de seu trabalho, mas, ao mesmo tempo, restringiu a análise do mundo capitalista por não tematizar a dimensão da cultura na produção e reprodução da vida social. Para tanto, realizamos pesquisa sobre o estado da arte da dimensão da cultura no debate acadêmico da profissão, onde definimos como material de análise artigos completos de três periódicos de grande circulação relevantes no meio acadêmico do Serviço Social e tratados com qualificação A no sistema Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). São eles: a Revista Serviço Social & Sociedade, publicada pela editora Cortez, desde o ano de 1979, a Revista Katálistas, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, publicada desde 1997, e a Revista de Políticas Públicas, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA, publicada desde 1995. Nossa análise se restringe, particularmente, ao período de 1994 a 2014, relacionando esse recorte temporal ao panorama cultural vivenciado pelo Serviço Social pós-movimento de reconceituação, quando o Serviço Social brasileiro se apropriou com maior solidez do pensamento marxista. Dessa forma, nossa preocupação central é com a dimensão da cultura no âmbito da teoria crítica marxista. Para definir o significado de cultura, partimos da tradição de estudos que concebe a cultura como constituinte do ser social, do modo de vida em dado contexto da sociabilidade. Essa leitura é própria de autores da chamada *nova esquerda* cujos principais expoentes são, dentre outros teóricos, Raymond Williams e Edward P. Thompson. As análises de tais teóricos estão ancoradas, sobretudo, nos estudos de Antônio Gramsci, nossa principal referência para o presente estudo. A pesquisa buscará compreender por que o debate de cultura foi pouco tematizado pelo Serviço Social brasileiro e como esse debate pode contribuir para avançar no aprofundamento das análises do modo de vida e das relações de exploração forjadas pelo modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Cultura. Marxismo. Serviço Social. Nova esquerda. Materialismo Cultural.

ABSTRACT

RIBEIRO, Rafaela. *The dimension of Culture in the academic debate of Social Work: an overview about editorials vehicles post-reconceptualization movement (1994-2014)*. 2020. 274 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis has an object of study the debate of culture in the theoretical production of Social Work. We beginning from the hypothesis that the critical perspective in the Brazilian Social Work has broken the conservatism of the profession in dealing with the social issue and advanced in the theoretical and methodological systematization of its work, but, at the same time, it restricted the analysis of the capitalist world by not focusing on the dimension of culture in the production and reproduction of social life. To this end, we conducted research on *the state of the art* of culture in the academic debate of the profession, where we defined as analysis material complete articles from three major circulation journals relevant to the academic field of Social Work and treated with A qualification in the CAPES system (Coordination Improvement of Higher Education Personnel). They are: the magazine “Serviço Social e Sociedade”, published by the publisher Cortez, since 1979, the magazine “Katálys””, linked to the Graduate Program in Social Work at UFSC, published since 1997, and the “Revista de Políticas Públicas”, linked to the Postgraduate Program in Public Policies at UFMA, published since 1995. Our analysis is restricted, particularly, to the period from 1994 to 2014, relating this time frame to the cultural panorama experienced by the Social Work after the reconceptualization movement, when the Brazilian Social Work it appropriated more solidly the Marxist thought. Thus, our central concern is with the dimension of culture within the framework of critical Marxist theory. For the definition of culture, we start from the tradition of studies that conceive culture as a constituent of the social being, of the way of life in a given context of sociability. This reading is typical of authors of the so-called new left whose main exponents are, among other theorists, Raymond Williams and Edward P. Thompson. The analyzes of such theorists are based, above all, on the studies of Antonio Gramsci, our main reference for the present study. The research will seek to understand why the debate of culture was little discussed by the Brazilian Social Service and how this debate can contribute to advance in the deepening of analyzes of the way of life and of the relations of exploitation forged by the capitalist mode of production.

Keywords: Culture. Marxism. Social Work. New Left. Cultural Materialism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pós-Graduação das Unidades de Ensino de Serviço Social das Universidades Brasileiras.....	177
Quadro 2 – Especificação das temáticas das áreas de concentração da Pós-Graduação das Unidades de Ensino de Serviço Social das Universidades Brasileiras, 2013-2016.....	179
Quadro 3 - Temáticas das edições da Revista Serviço Social & Sociedade, no período de 1996-2014.....	185
Quadro 4 - Títulos dos artigos sobre cultura publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, (1994-2014), por formação dos autores, natureza do estudo e eixo temático.....	190
Quadro 5 - Número de artigos sobre cultura publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)	191
Quadro 6 - Temáticas das edições da Revista Katálýsis, no período de 1996-2014.....	208
Quadro 7 - Títulos dos artigos sobre cultura publicados na Revista Katálýsis (1994-2014), por formação dos autores, natureza do estudo e eixo temático.....	211
Quadro 8 - Número de artigos sobre cultura publicados na Revista Katálýsis, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)	212

Quadro 9 - Temáticas das edições da Revista de Políticas Públicas, no período de 1994-2014.....	227
Quadro 10 - Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.....	229
Quadro 11 - Títulos dos artigos sobre cultura publicados na Revista Políticas Públicas (1994-2014), por formação dos autores, natureza do estudo e eixo temático.....	230
Quadro 12 - Número de artigos sobre cultura publicados na Revista de Políticas Públicas, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)	231
Quadro 13- Número de artigos sobre cultura publicados nas três revistas estudadas na pesquisa, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)	246

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AP	Ação Popular
Capes	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CELATS	Centro Latinoamericano de Trabajo Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
EaD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
NEP	Nova Política Econômica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OS	Organizações Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCF	Partido Comunista Francês
PCGB	Partido Comunista da Grã-Bretanha
PCI	Partido Comunista Italiano
PEP	Projeto ético Político

PEPP	Projeto Ético Político Profissional
PNE	Política Nacional de Estágio
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UnB	Universidade de Brasília
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WEA	Worker's Education Association

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 OS ESTUDOS CULTURAIS E O MARXISMO.....	32
1.1 O Marxismo Ocidental e a Terceira Internacional – As dissidências pós-Stalin.....	34
1.2 Breve retomada da chegada do marxismo no Brasil, seus principais expoentes e o panorama atual.....	47
1.3 Os avanços de Gramsci.....	51
1.4 Williams e Thompson: A formação da nova esquerda britânica.....	71
1.5 A cultura e a Nova Esquerda.....	77
2 SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS.....	100
2.1 A produção de conhecimento em Serviço Social: elementos do panorama político-cultural da profissão pré-influência do marxismo.....	101
2.2 “Os marxismos” no debate acadêmico do Serviço Social: os desdobramentos do movimento de reconceituação.....	122
2.3 Os desafios e a continuidade do projeto profissional de ruptura – novos tempos, velhas questões.....	142
3 A CULTURA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO À LUZ DE TRÊS PERIÓDICOS DA ÁREA.....	165
3.1 O <i>Estado da Arte</i> da produção de conhecimentos do Serviço Social sobre a dimensão da cultura nos principais periódicos de divulgação científica.....	175
3.1.1 <u>Traços do material investigado- natureza e escopo</u>	180
3.1.2 <u>Revista Serviço Social & Sociedade</u>	180
3.1.3 <u>Revista Katálysis</u>	206
3.1.4 <u>Revista de Políticas Públicas (RPP)</u>	224
3.1.5 <u>A contribuição dos Estudos Culturais para o Serviço Social: apontamentos necessários</u>	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
REFERÊNCIAS	262

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa a respeito da “Produção Acadêmica do Serviço Social sobre Cultura” foi germinado nos estudos realizados sobre cultura e cultura popular, com adensamento teórico durante a trajetória na pós-graduação – no mestrado e aprofundada durante o curso de doutorado. Ao longo desse caminho, confirmamos sua pertinência, sobretudo, pela profunda modificação nas relações entre as classes sociais, na atual fase do capitalismo, que recoloca questões cruciais para esse debate, principalmente para a apreensão teórica da dimensão da cultura na totalidade social.

Ao tempo da graduação, durante a participação na pesquisa “Percurso e Astúcias da desigualdade”¹, iniciamos alguns estudos aproximativos na área, mas somente no mestrado, neste mesmo programa, enquanto bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), que pudemos amadurecer esse campo investigativo. A partir de estudos sobre o trabalho informal, impulsionamos a investigação para os mercados e feiras populares, que gradativamente ganharam destaque na regulação pública das cidades no início dos anos 2000. A partir dessa percepção, resolvemos desenvolver uma investigação sobre a tradicional Feira de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, que resultou na dissertação intitulada: “Feira de São Cristóvão: uma incursão sobre os estudos na área e a tentativa de aproximação à relação global-local” (RIBEIRO, 2010).

Após aquela pesquisa de mestrado, nos deparando com a necessidade de mergulhar ainda mais no universo da cultura, uma vez que essa dimensão ganhou grandes proporções na pesquisa, possibilitando investigar de forma ampla o modo de vida e de trabalho de migrantes nordestinos. Assim, a cultura deixou de ser um pano de fundo na discussão da Feira e passou a constituir-se, simultaneamente, ponto de ruptura e de partida nas nossas novas reflexões.

Essa maior aproximação com a dimensão da cultura nas experiências sociais foi paulatinamente nos evidenciando o baixo impacto do tema no debate acadêmico do Serviço Social, revelando-nos o interesse em apreciar mais de perto esse

¹ A pesquisa estava vinculada ao Programa de Estudos de Trabalho e Política (PETP/UERJ), coordenada pela professora Dr.^a Maria Helena Tenório de Almeida.

distanciamento e os limites decorrentes desse hiato, para a apreensão crítica da realidade social.

Interessante destacar que o trabalho com os feirantes nordestinos e todo o acúmulo gerado com as pesquisas anteriores nos levou a uma maior aproximação com as formas de vida (e cultura) de segmentos das classes subalternas, o que possibilitou o fortalecimento da reflexão sobre as formas de dominação e a produção e organização da cultura na sociedade. A partir do amadurecimento teórico desse universo, pudemos aproximar essa discussão do debate atual do Serviço Social, evidenciando a potencialidade formativa dessa interface e ao mesmo tempo a lacuna sobre a temática no debate acadêmico.

A trajetória como professora do curso de Serviço Social realçou o que estamos chamando de “hiato na discussão”. Em princípio poderíamos destacar uma defasagem no currículo do curso pela falta de disciplinas que abordem especificamente questões da cultura; e depois, pela baixa presença em veículos editoriais da área de publicações sobre a relação entre Cultura e Serviço Social, a partir de uma perspectiva crítica. Mas, a participação em eventos científicos da categoria fortaleceu ainda mais essa visão sobre o distanciamento, uma vez que são poucos, ou raros, os eixos temáticos para submissão de trabalhos, assim como os espaços de debates em conferências e mesas redondas. A saída, para continuar circulando nos eventos científicos do Serviço Social, é buscar temas afins à cultura, e geralmente, o debate fica aquém se comparado à relevância que estamos imprimindo a essa dimensão da experiência social.

Tais percepções acumuladas fortaleceram a convicção da relevância dos Estudos Culturais enquanto área de pesquisa para produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social. Enquanto aluna e pesquisadora, observamos que o debate sobre a cultura é heterogêneo e devido ao fato de não se apresentar como uma área específica de investigação, ganha interpretações diversas, podendo transitar por várias correntes de pensamento. Nosso percurso até aqui, foi permeado por dúvidas e indagações acerca do debate da cultura no âmbito do Serviço Social, e impulsionou a busca pelos principais motivos da profissão, em sua trajetória de construção de conhecimento, não ter privilegiado esse debate, mesmo lidando com questões que envolvem o cotidiano dos trabalhadores e as diferentes formas de organização e produção da vida, modos de viver e pensar.

Com a inserção acadêmica enquanto professora da Escola de Serviço Social da UNIRIO, e ainda com a pesquisa de doutorado, trilhamos uma trajetória que apesar de complexa - por estar ministrando disciplinas e realizando outras atividades acadêmicas, incluindo cargo de gestão na unidade- foi, de fato, enriquecedora. Pudemos ingressar como pesquisadora associada na pesquisa “*Cultura, Mídia e Direitos Humanos: potencialização da consciência crítica e desenvolvimento de processos emancipatórios*”², coordenada pela Professora Doutora Janaína Bilate. Evidenciamos que o ingresso nessa pesquisa foi fundamental, uma vez que afirmou nosso compromisso com a investigação da temática, e fortaleceu nossa linha de pesquisa num espaço acadêmico-institucional.

O amadurecimento do doutorado envolveu estudos preliminares, ainda na fase exploratória da pesquisa, de grande relevância com pesquisas bibliográficas e com a realização de disciplinas optativas em outros programas de pós-graduação, fora da UERJ e, também, do Serviço Social. Esses primeiros passos foram importantes para desbravar os caminhos da investigação e confirmar a escassez de produção sobre a temática. Um importante salto qualitativo nessa trajetória, além da disciplina eletiva ministrada na UNIRIO “Identidade e Cultura no Brasil”³ durante alguns semestres, foi a coordenação do projeto de pesquisa: “Cultura, Marxismo e Serviço Social: desafios para uma nova práxis”⁴ vinculado à Escola de Serviço Social da UNIRIO e que no

² A Pesquisa existe desde 2013 e tem por objetivo, “identificar e mapear as necessidades de acesso a direitos dos moradores da Região do Caju, os grupos artístico-culturais e midiáticos contra hegemônicos na região da Área Programática 2.1 da Cidade do Rio de Janeiro, em especial a Comunidade do Morro Santa Marta. Articulado ao Programa de Extensão Centro de Referência em Direitos Humanos da UNIRIO (CRDH/UNIRIO), cujo objetivo é descortinar sobre e desenvolver processos de potencialização da consciência crítica e emancipatórios, visando o acesso a direitos e a educação em direitos humanos” (UNIRIO, 2013). A pesquisa conta com a *Coordenação Geral da Profa. Dra. Janaina Bilate Martins*.

³ Findada a revisão curricular do Curso de Serviço Social da UNIRIO (2015-2020), a disciplina passou a ser denominada: “Cultura e ideologia no Brasil”. A ementa compreende “O significado de Cultura e os Estudos Culturais. Teoria social crítica: modo de vida, símbolos e práticas culturais. Cultura, culturas, identidade e subjetividade. Poder, ideologia e o debate de cultura no Brasil. Hegemonia e contra hegemonia. Cultura e Pós-modernidade. O Serviço Social e a cultura” (Projeto Pedagógico de Curso da Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPC: ESS/UNIRIO, 2020).

⁴ O projeto de pesquisa está em vigência na Escola de Serviço Social da UNIRIO desde 2017. Tem como objetivo principal realizar estudos sobre o significado da categoria cultura no marxismo, a partir dos Estudos Culturais e do Materialismo Cultural, assim como, identificar a relevância do debate de cultura para o Serviço Social. O projeto de pesquisa foi criado a partir das inquietações e investigações iniciadas na presente pesquisa de doutoramento e, atualmente, se reúne quinzenalmente nas dependências da ESS/UNIRIO em formato de grupo de estudos. O grupo de pesquisa é aberto para participação de estudantes voluntários, além dos bolsistas, e realiza debates e eventos públicos acerca da temática. Coordenação: Professora Rafaela Ribeiro. Bolsistas PIBIC/UNIRIO: Darlam César Alves Maia; Raylla André Paiva, Alice Birman Cavalcanti e Amanda Santos Costa (voluntária).

momento atual conta com a participação de três alunos da graduação, sendo dois bolsistas PIBIC/UNIRIO e uma aluna voluntária. Essa etapa foi fundamental na organização dos estudos finais da tese, principalmente porque representou um avanço dos estudos sobre a temática e possibilitou a troca com discentes, docentes e outros pesquisadores em espaços de eventos científicos e de produção de conhecimento. A troca de saberes e o aprendizado mútuo com os(as) alunos(as) em espaços como a pesquisa e a extensão universitária, são de fundamental importância para consolidar, juntamente com o ensino, o tripé que configura a Universidade Pública locus privilegiado de formação, investigação e prestação de serviços à comunidade, cumprindo sua função social, além da importante tarefa de produção de conhecimento técnico e científico. Soma-se a esse projeto de pesquisa a nossa participação no GIEPE- Grupo Interinstitucional de Estado Poder e Educação, posteriormente transformado em NIEG⁵- Núcleo Interinstitucional de Estudos Gramscianos. O núcleo começou a se reunir mensalmente na UNIRIO, e hoje, após o seu desmembramento, nos reunimos no Núcleo da Baixada Fluminense, na FEBF/UERJ. Conta com a participação de pesquisadores de diferentes instituições, trabalhadores de diversas áreas, sobretudo da educação, e representantes de movimentos sociais. O NIEG/Baixada é coordenado atualmente pela Professora Doutora Nívea Vieira. A participação no grupo de estudos teve importância ímpar nessa trajetória, não só pelo que representou para o amadurecimento teórico do acervo categorial gramsciano e de sua obra, mas também, para nossa inserção no meio acadêmico como pesquisadora da temática cultura no âmbito do marxismo.

As incursões que vimos realizando sobre a relação cultura e totalidade social aproximou-nos da tradição de estudos que concebe a cultura como constituinte do ser social, do modo de vida em dado contexto da sociabilidade. Essa leitura é própria de

⁵ O NIEG tem o objetivo realizar estudos sobre a vida e obra de Antonio Gramsci e contribuir para o debate e aproximação de pesquisadores e intelectuais fundamentais para o desenvolvimento da teoria marxista no Brasil. Além de reunir pesquisadores e alunos de diversas áreas, organiza e promove eventos e cursos com temáticas marxistas. O primeiro seminário organizado pelo grupo foi o “I Seminário Antônio Gramsci: Estado, Sociedade Civil e Políticas Educacionais” e ocorreu no ano de 2015 na UNIRIO. O primeiro curso ofertado pelo núcleo foi em formato de projeto de extensão universitária em parceria com a ESS/UNIRIO, sob a nossa coordenação e do Professor Doutor Rodrigo Castelo. O mini-curso: “Gramsci: que bicho é esse?”, teve o objetivo de promover aproximação introdutória ao pensamento de Antonio Gramsci. A ênfase recaiu em quatro temáticas: política; ideologia; cultura e educação, consideradas centrais para uma primeira aproximação ao pensamento do teórico italiano e chaves de fundamentação de suas obras no cárcere fascista e pré-carcerárias.

autores da chamada *nova esquerda*⁶, tendo como principais expoentes Raymond Williams e Edward P. Thompson, cujos caminhos apresentados para a análise da categoria cultura, são influenciados, principalmente, pelos estudos de Antônio Gramsci. Nossa investigação revela que os estudos gramscianos foram fundamentais para a criação desta “nova escola” dando início a um debate mais aprofundado sobre cultura no âmbito do marxismo. É preciso situar ao leitor que a concepção marxista de cultura com a qual estamos trabalhando não é a de todos os teóricos marxistas, isso nos remeteria a conjunto maior de obras e autores. Nossa escolha teórica e metodológica, se refere aos autores que cremos contribuir com maior ênfase para o debate de cultura possibilitando pensar a profissão no recorte temporal do objeto proposto. Dessa forma, o objeto que nos propomos investigar é restrito a essa delimitação.

No entendimento de Williams e Thompson, cultura é modo de vida porque

é entendida como força produtiva, como constituinte e constitutiva das relações de dominação de classe, e, concomitantemente, como elemento propulsor da transformação social. Nessa perspectiva, a revolução cultural torna-se parte constitutiva e constituinte da revolução social (MARTINS e NEVES, 2014, p.74).

Os referidos pensadores seguem na direção dos aportes gramscianos, cujas reflexões para pensar a realidade social, ancoradas em Marx, tomam como fio condutor a perspectiva teórico-metodológica da totalidade, com o pressuposto da relação dialética entre as esferas da economia e da política, ou entre estrutura e superestrutura da sociedade, ou entre objetividade do real e subjetividade dos indivíduos das classes sociais.

É evidente que essa compreensão teórica se opõe à concepção da chamada corrente teórica culturalista representada por, entre outros, Stuart Hall, Zigmund

⁶ Como se sabe, a chamada *Nova Esquerda (New Left)* “foi um movimento que a partir de final dos anos 1950 reuniu diversos intelectuais britânicos em torno de novas formas de pensar e fazer política, interligados principalmente pelo viés dos Estudos Culturais” (CEVASCO, 2012, p 82). Seus principais membros estavam aglutinados em torno do Partido Comunista britânico até que a crise de 1956 veio colocar um ponto final nesse alinhamento, em decorrência do questionamento das práticas Stalinistas, como veremos adiante. Ainda sobre o lugar ocupado pela cultura na produção teórica do marxismo do século XX, concordamos com as apreciações de ALENCAR (1994), quando a autora destaca a relevância dos principais intelectuais que fundaram a corrente conhecida pela denominação de “marxismo ocidental”, em que pese as suas especificidades, são eles: György Lukács, Antonio Gramsci, Lucien Goldman e os membros da Escola de Frankfurt, principalmente, nas figuras de Theodor Adorno, Max Horkheim, Herbert Marcuse e Walter Benjamin, teóricos que dedicaram boa parte de suas obras à cultura. “Vale destacar ainda, que as obras dos referidos teóricos não foram pioneiras na discussão, já que podemos considerar, a preocupação com a temática, já em Karl Marx, V.I. Lênin e Leon Trotsky” (ALENCAR, 1994, p.8).

Bauman, Ernest Laclau,⁷ que trata a cultura como imaterialidade, apresentando uma definição residual e desconectada das outras dimensões da vida social- com uma espécie de “vida própria”. Tal corrente, do nosso ângulo de investigação, apresenta-se limitada para o desvendamento do real e para uma crítica efetiva da sociedade capitalista e de seu *modus operandi*.

Na verdade, não realizamos numa pesquisa *de silêncios* sobre a questão da cultura no Serviço Social, mas do distanciamento do Serviço Social do debate marxista da cultura, sobretudo porque a maturidade acadêmica da profissão foi fortalecida a partir do diálogo com o pensamento marxista, iniciado nos anos de 1980. Mas, é preciso situar ao leitor que o caminho para definir o objeto de tese não foi fácil, não só pela escolha do tema, mas também pelas dificuldades surgidas ao longo do curso. Apesar disso, se tornou instigante, já que possibilitou o contato com as obras de diferentes autores, abrindo caminhos investigativos para novos espaços de debate, que é, no nosso entendimento, o papel da pós-graduação mesmo. Surgiram assim, enormes desafios teóricos e metodológicos. Teóricos pela escolha particular em transitar pela obra de autores contemporâneos do marxismo, que ficaram mais conhecidos como a corrente humanista do marxismo e dos estudos culturais. E metodológicos, pelo desafio de trabalhar o Estado da Arte a partir de uma pesquisa bibliográfica na produção teórica do Serviço Social, com um tema de tamanha magnitude como o da cultura.

Em pesquisa preliminar no Banco de Teses da Capes, verificamos que essa é uma temática emergente na nova geração de pesquisadores do Serviço Social, pois

⁷ Concordamos com Viana (2018), quando afirma ter sido a antropologia “a principal geradora das ideologias culturalistas (WAGNER, 2012; WHITE, 1978; GEERTZ, 2008; LARAIA, 2001) que proliferaram e se tornaram hegemônicas não apenas nesta ciência particular, mas no conjunto das ciências humanas e além delas, especialmente com a ascensão do paradigma subjetivista” (2018, p.27). Revela que essas concepções antropológicas tiveram antecedentes filosóficos, tal como as chamadas filosofias idealistas. “No entanto, o culturalismo antropológico é diferente, por se colocar como ciência e por usar o termo cultura (ao invés de razão, ideia, etc.), e buscar a comprovação empírica de sua tese. Além disso, pode-se acrescentar que, o paradigma subjetivista também gera novas ideologias culturalistas, com as tematizações sobre “identidade”, “gênero”, etc. Aqui o pressuposto é inverso ao do marxismo. Se para o marxismo há uma constituição social da cultura, para o culturalismo há uma construção cultural do social. Porém, a concepção de cultura não é mais, na maioria dos casos, uma totalidade e sim algo fragmentado, produção dos sujeitos (indivíduos, grupos) [...] Isso, em alguns casos extremos, pode gerar a ideia de que basta mudar as palavras, a linguagem (como o “politicamente correto”) para mudar as relações sociais” (Ibdem, p.27). Não iremos aprofundar aqui, mas as *ideologias pós-modernas*, podem ser identificadas nos estudos sobre cultura de diferentes maneiras, tendo sua expressão mais conhecida no chamado *culturalismo*. Dessa forma, os exemplos tratados acima podem ser ilustrativos para dialogar com a temática. Muitos autores que são identificados hoje como representantes dessa corrente, transitaram ao longo da sua vida intelectual por tantas outras, desde as mais abstratas até as mais críticas ou vice-versa.

o tema já aparece na produção bibliográfica de alunos de pós-graduação. Em contraste com os veículos editoriais mais consagrados – que absorvem trabalhos de pesquisadores mais maduros-, os novos quadros intelectuais do Serviço Social parecem estar abrindo nova trajetória. De certo modo, o aprofundamento das contradições da sociedade capitalista talvez esteja impulsionando os estudos sobre cultura, enveredando caminhos e propostas metodológicas que, apesar de já estarem presentes há algum tempo nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), e nos projetos pedagógicos dos cursos, carecem de magnitude nos debates formativos na área.

Do ponto de vista metodológico, verificamos que a pesquisa baseada no *Estado da Arte* permitiria identificar, num determinado tempo histórico, a produção existente sobre um tema específico, dentro de um grupo específico, podendo reconhecer as relevâncias consolidadas e emergentes numa determinada área de investigação. Nesse caso, nosso interesse foi analisar a produção teórica do Serviço Social sobre a temática da cultura, no período de 1994 a 2014. Particularmente, restringindo a análise apenas aos estudos que tem como preocupação central a dimensão da cultura no âmbito da teoria crítica marxista. O recorte temporal está relacionado ao panorama cultural vivenciado pelo Serviço Social pós-movimento de reconceituação, quando o Serviço Social brasileiro se apropriou com maior solidez do pensamento marxista e pôde compreender criticamente sua inserção nas contraditórias relações sociais capitalistas. Período ainda em que o Serviço Social conquistou (no início da década de 1990) sua “maturidade intelectual”, com a ampliação do arsenal bibliográfico próprio, cursos de pós-graduação consolidados e um projeto de formação ética e profissional ancorado em referências ideopolíticas emancipatórias e democráticas contra opressões sociais.

A estratégia metodológica de levantamento do material foi dividida em duas etapas. Isso se deveu, primeiramente, ao elevado quantitativo de periódicos no universo elencando e, o que já era de se imaginar de acordo com nossa hipótese, a pouca incidência da temática cultura nos mesmos. Para essa pesquisa, analisamos apenas os artigos completos. Entrevistas, resenhas e outras formas de publicação foram desprezadas. Assim, após a definição do recorte temporal da investigação, a primeira etapa exploratória, incidiu na seleção prévia dos artigos que apresentavam uma possível aproximação com a temática da cultura, levando em consideração os seguintes eixos temáticos:

- *cultura como Política Pública* - políticas públicas de incentivo à produção de eventos e objetos de cultura, baseado em critérios de participação política, cultura e direitos sociais;
- *cultura como visão de mundo e modo de vida*- cultura e práticas culturais como uma dimensão do ser social no interior de uma totalidade complexa, envolvendo as determinações materiais de produção da vida;
- *manifestações culturais e cultura popular*- conjunto de manifestações culturais, seja através de objetos artístico de música, de dança e de rituais que representam a cultura de um povo ou de determinado grupo, considerando suas características e inserção na história.
- *cultura como negócio e indústria cultural*- a mercadorização e mundialização da cultura na lógica de desenvolvimento capitalista. Cultura como negócio e fetichização das práticas culturais e objetos artísticos na sociedade contemporânea. Reprodutibilidade técnica da arte e da cultura;
- *cultura como identidade*- a construção social e identitária dos sujeitos, ou “identidade cultural” que surge através do *pertencimento* a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais, conformando laços de pertencimento com o mundo social;
- *categorias e autores*- autores que discutem cultura no marxismo, especificamente Gramsci, Thompson e Williams, conjugados com as principais categorias de análise definidoras da ideia de cultura, para esta pesquisa (hegemonia, ideologia, intelectuais, estrutura/superestrutura, experiência)⁸.

Esses eixos temáticos foram elaborados, numa primeira fase, a partir da análise dos títulos dos artigos, resumos dos textos e, sobretudo, a partir de estudos preliminares que realizamos sobre cultura. Realizamos uma leitura seletiva (BARDIN, 2011), onde foram elencados um total de 27 artigos. Essa primeira etapa da pesquisa não foi tarefa fácil, uma vez que a natureza e escopo diferenciados dos periódicos,

⁸ O complexo categorial que envolve o debate da cultura é bastante amplo, no entanto, algumas categorias se destacam como centrais para uma proposta analítica afinada com a teoria marxista da cultura.

não permitiram um caminho único para a investigação. A seleção inicialmente seria a leitura de resumos, e identificação de proximidade com a temática da cultura com a busca realizada através do título, palavras-chaves e bibliografia de referência. No entanto, alguns periódicos em suas primeiras edições, seguem um outro padrão, não apresentando resumos e-ou palavras-chave, como foram os casos da Revista *Katálysis* e da Revista *Serviço Social & Sociedade*. Então, fomos impulsionados a fazer uma leitura, mesmo que mais dinâmica, do artigo completo. O padrão mais contemporâneo da Revista de Políticas Públicas facilitou a análise e a seleção prévia, podendo nos impulsionar com mais facilidade para a segunda etapa da pesquisa, onde o material selecionado foi trabalhado com mais profundidade.

Para a análise do material selecionado, com o objetivo de identificar as possíveis aproximações (de forma e conteúdo) com o debate da cultura, a partir dos eixos temáticos já destacados, consideramos três aspectos fundamentais: a) Parâmetros das teorias sociais a que se vincula o texto/autores do artigo; b) Principais referências bibliográficas dos autores/textos selecionados; c) Principais conclusões das pesquisas ou ensaios dos artigos selecionados.

A apreciação da produção nesse recorte metodológico teve como objetivo, além de identificar a incidência quantitativa, a qualificação da análise, ressaltar a relevância dos Estudos Culturais e sua forma de abordagem no debate acadêmico. Para isso, destacaremos as linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação as quais se vinculam tais periódicos.

Acreditamos que a pós-graduação exerceu papel fundamental para garantir a direção social estratégica da profissão se tornando o principal lócus da produção de conhecimento e responsável pela publicação de revistas científicas e periódicos de ampla circulação, além de livros com intelectuais importantes do Serviço Social. Nessa perspectiva, consideramos pertinente delimitar nosso entendimento sobre os veículos editoriais, como material objetivo de difusão ideológica, se configurando como aparelhos privados de hegemonia. Nas análises de Gramsci (1999) os aparelhos ideológicos, ou aparelhos privados de hegemonia, como fica conhecido nos estudos marxistas, se referem a todos os elementos materiais e imateriais portadores de uma visão de mundo em disputa, em luta pela hegemonia. Essa leitura do pensador sardo foi sendo metamorfoseada ao longo de sua obra. Inicialmente, ainda em textos pré-carcerários, principalmente na *Questão Meridional*, Gramsci começa a

desenvolver essa ideia vinculada à noção de hegemonia do proletariado enquanto classe revolucionária, e transita para a noção de hegemonia do Estado, destacando seus aparatos de coerção e consenso, ou aparatos hegemônicos⁹.

Na nossa análise, os aparelhos privados de hegemonia são fundamentais para esse estudo, disputam a direção social e política estratégica da construção do conhecimento em matéria de Serviço Social, construída por um conjunto de intelectuais e restrito a um projeto de profissão. No entanto, não podemos deixar de mencionar que é construído e pensado também a partir de sua relação com um projeto societário mais amplo, podendo sofrer rebatimentos das diversas mediações que perpassam essa disputa, como veremos.

Dessa forma, definimos como material de análise periódicos de grande circulação relevantes no meio acadêmico do Serviço Social, que são tratados com qualificação A no sistema Capes-(Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)¹⁰. Os periódicos escolhidos para a pesquisa são em número de três, conforme descrição: 1) Revista Serviço Social & Sociedade, publicada pela editora Cortez, desde o ano de 1979, classificada como *Qualis A1*; 2) Revista Katálisys, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, publicada desde 1997, classificada com *Qualis A1*; 3) Revista de Políticas Públicas, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA, publicada desde 1995, classificada com *Qualis A2*.

⁹ Segundo (LIGUORI & VOZA, 2017), trata-se de uma expressão não muito frequentemente usada nos cadernos, mas presente em vários deles, como nos Cadernos 1,6,7, 10 e 13, escritos em datas diversas. A noção de “privado” não está relacionada à oposição de “público”, onde durante muito tempo um termo estava associado à sociedade civil e outro ao Estado (estrito). Ao contrário, para G. são essas duas esferas que compõem a ideia de Estado ampliado ou Estado Integral, assim, os aparelhos privados de hegemonia são constituintes da estrutura do Estado ampliado. Na vasta literatura marxista-gramsciana, não há consenso acerca da interpretação desse conceito, mas o que podemos afirmar com clareza, é a importância que o termo assume para essa tradição teórica quando inova na leitura da complexidade da sociedade civil em sociedades ocidentais, dando um salto analítico no que se refere ao crescimento instituições ou aparelhos privados de hegemonia que compõem, responsáveis pela criação de uma direção intelectual e moral. Desse modo, podemos ressaltar que a hegemonia criada pela ação política das classes e seus aparelhos pode partir tanto das classes dominantes quanto das estratégias de luta das classes subalternas.

¹⁰ “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero”. Pesquisa no site:

<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>

Como a pesquisa e a produção de conhecimento informa o grau de maturidade de uma profissão, suas tradições intelectuais, diálogos acadêmicos de interesse e enraizamentos na cultura de uma época da sociedade, o estudo identificou na produção teórica do Serviço Social as principais tendências de estudos dos profissionais acerca do tema cultura, e sua relevância para o debate atual da categoria profissional. Evidentemente, compreendendo que a amostra foi limitada às possibilidades dessa pesquisa e que inferiu periódicos de alta classificação, o que também significa de acesso restrito para a maioria dos pesquisadores. Todavia, são periódicos considerados *de excelência* no meio e, de maneira geral, acabam informando, os principais debates da categoria. A partir dessa análise foi possível elencar dados relevantes para aprofundar o debate acerca das formas de apropriação dos estudos culturais pelo Serviço Social, apontando suas fragilidades e seus avanços no debate acadêmico e no que se refere à apropriação da teoria social marxista.

No decorrer da investigação algumas obras relevantes, com destaque para as publicações dos autores Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto e Marina Maciel Abreu¹¹, ganharam expressão nas nossas reflexões, no entanto, é preciso frisar que não foi possível contemplá-las, constituindo-se num dos limites metodológicos das conclusões da pesquisa. Nosso recorte contemplou apenas a análise de artigos publicados em três dos periódicos mais bem avaliados da área de Serviço Social pela

¹¹ As obras mencionadas abordam a temática da cultura em alguma medida, mas não como objeto central de investigação, tal qual abordamos nesse trabalho. Destacamos aqui a principal obra de Marina Maciel Abreu, professora Titular aposentada e pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão: “*Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*”, que teve sua primeira edição publicada no ano de 2002 e tem como objetivo central, “configurar a função pedagógica do assistente social em seus vínculos com as estratégias de assistência social e com os processos organizativos e lutas sociais das classes subalternas [...] bem como, identificar as tendências dessas funções na organização/reorganização da cultura pelas classes sociais” (ABREU, 2011, p.14); a obra de Ivete Simionatto, professora titular aposentada e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, com contribuição ímpar para a difusão das ideias de Gramsci no Serviço Social, e sua principal publicação: “*Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*”, cuja primeira edição foi lançada em 1995 pela editora Cortez e visa apresentar um estudo sobre a obra de Antonio Gramsci e sua relação com a realidade brasileira, buscando compreender a universalidade do seu pensamento e recompor a trajetória intelectual e acompanhar os seus desdobramentos na realidade brasileira (SIMIONATTO, 1995); e a contribuição ímpar de Carlos Nelson Coutinho, intelectual comunista, reconhecido por seu legado intelectual acadêmico e de militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi responsável por introduzir na cultura brasileira dois pensadores europeus que se tornaram clássicos no debate teórico-filosófico do século XX, György Lukács e Antônio Gramsci. Dentre suas principais obras, podemos destacar: “*O estruturalismo e a miséria da razão*” (1972), “*Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*” (1989), “*Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas*” (1990), “*Intervenções. O marxismo na batalha das ideias*” (2006), entre outras.

Capes. No entanto, parte das obras daqueles autores, traduzidas em livros e artigos publicados em outros veículos se constituiu como um pilar fundamental para o amadurecimento do trabalho e aprofundamento das categorias que oferecem sustentação teórica à tese.

Como dito antes, a perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro rompeu com o conservadorismo da profissão no trato da questão social e avançou na sistematização teórica e metodológica de seu trabalho, inclusive possibilitando uma melhor inserção dos assistentes sociais no espaço acadêmico, mas, ao mesmo tempo, restringiu a análise do mundo capitalista por não tematizar a dimensão da cultura na produção e reprodução da vida social. Isso é perceptível na produção científica acerca da temática, com pouquíssimas produções editoriais em livro, evidenciado numa rápida busca exploratória entre as principais editoras que veiculam pesquisas da profissão. O que fortalece a nossa visão, ponto de partida da investigação, de que o amadurecimento científico e político do Serviço Social brasileiro, alcançado nas últimas décadas, não foi acompanhado da devida atenção à dimensão da cultura, o que merece ser revertido teórica e politicamente no meio profissional.

A hipótese dessa pesquisa é que isso deriva da maior expressão do chamado *marxismo vulgar* na profissão e da incompreensão e desconhecimento da rica contribuição de marxistas contemporâneos, especialmente nessa pesquisa, de Gramsci, Thompson e Williams. De maneira geral, esses intelectuais oxigenaram o chamado *marxismo stalinista* ao abordarem a cultura como dimensão relevante da totalidade social, e isso não repercutiu amplamente no Serviço Social.

A história do marxismo é repleta de acontecimentos relevantes para pensar os desdobramentos do pensamento de Marx no meio intelectual e político. Um desses marcos foi à dominância da disseminação do marxismo por meio da vertente *stalinista* que exaltou uma perspectiva dogmática do marxismo chamada por Eric Hobsbawm de *marxismo vulgar* (1998). A exaltação dos processos estruturais de desenvolvimento econômico do capitalismo foi a ideia força dessa vulgarização, o que amplificou sobremaneira a crítica ao mundo capitalista, mas em bases ainda limitadas. Na realidade, havia um embate teórico e político contrariamente ao projeto *stalinista* intelectual e social, tendo isso reverberado no interior dos partidos comunistas no mundo, alimentando dissidências. Entre os anos de 1940 e de 1960 variadas

incursões de intelectuais marxistas militantes foram encenadas contra as restrições dessa vulgarização, que era incapaz de compreender os processos sociais que atravessam a dinâmica social, por insuficiência teórica e/ou por restrição ideopolítica. Para Hobsbawm (1998), o *marxismo vulgar* não expressa o pensamento marxista maduro, mas a escolha de aspectos da obra de Marx e não o pensamento em sua totalidade. O historiador inglês menciona algumas características da pesquisa do *marxismo vulgar* que destacamos brevemente como: a) interpretação economicista da história, com a economia tornando os demais fatores sociais meros reflexos; b) o modelo analítico de base e superestrutura, sendo a segunda dependente da primeira; c) a dedução da inevitabilidade histórica, decorrente de leis históricas que atenuam as práticas sociais dos sujeitos. Essa hegemonia *esquemática-estruturalista* no marxismo limitou a difusão de vertentes relevantes de compreensão da dinâmica da totalidade social e os intelectuais envolvidos com os Estudos Culturais, a partir dos anos de 1960 colocaram-se no cenário intelectual reivindicando o debate dialético no âmbito do marxismo. Mas, isso ainda não ganhou expressão no Serviço Social e é sobre isso que a pesquisa deseja se debruçar para recolocar o debate histórico do movimento da totalidade social.

No meio acadêmico, apesar de não estar definido como uma disciplina, os Estudos Culturais se apresentam como um tema vertical que atende à demanda de vários campos de conhecimento. Apesar da ausência de consenso sobre o termo, o mesmo decorre de uma gama de possibilidades para pensar questões que impactam a formação de um conjunto de valores e ideias na sociedade, como mencionaremos mais adiante.

O Serviço Social avançou no debate político sobre o lugar social da profissão no capitalismo e, historicamente, sobre as lutas sociais dos trabalhadores, que como seres humanos sociais dependem da cultura para compreender e mudar a ordem social, de modo a formar o sujeito revolucionário. E, esse fato também nos mobiliza para realizar esta investigação.

Reiteramos que a armação desse problema de pesquisa deita raiz em pressupostos teóricos marxistas, evidenciando o próprio jogo de forças em torno das ideias no âmbito do marxismo, no sentido de entendermos e avançarmos para a contribuição de teóricos como Gramsci e intelectuais da chamada *nova esquerda*, que

trouxeram vigorosa contribuição às análises de cultura e de práticas culturais no materialismo histórico.

A relevância de uma abordagem materialista da cultura está assentada, a nosso ver, na compreensão da mesma na totalidade complexa, considerando as determinações de base material de produção da vida; pensando, como mencionamos antes, a unidade contraditória entre a dimensão material e a dimensão espiritual, a objetividade e a subjetividade, a estrutura e a superestrutura (MARTINS E NEVES, 2014). Essas são questões importantes para pensar a relação do Serviço social com a temática da cultura, o que significa, frisamos novamente, pensar a relação do Serviço Social com o movimento real da vida social em suas variadas dimensões. Esse limite contribui para um empobrecimento da compreensão da realidade, negando-a em seu movimento contraditório, o que afasta o Serviço Social da construção de propostas alternativas comprometidas com os valores éticos, tão amplamente enunciados pela perspectiva crítica.

Segundo Yamamoto (2009),

a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se a reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe (2009, p.23).

A cultura não é exatamente a chave heurística para o entendimento da questão social e das formas constitutivas do modo de produção de uma sociedade determinada, mas é uma categoria teórica necessária que possibilita construir mediações para análise das diferentes expressões da questão social. No que tange aos processos de trabalho do assistente social, pode elucidar novas possibilidades de intervenção direta, e novos caminhos para pensar a relação teoria e prática numa perspectiva de unidade entre as dimensões micro e macroestrutural. A história das sociedades é a história dos homens vivendo em sociedade, as formas sociais subjacentes ao modo de produção capitalista revelam o aparecimento de culturas diferenciadas e, ao mesmo tempo, pode ser a inflexão que proporcionará a mudança necessária para novas formas de organização social ou, nas palavras de Gramsci, a criação de uma *nova cultura* (Gramsci, 1999).

No entendimento dessa pesquisa compreender em profundidade esse enunciado implica tomar a dimensão da cultura como *o próprio fazer-se do sujeito na vida social*, assim como apreciar o modo como a profissão vem tratando a questão.

Por isso, esta pesquisa definiu a recuperação da produção teórica do Serviço Social não como material excepcional, isolando os conceitos e pressupostos teóricos trabalhados pelos autores, mas sim, identificando as principais tendências acerca da abordagem de cultura nesse momento histórico no interior do marxismo e questionando os caminhos que levaram ao referido padrão de referência de conhecimento na área.

Nessa perspectiva, será essencial compreender as marcas históricas das relações do marxismo da *nova esquerda* e dos estudos gramscianos com as disputas políticas no interior do comunismo e do meio intelectual de esquerda, tomando como escalas de análise tanto o âmbito internacional quanto o modo como esses pensadores marxistas da cultura foram apropriados no Brasil (REIS e RIDENTI, 2007). Isso significa que a investigação se interessou em compreender a história do marxismo e o modo como as ideias não hegemônicas puderam circular. Essas escalas de conhecimento histórico sobre a produção de conhecimentos e as relações políticas no âmbito do marxismo possibilitará entender o modo como o Serviço Social se apropriou do marxismo no Brasil, evidenciando, inclusive, que certa tendência *estrutural-funcionalista* (QUIROGA, 1991) de interlocução com o marxismo possivelmente limitou a percepção da relação da cultura na produção e reprodução do modo de produção capitalista, o que pode estar implicando na “derrota da dialética” (KONDER, 2009), no âmbito profissional.

Para fundamentar a apreciação disso foi fundamental fortalecer uma segunda dimensão da pesquisa referente ao estudo bibliográfico sobre: a) o pensamento dos estudos marxistas da cultura referidos aqui, destacando a compreensão dos pensadores, a *batalha de ideias* de que participaram no âmbito do marxismo e a recepção dos mesmos no Brasil; b) a história do marxismo na profissão, apreciando as influências dos principais intelectuais e a vulgarização de suas ideias situando, desse modo, o contexto ideohistórico que forja o *hiato* sobre o debate da cultura na profissão.

Para expor as conclusões desse processo investigativo, a presente tese foi estruturada em três capítulos, onde, no capítulo primeiro, apresentaremos um

panorama político-cultural do marxismo ocidental, sobretudo a partir do legado da Revolução Russa, quando estruturou-se um *modus operandi* de difusão do marxismo-leninismo ao redor do mundo e seus principais rebatimentos no Brasil. Em seguida, como forma de apresentar os intelectuais mais relevantes para esse estudo, iniciaremos a abordagem da trajetória do italiano Antônio Gramsci e sua proposta de revisão do marxismo a partir da sua interpretação da conjuntura Italiana, e os principais aspectos da filosofia da práxis que apontam para a construção de uma nova cultura. Com sua teoria política, Gramsci contribuiu enormemente para a elaboração marxista da cultura, sem abandonar os ideários propostos por Marx e Engels. Foi ele influência ímpar para a construção dos estudos mais contemporâneos de cultura da chamada *Nova Esquerda*. Williams e Thompson, serão apresentados em seguida, com destaque para suas principais teses sobre o debate de cultura e suas contribuições como intelectuais representantes da nova esquerda britânica e dos Estudos Culturais.

A partir das contribuições desses três autores, avançaremos na abordagem da cultura, evidenciando a trajetória dos estudos culturais para melhor caracterizar o amadurecimento de uma teoria materialista da cultura (Williams, 2011a), a partir de um debate direto com o pensamento desses autores, possibilitando definir com precisão o que estamos chamando de cultura.

No capítulo 2, seguiremos com o debate da trajetória histórica do Serviço Social como profissão, relacionando o recorte temporal da pesquisa com o panorama cultural vivenciado pelo Serviço Social pós-movimento de reconceituação, momento em que o Serviço Social brasileiro tem suas primeiras aproximações com o pensamento de Marx e dos marxistas, influenciando o processo de retomada da crítica teórica e metodológica aos aspectos mais conservadores da profissão. O capítulo está dividido em três momentos: o primeiro se refere à produção de conhecimento em Serviço Social, a partir do panorama político-cultural da profissão e a influência da teoria marxista. Em seguida, partimos para análises “dos marxismos” no debate acadêmico do Serviço Social e a problemática da baixa incidência dos estudos culturais no debate acadêmico do Serviço Social.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos o *Estado da Arte* da pesquisa a partir das análises do material das revistas e de breve levantamento dos programas de pós-graduação aos quais estão vinculados. Com isso, será apontado como

resultado das análises que a vulgarização do debate marxista não foi capaz de criar um caldo de cultura entre os intelectuais da área, para o debate de cultura na produção intelectual. Esses elementos serão analisados sob a influência do que estamos chamando de *aparelhos privados de hegemonia*. Ou seja, os veículos editoriais sofrem rebatimento direto da direção ideopolítica presente no interior da profissão com mediação de aspectos micro e macroestruturais, que podem relacionar-se com questões endógenas à profissão e/ou questões estruturais do projeto hegemônico vigente na sociedade. Por fim, nosso objetivo será tecer algumas considerações e apontamentos que consideramos necessários sobre a relevância dos estudos culturais no debate acadêmico do Serviço Social e seu fortalecimento enquanto área de pesquisa e de construção de conhecimento, sobretudo não restringindo a uma análise fragmentada e apartada de todo o legado já consolidado pela profissão ao longo dos últimos 40 anos.

1 OS ESTUDOS CULTURAIS E O MARXISMO

É possível dizer hoje que o marxismo conta com obras de peso sobre a questão da cultura, mas essa quase-tradição não foi iniciada sem uma expressiva ‘batalha de ideias’ e restrições. O objetivo desse capítulo será situar a importância da trajetória do marxismo ocidental no lastro pós-revolucionário de 1917 e destacar as principais implicações e desdobramentos para o marxismo contemporâneo e, sobretudo, para a construção da chamada Nova Esquerda.

Isso significa que a investigação se ocupou com a história do marxismo e o modo como as ideias não hegemônicas puderam circular. Afinal, como diria Gramsci, é necessário pensar o ocidente não como um conceito geográfico e sim como uma realidade histórico-cultural específica, na qual a luta política assume formas cada vez mais sofisticadas, exigindo novas modalidades de ação e colocando novas preocupações nos horizontes dos revolucionários (KONDER, 1984)

Podemos dizer que a Nova Esquerda compõe esse bloco não hegemônico dentro do comunismo, e foi formada inicialmente, por um conjunto de intelectuais dissidentes dos Partidos Comunistas. A influência de Stalin foi decisiva para vulgarização do marxismo no ocidente cujos principais destaques foram inúmeras limitações acerca da compreensão dos problemas contemporâneos num nível histórico-universal e não apenas num plano imediato da tática política.

As contribuições do historiador inglês Eric Hobsbawm (1985, 2014) e também de Leandro Konder (1984) mostram que o marxismo acaba, sob essa influência, sendo reduzido a uma doutrina, a uma orientação esquemática, inclusive, no interior do próprio stalinismo. A compreensão do lastro deixado pela revolução de 1917, marca tacitamente as obras dos principais autores marxistas. Isso porque era a única experiência de revolução e Estado socialista no início daquele século, fomentando a busca de orientações para novas práticas revolucionárias para sociedades mais avançadas ou até mesmo de capitalismo dependente, mas formada por estruturas diferenciadas, como as ocidentais.

Coutinho (2010) nos lembra que é possível observar que Stalin orientava suas ações de um modo quase sempre taticista ou oportunista, oscilando entre um voluntarismo subjetivista e um positivismo mecanicista manipulatório. Esse lastro histórico marcará as grandes “crises do marxismo” no mundo, impulsionadas pela marca do chamado marxismo-leninismo, após a morte de Lênin, o que depois de

alguns anos, levou muitos intelectuais a fazer autocrítica ou a rever suas estratégias metodológicas de estudos da teoria marxista, para realinhar o afastamento que fora ocasionado por tais equívocos e reaproximarem-se de uma interpretação original da teoria de Marx.

Iniciamos este capítulo abordando os pensamentos de Antonio Gramsci, Raymond Williams e E.P. Thompson e suas obras mais relevantes na história do marxismo ocidental no século XX e a contribuição desses pensadores para a formação dos estudos culturais e para a apreensão do significado de cultura no capitalismo. Acreditamos que situar a trajetória dos autores e seus modos de pensar e fazer política pode nos oferecer pistas relevantes para a compreensão das bases sócio-históricas dos estudos culturais e desmistificar todo e qualquer utilitarismo vinculado aos conceitos e leituras equivocadas que influenciaram fortemente os “marxismos”.

Inicialmente apresentaremos a trajetória do Italiano Antonio Gramsci e sua proposta de revisão do marxismo a partir de uma leitura cuidadosa da conjuntura Italiana, e direcionada à construção de uma nova cultura. Em seguida, as trajetórias de Raymond Williams e Edward Thompson, e suas contribuições para a formação da Nova Esquerda britânica.

Na tentativa de realizar uma abordagem de cultura a partir da dimensão da totalidade e vinculada ao estudo da práxis social¹², os autores mencionados, compõem um bloco relevante de pensadores que contribuíram enormemente, como vimos enfatizando aqui, para o avanço dos estudos culturais observando os limites do marxismo ocidental em abordar o tema.

Pretendemos ressaltar que não se trata de uma abordagem monolítica de experiências compartilhadas entre os autores, tampouco de analisar cada obra específica. Contudo, nosso interesse será estabelecer uma relação entre o pensamento dos autores no que se refere, principalmente, a dimensão da cultura na

¹² Como se sabe, a práxis é vulgarmente conhecida como categoria que descreve a relação direta entre ideia e ação, mas é preciso destacar que a noção de Práxis no marxismo não está restrita apenas a lógica de interpretação da realidade, mas a sua transformação. No entanto, isso não significa um retorno à consciência comum, do materialismo vulgar ou metafísico. Segundo Vasquez, “o fato histórico de o marxismo ter sido reduzido, e se reduzir ainda em certos casos, ao velho materialismo fecundo pela dialética, ou a um idealismo às avessas que faz dele uma metafísica materialista, pôde se produzir justamente por se ter esquecido ou deixado na penumbra o conceito de práxis como conceito central (não só interpretar, mas também transformar) (VASQUEZ, 2011, p.31).

tradição marxista, com as devidas críticas e aproximações e procurando respeitar os pressupostos de análise de cada um deles.

Vale ainda dizer que os três autores aqui destacados tiveram suas trajetórias fortemente marcadas pela participação no Partido Comunista e pelo trabalho com comunicação panfletária e jornalística, além da atuação na educação de base de jovens e adultos operários- como é o caso de William e Thompson, influência ímpar, para a organização social e política desses sujeitos na sociedade.

1.1 O marxismo ocidental e a Terceira Internacional – as dissidências pós-Stalin

Deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual.

Karl Marx

Eric Hobsbawm (2014), analisando as consequências do stalinismo para o Partido Comunista na Rússia e mundo afora, concluiu que os marxistas supunham que a função da Revolução Russa só podia ser a de provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados- os chamados países ocidentais. Aliás, essa divisão veremos, inclusive, nas apreensões de Gramsci sobre a Itália mais desenvolvida e Itália mais agrária e atrasada- onde estavam presentes as condições para a construção do socialismo. Era o que parecia acontecer em 1917-8, e parecia justificar a controversíssima decisão de Lênin – pelo menos entre os marxistas- de dirigir o curso dos bolcheviques russos para o poder e o socialismo soviético.

Como é conhecido, Lênin, depois da revolução de 1917 e a consequente grande ascensão dos Bolcheviques sob seu comando, abriu caminho para o fortalecimento do comunismo no mundo e todo o contexto desse legado de formação da URSS alavancou a guinada ideológica e política do marxismo nos países ocidentais. Identificar-se com a liderança de Lênin e com o modelo revolucionário de 1917 constituiu a própria base da cultura política comunista.

Para Hobsbawm (2014), na visão de Lênin, Moscou seria apenas o quartel general temporário do socialismo, até que a ideologia pudesse mudar-se para sua capital permanente em Berlim. Não foi por acaso que a língua oficial da Internacional

Comunista, criada como o Estado-maior da revolução mundial em 1919, era – e continuou sendo- não a russa, mas a alemã.

Quando ficou claro que a Rússia ia ser por algum tempo, que certamente não seria curto, o único país onde a revolução proletária triunfara, a política lógica, na verdade a única convincente para os bolcheviques era transformar sua economia e sua sociedade atrasadas em avançadas o mais breve possível. A maneira mais óbvia de fazer isso que se conhecia era combinar uma ofensiva total contra o atraso cultural das massas notoriamente “escuras”, “ignorantes”, analfabetas e supersticiosas com uma corrida total para a modernização tecnológica e a revolução industrial (HOBBSAWM, 2014, p. 367).

O comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados. Essa concepção de crescimento econômico ultrarrápido não deixava de ter apelo, mesmo no mundo capitalista desenvolvido em sua era de catástrofe, desesperado em busca de uma maneira de recuperar seu dinamismo econômico – planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção estatal ultrarrápida das indústrias básicas, e infraestrutura essencial a uma sociedade industrial moderna.

O socialismo, nesse sentido, inspirou vários militantes políticos dos países recém-independentes após a Segunda Guerra Mundial, confrontando seus governos que rejeitavam o sistema econômico comunista. Além disso, a receita parecia eficaz. Entre as duas guerras mundiais, e sobretudo, durante a década de 1930, a taxa de crescimento da economia soviética andou mais depressa que a de todos os outros países, com exceção do Japão, e nos primeiros quinze anos após a Segunda Guerra Mundial as economias do “campo socialista”, cresceram consideravelmente mais rápido que as do Ocidente (2014, p. 375).

Como destaca Hobsbawm, muito curiosamente, nenhuma discussão de “planejamento”, que iria ser o critério central do governo socialista, nem a rápida industrialização, com prioridade para as indústrias pesadas, se encontravam nos textos de Marx e Engels, embora o planejamento estivesse explícito numa economia socializada. Mas os socialistas antes de 1917, marxistas ou não, andavam demasiado ocupados se opondo ao capitalismo para dar muita atenção à natureza da economia que o substituiria, e após outubro, o próprio Lênin metendo, como ele mesmo disse, um pé nas águas profundas do socialismo, não fez nenhuma tentativa de mergulhar no desconhecido. Foi a crise da guerra civil na Rússia que levou as coisas ao ponto crítico. Levou à nacionalização de todas as indústrias em meados de 1918, e ao

Comunismo de Guerra, por meio do qual o Estado bolchevique em guerra organizou sua luta de vida ou morte contra a contrarrevolução e a intervenção estrangeira, angariando recursos para ela (HOSBBAWM, 2014).

As economias de guerra comunistas tendiam naturalmente, por questões de princípio, a substituir propriedade e administração privadas por públicas e a dispensar o mercado e o mecanismo de preços, sobretudo, quando nenhum desses era de muita utilidade para improvisar um esforço de guerra nacional de uma hora pra outra. E, havia de fato, comunistas idealistas - como Nikolai Bukharin -, que viam a guerra civil como a oportunidade de estabelecer as principais estruturas de uma utopia comunista. A sombria economia de crise, a escassez permanente e universal e a alocação não monetária de necessidades básicas racionadas ao povo em espécie- pão, roupas, passagens de ônibus- era entendida como uma espartana mostra prévia de ideal social.

Na verdade, à medida que o regime soviético emergia vitorioso das lutas de 1918-20, era evidente que o *Comunismo de Guerra*, por mais necessário que fosse ao momento, não podia continuar, em parte porque os camponeses se rebelariam contra a requisição militar de seus grãos, que tinha sido a base dessa economia de guerra e das privações dos operários. E, em parte, porque esse regime não oferecia meios eficazes de restaurar uma economia praticamente destruída: a produção de ferro e aço fora reduzida de 4,2 milhões de toneladas em 1913 para 200 mil em 1920 (HOSBBAWM, 2014, p.368).

A partir disso, Lênin introduziu a chamada Nova Política Econômica (NEP), que era uma programática que, na verdade reintroduzia, o mercado e, de fato, recuava do *Comunismo de Guerra* para o *Capitalismo de Estado*. E embora a Nova Política de Econômica desmantelasse o *Comunismo de Guerra*, o controle e pressão do Estado continuaram a ser o único modelo conhecido de uma economia de propriedade e administração socializadas. Lênin nesse sentido, optou por uma transformação gradual. Os radicais, como os seguidores de Trotsky, queriam um rompimento com a NEP o mais breve possível, e uma corrida em massa para a industrialização, que foi a política adotada por Stalin.

Olhando para trás, podemos ver que a razão original para a decisão de estabelecer um poder socialista na Rússia desapareceu quando a revolução proletária não conseguiu atingir a Alemanha. Pior que isso, a Rússia sobreviveu à Guerra Civil

em ruínas e muito mais atrasada do que sob o Czarismo. Dois milhões de pessoas emigraram e com isso o Estado Soviético viu-se privado de grande parte de seus quadros qualificados. Revolução e Guerra Civil os haviam matado, dispersado e transferido outros das fábricas para os escritórios dos aparelhos do Estado ou do partido.

Como reconheceu Lênin com sua habitual lucidez, tudo que o partido tinha a seu favor era o fato de ser, e provavelmente permanecer sendo, o que de fato governava o país. Nada mais tinha. Mesmo assim, o que de fato governava o país era um mato rasteiro de pequenos e grandes burocratas, em média ainda menos escolarizados e qualificados que antes (HOBBSAWM, 2014, p.370).

Além disso, a URSS continuou tão esmagadoramente rural quanto em 1913 e apesar de algum êxito da NEP, o que fez o Partido Bolchevique hesitar foi o custo da alternativa. Significava industrialização à força, uma segunda revolução, mas dessa vez não vinda de baixo, e sim, imposta de cima pelo poder do Estado. Para Hobsbawm (2014) Stalin que era testa de ferro da URSS, era um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos excepcionais, alguns poderiam dizer únicas. Afirma ele, que poucos homens manipularam o terror em escala mais universal.

Com toda forma coercitiva da centralização do poder do partido socialista, e mais a performance peculiar de Stalin o intento estava mais perto de uma operação militar do que de um empreendimento econômico. E, esse regime nunca se mostrou consistente para suportar mais sufocamento dos camponeses e dos proletários e, ademais não se tinha notícias de êxito em torno do sacrifício e do esforço da guerra. Mas, como analisa Hobsbawm (2014), também é verdade que para um país atrasado e primitivo, isolado de ajuda estrangeira, a industrialização sob essa ordem, com todos os seus desperdícios e ineficiências, funcionou de modo impressionante. Transformou a URSS numa grande economia industrial em poucos anos, e capaz, diferentemente da Rússia czarista, de sobreviver e ganhar a guerra contra a Alemanha, apesar da temporária perda de áreas contendo um terço da população e, em muitas indústrias, metade do parque industrial (HOBBSAWM, 2014).

Contudo, se o sistema manteve o consumo da população lá embaixo - em 1940 a economia produziu apenas pouco mais de um par de calçados para cada habitante -, assegurou-lhe o mínimo social. Era uma economia de guerra quase que de subsistência e sucesso econômico alcançado não incluiu a agricultura e aqueles que

dela viviam, pois a industrialização se apoiava nas costas do campesinato explorado. Eram mais taxados e recebiam menos seguridade, o que teve como efeito imediato uma baixa na produção agrícola e, um efeito colateral: a produção da fome em 1932-1933.

Como tantas vezes acontece, isso refletia mais a condição social e política da Rússia soviética que a natureza inerente do projeto bolchevique. Cooperação e coletivização, combinadas em graus variados com o cultivo privado, podem ser bem-sucedidas, enquanto a pura agricultura camponesa tem muitas vezes funcionado melhor para extrair subsídios de governos do que lucros do solo¹³. Contudo na URSS não há dúvida de que toda a política agrária foi um fracasso e muitas vezes copiada pelo menos, inicialmente, por regimes socialistas posteriores (HOBSBAWM, 2014, p.374).

Um outro aspecto de desenvolvimento soviético em defesa do qual pouco se pode dizer foi a enorme e exagerada burocratização que um governo de comando centralizado engendrou, e que nem Stalin pôde enfrentar. Toda tentativa de tornar a administração mais flexível e eficiente simplesmente a inchava e tornava mais indispensável. Nos últimos anos da década de 1930, ela cresceu a uma taxa duas vezes e meia maior que a de empregos em geral. Sob Stalin, a camada superior desses quadros principais era, de “escravos com um poder único, sempre à beira de uma catástrofe” (HOBSBAWM, 2014, p.376).

A terceira desvantagem do sistema, segundo Hobsbawm - aquela que acabou por afundá-lo -, era sua inflexibilidade. Estava engrenado para o crescimento constante na produção de bens cujo caráter e qualidade haviam sido predeterminados, mas não continha qualquer mecanismo interno para variar quantidade (a não ser para cima) e qualidade, nem para inovar, o que fez com que a

¹³ Retomando o legado de Marx e Engels para pensar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin vislumbrou duas possibilidades de seu processamento no campo. No “caminho do tipo prussiano”, o latifúndio feudal é paulatinamente convertido em empresa burguesa, num processo lento e de resultados catastróficos para o campesinato. Já no “caminho de tipo norte-americano”, ou não existe o domínio latifundiário ou, existindo, é destruído pela revolução, que fragmenta a propriedade feudal em pequenas unidades camponesas, patrocinando um desenvolvimento mais rápido e equitativo ao conjunto do campesinato. Referindo-se ao conteúdo destas formas de evolução agrária burguesa, Lênin afirma que, no caminho prussiano “o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-júncers”; já no caminho norte-americano, “o conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês”. Esse caminho também foi observado por Gramsci na Itália, quando sob o fascismo discorria sobre a unificação Italiana, o *Risorgimento*, a chamada *revolução passiva*, pelo alto (Gramsci, 2002, p.331).

“economia subterrânea” crescesse enormemente, no que se refere ao consumo privado, de assistência médica e legal e para os serviços em geral.

Em suma, o sistema soviético foi projetado para industrializar o mais rapidamente possível um território muito atrasado e subdesenvolvido; na suposição de que seu povo se satisfaria com um padrão de vida que garantisse o mínimo social e um padrão de vida material pouco acima da subsistência. A reprodução social dependia do que pingava do crescimento geral de uma economia engrenada para favorecer a rápida industrialização.

De certo modo, isso durou por um tempo e se tornou modelo para diversos países, sem contar nas experiências político-organizativas dos movimentos populares de esquerda europeus. No entanto, o “centralismo democrático” do partido que governava tornou-se simples centralismo, deixando de atuar segundo sua própria constituição partidária. As assembleias anuais de congressos do partido foram se tornando menos regulares, até que, sob Stalin, acabara, sendo imprevisíveis e ocasionais. Os anos da NEP relaxaram a atmosfera não política, mas não a sensação de que o partido era uma minoria sitiada, que podia ter a história do seu lado, mas trabalhava à contrapelo das massas russas. Nos demais países, muitos intelectuais acreditavam que o marxismo deveria então se renovar mediante a aceitação das concepções ideológicas ocidentais (HOBSBAWM, 2014).

De acordo com KONDER (1984), com Lênin morto, em janeiro de 1924, seus sucessores se viram obrigados a enfrentar uma situação complexa e delicada. Como deveriam ser hierarquizadas as tarefas urgentes que tinham diante deles? Quais deveriam ser as metas prioritárias? Trotsky defendia uma linha enfaticamente internacionalista e Stalin liderava a orientação que dava prioridade à edificação do socialismo no único país onde a revolução tinha conseguido triunfar.

Nos demais países consolidavam-se governos de extrema direita ou então social-democratas. A social-democracia se esquivou à sentença de morte ditada contra ela pelo revolucionário Lenin: ao longo dos anos vinte, ela tornou a crescer, duplicando o número de seus filiados nos países capitalistas (subindo de três para seis milhões, entre 1921 e 1928); no mesmo período, nos países capitalistas, o número de comunistas baixava de 900.000 para cerca de 450.000- reduzindo-se, assim, à metade (KONDER, 1984, p.16).

A decisão de lançar a revolução industrial de cima automaticamente comprometeu o sistema com a imposição de autoridade, talvez mais implacavelmente que nos anos de guerra civil, porque sua maquinaria para exercer o poder continuamente era agora muito maior. Foi então que os últimos elementos de

separação de poderes- o modesto, embora minguante, espaço de manobra do governo soviético enquanto distinto do partido- chegaram ao fim. A liderança política única do partido concentrava agora o poder absoluto em suas mãos, subordinando tudo mais (HOBSBAWM, 2014).

Foi nesse ponto que o sistema se tornou uma autocracia sob o comando de Stalin, e uma autocracia buscando impor controle total sobre todos os aspectos das vidas e pensamentos de seus cidadãos, ficando toda a existência destes, até onde possível subordinada à consecução dos objetivos do partido, definidos e especificados pela autoridade suprema. Isso certamente não fora previsto por Marx e Engels, e também não se desenvolvera na II Internacional¹⁴ (ainda com clara influências marxista) e na maioria de seus partidos (HOBSBAWM, 2014, p.378).

É verdade que os austromarxistas, porém não hesitaram em seguir seus próprios e variados caminhos. A ideia de que um Estado socialista forçasse cada cidadão a pensar a mesma coisa, quanto mais a de que dotasse seus líderes, coletivamente, de algo semelhante a infalibilidade papal (que só uma pessoa exercesse essa função era inconcebível), não teria passado pela mente de nenhum socialista importante antes de 1917 (HOBSBAWM, 2014, p.378).

¹⁴ Em 28 de Setembro de 1864 teve lugar uma grande reunião pública internacional de operários no St. Martin's Hall de Londres; nela foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (mais tarde conhecida como Primeira Internacional) e eleito um Comitê provisório, que contava Karl Marx entre os seus membros. A Primeira Internacional teve vida curta e foi dissolvida logo após a derrota da Comuna de Paris em 1871. A Segunda Internacional (Internacional Operária e Socialista): nasceu em 1889 como sucessora da Primeira Internacional. Era uma associação livre de partidos socialdemocratas e trabalhistas, integrada tanto por elementos revolucionários quanto reformistas. Seu caráter progressista chegou ao fim em 1914, quando suas seções mais importantes violaram os princípios mais elementares do socialismo ao apoiar seus governos imperialistas na Primeira Guerra Mundial. Desintegrou-se durante a guerra, porém ressurgiu como organização totalmente reformista em 1923. No início do século 20, a Internacional já estava dividida em três grupos: à direita, o grupo revisionista de Bernstein; no centro, os marxistas moderados de Kautsky; à esquerda, os marxistas revolucionários liderados por Lênin e por Rosa Luxemburgo. Do russo Коммунистический Интернационал (Коммунистический Интернационал) abreviação de Internacional Comunista ou III Internacional, reunião internacional dos Partidos Comunistas de diversos países, que funcionou de 1919 até 1943. A Internacional Comunista foi sucessora e continuadora da Primeira Internacional e herdeira das melhores tradições da Segunda Internacional. A fundação da Internacional Comunista significou a criação de um Estado Maior político-ideológico do movimento revolucionário do proletariado. Lênin foi o organizador e inspirador da Internacional Comunista, que defendeu o marxismo revolucionário frente às deformações oportunistas e revisionistas de direita e de "esquerda". A Internacional Comunista buscou a formação de quadros dirigentes dos Partidos Comunistas e a sua transformação em partidos revolucionários de massa, partidos de novo tipo. Mas, após a morte de Lênin, os congressos anuais da IC foram abandonados. A ascensão do stalinismo na União Soviética levou à degeneração da Internacional. A III Internacional tornou-se um aparato contra-revolucionário a serviço da burocracia stalinista e da coexistência pacífica com a burguesia e o imperialismo, até ser dissolvida por Stalin, em 1943, atendendo às imposições do imperialismo inglês e norte-americano, aliado da URSS na II Guerra Mundial (Mourre, M., 1998) Cf.:

<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>

O que podemos constatar é que a Internacional Comunista passou inexoravelmente a gravitar em torno da União Soviética. Não se pode negar que Stalin tornou-se um ótimo relações públicas junto ao campesinato e sua fama, contraditoriamente, o manteve forte junto a massa de camponeses e pastores que acreditavam que essa era certamente a maneira mais eficaz de garantir a legitimidade do novo regime. O que Lênin, certamente teria identificado como uma adesão espontaneísta das massas diante de todo o caos provocado e do apelo à uma chamada política de “segurança”¹⁵. Mas, no fim, afirma Hobsbawm (2014) e KONDER (1984), Stalin reduziu o marxismo-leninismo a um catecismo bruto e dogmático. A existência de Lênin pressupunha a existência de interlocutores capazes de desafiá-lo, de discutir com ele, de obrigá-lo a aprofundar a sua reflexão teórica, que apesar de não ser filósofo interessava-se por questões teóricas gerais.

O método adotado por Stalin e seu grupo, implicava a destruição sumária de todos os elementos incômodos e perigosos. Stálin liderou um processo que entronizava o método definido por Lukács como ‘oportunismo taticista’: a subordinação pragmática, cínica, da elaboração teórica ao que interessava taticamente em cada momento [...] ao contrário de Lênin, os comunistas da escola stalinista se inclinavam pelo mais crasso objetivismo, desprezavam a teoria, irritavam-se com as contradições, aborreciam-se com as dificuldades inerentes à démarche da consciência dialética (KONDER, 1984, p.16).

¹⁵ Gramsci não assume o “modelo” de revolução, mas pensa que a agitação profunda provocada pela guerra leva à construção de uma “nova ordem” que a Rússia está antecipando e revelando. Mais do que uma análise pontual da guerra civil na Europa, o Sardo vai paulatinamente reordenando seu pensamento sobre a falência da revolução, mas ao mesmo tempo, reafirmando os passos de Lênin, considerando as diferenças para Estados Nacionais Ocidentais, os níveis diferenciados de desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas, que exprimem a necessidade de uma mudança de cultura estrutural a partir da construção de um partido forte e autônomo como quando construídos pelo proletariado e por sua então, hegemonia. Vale destacar que a tomada do poder não se limita às Repúblicas Soviéticas e ao recém-criado Partido Comunista Italiano, mas sim, a construção de um partido revolucionário internacional. Dada a sua visão do Estado revolucionário, o tema da unidade não é para ele um dado interno das lógicas do partido russo, mas um problema internacional, decisivo para os militantes comunistas e para as grandes massas trabalhadoras. Esse poder revolucionário não estava dado, na realidade, deveria ser o ponto pé inicial para a conquista do socialismo, “uma revolução permanente”. Essas ideias estavam presentes sobretudo na célebre carta de 14 de outubro de 1926 ao Comitê central do partido soviético e constitui o momento no qual a visão gramsciana se cristaliza antes da prisão (DANIELE, Chiara (Org.) Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca: Il carteggio del 1926. Torino: Einaudi, 1999. doc. 42, p.404-412). Mais tarde Gramsci, em seus cadernos do cárcere, já com uma visão mais geral e madura sobre os caminhos da Revolução Russa, passa a pensar no papel do Estado ampliado e na ditadura do proletariado como uma questão nacional-popular, dando sentido ao seu pensamento político quando destaca, sobretudo, as principais características do Estado e do papel dos intelectuais Italianos para a formação das ideologias. Lê também, sob a mesma ótica, a crítica ao partido soviético pós-revolucionário, incluindo a visão de Trotsky sobre a acelerada industrialização –coercitiva- como uma forma de bonapartismo. É lícito pensar que Gramsci emprega tal código para evidenciar a incapacidade dos sucessores de Lênin de compreenderem a “guerra de posição” e os limites mostrados pela “construção do socialismo” em termos de hegemonia.

Assim, sob a designação de marxismo-leninismo (expressão que só pôde ser adotada após a morte de Lênin), KONDER (1984) afirma que o marxismo se instrumentalizou atendendo a exigências muito diversas daquelas que Marx se defrontava. Mostra ele, com sólida argumentação, que o conjunto da obra de Marx expressa a elaboração de uma concepção do ser humano, uma concepção da história, que embasam uma crítica filosófica da economia política; seu pensamento se movia num plano que lhe permitia se ocupar muito concretamente de questões políticas, do dia a dia, mas também de questões especificamente filosóficas mais gerais e abstratas. Já Lênin era um teórico político; seu pensamento se movia, em geral, num plano mais comprometido com as condições empíricas da ação; sua perspectiva era muito mais marcada pelas circunstâncias peculiares da Rússia do começo do século XX, do que a perspectiva de Marx sobre a situação da Alemanha e da Inglaterra em meados do século XIX. Assim, “o hífen que ligou o marxismo ao leninismo, na expressão marxismo-leninismo, acabou impedindo que os leitores de Marx extraíssem todas as consequências que essa junção sem reparos havia causado” (KONDER, 1984, p.18).

O marxismo-leninismo esvaziou-se de reflexão autocrítica no interior do movimento comunista. A teoria se transformou em serva da prática (Konder, 1984). Dessa forma, os teóricos passaram a ser mobilizados pelos dirigentes da ação política com o objetivo explícito de justificar as medidas tomadas, sem discuti-las e criticá-las em profundidade,

os marxistas mais criativos, mais inquietos e mais argutos foram ‘neutralizados’, marginalizados ou ameaçados: perderam os meios de influir significativamente na orientação do movimento comunista. Lukács foi obrigado a lamentáveis autocríticas, Karl Korsh foi expulso do Partido, Walter Benjamin teve de permanecer à margem dele; e mesmo Gramsci, que chegou a secretário geral do PC Italiano, acabou sendo vítima de hostilidade de seus companheiros (KONDER, 1984, p.18).

Com esse breve resgate vemos que, parafraseando aquele historiador inglês, o Século XX começou de fato em 1914, com a Primeira Guerra Mundial, e terminou em 1989, com a queda do muro de Berlim. Sem desprezar, a complexidade do lastro político que durante a década de 1960 (em razão, especialmente, dos desdobramentos principais da III Internacional Comunista sobre os Partidos Comunista, do mundo), quando se reorganizam a produção intelectual marxista e os Partidos Comunistas do mundo, onde o caso mais emblemático é o PCI.

Contudo, Coutinho (2006) se refere a esse período como ‘um longo período histórico’ começando em 1956 - quando ocorreu no XX Congresso do Partido Comunista da URSS a denúncia do chamado “culto à personalidade” (eufemismo para indicar os crimes cometidos por Stalin na direção da União Soviética) – e, terminando em meados da década de 1970, quando temos a última tentativa, de transformar o marxismo prático- a ação política inspirada no marxismo- em algo compatível com o “Ocidente”, isto é, com sociedades urbano-industriais mais complexas, tentativa que se manifesta no movimento conhecido como “eurocomunismo”, liderado pelo PCI¹⁶.

Não se deve esquecer que nesta atribulada década, além da renovação dos partidos comunistas, surgiram por toda parte movimentos que, continuando a se opor ao capitalismo e ao imperialismo, divergiam profundamente do modelo adotado nos países do chamado “socialismo real”. O conjunto heterogêneo desses movimentos, que tiveram seu auge principalmente nos anos de 1960, tornaram-se conhecidos, como dito antes, como “Nova Esquerda”.

De acordo com Coutinho (2006),

a denúncia dos crimes de Stalin pelo XX Congresso em 1956, apesar de todos os seus limites teóricos e políticos, desbloqueou o estudo do marxismo e ampliou sua influência em todo o mundo. Data deste congresso a quebra definitiva do quase monopólio da interpretação do marxismo pelos “ortodoxos”, interpretação que – consagrada nos famigerados “manuais” produzidos em série pela Academia de Ciências da extinta União Soviética- constrangiam Marx e a tradição marxista nos estreitos limites do chamado marxismo-leninismo, uma vulgata dogmática que empobrecia drasticamente não só o pensamento de Lênin, mas, sobretudo, aquele de Marx (COUTINHO, 2006, p.73).

O que fica evidente desta interpretação é o veto explícito ao estudo de vários autores marxistas, que na disputa ideológica e política no interior do comunismo, acabaram condenados como “renegados” ou “revisionistas”, tais como Karl Kautsky, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Max Adler, Karl Korsch, György Lukács, Antônio

¹⁶ Sobre a “década longa”, Coutinho (2006) destaca que alguns eventos deram continuidade aos iniciados em 1956, e por outro lado, prepararam o que ocorreu na primeira metade da década de 1970 com a onda de movimentos contestatórios, a saber: “1) nos eventos ocorridos na França em Maio de 1968, quando estudantes e operários ameaçaram a permanência da ordem capitalista; 2) na chamada primavera de Praga, quando uma tentativa de renovação democrática do socialismo (o chamado “socialismo com rosto humano”) foi violentamente reprimida pela invasão militar dos soviéticos e de seus aliados, pondo assim, definitivamente a nu, se ainda fosse preciso o caráter reacionário e repressor do chamado “socialismo real”; 3) e no menos conhecido, mas não menos importante, *autunno caldo italiano* de 1969, quando a classe operária peninsular obteve conquistas que também foram experimentadas pelas classes dominantes como ameaças aos fundamentos do capitalismo” (COUTINHO, 2006, p.68).

Gramsci, os integrantes da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin) e muitos outros.

Nas análises de Konder (1984), disso resultou um terrível empobrecimento do marxismo como teoria, com a perda do seu vigor como fermento criativo e a amputação da sua riqueza como dialética. Diz ele que: *a verdade da práxis cedeu lugar à estreiteza do pragma*. Com efeito, o aniquilamento desses intelectuais encurtou a capacidade crítica do marxismo que era vulgarizado e a União Soviética assumiu traços que se distanciavam daquela imagem que ela apresentava ao mundo nos anos de Lênin.

Três anos após a morte de Stalin, seu sucessor na direção do PC da União Soviética- Nikita Khrushchov- responsabilizou-o pelas anomalias e crimes dos anos precedentes. Como todos os partidos comunistas – imbuídos da convicção de que a solidariedade à União Soviética era a ‘pedra de toque do internacionalismo proletário’- haviam cerrado fileiras em torno do ‘PC guia’, os comunistas do mundo inteiro foram sacudidos pelo relatório secreto de Khrushchov (documento que afinal foi divulgado em ampla escala pela imprensa burguesa, numa eloquente demonstração prática de que a vida política atual não admite que o socialismo encoberte práticas gangsterísticas). Logo após passado o susto, o relatório passou a ser visto por muitos intelectuais marxistas como uma evidência da pobreza teórica a que chegava o marxismo soviético. Os fatos que ele elenca são gravíssimos, porém não se encontra em suas páginas sequer uma tentativa de explicação marxista das causas dos eventos relatados, das condições em que eles puderem ocorrer, apenas de moralismo contra Stalin, sem maiores críticas quanto ao período de terror em que passava a URSS (KONDER, 1984, p. 20).

Iniciou-se assim, a partir do final dos anos de 1950 uma nova quadra histórica - malgrado esforços dos dirigentes e dos ideólogos marxistas-leninistas para conter o movimento que haviam voluntariamente desencadeado. Período que Coutinho denominou de “pluralismo” marxista, em que se passou não só a reler a totalidade da obra de Marx - inclusive os textos juvenis praticamente descartados pela ortodoxia marxista-leninista -, mas também entraram na bibliografia obrigatória dos marxistas ocidentais todos aqueles autores “heréticos” relegados.

Os desdobramentos da Revolução Russa também trouxeram a paulatina separação entre marxistas comunistas e marxistas socialdemocratas, por incongruências cada vez mais nítidas em seus pensamentos, se desintegraram do quadro de um único movimento internacional. As versões comunistas do marxismo foram separadas, apesar de também não serem homogêneas, “ainda que até 1956 o movimento comunista internacional, dominado pelo partido soviético tenha imposto a máxima uniformidade aos partidos que o compunham e aos seus membros”

(HOBBSAWM, 1985, p.16). Então, a partir de 1956 o marxismo diversificou-se apesar desta segmentação política mencionada, forjando paulatinamente, como se sabe, algumas correntes teóricas e políticas: Trotskismo, Luxemburguismo, Bordiguismo, entre outras. Além disso, Hobsbawm (1985) destaca que

muitos desdobramentos originais do pensamento marxista se verificaram à margem ou mesmo fora dos movimentos marxistas e sua relação com o corpus principal (ou com os vários corpi) do debate marxista revela-se problemática, quando não inexistente. História e consciência de classe, de Lukács, foi condenada pelos marxistas comunistas e não-comunistas, mas a obra — em seguida repudiada pelo próprio autor — ganhou uma insistente vida subterrânea. Os cadernos do cárcere, de Gramsci, podem ter sido lidos por Togliatti, mas sua existência permaneceu de fato ignorada até o final dos anos 40. Estes trabalhos entram numa história do marxismo — independentemente de seu valor — por terem exercido influência num momento subsequente; aqui são considerados por serem o produto de um determinado período histórico e refletirem, ou melhor, refratarem as situações históricas a partir das quais ganharam vida. No entanto, sua colocação exata é controversa e, por exemplo, é mais fácil inserir na história do marxismo da Segunda Internacional os trabalhos de Kautsky, de Rosa Luxemburgo e do próprio Lênin, do que achar uma posição inteiramente satisfatória para as obras de Korsch ou de Bloch; do mesmo modo, é também mais fácil, com relação a eles, enquadrar o pensamento de Trótski ou de Bukhárin na história do marxismo da revolução russa e dos debates soviéticos (e do Komintern) dos anos 20, dos quais foram um elemento orgânico (HOBBSAWM, 1985, p. 17).

Essa ampliação do debate interno ao marxismo favoreceu sua difusão, levando a que ficasse conhecido no mundo inteiro, principalmente em sua versão comunista. Os escritos de Marx e Engels ganharam maior protagonismo através do comunismo, não só na Europa, mas também na América Latina e na Ásia. Os estudos sobre esse tema, consultados na pesquisa, mostram que os autores que se declaravam comunistas entre as duas grandes guerras, eram membros ou simpatizantes dos partidos comunistas.

De acordo com KONDER (1984), um conhecimento mais aprofundado da União Soviética, ajudaria, sem dúvida, os marxistas do ocidente a superar seus impasses e suas perplexidades, permitindo-lhes compreender melhor as vicissitudes dos partidos comunistas que atuam nas sociedades em que vivem. Konder se refere às inúmeras tentativas de autores ao redor do mundo em abordar o desenvolvimento e a derrocada do PC soviético, assim como, a ineficácia das análises para pensar essa dinâmica tão complexa. O que não impede aos marxistas ocidentais de “concluírem com firmeza que o modelo soviético não lhes serve e de o repelirem na busca de novos caminhos para a passagem ao socialismo em suas respectivas sociedades” (KONDER, 1984, p. 24).

O verdadeiro sentido da *'batalha das ideias'*, impregna também muitos teóricos do marxismo ocidental, na tentativa de reconstruir novos caminhos sem sufocar as liberdades políticas, “se estão decididos a não sufocar o pluralismo e a não impor o partido único” (KONDER, 1984, p.24). Parece estar claro para os expoentes do marxismo ocidental, como nos alerta Konder, que “não se trata de completar ou corrigir o modelo elaborado por Lênin e desenvolvido por Stalin: trata-se mesmo de superá-lo em bloco, partindo para a criação de novas formas”¹⁷ (KONDER, 1984, p.24).

Importante destacar esse movimento no Brasil e a interpretação de autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni, quando rompem com a vulgata comunista e explicam o capitalismo no Brasil como uma “transição não clássica”, ou seja, processos que não seguiram o paradigma das revoluções inglesas do século XVII ou da grande Revolução Francesa do século XVIII. Na tradição marxista existem dois processos para essa interpretação, a de Via Prussiana, cunhada por Lênin e a de Revolução Passiva elaborada por Gramsci (COUTINHO, 2011, p.224).

Carlos Nelson Coutinho foi um dos principais teóricos marxistas brasileiros que, além de traduzir muitas obras “dos renegados pelo stalinismo”, trabalhou nessa chave de uma *transição peculiar da sociedade burguesa* no Brasil, com forte influência, como se sabe, no âmbito das Ciências Sociais e do Serviço Social brasileiro, especificamente.

Com Hobsbawm, Konder e Coutinho podemos consolidar o entendimento de que Marx e alguns marxistas que o sucederam, não puderam pensar as mudanças operadas pelo capitalismo em suas diferentes fases, sobretudo as que nos afligem desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, o método para o desvendamento do real e para elaboração de uma nova cultura, no sentido de uma nova hegemonia, são enunciações que ficaram como um legado. Como nos diz KONDER (1984), os aspectos mais profundamente inovadores na dialética marxista, nas décadas que

¹⁷ Konder examina as mudanças ocorridos no mundo e nas sociedades ocidentais, que Lênin não pôde acompanhar, destaca desde a do fascismo de Mussolini na Itália e do Nazismo de Adolf Hitler na Alemanha, até as amplas modificações processadas no sistema capitalista. “O capitalismo que controlava a produção, estendeu o seu controle ao consumo, passando a intervir enormemente na propaganda, passou a manipular o comportamento dos consumidores (servindo-se para isso, de um poderosíssimo instrumento novo, a televisão). Tantas mudanças impõem aos socialistas debruçarem-se muito mais na luta ideológica, àquilo que os italianos costumavam chamar de batalha das ideias. As questões de política cultural estão assumindo, portanto, uma importância sem precedentes na história da humanidade” (KONDER, 1984, P.25).

seguiram a morte do Marx, foram sacrificados aos hábitos mentais cientificistas, 'evolucionistas' e crassamente deterministas, que eram usuais na ideologia dominante daquela época, e, por isso, a experiência vulgarizada foi também a de *derrota da dialética*.

1.2 Breve retomada da chegada do marxismo no Brasil, seus principais expoentes e o panorama atual

As primeiras ideias de Marx no Brasil chegam ainda no século XIX, mesmo que isoladamente e de forma difusa por meio das obras de alguns escritores de destaque, dentre outros: Lúcio Mendonça (1884-1909) e Rui Barbosa (1849-1923).

Na passagem do século, o insipiente movimento operário já emitia o acolhimento e a difusão no Brasil das concepções da II Internacional: já existiam núcleos organizados de protagonistas do socialismo [...] na imprensa operária circulavam com insistência duas ideias de Marx: a de que a emancipação dos trabalhadores caberia fundamentalmente à ação dos próprios trabalhadores e a de que os proletários de todos os países precisavam se unir (KONDER, 1984, p.30-31).

Contudo, só tardiamente, assim como aconteceu ao redor do mundo, as primeiras traduções foram feitas, ainda que não fossem traduções clássicas, com o rigor teórico da obra do pensador. A Revolução Russa foi de fato o evento chave que contribuiu para a disseminação do marxismo ao redor do mundo e isso também acontece aqui nos trópicos.

De acordo com Konder (1984), durante muito tempo a evolução das ideias de Marx ficou atrelada à história do desenvolvimento do Estado soviético, o que ajudou a promover a sacralização de seus líderes, Lênin e Stalin. Muitas divergências entre comunistas e socialistas foram exaltadas, mas alguns pontos essenciais eram comuns, como por exemplo, o internacionalismo e o anti-imperialismo e foi o que permaneceu como cultura política no Brasil e o que predominou nos grupos considerados de esquerda.

A adaptação de valores comunistas tradicionais aparece de maneira flagrante na mobilização nacionalista dos anos 1950-60. Integrados à *pecha* do nacionalismo, os comunistas transigiram com os valores internacionalistas, em nome do sucesso de suas estratégias de aliança. Em verdade,

As esquerdas divergiam em muitas coisas, mas adotaram linguagens e palavras de ordem semelhantes, de maneira que às vésperas de 1964, ficou difícil discernir a origem dos projetos defendidos pelos grupos reformistas/revolucionários, se vinham do PCB, dos outros grupos marxistas, dos trabalhadores radicais ou dos cristãos de esquerda (MOTTA, 2013, p.30).

O que se tem de mais consistente sobre a tentativa de dar um ordenamento às ideias de Marx e uma aproximação mais consistente é resultado da inauguração PCB em 1922, onde militantes e intelectuais buscavam através de pesquisas, traduções mais fiéis e também completas porque o que se tinha eram fragmentos de algumas obras esparsas de Marx. No entanto, a primeira tradução completa de seus escritos foi o Manifesto Comunista, em 1924, quando o escrito alcança as prateleiras e debates na Europa a partir de 1848, quando é lançado em autoria com Engels. Ainda que tardiamente, a partir de 1930, começa um impulso na difusão sistemática do marxismo no Brasil.

Entretanto, sublinhamos que os estudos marxistas no Brasil estavam mais atrelados às ideias resultantes da agenda marxista-leninista do que ao acervo teórico do próprio Marx. Os comentaristas e estudiosos que seguiam os ideários soviéticos e da Internacional Comunista ganharam um protagonismo central no discurso que permearam a formação dos partidos comunistas ao redor do mundo, ocasionando inclusive, a instauração de uma espécie de “cartilha” para filiação que deveria ser seguida à risca por seus quadros políticos em formação (KONDER, 2009). Esse receituário estava mais à serviço do Stalinismo, do que qualquer outra coisa. Alguns debates fundamentais da época da II Internacional (aqueles levantados pelas obras de Berstein, Kautsky, Rosa Luxemburgo) chegaram tardiamente no país. De acordo com COUTINHO (2006), o pensamento fundamental e original de José Carlos Mariátegui- explicável por seu contato íntimo com a cultura europeia, sobretudo italiana, e pelo ensejo de elaboração de uma teoria específica do desenvolvimento capitalista na América Latina - não teve lugar entre nós. Para o autor, do ponto de vista estritamente teórico, a *pobreza* de nosso marxismo avançou décadas à frente.

Além disso, o ambiente cultural brasileiro depois do golpe de 1935 e da ditadura de 1937 (Estado Novo) foi árido para a renovação política. De acordo com Konder (1984), os comunistas brasileiros e seus aliados se viram perseguidos e a repressão foi acompanhada pela demonização dos ideários e dos escritos desses pensadores, com especial destaque para as ideias de Marx. Com o advento do Estado Novo a

ofensiva antimarxista se radicalizou. A patrulha se estendeu à cultura de uma maneira geral, como o controle do samba, da arte de tipo expressionista, que foram acusadas de serem “dissolventes da moral” no quadro conservador do capitalismo tardio¹⁸.

Esse lastro de perseguição deixou marcas profundas na cultura política marxista brasileira, encontrando novo esquadro com o fim do Estado Novo e o início da abertura política, que organizada de cima para baixo pela classe dominante, não deixou de contribuir com debates acalorados e enriquecedores, contraditoriamente.

O modo de fazer política - a cultura política - do comunismo ao longo da história demonstrou que

os comunistas brasileiros tiveram momentos de sectarismo e ortodoxia, fechando-se às influências externas e expurgando militantes que não se enquadrassem. Entretanto, tão ou mais frequentes foram os períodos em que mostraram tendência à flexibilidade e à negociação, procurando compor com outras forças políticas em busca de alianças que os tornassem atores relevantes no quadro nacional (MOTTA, 2013, p.31).

Nessas idas e vindas das ideias e práticas políticas dos comunistas no Brasil sugerem pistas de como o PCB se adaptava ao ambiente. Os comunistas se aliaram por diversas vezes à classe dominante como líderes burgueses, demagogos populistas e até fracos mais conservadoras – inclusive alguns explicitamente anticomunistas- “e estes conchavos custaram ao partido perda de prestígio e arranhões graves à sua imagem, ao ponto de comprometer sua identidade própria diante da população” (KONDER, 2009, p.31). Essas alianças tendiam a responder à vulgata do *etapismo* da experiência clássica da industrialização e formação da classe operária, levando a que o partido hipotecasse ao futuro o aprofundamento da ideologia comunista.

Em 1956, veio o XX Congresso do PC da URSS; dando início estrepitosamente a uma ‘desestalinização’ que nunca se aprofundou. Khrushchov pretendeu dar uma estranha explicação do stalinismo com base no chamado ‘culto à personalidade de Stalin’; era uma explicação que nada tinha a ver com marxismo e com a busca das causas materiais mais profundas dos fenômenos históricos, no entanto foi adotada e mantida pelo PC da URSS. Os comunistas brasileiros ficaram abaladíssimos: durante sete meses, o PCB fingiu que ignorava ao relatório secreto de Khrushchov. Quando, afinal, a verdade se impôs, o constrangimento foi enorme (KONDER, 1984, p.37).

¹⁸ Konder (1984) destaca em seu livro, uma série de autores e suas obras, demonstrando o impacto da perseguição político-ideológica aos marxistas, assim como alguns escritos que ressaltavam o caráter “monstruoso e destruidor” dessa filosofia para a cultura brasileira.

A partir daquele momento, iniciada a crise do marxismo-leninismo, o PCB perdeu a possibilidade de garantir um monopólio do marxismo entre nós. “O cisma soviético pôs fim ao monolitismo na escala internacional e a criação do PC do B deu início a uma série de ‘rachas’ no PCB” (1984, p.38). Mas o que aconteceu de mais importante na assimilação das concepções de Marx

foi a criação de grupos de estudos independentes, integrados por intelectuais, pesquisadores, professores universitários que se dispuseram a ler Marx sem os percalços de uma ótica imediatista e reagindo contra a pressão de tipo instrumentalizador. O grupo que se organizou em São Paulo a partir de 1958 é, nesse sentido uma expressão pioneira dos novos tempos: Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Fernando Novaes, Francisco Weffort e Otávio Ianni, mas contou também com a participação de jovens como Michel Lowy, Rui Fausto e Roberto Schwarz (KONDER, 1984, p.38).

O golpe civil-militar que culmina na derrubada do Presidente da República João Goulart, em 1964, organizado pela autocracia burguesa e liderado por militares do alto escalão, reinicia o período de *caça às bruxas* e novas perseguições são direcionadas aos marxistas, culminando no exílio, na prisão e morte de intelectuais e militantes de movimentos e partidos de oposição ao quadro de exceção instalado. Além disso, as leis de censura impactaram diretamente a produção cultural proibindo acesso aos livros, revistas, espetáculos teatrais e toda forma de expressão artística e intelectual que questionasse a ordem socioinstitucional e as atrocidades cometidas pela ditadura.

No entanto, somente no contexto da crise interna da ditadura em torno do ano de 1978 e, sobretudo, nos anos posteriores à abertura política no Brasil (1985) ganha densa expressão as obras dos teóricos marxistas, notadamente, as de Gramsci, Lukács, Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin, Louis Althusser, Eric Hobsbawm, Agnes Heller, Lucien Goldman, entre outros.

As obras de Gramsci, por exemplo, apesar de terem chegado ao Brasil no início dos anos 1960, não tiveram muita difusão por aqui, devido ao próprio momento histórico, em que vários setores da intelectualidade de esquerda radicalizavam a crítica à ditadura que por sua vez também aprofundava o genocídio, a censura e a modernização conservadora da economia. Em verdade, não se vislumbrava nas propostas formuladas pelo PCB (e da cultura marxista que se mantinha sob a sua influência) uma resposta capaz de se contrapor ao desafio colocado pela nova situação. Nas primeiras traduções de sua obra, Gramsci foi apresentado ao leitor

como “um continuador direto do pensamento de Lênin” (COUTINHO, 2009, p.38), o que desprezava as novas questões teórico-política de sua obra. Não existia, por exemplo, nenhuma alusão à possibilidade de que a obra gramsciana pudesse amparar a compreensão do desenvolvimento capitalista desigual (*A Questão Meridional*) e os rastros da democracia e do socialismo no Brasil. Não foi por acaso que enquanto as traduções brasileiras de Marcuse e Althusser tiveram sucessivas reedições as de Gramsci foram injustamente colocadas nos *Remainders* (COUTINHO, 2009), afinal de modos diferentes aqueles pensadores estudavam a dominação burguesa e seus mecanismos sociais e ideológicos de encucação.

Dessa forma, além das condições político-institucionais, o que impacta a obra e a interpretação da teoria marxista, a partir dessa interpretação do autor, é também fruto das condições internas próprias do projeto dos intelectuais comunistas que o idealizaram, demarcando o período de abertura política, conforme já sinalizamos, como o momento que efetiva a maior circulação de expoentes do marxismo, incluindo as universidades e outros núcleos de produção de conhecimento.

Ainda que a peculiaridade da teoria e práxis ensejada pelo marxismo necessariamente, em todos os tempos, incomode as classes dominantes, vemos que a redemocratização a partir de 1985 proporcionou importante avanço crítico, seja na revisão da experiência do PC seja no tocante a compreensão da formação social brasileira e as vicissitudes da autocracia burguesa local no contexto mais geral da divisão internacional do trabalho. A sociedade urbana periférica que emergiu nesse período contará com importante contribuição dos autores renegados pelo stalinismo e que quiseram pensar a dialética das dimensões da totalidade social, incluindo a cultura.

1.3 Os avanços de Gramsci

Ainda que Gramsci não teorize especificamente sobre cultura, suas obras no cárcere, demonstraram preocupação indelével com tal dimensão da vida social, com os rumos da sociedade Italiana no capitalismo em sua fase mais avançada- ou, como destacou Lênin, na sua fase imperialista- e suas consequências para a formação da consciência de classe e da hegemonia do proletariado. Nesse diapasão, que sua obra

ganha centralidade no debate marxista brasileiro, a partir dos anos de 1980, com influência também no Serviço Social e no seu movimento de questionamento das bases conservadoras na profissão.

A presente investigação ratificou que ler Gramsci não é uma tarefa das mais fáceis para a grande maioria dos pesquisadores. Nosso desafio foi imenso para mergulhar nas obras e nas múltiplas categorias teóricas inauguradas e aprofundadas por ele. Apesar de ser um pensador recorrente na literatura do Serviço Social, pensar a cultura à luz de sua obra é desafiador em muitos sentidos. Primeiro, pelo grau elevado de dificuldade que as obras apresentam devido ao contexto de expressão, como cartas com anotações teóricas esparsas, o caráter inacabado e denso, além das muitas marcas do cárcere fascista. Mas, também pelo foco que imprimimos nessa pesquisa de destacar nas obras de alguns pensadores marxistas a compreensão deles sobre *cultura*.

Nos estudos de Gramsci, é comum nos depararmos, por exemplo, com “pares categoriais”: estrutura e superestrutura; coerção e consenso; oriente e ocidente; hegemonia e supremacia; senso comum e bom senso; Estado e sociedade civil; guerra de posição e guerra de movimento, cuja interpretação separadamente poderia nos levar a erros teóricos graves. Este é outro elemento que revela o grau da densidade de sua obra e da necessidade de estar atento para a coerência do método de análise. A questão do método ganha centralidade nos estudos culturais, uma vez que é somente na dimensão da totalidade, que podemos apreender a cultura, levando-se em consideração os diferentes processos e suas particularidades.

Gramsci se destaca como um autor marxista que, como dito antes, tem grande parte de sua obra afinada com os rumos da URSS e da revolução de 1917, apresentando uma reflexão teórica não-linear sobre os caminhos da revolução, sobre a complexidade da dominação e da resistência, portanto não determinada *a priori* pela vivência material da exploração capitalista.

De fato, a URSS se tornou o centro das atenções e serviu como modelo (positivo e negativo) para diversos Estados-Nação, principalmente porque cristalizou a questão do “caminho para o poder” (HOBBSAWM, 1985) como a única experiência revolucionária a construir um Estado dirigido por marxistas permanecendo até o final da Segunda Guerra Mundial. A construção do socialismo deixou de ser um caminho abstrato e meramente acadêmico para transformar-se em experiência concreta.

Assim como muitos jovens marxistas, Gramsci legitimou sem reservas a ação de Lênin e dos Bolcheviques, no sentido da organização das massas para a ditadura do proletariado como instituto de garantia da liberdade. Tal idealização foi sendo aos poucos revista ao longo de sua obra.

Ao contrário de muitos marxistas do *front soviético* – que ao derrotar a dialética, nos termos de KONDER (1984) se revelam como “positivistas” - que concordavam sobre a impossibilidade de construir o socialismo e a revolução em países economicamente atrasados, como era o caso da Itália, Gramsci em seu artigo “*A revolução contra o capital*” escrito poucos dias antes da eclosão da revolução de abril, faz referência à importância da vontade humana organizada como o verdadeiro motor da história. Destaca que

Há mesmo uma fatalidade nestes acontecimentos e se os bolcheviques renegam algumas afirmações de O Capital, não renegam o seu pensamento imanente, vivificador. Eles não são marxistas, é tudo; não retiraram das obras do mestre uma doutrina exterior feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista e que não morre, a continuação do pensamento idealista italiano e alemão e que se contaminou em Marx de incrustações positivistas e naturalistas. E este pensamento coloca sempre como fator máximo da história, não os fatos econômicos, inertes, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam um dos outros, se entendem entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, julgam-nos e adequam-nos à sua vontade, até ela se transformar no motor da economia, na plasmadora da realidade objetiva, que vive, se move e adquire caráter de matéria telúrica em ebulição que pode ser canalizada para onde a vontade quiser (GRAMSCI, A., 1917, p.3) ¹⁹.

Vale destacar que o marxismo e a social-democracia (principalmente a Alemã) foram construídos tangenciados por essa experiência, porém nem todos conseguiram interpretar a própria metodologia de Marx quanto às noções de teoria e prática, sobre a necessidade de ultrapassar a simplória busca de “aplicabilidade” de seu método em experiências particulares e culturas tão diferenciadas. Contudo, Gramsci nesse ponto avança significativamente e sua obra evidencia a trama entre o impacto da revolução e a reflexão sobre categorias da política moderna.

Poderíamos dizer que sua obra avança nas categorias já trabalhadas por Marx e Engels, e se debruça muito mais na cultura e na análise do desenvolvimento das

¹⁹ A tradução para o português encontra-se disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>

superestruturas do que na economia política, constituindo a base de uma visão antideterminista e antimecanicista da história. Já no início do século XX, período em que sua obra é escrita, Gramsci, começa a identificar a necessidade, assim como já fazia Lênin e Rosa Luxemburgo, de compreender a maior complexidade do Estado burguês de seu tempo, onde outras instituições começam a ser criadas para organizar o consenso e possibilitar a adesão espontânea das massas às ideias dominantes que, ele vai denominar de Estado Integral ou ampliado.

De maneira geral, podemos considerar que a filosofia da práxis proposta por Gramsci parte do método dialético para a concepção concreta da história e, soma-se a isso, uma bagagem teórica adquirida por ele desde o início de seus escritos, uma posição claramente antipositivista, inspirada, inicialmente, no idealismo neo-hegeliano de filósofos como Benedetto Croce e Giovanni Gentili. Sua trajetória recebe as marcas da militância política e de sua marcante participação na fundação do Partido Comunista Italiano (PCI).

Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891 em Alles, na Sardenha, na parte mais pobre e mais atrasada da Itália. De família humilde, começara a trabalhar cedo num cartório da província, interrompendo os estudos primários, devido a prisão de seu pai. Simionatto (1995) destaca que na trajetória do pensador, as dificuldades financeiras não o impediram de desenvolver o gosto pela leitura e o interesse político vivenciado com enorme destemor e, não menos, com revolta e ressentimento.

O ponto de partida da revolta de Gramsci derivava do fato de que somente quem possuía meios financeiros poderia continuar na escola, mesmo se não o merecesse particularmente. Essa situação gerará no jovem sardo um forte instinto de rebelião e de indignação contra os ricos, contra as regras do costume tradicional conservador, contra o estabelecido, contra a leis injustas da sociedade do seu tempo (SIMIONATTO, 1995, p.22).

Interessado pelo conhecimento da vida da região e de seu país, no início do século XX, Gramsci pôde acompanhar a grande movimentação que ocorria no cenário econômico e político da Itália, principalmente com a chegada da industrialização. É principalmente nesse período entre guerras, de intensos conflitos sociais tendo como consequência a baixa produtividade agrícola, o desemprego e emigração em massa, que Gramsci está pensando as novas formas de organização da dominação burguesa e de desenvolvimento de seus aparatos, não só na Europa, mas também na América do Norte. As disparidades entre norte e sul, dentro da própria Itália, se acirravam de forma crescente nesse período. “A inserção do país no capitalismo e sua participação

no circuito da economia europeia não ocorreram sem consequências drásticas, especialmente, para os trabalhadores do campo” (SIMIONATTO, 1995, p.23).

Em 1915, ao ingressar na Universidade de Turim, onde cursou letras, ocorreram seus primeiros contatos com o socialismo através de jornais e opúsculos, no entanto em princípio fica restrito ao espírito de rebelião em defesa dos pobres da Sardenha.

Na militância política, na luta ao lado das massas operárias na grande Turim, diante dos problemas reais que lhe permitem a elaboração de um novo modo de pensar imbricado com o movimento da história, da sociedade e com os desafios que a sua época suscitou (SIMIONATTO, 1995, p.27).

O jovem sardo organiza em 1917 a greve dos operários de Turim contra a continuação da Primeira Guerra Mundial. Restabelecida, precariamente, a paz europeia, e entrando a Itália nessa fase de graves perturbações sociais, Gramsci funda e se torna editor- chefe do semanário intitulado *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem)²⁰ que reuniu os mais avançados intelectuais da península. Num primeiro momento, o semanário parecia destinado a prosseguir a velha preocupação gramsciana com a preparação cultural do movimento socialista, tanto que seu subtítulo era “resenha semanal de cultura socialista”. Mas, já a partir de seu quarto número, Gramsci busca fazer com que o semanário deixe de tratar a cultura como “um baú de velhas coisas” e se torne, ao contrário, um órgão de luta para transformar as comissões internas (representações sindicais nas empresas) no que ele chamou de conselhos de fábrica (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011).

Essa organização dos *consigli di fabbrica* (conselhos de fábrica) que, em momentos de greve, ocuparam fábricas e usinas, preparando-se para administrá-las, significava para ele a emanção do “trabalhador coletivo”, o instituto fundamental do

²⁰ O periódico publica narrativas de Gramsci embasadas na visão do Estado bolchevique articulada à ideologia conselhistas que vai desenvolver com a fundação do movimento *Ordine Nuovo* em Turim. A experiência conselhistas extrai alimento original do novo protagonismo operário que na Alemanha e na Itália adquire uma dimensão mais ampla do que na Rússia, mas que é inconcebível, nas suas formas e dinâmicas, sem a interação com a Revolução Russa. Os escritos de Gramsci estabelecem uma constante interdependência entre a politização das massas, a revolução bolchevique, a crise da ordem liberal e capitalista pré-bélica, o problema de reconstruir uma ordem internacional e o colapso da configuração tradicional da sociedade italiana. Mas Gramsci não se limita ao entusiasmo em face da Revolução Russa: ele se empenha em buscar os modos de fazer na Itália o que os Bolcheviques haviam feito na Rússia. “A distância entre o mundo institucional e cultural e o socialismo é radical: os comunistas devem se opor com sua cultura política, sabendo que ‘a crise catastrófica’ na qual se debate a civilização europeia só pode ser detida pela substituição radical do Estado democrático-parlamentar por um sistema de Conselhos operários e camponeses” (GRAMSCI, *L'Ordine Nuovo*, 2 ago. 1919).

novo poder proletário, similar aos *soviets*²¹ na Rússia. Começando a articular a *filosofia da práxis* - em empenhar ação às suas ideias revolucionárias -, em abril de 1920 dirigiu uma greve geral.

No Congresso do Partido Socialista Italiano em Livorno, em janeiro de 1921, foi Gramsci o líder da ala radical que saiu, constituindo-se como Partido Comunista Italiano (PCI). É a partir dessa discussão, que vai formular seu conceito de hegemonia partindo de um novo patamar teórico com estreita relação com o pensamento de Lênin, cujos textos serão traduzidos e também publicados *no L'Ordine Nuovo* (CARPEAUX, 1966)²².

É depois da ocupação das fábricas em Turim e da derrota do movimento operário que Gramsci aos poucos vai abandonando a ideia de que é preciso estudar a fábrica capitalista como forma necessária da classe operária, como organismo político, como 'território nacional', do autogoverno operário. Para atuar efetivamente sobre o conjunto desse "território nacional", formado pela totalidade das relações sociais e não só pela fábrica, era preciso rediscutir a questão do partido revolucionário (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011).

Signatário das diretrizes da Internacional Comunista e de Lênin, Gramsci apoia a "política de frente única" e a necessidade de alianças dos comunistas com as demais forças operárias e socialistas. Indo além, a partir dessa leitura, apresenta suas primeiras apreensões acerca da diferenciação entre as sociedades orientais e ocidentais; ou seja, as condições da revolução socialista nos países da Europa central e ocidental apresentavam-se de forma diversa da Rússia de 1917²³ (CARPEAUX, 1966, p.4). É esta, inclusive, a questão central que o faz pensar nos motivos de muitas regiões da Europa e da Itália, mesmo vivenciando condições concretas de uma

²¹ A palavra "soviète" em russo quer dizer "conselho". Em suas análises sobre a revolução e o movimento de massas, Rosa Luxemburgo (1979) afirma que a Revolução Russa de 1905 criou algo radicalmente novo: o soviète. Para ela, os soviètes constituíam o germe de uma nova forma de organização estatal. Apesar de sua formação datar da Revolução Russa de 1905, estes conselhos não tiveram tão grande importância no desenvolvimento do movimento revolucionário, e só seriam plenamente desenvolvidos em 1917, na segunda Revolução Russa.

²² CARPEAUX, OTTO, M. Revista Civilização Brasileira, 1966. Disponível em:

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>

²³ Segundo Coutinho (2011), Gramsci "Em carta encaminhada ao comitê central do PC Soviético, revelando sua preocupação com os duros confrontos que lavraram o seio do partido, Gramsci já indica que condição para o êxito da revolução socialista é que seja conservada a hegemonia da classe operária sobre os camponeses, o que implica o sacrifício dos interesses meramente econômico-corporativos daquela classe. Tal sacrifício feito em nome da elevação ao nível universal ou ético político da consciência de classe, será para Gramsci a principal condição da conquista da hegemonia" (Gramsci apud COUTINHO, 2011, p.19).

conjuntura revolucionária e de crise, não terem conseguido seguir os passos dos Bolcheviques na Rússia. Na obra carcerária, essa análise já pode ser identificada no tema definido por ele como “Oriente-Occidente”. Isto significa, na prática, o encaminhamento de uma análise histórica, o reconhecimento do terreno nacional e uma reflexão voltada para a compreensão do Estado capitalista em suas particularidades. Esse panorama será inicialmente abordado nas obras, *Literatura e Vida Nacional* e *A questão meridional* (pré-carcerárias).

Parece-me que esta seja a fórmula de uma única frente da *Entente* sob o comando único de Foch. Só que Ilich não teve tempo de aprofundar a sua fórmula, mesmo levando em conta que ele podia aprofundá-la teoricamente apenas, desde que a missão fundamental era nacional, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos da sociedade civil, etc. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Occidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo, o Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas²⁴; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, 1984, p.74-75-grifos do autor).

Podemos dizer que as análises de Gramsci nesse momento, se encontram mais conectadas com a realidade devido sua própria trajetória e são resultados de muitas frustrações, sobretudo, pelo fracasso da revolução socialista no ocidente. É sobre isso, que ele se debruça em muitos escritos que vão do período da Revolução de 1917, até o ano de sua prisão em 1926. Grande parte desses escritos atenta para o avanço do capitalismo na Europa e intensificam sua participação política na busca por parâmetros cada vez mais próximos a sua realidade local. Contudo, já como dirigente do PCI, Gramsci assiste a derrota do movimento operário e o crescente fortalecimento da ditadura fascista na Itália²⁵. Mussolini consegue vencer a crise mais

²⁴ Vale destacar que aqui aparecem referências a uma linguagem militarizada, que, além da descrição de um período revolucionário específico, pode também fazer alusão a outras estruturas possíveis com a mesma função em sociedades mais complexas. Aqui, *casamatas* se referem aos aparelhos da sociedade civil que garantem o consenso com a função de “proteger” o Estado.

²⁵ A ditadura fascista na Itália tem início com Benito Mussolini, “ex-agitador do partido socialista, que passou com armas e bagagens para o lado da burguesia e se incumbiu de vender-lhes a sua interpretação da teoria da luta de classes. Mussolini percebeu logo no começo da guerra de 1914-1918 qual poderia ser o valor supremo, esse mito: a pátria. Aproveitando a ideia de um nacionalista de direita, Enrico Corradini, apresentou à Itália uma ‘nação proletária’, explorada por outras nações e acusou seus ex-companheiros socialistas de utilizarem o proletariado Italiano, para com suas reivindicações, enfraquecerem internamente o país [...] Processava-se a absorção do social pelo nacional, essa fórmula veio a se tornar um dos princípios básicos do fascismo, espalhando tempos depois para outras experiências, como para o nazismo de Hittler” (KONDER, 2009a, P.36-37).

grave do seu regime, só então, iniciou sem freios a opressão totalitária, o que causa grande impacto na atuação de Gramsci tanto na política, quanto na sua função educativa na posição de vanguarda do partido Comunista.

Os mandatos dos deputados oposicionistas ao regime foram cassados e, assim, eles perderam a imunidade parlamentar, levando Gramsci a ser preso em 8 de novembro de 1926, aos 35 anos de idade, confinado na ilha de Ustica, perto de Palermo. Submeteram-no a um regime severo, embora permitindo-lhe escrever cartas e notas.

Com pouco tempo depois de preso, Numa carta à cunhada, de 19 de março de 1927, que Gramsci comunica-lhe sobre um programa de trabalho que diversamente de sua produção pré-carcerária, voltaria para o dia a dia- ele pretendia que viesse a ser algo “desinteressado”, *für ewig, ou seja, “para sempre”*. *Concebe esse trabalho, sobretudo, como um meio privilegiado para enfrentar e superar o desgaste material e moral que seria gerado pela vida carcerária, que ele já previa de longa duração [...] foram 33 cadernos escolares, todos de capa dura, que lhe iam sendo fornecidos à medida que os requisitava ao diretor do presídio* (COUTINHO, 2011, P.80).

Nessa época, sua obra como escritor ainda era pouco conhecida. Os escritos mais veiculados até então, eram ensaios jornalísticos e panfletários acerca de sua experiência com a militância e os Conselhos de Fábrica. Já havia escrito cartas sobre estratégias revolucionárias e muitos artigos para imprensa operária²⁶, assim como alguns informes que circulavam dentro do partido, mas nada disso havia sido publicado em livro. Somente com essa notícia sobre os cadernos escolares escritos na prisão, que ele concebia como um meio privilegiado para enfrentar e superar o desgaste material e moral que seria gerado pela vida carcerária, que ele já previa de longa duração (COUTINHO, 2011a).

A trajetória política de Gramsci marca toda sua obra, não somente pela importante participação como militante e intelectual orgânico do PSI e posteriormente do PCI, mas também pelo contexto histórico que servia como pano de fundo para essa experiência, notadamente: a) o fracasso das revoluções operárias nas sociedades europeias ocidentais, como Itália e Alemanha, e a grande expressão das supremacias

Gramsci aponta que um fato característico do fascismo Italiano foi “ ter se constituído como uma organização de massa da pequena burguesia.é a primeira vez na história que isso se verifica” (GRAMSCI apud KONDER, 2009a, p. 22).

²⁶ Gramsci buscou se dedicar ao jornalismo desde a chegada das primeiras notícias Revolução Russa e é possível encontrar nos artigos seus Gramsci a ideia da revolução como “ato de cultura”. “O jovem jornalista de Turim buscava interpretar os acontecimentos russos sob o ponto de vista da capacidade de expansão de suas ideias-força, como um programa político que era, ao mesmo tempo, uma ruptura com os fundamentos culturais do mundo burguês” (MUSSI, D. X. & BIANCHI, A., 2017).

erguidas nesses Estados; b) assim como, a crise econômica mundial de 1929, que impactou países que não chegaram a passar por revoluções, como era o caso dos Estados Unidos.

Aprofundando a especificidade do capitalismo no Ocidente e sua relação com os Estados, é nos escritos carcerários sob o tema *Americanismo e Fordismo*, que Gramsci revela a lógica de confronto político entre os Estados Unidos e a Europa. Analisa a constituição complexa da sociedade civil como parte do Estado (Estado ampliado) nos Estados Ocidentais, reconhecendo com indeléveis fronteiras de civilização. Essa é, em primeiro lugar, uma ampla mirada histórico-política na qual se baseia sua interpretação analítica de organizações sociais específicas projetadas em escala mundial. A revolução industrial e o avanço do capitalismo para a análise das questões superestruturais dessas sociedades importam muito mais do que uma simples definição geográfica. Segundo Liguori e Voza (2017), nem mesmo o elemento da história bastaria para explicar tal distinção além do seu significado geográfico se o sentido sócio-político da mesma história não fosse influenciado por construções convencionais e históricas, “não do homem em geral, mas das classes cultas europeias que, por meio de sua hegemonia mundial, as fizeram ser aceitas em todo o mundo” (LIGUORI e VOZA, 2017, p.592).

Apesar das lacunas e inexatidões, mencionadas por Coutinho (2011a), e considerando, inclusive, as notas inacabadas e as que foram apenas pontuais sobre determinados temas, os escritos mais relevantes do sardo foram os do período carcerário. O afiado estudioso gramsciano nos assegura que as cartas e os cadernos do cárcere são mais coesos e conferem uma maior organicidade de sentido, atribuídos a leitura política e cultural da época, proporcionando maior clareza para sua interpretação.

Assim, entendemos que para uma interpretação coerente da obra de Gramsci é necessário compreender acima de tudo a tessitura metodológica e dialógica que o teórico confere à sua apreensão, tão singular, sobre a sociedade Italiana, a questão nacional e as diferenças entre o norte e sul da Itália, agrário e urbano respectivamente. Com efeito, Gramsci revela para o mundo o cosmopolitismo dos intelectuais italianos e sua incapacidade de, ainda assim, compreenderem o modo de vida das classes

mais subalternizadas – para ele, a noção de classe subalterna²⁷ revela o caráter político dessa classe, sua heterogeneidade que vai além de operários fabris, e sua relação, numa dimensão de totalidade, com as bases estruturais da sociedade e com o Estado- o que, de certo, impacta numa revolução organizada pelo alto e sem mediações com a massa dos trabalhadores e com os fenômenos sociais e populares. Essas referências cabem aqui, pelo fato de que Gramsci não descola de sua análise de bloco histórico (a unidade entre estrutura e superestrutura), a relação da questão nacional- o que incluiria a ideia de nação- e da história em geral, ou seja, de como histórias particulares vivem o quadro da história mundial. Não podemos deixar de lembrar que Gramsci é um pensador organicamente internacionalista e revolucionário. Para ele, tanto a unidade da Itália quanto da Europa são componentes da mais geral “unificação do gênero humano”, objetivamente inscrita no curso da História, mas que somente a subjetividade comunista é capaz de levar à cabo.

Em sua obras, ‘a práxis’ é uma categoria central. Desde o cárcere, Gramsci tinha substituído o termo marxismo pela expressão que melhor podia caracterizá-lo. Esta expressão é justamente a de filosofia da práxis apresentada como “expressão consciente das contradições existentes na história e na sociedade” (GRAMSCI, 2015, p.1320). Assim, queria enfatizar precisamente a oposição do marxismo tanto ao materialismo mecanicista como à filosofia especulativa em geral, desligada da história real e da atividade prática humana, particularmente da política. Em sua filosofia da práxis destaca,

a dinâmica que envolve diretamente o sujeito político que entendido individualmente ou como inteiro grupo social, não apenas compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento de contradição, e eleva este elemento a princípio político e de ação (GRAMSCI apud SEMERARO, 2006, p.11).

²⁷“As classes subalternas por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função desagregada e descontínua da história da sociedade civil e, por esse caminho, da história dos Estados ou grupos de Estado – onde se organizam as classes dirigentes. Portanto, deve-se estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva a formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovação e de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos de grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral etc” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.273).

Como vimos enfatizando aqui, o propósito de Gramsci era romper com esquemas pré-concebidos, renovar o marxismo analisando as contradições do seu tempo, os fatos históricos concretos, os homens e os grupos sociais reais, até chegar nos nexos da totalidade em movimento por trás da parente fragmentação e normalidade (SEMERARO, 2006).

Como dito antes, frisamos, no período 1914-1918, nos escritos pré-carcerários, já podemos identificar os primeiros temas em torno da questão da cultura, como fica claro no seu debate sobre *cultura e socialismo*²⁸. A cultura apresenta-se como condição necessária ao processo revolucionário, à instalação de uma nova ordem capaz de vivificar a liberdade e a democracia. A ideia de cultura aqui já aparece com vínculos estreitos com uma reforma intelectual e moral do homem, única saída para o alcance dessa liberdade e da emancipação humana²⁹. A preocupação no debate de cultura em Gramsci, significa, em grande medida, apresentar uma leitura do modo de produção e de todo sentido econômico e, sobretudo, político e ideológico da luta de classes no capitalismo (COUTINHO, 2000). Para Gramsci,

é preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em ocasião concreta, responder aos vários estímulos da vida exterior. Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado. Serve apenas para criar marginais, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam na memória certo número de dados e de datas que vomitam em cada ocasião, criando assim quase que uma barreira entre elas e as demais pessoas. Serve para criar aquele tipo de intelectualismo balofo e incolor, tão bem fustigado duramente por Romain Rolland, intelectualismo que gerou toda uma caterva de presunçosos e sabichões, mais deletérios para a vida social do que os

²⁸ Carlos Nelson Coutinho em sua obra "O leitor de Gramsci" organiza a obra do sardo a partir de temas específicos com o objetivo de direcionar e organizar a leitura dos escritos pré-carcerários e dos cadernos do Cárcere, enfatizando, sobretudo, a ideia de continuidade dessas obras e não de ruptura entre um jovem Gramsci e um Gramsci maduro. Coutinho sublinha que "o momento de continuidade não deve ocultar o de relativa descontinuidade, que se manifesta não apenas no surgimento de novas temáticas nos apontamentos carcerários, mas também no fato de que o vínculo com a conjuntura é mais evidente nos escritos juvenis, quando Gramsci não dispunha do "distanciamento" possibilitado pelas condições em que foi forçado a escrever os cadernos na prisão" (COUTINHO, 2011, p.19).

²⁹ A revolução era, portanto, um fenômeno eminentemente inclusivo, no qual a direção dos maximalistas sobre os demais grupos era resultado de sua maior capacidade de afirmação cultural. Em agosto de 1917, Gramsci insistia na semelhança entre o que entendia por cultura e a revolução em curso. A revolução representava a "substituição de valores, de pessoas, de categorias, de classes" (GRAMSCI, 1982, p. 282). A essa altura, já havia concentrado seu interesse na elaboração programático-partidária, mas o problema da cultura se mantinha como elo de ligação com sua origem como cronista corrosivo da vida cotidiana.

micróbios da tuberculose e da sífilis o são para a beleza e a saúde física dos corpos (GRAMSCI, *Socialismo e Cultura*, 29 de janeiro de 1916).

Os temas em torno da cultura presentes na obra de Gramsci desde antes do cárcere, e, evidenciadas, sobretudo, pela sua trajetória como jornalista e cronista da vida cotidiana, marcaram fortemente os temas críticos desenvolvidos acerca da filosofia de Benedetto Croce e também de Francesco De Sanctis, como uma combinação da perspectiva popular com o mundo artístico³⁰. Mostra, inicialmente como Gramsci elabora uma crítica cultural a partir da necessidade de superação das condições passivas nas quais se formara o Estado nacional Italiano, esmagado em suas mais altas pretensões tanto pela afirmação de uma tradição cosmopolita a antipopular entre os intelectuais, como pelo caráter conservador e antidemocrático do Estado nascente (MUSSI, D.X.H, 2017, p.58). A partir desses escritos, cuja crítica já pode ser evidenciada numa dimensão mais ampla, podemos inferir que tal debate segue apoiado em complexo acervo categorial, com vistas a uma análise do modo de vida das classes subalternas na sociedade capitalista e ao processo histórico e dialético que envolve essa dinâmica. A própria noção de “classes subalternas” em suas primeiras apreensões nos escritos pré-carcerários, como ressaltamos anteriormente, transita de uma noção empregada para designar a submissão de uma pessoa a outras, especificamente no contexto da hierarquia militar, para posteriormente, nos Cadernos do Cárcere, demarcar seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis.

³⁰ “Gramsci percebia na historiografia de Croce uma relação de oposição e subordinação da política (o momento da luta) pela cultura, a qual criticava por seu caráter livresco e opunha a isso a ideia de identidade entre história, cultura e política (Q10, II, § 2, P. 1242). Nesse sentido, ainda, ao recuperar o pensamento democrático de De Sanctis de maneira diferente da interpretação feita por Croce, Gramsci procurou relocalizar o lugar dos intelectuais: “a filosofia de uma época não é a filosofia de um ou de outro filósofo, de um ou de outro grupo de intelectuais (...) a filosofia de uma época não é senão a história dessa época” (GRAMSCI, 1975 apud MUSSI, D.X.H, 2017, p.58). É, pois, com esse pensamento que Gramsci fala de filosofia e concepção de mundo, da maneira pela qual se escreve a história da sociedade de acordo com a ideia que se pode ter dela. É preciso olhar para a história da cultura e desvendar essas relações. Os intelectuais italianos, na sua concepção, haviam sido historicamente incapazes de formular seriamente a respeito da tradição nacional. Não foram capazes de pensar a si mesmo, genialidades individuais, como ativamente incorporados política e socialmente nos processos nacionais. A história da cultura deveria levar em conta, dessa forma a ideia de uma “gramática histórica” que não poderia não ser comparada. Uma história que levasse em conta portanto o “fato linguístico” e extrapolasse seus limites em relação a língua “cult”; que considerasse ainda, o ponto de vista mundial, no qual as histórias nacionais, “particulares”, são apenas enquadramentos (GRAMSCI apud MUSSI, 2017, p.43).

Como dito antes, na obra do Gramsci que não existe um tema específico acerca da cultura, não sendo possível destacar pontualmente onde se localiza tal discussão apartada de um complexo categorial, isso se deve ao próprio significado que esta adquire ao longo de toda sua produção intelectual. Contudo, uma das principais chaves para o debate da cultura, se encontra na relativa autonomia defendida por ele das superestruturas da sociedade, podendo inclusive determinar a base material em alguma medida. Assim,

é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas. É necessário movimentar-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações. Da reflexão sobre esses dois cânones pode se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica. Todavia deve se distinguir no estudo de uma estrutura os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados 'de conjuntura' (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. (GRAMSCI, 1984, p.45-46).

Tal apreensão está fundamentada no prefácio de 1859 à *Contribuição à crítica da economia política* de Marx e Engels, e é aprofundada pela sua leitura dos textos de Nicolau Maquiavel³¹. Gramsci aponta para as reais possibilidades de transformações sociais, enfatizando o caráter contraditório e dialético da história e da ação política desenvolvida por agrupamentos de classes em determinados períodos. Para ele, frequentemente incorpora-se o erro de não saber o que é orgânico e o que é ocasional. O economicismo presente em parte da literatura marxista, impacta

³¹ Nicolau Maquiavel (1469-1527), foi um filósofo italiano nascido em Florença que influenciou os escritos políticos de Gramsci, principalmente com sua obra "*O príncipe*"- grande referência para o sardo a importância do partido político, denominado por ele de "*moderno príncipe*". Para Gramsci, "o caráter utópico do príncipe na obra de Maquiavel, consiste em que 'essa figura' não existia na realidade histórica, não se apresentava ao povo Italiano com características de imediatismo objetivo, mas era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do chefe, do *condottiero* ideal [...] Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser o príncipe para levar um povo à fundação do novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico; na conclusão, o próprio Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo, mas não com o povo genericamente entendido, mas com o povo que ele mesmo convenceu com o seu desenvolvimento anterior, do qual ela se torna consciência e expressão, com o qual ele sente-se identificado (GRAMSCI, 1984a, p.7).

visceralmente essa apreensão, “num caso, superestimando as causas mecânicas; num outro exaltando-se o elemento voluntarista e individual” (GRAMSCI, 1984, p.46).

É nesse sentido que Gramsci enfatiza a teoria da correlação de forças políticas de classes e frações das classes sociais, em diferentes períodos históricos, provocando ondas de oscilações que permitem, em cada tempo, reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura da sociedade, e, localizar a fórmula política-histórica de revolução permanente. Para ele, na “relação de força” é necessário distinguir diversos momentos ou graus que fundamentalmente são:

1) A relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura. Objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser medida com o sistema das ciências exatas ou físicas. À base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção [...] 2) o momento seguinte é a relação das forças políticas: avaliação do grau de homogeneidade, de auto-consciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Por sua vez, esse momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, da forma como se manifestam na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante. Assim, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo do grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 1984, p. 49).

Gramsci destaca que esta última fase é exatamente a fase política, onde identifica a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. É a fase em que as ideologias germinadas se transformam, nas palavras do pensador, em *partido- o moderno príncipe-* tanto em seu sentido estrito, como parte da burocracia; mas, também num sentido amplo e carregado de sentimentos comuns, partilhado pelo grupo social que representa. Expressa todas as questões fundamentais em torno das quais se acende a luta, não num plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim, “a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 1984, p. 50). Tais análises nos permitem compreender a

importância do entendimento da cultura e de seus vínculos para a criação de hegemonias nas disputas políticas, em torno da dominação sobre o modo de vida.

Para Gramsci (1984), a cultura é apontada como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação – forjada pela dominação burguesa - e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo que fundamentam a hegemonia do capital. É organização no plano de uma nova coletividade, envolvendo disciplina do *próprio eu interior*, apropriação da própria personalidade, numa só expressão, de fato, envolvendo conquista de consciência superior; sendo graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por *evolução espontânea*, continua Gramsci, “não ocorre por ações e reações independentes da própria vontade como ocorre na natureza vegetal e animal, onde cada ser singular seleciona e especifica seus próprios órgãos inconscientemente, pela lei fatal das coisas” (1984, p.43).

O homem é sobretudo espírito, ou seja criação histórica, e não natureza [...] só pouco a pouco, de estrato em estrato, a humanidade adquire consciência de seu próprio valor e conquista o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se afirmam historicamente num momento anterior [...] toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados de homens antes refratários e unicamente preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político para si mesmos sem ligações de solidariedade com os outros que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI, 1984, p.43).

Para Gramsci, o homem nesse sentido é vontade concreta, isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam essa vontade,

[...] deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa – objetivos ou materiais com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo [...] por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana” (1984, p.47-48).

O problema da *vontade ou vontade geral*, é conduzida por Gramsci nos cadernos do Cárcere a partir do conceito de “vontade nacional-popular” efetivando um princípio de universalização, e representa a vitória do interesse comum sobre os

interesses privados, estando diretamente vinculado à noção de hegemonia, “a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 1984a, p.67). De acordo com Frederico (2020), Gramsci procura ligar não só os indivíduos entre si como também os indivíduos com a “necessidade histórica de um drama real e efetivo”.

Há um claro movimento de transcendência: ir além do momento presente, recusando os grilhões da férrea necessidade e, também, o desejo de universalização, de superação da mera individualidade, pois nesta ficamos restritos à “vontade de todos”, isto é, a somatória dos interesses privados. Na “vontade coletiva nacional-popular”, há, contrariamente, uma superação da esfera privada, dos interesses econômico-corporativos, que faz nascer uma consciência ético-política. Os indivíduos, então, manifestam plenamente a sua sociabilidade, são “indivíduos sociais” (GRAMSCI apud Frederico, 2020).

Como avesso de nacionalismos exacerbados, tal como levado à cabo por ditaduras fascistas, como ocorre na Itália, Gramsci revela seu sentido de nacional-popular com uma proposta conhecida:

Maquiavel ou o moderno Príncipe, isto é: uma interpretação da obra de Maquiavel contra a tradição das leituras burguesa e fascista e, portanto, a reelaboração de uma política republicana, porém na perspectiva comunista. Substituindo o mito burguês do salvador e o fascista do Condutor pela prática do partido proletário como ação auto emancipadora, Gramsci reata com a tradição humanista do renascimento em sua vertente republicana. Sob esse aspecto, o papel decisivo que tem em seu pensamento a relação sociedade política-sociedade civil tem como fonte não apenas Marx e Hegel, mas também Maquiavel (CHAUI, 2011, p.96).

Assim, para o Sardo, o passo para a construção de uma nova cultura - essencial para transformação da vida material -, possibilita a construção de uma nova visão de mundo e de uma proposta transformadora de sociedade a partir de ‘baixo’, fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical que “envolva toda a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis” (GRAMSCI, 2002, p.268). Portanto, é no campo das experiências concretas, na interlocução crítica com a cultura que se dão os embates com os projetos políticos existentes no movimento real da história que, para Gramsci; o que é alcançado progressivamente à medida em que o *homem* avança na compreensão de si mesmo, na elaboração de uma concepção de mundo própria, de uma teoria do conhecimento com métodos que “cada pesquisa científica cria para si da forma mais adequada” (GRAMSCI apud SEMERARO, 2006, p.17). Interessante destacar que a discussão de método é recorrente nos cadernos do cárcere, inclusive, incluindo a

preocupação de desvelamento das ideias do próprio Marx, do marxismo e de outros intelectuais, que Gramsci seleciona no debate que realiza.

E, nesse quadro, Gramsci (1984) deixa nítido que estes critérios metodológicos podem adquirir visibilidade, dialeticamente em todo o seu significado, quando os aportes filosóficos são aplicados ao exame dos fatos históricos concretos. Por exemplo, os acontecimentos que se verificam na França de 1789 só alcançam significado teórico na experiência histórica posteriormente, com o desenrolar da vida concreta e do pensamento sobre a mesma. Efetivamente, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789. Não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os grupos novíssimos que acreditam já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789. “Assim ela demonstra a sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo” (GRAMSCI, 1984, p. 47).

Novamente é possível observar que a concepção de hegemonia do pensador é central para o esclarecimento dessa relação recíproca e dialética entre estrutura econômica e superestrutura ideopolítica, expressando a forma como as classes sociais se relacionam e exercem as suas funções no interior do bloco histórico capitalista. Neste, as forças dominantes sofrem a oposição das forças emergentes dominadas, num processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social, porém desmistificando os desejos e paixões imediatas e organizando a ação política quando se trata “não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente futura” (Idem, p.50).

Esse é um debate que busca referências conceituais na célebre passagem do Dezoito Brumário de Louis Bonaparte onde Marx (1987) sublinha que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua própria vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente” (1987, p.132). É a partir dessa passagem que Gramsci, inclusive, pensa a relação entre política e economia na obra de Marx e identifica a estrutura econômica com o conjunto das relações sociais, ou seja, com a totalidade. A diferença está essencialmente, como já destacamos, para a identificação das novas formas de dominação apresentadas em sociedades mais desenvolvidas, com relações sociais mais complexas, onde a forma de *revolução permanente* e insurrecional vai abrindo

espaço para a *guerra de posição*, apontando a necessidade de criação de uma nova hegemonia através de uma estratégia revolucionária mais lenta e gradual, o que não impede que forças insurrecionais possam surgir de alguma maneira. O que nos leva a crer que não pode ser caracterizada como uma substituição simples, sendo exigência a *formação do novo homem* e isso implica variadas mediações sociais.

Vale destacar aqui que Gramsci não abandona, como apontam equivocadamente alguns estudos, a ruptura direta com o Estado burguês e a “tomada do poder” por meios combativos diretos - a *guerra de movimento* -, mas, sua argumentação avança no sentido de ampliação de estratégias para ação³².

A grande guinada de Gramsci para a concepção de “mudança” - rompimento com o velho e fundação do novo -, está voltada para a *capturação da necessidade humana* e não na ideia que, invariavelmente, é veiculada em grande parte das leituras de sua obra sobre o questionamento da “trincheira” e do caráter “militarizado” da revolução.

Para Gramsci, uma sociedade para converter-se em outra, deve contar com a vontade de indivíduos inseridos em dada classe social, a partir de conflitos comuns vivenciados por um grupo (que não é homogêneo em seus costumes), mas que partilha de um mesmo incômodo ou apresenta um “estranhamento” sobre a ordem instituída pela classe social hegemônica. Mesmo não sendo homogêneo, há de se considerar nesse grupo (fração da classe dominada e subalterna) seus aspectos mais coletivos, as necessidades em comum, ou, corre-se o risco de perder o essencial na luta política- a organização da luta voltada para a construção de sua fase mais profunda e radical culminando, ao fim, na destruição dos equilíbrios entre os interesses das frações da classe dominante, para a construção de outros, dos novos valores que rompem com a dominação burguesa.

Quando Gramsci destaca a hegemonia como direção intelectual e moral, afirma que essa direção deve exercer-se no campo das ideias e da cultura, manifestando na

³² Na disputa pela direção do debate e da ação comunista, ganhou força uma visão reformista da obra do sardo, no período posterior a Segunda Guerra Mundial, veiculado no interior do próprio PCI, posteriormente a sua morte. A ênfase dos protagonistas dessa visão era de uma interpretação compartimentada da obra de Gramsci, retirando a perspectiva revolucionária a partir de um suposto “abandono da ação direta” em detrimento apenas de estratégias anteriores e planejadas de ação, portanto, parcial e conciliatória, induzindo a um sentido de oposição dessas duas frentes de ação. Segundo SEMERARO (2006), essa visão limitada do pensamento de Gramsci fica clara na III e na IV Internacional Comunista.

organização política da mudança a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. A constituição de classe, é assim compreendida por ele, ao longo de sua obra à luz do par categorial subalternidade/hegemonia.

A hegemonia possível se firma na hegemonia do impossível, na conjugação do reino da necessidade com o reino da liberdade. “É através da imaginação, mas também da conceituação do impossível, que se descobre o possível. O possível é o resultado da submissão do impossível ao critério de factibilidade (GRAMSCI, 2004, p.127)”. A *possibilidade* tem relação com a vontade coletiva, enquanto direção consciente, na construção de uma realidade nova e fora de qualquer *oportunismo*. Para Gramsci, somente pela ação política é possível mover os limites de uma dada correlação de forças políticas, que ao fim e ao cabo, garantem a hegemonia dominante.

O máximo fator da história [não] são os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser (GRAMSCI, 2004, p.127, *apud* COUTINHO, 2009, p. 33).

A prisão de Gramsci, em 1926, sentenciou o comunista a cinco anos de confinamento, mas o adensamento do fascismo de Mussolini, no ano seguinte, elevou a pena para tenebrosos 20 anos. Conforme sublinha Carpeaux (1966), em 1933 os sintomas da tuberculose dos ossos tornaram-se evidentes. A doença fez progressos rápidos. E como as autoridades fascistas não quiseram que o preso morresse como mártir dentro dos muros do cárcere, em 1934, Gramsci foi solto para tratar-se. Apenas três anos após, contando com apenas 46 anos, Gramsci morreu numa clínica particular em Roma. Em seu julgamento, o promotor teria afirmado que “é preciso impedir este cérebro de pensar por vinte anos” (Coutinho, 2009). Na verdade, só o que o fascismo pôde neste momento foi impedir Gramsci de participar ativamente da resistência comunista e sua experiência concreta retrata o alcance coercitivo do Estado moderno capitalista.

Isso explica as condições da sua produção intelectual e o legado de Gramsci para o marxismo, em especial o avanço de uma leitura crítica da sociedade e do Estado moderno, a partir do que denominou de *filosofia da práxis*, onde foi possível compreender o nexos orgânico entre economia e política, entre filosofia, política e

cultura (SIMIONATTO, 2011). Seu legado levantou reflexões sobre a possibilidade de construção de um projeto de sociedade diverso do capitalismo, caminhando para uma perspectiva revolucionária e não meramente elucubrações voluntaristas e idealistas.

Por ser um crítico da política (COUTINHO, 2003; SIMIONATTO, 2011), Gramsci não se distancia do legado de Marx nas análises da unidade dessas esferas, alegando que isto ocorre mediante o desenvolvimento dialético das contradições entre homem e matéria, ou seja, entre natureza e forças produtivas, entre “vontade humana (superestrutura) e estrutura econômica”, assim como na política ocorrem as relações entre Estado e Sociedade Civil.

O estudo das categorias evidenciadas em sua obra mostra o importante debate aberto, com capacidade para decifrar as transformações societárias, em especial da forma social capitalista, sublinhando a necessidade da direção ético-política que forme o novo homem e a nova sociedade.

Do jovem Gramsci ao Gramsci da maturidade encontramos fortemente impregnada em seu pensamento, a preocupação constante com a construção de um novo projeto civilizatório, de uma nova civiltà capaz de vencer os desafios da modernidade e construir uma democracia “de baixo para cima”, uma democracia econômica, política e social. Em sua breve trajetória de vida, deixa, como legado, um pensamento crítico comprometido com a realidade essencialmente marcada por processos de exclusão social, por antagonismos e diferenças sociais, regidos por regras tradicionais conservadoras, pelo instituído, pelas leis injustas, quase sempre utilizadas em função da manutenção de privilégios (SIMIONATTO, 2001, p.7).

Os desafios da ação política e organizativa da contemporaneidade - tendo em conta as expressivas derrotas sofridas pelos movimentos e lutas sociais no capitalismo mundializado e financeirizado - demonstram que precisamos avançar na percepção teórica das experiências concretas da vida capitalista, destacando, em especial, a América Latina tendo em conta que esse continente, como já salientamos, foi a primeira região do mundo, com a natural exceção da Itália, a entrar em contato mais estreito com a obra de Gramsci. De acordo com Coutinho (2006)

Já em 1950, ou seja, apenas três anos depois da edição italiana, uma editora de Buenos Aires ligada aos comunistas, a Lautaro, publicou uma tradução espanhola dos *Cadernos do Cárcere*; entre 1959 e 1962, a mesma editora pôs a disposição do leitor de língua castelhana quase todos os volumes dos *Cadernos* na velha edição temática de Togliatti e Felice Platone. No Brasil, a publicação em português de quatro volumes desta mesma edição, bem como de uma antologia da edição Fubini-Caprioglio das *Cartas*, teve lugar em 1966 e 1968 (2006, p.60-61).

Apesar desse pioneirismo, os estudos de Gramsci carecem de aprofundamento, em especial, pelo alcance da dominação burguesa nos dispositivos culturais, hoje. Isso significa, portanto, maior complexidade para formulação de uma vontade coletiva contra hegemônica e para definição de estratégias políticas de superação dessa ordem e da criação de uma nova cultura. Não se trata, nesse caso, da transposição mecânica de sua análise e categorias para nossa realidade, mas sim, de entender o *corpus* do seu pensamento e tentar formular chaves explicativas sobre a experiência concreta de hoje. Frisando a relação dialética entre as dimensões da vida social em sua totalidade, afirmando a cultura como parte da especificidade humana e condição de sua expressão essencial.

1.4 Williams e Thompson: A formação da nova esquerda britânica

Como sinalizado antes, a segunda influência teórica de nossa pesquisa é formada pelas obras de uma dupla de intelectuais ingleses que seguiram ancorados na Teoria Marxiana, mas confrontaram a *vulgarização soviética*, desenvolvendo uma rica trajetória intelectual em torno da temática da cultura. Seguidamente, apresentamos uma síntese das principais elaborações de Raymond Williams e Edward Thompson.

Iniciamos lembrando que é na década de 1970 que Williams (1921-1998), intelectual e professor de jovens e adultos, juntamente com Richard Hoggart, e outros dissidentes da crise instaurada no Partido Comunista Britânico, definem um “novo campo de estudos”, que ficou conhecido como Estudos Culturais ou Materialismo Cultural. A partir de uma perspectiva materialista da história e partindo das análises de Marx e Engels, os intelectuais da Nova Esquerda perseguiram uma abordagem de cultura que pudesse estar mais afinada com as transformações ocorridas na Europa naquela conjuntura, principalmente na Inglaterra no final do século XVIII, em razão das transformações políticas e econômicas decisivas para forjar o modo de produção capitalista.

Os primeiros representantes da nova esquerda, e aí podemos também incluir Thompson, criticavam fortemente o economicismo sem mediação de correntes mais conservadores do marxismo, onde a determinação das contingências econômicas prevalecia nas análises do movimento histórico da sociedade. A crítica incidia

diretamente sobre o que se chamava de materialismo economicista, marxismo idealista e materialismo mecânico (MATOS, 2012).

Durante muito tempo os estudos culturais marxistas permaneceram na penumbra, devido, principalmente, ao fato da cultura ser objeto de campos teóricos muito distantes da *crítica da economia política*, prevalecendo estudos funcionalistas, fenomenológicos e weberianos. As formas de apropriação mais vulgarizadas do marxismo reforçaram essa visão, quando separaram ainda mais a cultura da sociedade e da vida material. As principais críticas foram direcionadas ao idealismo Alemão e ao Estruturalismo Althusseriano³³. Conforme destaca MATOS, (2012),

Em lugar de [se] fazer a história cultural material, que era a fase radical seguinte, ela [a cultura] tornou-se dependente, secundária, 'superestrutural': um campo de 'simples' ideias, crenças, artes, costume, determinado pela história material básica. O importante, no caso, não é apenas o elemento de redução; é a reprodução, de forma alterada, da separação entre 'cultura' e vida social material, que tem sido a tendência dominante do pensamento cultural idealista. Assim, as possibilidades totais do conceito de cultura como um processo social constitutivo, que cria 'modos de vida' específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear. Ao mesmo tempo, a significação do conceito alternativo de cultura, definindo a 'vida intelectual' e 'as artes', foi comprometida pela evidente redução a uma condição de superestrutura (WILLIAMS apud MATOS, 2012, p 25).

Raymond Williams nasceu no País de Gales, Reino Unido, no ano de 1921. Neto de agricultores e filho de um trabalhador ferroviário, Williams cresceu num ambiente no qual os ferroviários votavam no Partido Trabalhista Britânico e os pequenos fazendeiros votavam majoritariamente no Partido Liberal (TAVARES, 2008).

Influenciado pelo pai socialista, teve suas primeiras aproximações aos escritos de Marx e Engels aos 14 anos, quando pensava apenas em ser um escritor e não tinha interesse em frequentar a universidade. No entanto, por bom desempenho no colégio, Williams ganha uma bolsa e, aos dezoito anos, vai para Cambridge fazer o curso de Letras em inglês.

Além dos estudos, se dedicou à militância estudantil, sendo membro do Partido Comunista e do Clube Universitário Socialista de Cambridge (CEVASCO, 2012). Com o seu ingresso no PCGB, se aproxima de um grupo de historiadores, dentre eles, Christopher Hill, Victor Kiernan, John Saville, Rodney Hilton, E.P.Thompson e Eric

³³ Essa problemática será melhor desenvolvida adiante no item sobre o significado de cultura para os teóricos da nova esquerda.

Hobsbawm, com o qual dividia a responsabilidade de escrever panfletos e artigos para o Partido Comunista.

No inverno de 1940, decidiu alistar-se no Exército Britânico, mesmo sendo esta decisão contrária às diretrizes do Partido Comunista. Entretanto, teve que esperar até junho de 1941 para fazer seus exames em Cambridge. A posição contrária do Partido Comunista ao alistamento motivou Raymond Williams a se desligar do Partido, não formalmente, mas não renovando sua adesão. Ele ainda se filiaria ao Partido Trabalhista no início da década de 1960, mas desligando-se após dois anos, manteria o que podemos chamar uma posição independente (TAVARES, 2008, p.7).

Assim como Thompson, que também fazia parte do Partido Comunista à época, e se desligou depois, ambos atribuem em parte de suas obras o rompimento com os ideais do partido que estavam de fato vinculados à ortodoxia que vinha da então União Soviética, quando as notícias das atrocidades cometidas pelo governo de Stalin vieram à tona e, sobretudo, quando da invasão soviética da Hungria, em 1956³⁴.

A partir de então, o alinhamento de alguns pensadores marxistas com o Partido Comunista foi rompido. Fazia-se, pois, necessário rever o pensamento marxista, de forma a pensar novas bases para a transformação social. Assim, alguns destes intelectuais, como Raymond Williams, Edward P. Thompson e Richard Hoggart, saíram do partido e formaram o que ficou conhecido como “Nova Esquerda”. Este movimento posicionou-se ao mesmo tempo contra o elitismo e o conservadorismo da direita e contra o dogmatismo e o reducionismo da esquerda stalinista (TEIXEIRA, 2008, p.8-9).

Thompson e Williams também tinham uma inserção nas universidades tradicionais britânicas, onde passaram a desenvolver projetos de intervenção de caráter político e social. Assim, tornaram-se professores da Worker’s Educational Association, uma associação voltada para a educação de trabalhadores. Preocupados com uma educação pública que divulgasse e defendesse os valores da cultura comum desses operários, em oposição aos valores gerais defendidos pela elite, eles se propuseram a repensar o conceito de cultura. Passaram, então, a valorizar a cultura dos “de baixo”.

³⁴ Até 1956, a esquerda marxista se aglutinava em torno do Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB). Embora nunca tenha sido um partido de massas como na Itália e na França, o Partido Comunista Britânico, fundado em 1920, desempenhou um papel importante no cenário político e cultural. Nos 1930, organizou o Popular Front, uma reunião de forças sociais progressistas contra o fascismo, que teve como um de seus momentos altos o apoio às forças republicanas na Guerra Civil espanhola (1936-1939). O PCGB era também um partido de intelectuais proeminentes nas universidades tradicionais britânicas, Oxford e Cambridge, e na London School of Economics. Era parte integrante de uma florescente cultura de esquerda nos anos de 1930, os anos da Grande Depressão e da ascensão do fascismo, pela primeira vez na história dominava a vida intelectual inglesa (CEVASCO, 2012, p.81).

Tentando reformular o conceito de cultura sem, no entanto, abandonar os princípios de Marx que os orientavam, eles passaram a estudar e a traduzir, além de publicar, vários pensadores marxistas europeus na revista *The New Reasoner* como, por exemplo, a obra de Gramsci. O objetivo central era analisar o pensamento teórico marxista, tentando rever a questão do *economicismo*, de forma a incluir uma clara preocupação com a questão da cultura.

Thompson (1924-1993) historiador e militante político, para além dos muros da academia, teve sua produção teórica visceralmente articulada à sua trajetória política, quer como membro do Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, quer como militante da Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND) quer como editor do jornal *The New Reasoner*, verdadeira origem do movimento político que ficou conhecido como Nova Esquerda. Sem falar dos seus 17 anos de militância como professor de jovens e adultos; e também de sua participação na criação da Associação Educacional de Trabalhadores, com o objetivo de socializar e defender os valores da cultura operária, em contraposição aos valores da burguesia (MATTOS, 2012).

É a partir dessa trajetória comum, que Thompson e Williams apresentam propostas similares, no que se refere à abordagem dos Estudos Culturais. A vivência com a educação de jovens e adultos e sua inserção da militância comunista, facilitou a compreensão de que algo a mais deveria ser melhor aproveitado para confrontar os estudos marxistas que predominavam na época, profundamente marcados pelo *estruturalismo althusseriano*.

Thompson, por exemplo, *de cara* resgata para as análises os valores e tradições culturais que orientam os indivíduos, que quando confrontadas com uma experiência singular, conformavam dada consciência de classe. Nesse diapasão, Thompson construía o fosso com o marxismo vulgar³⁵ requerendo que o marxismo recompusesse a dinâmica dialética da formulação original de Marx.

Na mesma linha, Williams destaca que os dilemas que enfrentava nos debates sobre a questão da cultura estavam já equacionados nos estudos de Marx e Engels, mais precisamente estudos do século XIX³⁶, embora muito da tradição marxista

³⁵ Em *A miséria da Teoria*, Thompson aprofunda as críticas dirigidas ao marxismo vulgar, principalmente ao estruturalismo althusseriano.

³⁶ É na Ideologia Alemã, obra de Marx e Engels escrita nos anos de 1845-1846, que surge a primeira formulação mais precisa de suas concepções. O manuscrito foi inicialmente planejado para publicação e muitos esforços foram feitos para encontrar editor para a obra. "Circunstâncias

posterior tivesse menosprezado esta perspectiva materialista da cultura nos textos clássicos. Para ele, Marx, e seu materialismo histórico, teve o mérito de erigir o homem como o centro principal de suas análises, a classe e então, vida do homens em sociedade, e não apenas o econômico (MATTOS, 2012).

De mesmo modo, sem menosprezar as determinações econômicas, culturais e educacionais impostas pela burguesia, como classe em ascensão, Thompson torna visível o lugar dos sujeitos individuais e coletivos na história. Para tal, elege fontes documentais que trazem à tona a agência de mulheres e homens trabalhadores que se organizam para defender sua forma de viver, em oposição às relações sociais de produção e reprodução da vida impostas pela classe que detém a hegemonia cultural (TIRIBA, 2014, p.45).

Para ele, “economia” e “cultura” não representam momentos estanques da “base” e “superestrutura”; a cultura não está à reboque dos fenômenos econômicos, mas se constitui na mesma rede de relações (THOMPSON, 2001). Nesse sentido, a classe social deve ser analisada tanto como formação econômica quanto cultural, tal qual ele assinala em *Algumas observações sobre classe e consciência de classe*.

Segundo o historiador, assim como observa em uma de suas principais obras, *A formação da classe operária Inglesa*, “a classe é um fenômeno histórico, resultado de relações entre os homens reais em contextos reais” (2010, p.110).

O alvo dessa obra de Thompson era muito preciso: em primeiro lugar oferecer uma alternativa de interpretação sobre a formação da classe operária inglesa, que tinha recebido de Engels o primeiro tratamento histórico. Em segundo, abrir um debate entre as velhas e novas esquerdas, no que dizia respeito à teoria marxista, muito abalada em seu prestígio intelectual devido aos resultados do stalinismo (DEDDECA, 1995, p. 4).

Para a apreensão da noção de classe como um fenômeno relacional e histórico na formação do Estado capitalista, Thompson elabora o conceito de *experiência*, imprimindo a ele uma relevância significativa para a compreensão desse sistema de relações. Destaca que,

quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas [...] É fruto de experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade, que por sua vez, se coloca contra

adversas” como Marx diria no Prefácio da Introdução à crítica da economia política em 1859, impediram a publicação e os autores preferiram abandonar o manuscrito. Permaneceu inédita e desconhecida até 1932, quando o Instituto marxismo-leninismo de Moscou a publicou pela primeira vez em alemão, como parte da edição crítica das obras completas de Marx e Engels (Nota do tradutor para a 5ª edição da publicação brasileira de 1978).

a identidade de outros homens em função de interesses materiais e culturais que são opostos (THOMPSON, 2010, p. 10).

Assim, Thompson desenvolve seu trabalho a partir do “humanismo socialista”, com ênfase na agência humana expressando também as estruturas sociais que as determinam e Williams avança para a elaboração original de uma teoria marxista da cultura, o materialismo cultural. Löwy nomeia Thompson como herdeiro do “romantismo revolucionário”, referindo-se à influência dos poetas e militantes W. Morris e W. Blake no seu olhar, já Deddeca (1995) defende Thompson como herdeiro das tradições libertárias inglesas.

Em excelente análise sobre os estudos culturais no marxismo ocidental, CEVASCO (2012), que dedica grande parte de sua obra para estudar esse tema, destaca que

o surgimento de uma cultura de esquerda substantiva “destrancou os portões da Europa”, e transformou a Grã-Bretanha em um centro internacional de discussão de esquerda. Esse fermento intelectual tornaria possível a estruturação e a expansão dos estudos culturais em sua ênfase no estudo de uma sociedade por meio dos seus produtos culturais e muito especialmente de seus textos, guarda marcas de sua origem nos estudos literários. Seu uso de teorias como um jeito de organizar uma prática analítica como primeiro passo para ação política lembra suas origens em um movimento social. Seu interesse pelo marginal, pelo que é deixado de lado pelo dominante, é marca de sua afiliação social. Em conjunto, são as marcas que o projeto intelectual dos estudos culturais traz da formação de onde se origina, e de que é uma das articulações (2012, p.95).

Para os membros da *New Left*, cultura não era uma esfera da consciência separada do ser social, mas designava um processo central e uma arena de luta social e política. Partindo então da assertiva de Marx e Engels onde “o ser social determina a consciência” (MARX e ENGELS, 1986), a conclusão mais comum que vem dessa proposição é que seria preciso mudar o ser social para atingir uma mudança de consciência.

Os fatos históricos que marcaram as dissidências de grandes teóricos marxistas- sobretudo após 1956, quando da invasão da Hungria pelo governo Soviético e dos rebatimentos do XX Congresso do Partido Comunista da URSS sobre o período de Stalin- igualmente impactaram a decisão de Thompson para o rompimento com do PC britânico. As obras do historiador carregam marcas dessa dissidência e críticas ao marxismo ocidental, que foram recebidas com dificuldade pelos membros do partido e pelo debate marxista mais amplo. Por esse mesmo motivo sua obra ficou durante muito tempo sem alcance público, assim como já comentamos

sobre outros intelectuais dissidentes. Grandes embates foram travados com o marxismo estruturalista e com a pouca relevância que este apresentou sobre o que Thompson mais debateu: a formação da classe trabalhadora, a organização popular e as outras possibilidades de um fazer histórico e revolucionário. Para Thompson, a organização popular elabora através de seus recursos morais, culturais e afetivos, respostas às formas de aviltamento e subordinação da vida cotidiana. Para ele, o marxismo estruturalista, bastante influente no pensamento crítico ocidental, atrelava de forma empobrecedora e equivocada tais experiências como expressões da “falsa consciência”, distanciando teoria, observação empírica e prática política (THOMPSON, 1981, p. 63).

Vejamos no próximo item, como esse debate se desdobra no interior da Nova Esquerda, criada pelos seus representantes e fundadores para ser um contraponto ao debate dogmático das experiências soviéticas.

1.5 A cultura e a Nova Esquerda

Quero começar com um problema teórico fundamental, que é, a meu ver, central para os estudos de cultura, ainda que nem sempre seja lembrado nessa disciplina. E esse problema, para usar os termos contemporâneos em vez dos termos mais informais com que ele foi originalmente definido, é que não se pode entender um projeto artístico ou intelectual sem entender também a sua formação. O diferencial dos estudos de cultura é precisamente que tratem de ambos, em vez de se especializar em um ou em outro. Os estudos de cultura não lidam com uma formação da qual um determinado projeto é um exemplo ilustrativo, nem com um projeto que poderia ser relacionado a uma formação entendida como seu contexto ou pano de fundo. O projeto e a formação nesse sentido são maneiras diferentes de materialização- maneiras diferentes, então de descrição- do que é de fato uma disposição comum de energia e de direção. Essa foi, penso, a invenção teórica crucial: a recusa em dar prioridade ou para o projeto ou para a formação, ou, usando termos mais antigos, a arte ou a sociedade (WILLIAMS, 1989, p.151).

O problema teórico levantado acima por Willians destaca que os elementos externos aos projetos artísticos ou intelectuais- o modo de vida de uma sociedade - são internos na medida em que estruturam a forma das obras e dos projetos de arte que, por sua vez, articulam os significados e os valores dessa sociedade. Não podem

ser concebidos de uma maneira estanque, ou caracterizados como formas diferentes de um mesmo conteúdo; ou ainda, estrutura e superestrutura de uma sociedade.

Há uma relação de complementaridade no entendimento do modo de vida dos sujeitos e do produto de seu pensamento a ser considerada nesta análise, seja esse produto a arte, seja um projeto intelectual específico. O fato é que estão imbricados entre si e não podem ser analisados isoladamente. Essa análise está baseada na consideração de Marx, de que “o ser social determina a consciência social”, conforme apontamos, nas referências aos conceitos de base e superestrutura a partir da contribuição de Gramsci.

Para os membros da nova esquerda, “cultura não é uma esfera da consciência separada do ser social, mas designa um processo central e uma arena de luta social e política. Thompson destaca que “O intercurso dialético entre ser social e consciência social – ou entre “cultura” e “não-cultura” “está no coração de qualquer compreensão do processo histórico dentro da tradição marxista. Se porventura deslocado, esvaziamos essa tradição completamente” (THOMPSON, 2001, p. 157).

Destacamos na epígrafe um trecho de uma das aulas ministradas por Williams a um grupo de trabalhadores, para enfatizar o núcleo central da abordagem do autor sobre a noção de cultura e para deflagrar a batalha de ideias entre os teóricos que elencamos como centrais para esse debate. Como contribuição mais decisiva dos estudos culturais, podemos destacar sua “visão totalizante” da cultura como fundamental em processo de mudança social (CEVASCO, 2012).

Já de início, podemos dizer que a cultura está situada num território complexo, e percorrer essa trajetória não é tarefa fácil, pois o termo vem adquirindo diferentes significados através da história e das várias disciplinas. O destaque aqui será para uma breve abordagem da cultura no âmbito das Ciências Sociais e da Teoria Social Crítica, evidenciando a contribuição da chamada Nova Esquerda britânica e presença dos estudos de Gramsci, para o avanço dos estudos culturais.

Nascidos na Inglaterra, no Departamento Inglês da Universidade de Birmingham, como dito antes, pelas mãos dos pesquisadores Richard Hoggart, Raymond Williams e E.P. Thompson, os Estudos Culturais conforme seus próprios precursores não configuram uma disciplina, mas uma área na qual diferentes disciplinas, interagem visando o estudo dos aspectos culturais da sociedade. Os três textos que marcaram a origem desta corrente são: *The uses of literacy*, de Richard

Hoggart (1957), *Culture and Society* (1958) de Raymond Williams e *The Making of the English Working Class* (1963), de Edward P. Thompson.

Conforme Cevasco (2012), os primeiros passos para a consolidação dos Estudos Culturais entre esses autores surgem como um empreendimento marginal, desconectado das disciplinas e das universidades consagradas, e começam não porque este, ou aquele intelectual os inventou, mas a partir da necessidade política de estabelecer uma educação democrática para os que tinham sido privados dessa oportunidade. Além de terem escrito grandes livros, Hoggart, Thompson e Williams foram professores da *Worker's Education Association* (WEA), uma organização de esquerda para a educação de trabalhadores:

(...) A WEA defendia uma educação pública e igualitária que promulgasse os valores de uma cultura em comum, em contraposição aos esforços elitistas dos adeptos da cultura de minoria de *Scrutiny* e do treinamento social dado pelos Fabianos – a sociedade sócio-democrática que, desde sua fundação no final do século XIX, buscava a reforma gradual da sociedade por meio, entre outras coisas, do treinamento de elites entre os trabalhadores (CEVASCO, 2012, p.62).

De acordo com Cevasco (2003), o livro de Williams examina as ideias sobre cultura e sociedade enfeixadas na mudança do significado de termos como os próprios cultura e sociedade, indústria, classe e arte num amplo espectro histórico, desde os primeiros anos de consolidação da revolução industrial até 1950.

O foco de interesse nas mudanças semânticas é que elas encapsulam e informam reações às intensas mudanças sociais. As mudanças de significados desses termos são vistas como um registro e uma reação às modificações sociais causadas pela revolução industrial e pela implantação de uma ordem capitalista hegemônica na Inglaterra a partir do século XVIII. Foi com esse livro que ficou conhecida a existência de uma tradição inglesa de debate sobre a qualidade da vida social: de diferentes pontos de vista políticos, os pensadores agrupados nessa tradição vão construindo um discurso de crítica em relação à nova sociedade industrial (CEVASCO, 2013, p.14).

Thompson e Williams realizam estudos da sociedade Inglesa nos séculos XVIII e XIX e destacam as mudanças trazidas pós-revolução industrial não só para Inglaterra, mas também para a organização social e econômica ocidental. Os autores destacam a importância dos “dois séculos extraordinários que transformaram o mundo tão profundamente” e a necessidade de analisar o pensamento detalhado e complexo sobre cultura que esteve ativa e vibrante a cada fase desses séculos (WILLIAMS, 2011).

As análises de Thompson completam essa visão, quando ao resgatar a experiência dos trabalhadores em seu cotidiano, apontam para formas de investigação de vida e de trabalho desde momentos históricos considerados como pré-industriais, onde mesmo antes de uma perspectiva definida de classe, esse conjunto de experiências condensava uma forma de organização e, portanto, de cultura própria ao período histórico.

Estou convencido de que devo abandonar o conceito curiosamente estático de “base” e “superestrutura”, pelo qual, na tradição marxista dominante, a “base” vem identificada com o “econômico”, afirmando uma propriedade heurística das necessidades e comportamentos econômicos diante de normas e sistemas de valores. Numa só voz, podemos afirmar que o “ser social” determina a “consciência social” (uma assertiva que ainda pede exame e qualificação escrupulosos). Enquanto isso, deixamos aberta para uma investigação comum, a questão de sabermos quanto é significativo, em qualquer sociedade, descrever o “ser social” independentemente tanto das normas e estruturas cognitivas primárias quanto das necessidades materiais em cujo entorno se organiza a existência (THOMPSON, 2001, p.254).

Para Thompson (2010), só podemos sustentar essa assertiva, se descartarmos a noção de econômico em seu sentido limitado e retornarmos à plena acepção de um *modo de produção*. Nessa direção, o autor reforça que as versões reducionistas e economicistas do marxismo estão distantes do pensamento de Marx- onde o importante conceito de modo de produção, com todos os seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo e confundidos com a acepção estreita de “econômico”³⁷.

Assim, conclui que “quando procedemos ao exame da sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar uma divisão assim, entre base e superestrutura” (2010, p.255). Nesse caso, a deterioração leva a cultura a ser considerada como um reflexo secundário das

³⁷ É interessante observarmos essas considerações também na carta de Engels encaminhada a J. Bloch, onde considera que “[...] de acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte essa tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão num sistema de dogmas- exercem também sua influências sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, predominantemente a sua forma. Aqui está presente a interação de todos esses fatores, na qual, através de toda uma multidão infinita de causalidades [...], acaba sempre por impor-se como necessidade o movimento econômico. Se não fosse assim, aplicar a teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau” (Marx e Engels, 1963, p. 284).

forças hegemônicas produzidas pela base, não havendo uma relação de complementaridade entre os aspectos econômicos, cultural, políticos, cujas influências são recíprocas e revelam um movimento dialético, ao mesmo tempo de conformismo e resistência.

O debate da Nova Esquerda parece ter compreendido com exatidão os escritos de Marx em sua fase mais madura, que marca, inclusive seu rompimento com os filósofos idealistas neohegelianos, incluindo Feuerbach³⁸, e com o materialismo francês. Nesse caso, em *A ideologia Alemã* de Marx e Engels- escrita entre os anos de 1845-1848, encontramos parte desses avanços teóricos no que se refere ao rompimento de suas concepções intelectual, filosófica e jurídica anteriormente construída sob as bases de um materialismo intuitivo e mecanicista (desde Hegel), onde a última obra que ainda remonta essas análises é *A sagrada Família* (MARX e ENGELS, 2003).

É a partir dessa leitura que Marx e Engels revelam uma visão social de mundo diferenciada, e constroem definitivamente suas análises sobre o papel da classe operária para uma prática revolucionária, que mais tarde se cristaliza no prefácio de 1859, *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 2008). Seguem-se à leitura desses clássicos as contribuições de Gramsci sobre a filosofia da práxis, posteriormente, de Williams e Thompson, quando os autores encontram eco para a organização das teses que desmontam o materialismo vulgar, e avançam para a construção de uma concepção materialista da cultura.

Assim, o destaque de Thompson, e de outros estudiosos do marxismo ocidental, partem da análise de Marx de que “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 1986). Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados, representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne

³⁸ E, esse momento foi decisivo na crítica de Marx, quando destaca em sua primeira tese sobre Feuerbach que, “o principal defeito de todo materialista até esse momento, consiste em que o objeto, a realidade sensível, só é apreendido sob a forma de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente” (1986, p.125). Para Marx esse materialismo contemplativo impedia a percepção da interação do sujeito com a transformação da matéria, do objeto em questão. A atividade sensível para ele deveria ser, ao contrário do que pregava o idealismo alemão, a interação real entre sujeito e objeto, onde o sujeito que age transformando o objeto e também transformando a si próprio, numa interação dialética, recíproca e contínua. Essa capacidade é imanente ao ser social, não há nenhuma propriedade imaterial ou abstrata, fora das relações materiais que seja capaz de revelar essa lógica. Essa ideia é reforçada também na terceira Tese.

e osso; a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que elas correspondem perdem toda a aparência de autonomia (MARX e ENGELS, 1986).

A produção de ideias, de representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material (MARX e ENGELS, 2007, p.36).

Em *A formação da classe operária inglesa* (2010), a partir da elaboração do conceito de experiência, Thompson visando superar o suposto determinismo, onde a superestrutura é sempre subjugada às contingências econômicas, enfatiza a formação da consciência da classe operária como um processo que articula desdobramentos tanto da formação econômica como também da formação cultural, pela própria experiência dos operários. Em suas análises, não existe modelo que *a priori* conseguiria proporcionar o que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em uma determinada etapa do processo histórico, pois as classes acontecem, ‘fazem-se’:

a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionados nas ações, escolhas e crenças humanas (THOMPSON, 2010, p.263).

Mattos (2007) destaca que Thompson manifesta como princípio de análise a conexão entre as relações de produção e a consciência de classe, através da mediação social da *experiência*. Daí o autor reforça seu estudo no polo da consciência, bem como seus condicionantes e constituintes em termos culturais e de valores morais. Nesse sentido, para o autor, sua obra procura resgatar a questão da determinação, defendendo que “há uma simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social” (2007, p.46).

Assim, de acordo com Thompson, homens e mulheres experimentam situações e relações produtivas determinadas, fruto de necessidades, interesses e antagonismos, e estas experiências estão presentes em sua consciência e sua cultura do modo mais complexo possível e os fazem agir numa situação determinada (THOMPSON apud MARTINS e NEVES, 2013, p.5). Por isso, não se trata de negação da existência de uma superestrutura, mas a relação que mantém com a base econômica, que é dialética, portanto, não é tomada apenas como determinante.

Nessa direção, Thompson, pensando a noção de *experiência*, propõe esse resgate entre as relações de produção e a consciência de classe, de modo que, reforçamos, sua contribuição contraria da mesma forma, tanto concepções reducionistas de causalidade que dissolvem a especificidade histórica, quanto concepções de determinação econômica. Wood (2010) diz que o que interessa a Thompson são as relações do *processo* em que a as relações de produção – “relações de exploração, dominação e apropriação- dão forma a todos os aspectos da vida social em conjunto e o tempo todo, ou exercem pressão sobre eles- a ideia de ‘simultaneidade’” (WOOD, 2010, p. 61).

Desse modo, vale lembrar que Thomspson ao se referir ao debate com o marxismo estruturalista, reforça que um dos grandes equívocos dessa vertente foi desprezar essa experiência em favor da epistemologia pura e dos metodologismos. Revela não ser indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas, salienta que é preciso lembrar “a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis” (THOMPSON, 1981, p.17). Sublinha que

a questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o "ser" está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a "consciência" (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências (THOMPSON, 1981, p.16).

Na mesma direção, Williams sinaliza a importância de resgatar os conceitos de base e superestrutura a fim de realizar uma análise mais cuidadosa, a partir do próprio Marx, dando ênfase às atividades produtivas em relações estruturais específicas (que constitui o alicerce de todas as outras atividades). Enfatiza que essa base não é

estática, e pode sofrer constantes variações dinâmicas do fluxo de forças das dimensões da totalidade social. Logo, é um processo e não um estado. Resgata três pontos importantes:

- 1) A “determinação”- para a fixação de limites e o exercício de pressões , afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado.
- 2) A “superestrutura”- em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente;
- 3) A “base”- que é compreendida no marxismo enquanto forças produtivas- afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e *aproximando-a* das atividades específicas de *homens em relações sociais e econômicas reais*, atividades que contém contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de *processo dinâmico* (WILLIAMS, 2011a, p.47- grifos nossos).

Williams (assim como Thompson e Gramsci), quando critica a noção estática de base e superestrutura, enfatiza que a noção de forças produtivas no marxismo tem sido cada vez mais estreitado, se referindo muitas vezes apenas ao trabalho produtivo primário sobre materiais de maneira a produzir mercadorias. “Em um contexto cultural, muito prejudicialmente, distanciando-se da noção mais central das forças produtivas, no qual, a coisa mais importante que um trabalhador produz é sempre ele mesmo”, tanto na condição específica de seu trabalho quanto na ênfase histórica mais ampla dos homens produzindo-se a si mesmo e sua história (2011, p. 48-49).

No marxismo vulgar esses conceitos foram empregados de forma a desconsiderar a dinâmica das classes subalternas, engessando-a. Essa é uma das críticas centrais dos referidos intelectuais à concepção de cultura no marxismo, relegada a parte de uma superestrutura, sempre determinada pela base. Isso implica de certa forma uma necessidade de avançar para o estudo de outros conceitos subjacentes a esse, como, por exemplo, o de hegemonia.

Para Williams (2011a) o conceito de hegemonia é de grande relevância para entender o processo de formação da consciência e da relação dialética entre as diferentes esferas da vida social. Realça os avanços do marxismo de Gramsci ao afirmar que

a hegemonia pressupõe algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, como no sentido fraco de ideologia, mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura (WILLIAMS, 2011a, p.51).

Vale destacar que os apontamentos de Williams nos lembra que só podemos usar corretamente a noção de totalidade quando combinada com a de hegemonia, porque cada sociedade tem uma organização e uma cultura específica.

O que eu gostaria agora de afirmar ter alcançado, mas necessariamente por essa via, é uma teoria de cultura como um processo (social e material) produtivo e de práticas específicas, e das “artes” como usos sociais dos meios materiais de produção (desde a linguagem como “consciência prática” material até as tecnologias específicas da escrita e das formas de escrita, por meio de sistemas mecânicos e eletrônicos de comunicação [...]) Ainda insisto no fato de que isso não é uma loja de opções teóricas, mas é, ou pode tornar-se, uma teoria das variações históricas do processo cultural, que então se conecta necessariamente (tem que estar conectado) a uma teoria social, histórica e política mais geral (WILLIAMS, 2011a, P.332).

Como observamos a partir de uma visão macroscópica, levando-se em consideração a perspectiva da totalidade, os estudos sobre cultura desses pensadores consideram o processo histórico condicionado por mudanças de diferentes ordens: social, política e econômica, portanto, não só a noção de cultura deve ser investigada pelos diferentes significados que incorporou até se tornar um campo de estudo autônomo no século XX, mas também, alguns conceitos-chaves (como mediações necessárias) que localizam, nesse sentido, “o lugar do popular e das massas” no interior desse processo. Não é possível uma separação entre homem estético e homem econômico, colocando a ‘arte’ em um extremo, e o ‘trabalho’ em outro.

O marxismo vulgar apresenta uma narrativa que revela os equívocos de seu próprio tempo, do pensamento de uma época que mitifica a teoria a despeito da história concreta, numa percepção decadente e etapista do que seria a retomada do processo revolucionário deslegitimando a função das classes nesse processo. Tudo que Marx combateu no seu materialismo histórico e dialético, parece ter sido a autonomização do mundo das ideias.

[...] se nos limitamos a dizer que em uma época estas ou aquelas ideias dominaram, sem nos preocuparmos com as condições de produção e com os produtores destas ideias, se, portanto, ignorarmos os indivíduos e as circunstâncias mundiais que são a base destas ideias [...] Então podemos afirmar por exemplo, uma autodeterminação das mesmas. Assim procedeu a filosofia especulativa[...] Desta forma elimina-se todos os elementos materialistas da história e pode-se então soltar, tranquilamente, as rédeas do corcel especulativo (MARX e ENGELS, 1986, p. 73-74).

A palavra cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza. Vem do latim *colere*, que tinha uma gama de significados: habitar, cultivar,

colher, proteger, honrar com veneração. Tais significados foram se separando e cultura assumiu o sentido principal de cultivo ou cuidado. As formas francesas do latim cultura, eram *couture, do francês antigo, que desenvolveu seu próprio sentido especializado, mais tarde culture*, que por volta do início do século XV havia passado para o inglês. O sentido primordial referia-se, então, a lavoura, isto é, o cuidado com o crescimento natural. O sentido tomado aqui, referia-se a atividade, e levou muito tempo até que se tornasse uma entidade (EAGLETON, 2011).

Segundo Williams, a partir do princípio do século XVI, o cuidado com o crescimento natural, ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano, e esse, ao lado do significado original relativo a lavoura, foi o sentido principal até o final do século XVIII e início do século XIX. Em diversos momentos do desenvolvimento, ocorreram duas mudanças cruciais: em primeiro lugar certo grau de adaptação à metáfora, que tornou direto o sentido de cuidado humano; em segundo lugar, uma extensão dos processos específicos ao processo geral, que a palavra poderia carregar de modo abstrato. É a partir desse último desenvolvimento que o substantivo independente cultura iniciou sua complicada trajetória moderna, mas o processo de mudança é tão intrincado, e os sentidos latentes às vezes se aproximam tanto, que não é possível afirmar uma data definitiva (WILLIAMS, 2007; EAGLETON, 2011).

Assim, Eagleton (2011), um dos principais discípulos de Williams, destaca que cultura e civilização foram sinônimas durante algum tempo e remetendo-se à civilização francesa - então supunha-se que os franceses tivessem o monopólio de ser civilizados- pode também significar o refinamento intelectual de um grupo ou indivíduo, em vez da sociedade em sua totalidade.

Essa ideia estava diretamente ligada ao pensamento iluminista que associa a razão e o refinamento intelectual ao desenvolvimento humanista da sociedade. Foi somente por volta do final do século XIX, que a noção de cultura passa a ser contraposta a de civilização, na medida em que esta associação se ligava à estratégia imperialista difundindo o modo de vida burguês europeu.

CEVASCO (2012) destaca que

durante o romantismo, em especial na Inglaterra e na Alemanha, passou a ser usada em oposição ao seu antigo sinônimo, civilização, como uma maneira de enfatizar a cultura das nações e do folclore e, logo, o domínio dos valores humanos em oposição ao caráter mecânico de civilização, que começava a se estruturar com a revolução industrial. Trata-se de uma virada

semântica notável, que dá notícia de uma intensa transformação social (CEVASCO, 2012, p.10).

As colocações de Eagleton, seguem as de Williams, quando ele afirma que de fato a cultura adquiriu uma outra conotação a partir do século XIX, ganhando autonomia, enquanto campo teórico específico, apenas no século XX. Segundo esse autor, Herder (1784-91) foi o primeiro a empregar o significado plural “culturas”, para intencionalmente diferenciá-lo de qualquer sentido singular ou, unilinear de “civilização”.

Esse termo pluralista amplo foi, pois, de especial importância para a evolução da antropologia comparada no século XIX, onde continuou designando um modo de vida global e característico. Respostas alternativas a essas questões têm produzido amplo leque de significados convincentes, tanto dentro da antropologia quanto, por extensão, a partir dela: desde a antiga ênfase num “espírito formador”- ideal, religioso ou nacional – até ênfases mais modernas em uma “cultura vivida” determinada primordialmente por outros processos sociais, hoje designados de maneira diversa – comumente certos tipos de ordem econômica ou política (WILLIAMS, R., 1992, p.11)

Diante desse processo histórico de significados, a cultura oscila entre uma dimensão de referência global, mais ampla envolvendo processos sociais e outra mais parcial, que restringe a análise do significado do termo. Conforme destaca Eagleton (2011), se cultura deve ser uma crítica efetiva, precisa manter sua dimensão social. Ele afirma que cultura exige certas condições sociais, e já que essas condições podem envolver o Estado, pode ser que ela também tenha uma dimensão política. Para o autor, “a cultura vai de mãos dadas com o intercuro social, já que é esse intercuro que desfaz a rusticidade rural e traz os indivíduos para relacionamentos complexos, polindo assim suas arestas rudes” (EAGLETON, 2011, p.7).

É nesse processo que “cultura”, a palavra que designava o treinamento de faculdades mentais, se transformou, ao longo do século XIX, no termo que enfeixa uma reação e uma crítica – em nome dos valores humanos- à sociedade em processo acelerado de transformação. A aplicação desse sentido às artes, como as obras e práticas que representam e dão sustentação ao processo geral de desenvolvimento humano, é preponderante a partir do século XX (CEVASCO, 2012).

Nessa linha, Eagleton e Williams apontam para a capacidade dos estudos culturais explorarem uma ampla área de campos de estudos e também de oferecer um recurso para uma ação social de resistência e mudança da sociedade burguesa.

Este último aspecto necessariamente deve ser considerado nas obras desses pensadores, pois eles não somente teorizam a complexidade e as contradições das formas de cultura na sociedade, mas também, ressaltam como essas produções servem de instrumentos de dominação.

Eagleton (2011) destaca, portanto, que alguns significados da cultura ganham destaque na literatura, principalmente a ideia de cultura como civilização- o que significava realizar uma distinção entre os padrões elevado e baixo- assim como nas primeiras classificações do termo. “No padrão antropológico, essa ideia adquire caráter mais descritivo do que avaliativo, onde algumas culturas eram claramente superiores a outras” (2011, p.27).

Para a sociologia da cultura, duas posições se configuraram como primordiais em contraposição aos outros estilos, no tocante a um estudo intensivo das relações entre as atividades “culturais” e as demais formas de vida social:

a dos idealistas- que enfatizava o espírito formador de um modo de vida global, manifesto por todo um âmbito das atividades sociais, porém mais evidente em atividades “especificamente culturais”- uma certa linguagem, estilos de arte, tipos de trabalho intelectual ; e a dos materialistas- que enfatizava uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais (WILLIAMS, 1992, p.12).

Para Williams (1992) há uma pluralização do conceito de cultura, enquanto garantia de auto-identidade, onde, ao invés de dissolver identidades distintas ela os multiplica³⁹. O que se observa nesse momento, é o conflito do uso mais geral da palavra, cultura enquanto cultivo geral da mente, pessoa culta, até o significado de atividades culturais, passando pelas artes e pelo trabalho intelectual dos homens, onde adquire sentidos mais globais como meios desses processos.

Para Williams, ambos os significados representaram uma forma daquela convergência de interesses, exemplificada de maneira notável pelo próprio termo ‘cultura’, com sua constante e ampla gama de ênfases relacionadas. Porém, conforme indica sua análise, “em muitas obras contemporâneas, embora cada uma dessas posições ainda se mantenha e seja praticada, vai-se tornando evidente uma nova forma de convergência” (1992, p.12).

³⁹ Pode-se observar a utilização da palavra *culturas*- num sentido pluralista mais amplo- que influenciou enormemente a antropologia comparada do século XIX.

Diante disso, o autor afirma que existe uma convergência cada vez maior entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura como “modo de vida global” distinto, dentro do qual é possível perceber hoje, um “sistema de significações” bem definidos não só como essencial, mas como medularmente envolvido em todas as formas de atividade social; e o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”. Embora estas devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, incluindo não apenas as artes e as formas de produção intelectuais tradicionais, mas também, todas as práticas significativas, desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade, que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso.

Essas reflexões apontam para a complexidade de definir o termo a partir de uma compreensão que se afaste de uma mera compreensão empiricista da situação ou que a reduza à mera ilustração de determinada categoria teórica. Williams sublinha que para uma sociologia da cultura satisfatória, deve haver uma análise mais rigorosa, onde

ela não pode evitar a presença estimulante de estudos empíricos e de posições teóricas e quase- teóricas existentes. Deve porém, estar preparada para reelaborar e reconsiderar todo o material e conceitos tidos como verdadeiros, e para oferecer sua própria contribuição no âmbito da interação franca entre evidência e interpretação, o que constitui a verdadeira condição de sua adequação” (Idem, p.34-35).

Para ele a cultura, nas sociedades modernas capitalistas, está organizada em uma rede complexa de atividades, relações e instituições em que não cabe isolar o estudo e supor, por exemplo, na teoria e na prática, “um lado econômico da vida”, “um lado espiritual” e “um de lazer”.

Em contraposição ao sentido antropológico de cultura (onde é possível a convivência entre hábitos, pensamentos e ações heterogêneas) que Eagleton se refere, está o relativismo teórico da vertente pós-moderna, cuja fusão entre o descritivo e o normativo se apresenta em forma de relativismo cultural, para justificar as ambiguidades da época moderna. “Para os pós-modernistas em caso contrário, modos de vidas totais devem ser louvados quando se trata de dissidentes ou grupos minoritários, mas censurados quando se trata das maiorias” (EAGLETON, 2011, p.26-27).

Diante disso, é preciso considerar que a cultura é na verdade parte integral do tipo de política que ocupa uma alta posição na agenda pós-moderna, mas isso é porque essa agenda favorece apenas esse tipo de política. Existem muitas outras contendas políticas onde a cultura é considerada pouco importante. Os estudos culturais hoje deixam de ver não apenas que nem todas as questões políticas são culturais, mas que nem todas as diferenças culturais são políticas. Nesse sentido, há de se atentar para o incentivo à produção de subculturas que podem igualmente fortalecer o poder político dominante com sua fragmentação e capacidade ainda maior de alienação, produzindo assim, uma grande massa de adversários desunidos. Alguns estudos apontam que as questões culturais,

subordinam questões de Estado, classe, organização política e o restante a questões culturais, acabam repetindo os preconceitos da própria *Kulturkritik* tradicional que rejeitam – a qual por sua vez dispunha de muito pouco tempo para essas questões políticas mundanas (EAGLETON, 2011, p.67).

É preciso lembrar também que nenhuma cultura humana é mais heterogênea que o capitalismo, e, diante disso, se faz necessária uma análise cuidadosa do termo frente às investidas da agenda pós-moderna, conforme sinalizamos.

Williams, atualiza sua leitura para finais do século XX quando destaca as seguintes considerações acerca da noção de cultura:

(i) os sentidos antropológico e sociológico de cultura como ‘modo de vida global’ distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um ‘sistema de significações’ bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as ‘práticas significativas’ – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, 2008, p. 13).

É seguindo essas tendências de análise que o autor destaca uma crise na compreensão da cultura, cuja percepção fica dividida, de um lado uma visão macro, (como modo de vida global), e de outro, uma concepção mais especializada. Há para Williams, uma clara compreensão de dois sentidos que separa a cultura da sociedade, autonomizando-a e enfatizando-a como esfera do imaterial.

Os estudos sobre cultura, conforme já sinalizado, surgem a partir do século XVIII, com a revolução industrial inglesa, e, claro, acompanha toda a história de ascensão da burguesia europeia, onde a partir daí, é possível compreender as

oscilações no termo e seu surgimento ligado a arte e a propagação de ideologias através de instrumentos diversos, como por exemplo, a literatura (vide o papel desempenhado pelos críticos de literatura à época e sua influência na construção de subjetividades). Mas, a arte nesse momento, era um fenômeno raro e limitado a uma minoria privilegiada.

De certo modo, o conceito estava saindo de uma realidade específica, ligada à França e Inglaterra, enquanto representantes da ‘civildade’ e passando para um ambiente mais individual e privado, que incluía realidades específicas, valorizando uma ‘cultura nacionalista’, o que tinha a ver com a necessidade de desenvolvimento e progresso dos Estados-nação, como a Alemanha, por exemplo.

Vale destacar também a preocupação de Eagleton quando menciona que “hoje estamos presos entre uma noção de cultura debilitantemente ampla e outra desconfortavelmente rígida” (2011, p.51), como herança da disputa entre as diferentes noções de cultura pelos intelectuais da Teoria Social Crítica, da Antropologia e outras correntes filosóficas. Ocorre que estudos no campo da teoria social mostram que tal conceito é bastante frágil quando comparado a tantos outros conceitos.

Na realidade, como contraponto, pode-se dizer que a noção de cultura para a Nova Esquerda está vinculada diretamente ao social, à esfera da práxis, à experiência do ser social e não a um traço genético. A intenção do conjunto de autores aqui trabalhados está certamente direcionada a superar tal fragilidade e identificar, ao contrário, a centralidade da dimensão cultural para o avanço dos estudos da Teoria Social Crítica. Conforme adverte Williams,

a inserção das determinações econômicas nos estudos culturais é sem dúvida a contribuição especial do marxismo, e há ocasiões em que sua simples inserção é um progresso evidente. Mas, no fim, não pode ser uma simples inserção, pois o que se faz realmente necessário, além das fórmulas limitadoras, é o restabelecimento de todo o processo social material e, especificamente da produção cultural como social e material (WILLIAMS, R. 2011, p. 140).

Para tanto, a crise da cultura, mencionada por Eagleton (2011), se quisermos situá-la no campo da contradição, não pode ser analisada de outra maneira, que não a que leva em consideração as transformações na sociedade capitalista e o lugar do “povo”, quer dizer, das classes subalternizadas, e da política na sociedade. Principalmente, porque também servirá como instrumento de dominação das massas, para difusão de novos ideais e afirmação de hegemonias.

Em suas observações bastante cuidadosas, Williams atacou o pensamento materialista vulgar pelo fato de este, tentando criticar os idealistas, reproduzir essa mesma concepção de campos da vida social separados. Retomou os escritos de Marx e dos marxistas, que não teriam aprofundado a ênfase no processo social material ao se analisar a cultura. Para isto, levantou as ideias de língua, literatura e ideologia, afirmando que só se pode pensar o que é cultura a partir da reflexão conjunta com esses outros conceitos.

Concordamos com Tavares (2008) sobre a ênfase da elaboração de Williams, na obra 'cultura e sociedade', para a recomposição dos diferentes significados de cultura e para a possível similitude de significados que assume em diferentes correntes teóricas, já que trabalha com a tensão entre permanências e rupturas nas relações entre cultura e sociedade, num movimento dialético que se estende até a primeira metade do século XX. Essas análises contribuíram para pensar a dialética dos processos sociais e recompor o significado de cultura afinado com categorias teóricas capazes de romper com visões românticas e elitistas, assim como apontar para uma renovação de conceitos sem perder de vista as contradições que lhes são inerentes. Serão muitas as tentativas de retorno aos velhos conceitos, que se reatualizam nesse complexo como forma de garantir poder para subjugar o que não se adéqua a uma ideologia e cultura dominante.

Para Williams (2011) configura-se nesse sentido, uma dificuldade, onde – a compatibilidade de uma especialização crescente com uma cultura genuinamente comum – só se resolverá num contexto de comunidade das condições materiais da sociedade e através do processo democrático em sua plenitude (2011, p.341). Sobre essa análise, Cevalco (2012) destaca que

não há nenhuma possibilidade de se chegar a uma cultura comum por meio da difusão e extensão dos valores de um grupo específico a todos os outros. Dada a sociedade que temos, esses valores seriam certamente os da classe dominante. A questão é dar condições para que todos sejam produtores de cultura, não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria (2012, p.54).

Assim, a ideia de democracia para a criação de uma *cultura comum* a partir dessa apreensão, está diretamente vinculada à possibilidade de participação de todos na articulação de significados e valores para a tomada de decisões na realidade concreta. O que uma minoria pensa e atribui como valor dominante, não pode ser obstáculo à participação da maioria. Daí decorre a ideia de comunicação de massa, e

do poder da comunicação quando manipulada pelas classes dominantes e pelo poder do Estado. É interessante observar na obra do autor, o destaque para a relação entre os temas cultura e educação como forma de oferecer subsídios para a construção do que vem chamando *cultura comum- trata-se de lutar por uma mudança estrutural*.

A ideia de uma cultura comum une, em uma forma específica de relacionamento social, ao mesmo tempo a ideia de crescimento natural e de seu cultivo. Só a primeira é um tipo de individualismo romântico; só a última é um tipo de treinamento autoritário. No entanto cada uma delas, em uma visão total, caracteriza uma ênfase necessária. A luta pela democracia é uma luta pelo reconhecimento da igualdade do ser, ou não é nada. No entanto só o reconhecimento da individualidade e variação humanas é que a realidade do governo comum pode ser incorporada. Enfatizamos o crescimento natural para indicar toda a energia potencial, e não as energias selecionadas que o modo autoritário acha conveniente mencionar. Ao mesmo tempo, no entanto, enfatizamos a realidade social, o cultivo. Qualquer cultura em seu processo total, é uma seleção, uma ênfase, um cultivo específico. A distinção de uma cultura em comum é que a seleção é livre e comumente feita e refeita. O cultivo é um processo comum, baseado em uma decisão comum, que então em si mesmo, compreende as verdadeiras variações da vida e do crescimento. O crescimento natural e o cultivo fazem parte de um processo mútuo, garantido pelo princípio fundamental da igualdade do ser (WILLIAMS, 2011, p.360-361).

Em síntese, a história da cultura é, como vimos, a história do deslocamento, ou mesmo do descolamento de um sentido do termo como sinônimo de cultivar a terra ao sentido de um trabalho imaginativo e intelectual separado da sociedade.

A contribuição de Williams dentro da tradição do tema cultura e sociedade é a de uni-las num outro nível no qual os significados e a importância dada às mais diversas elaborações humanas, são *cultura* na medida em que fazem parte do modo geral de vida e são elas mesmas que nos fazem entender essas elaborações. Conforme CEVASCO (2012), Williams vai, ao longo de sua obra “desmontando essa dicotomia entre cultura e civilização e suas oposições correlatas entre mundo espiritual e materiais, criatividade e mecanicismo, grande arte e vida ordinária” (2012, p.23). Essa leitura não se restringe a obra *Cultura e Sociedade*, se estende a apreensão que faz da categoria cultura de maneira geral, considerando a leitura mais contemporânea do materialismo cultural a fim de superar as dicotomias estruturantes da posição tradicional de cultura e sociedade.

Parece profícuo sinalizar que a complexidade da noção de cultura, atualmente, não está somente na definição teórica do termo, mas também na apropriação da mesma enquanto prática efetiva para a ação. Para esclarecer, podemos tomar como exemplo uma população X ou Y com seu modo de vida específico, com seus costumes

e valores, suas crenças, seu aparato político e econômico. Ao mesmo tempo, esses sujeitos produzem objetos, que são produtos oriundos dessas práticas cotidianas. Tais produtos, podem ser consumidos e apreciados, como é o caso da obra de arte, do artesanato, e de mercadorias em geral. Não trataremos, mas são duas abordagens diferenciadas de cultura. O importante a ser destacado não são os componentes do produto dessa cultura, mas sim as práticas. Williams (2011) nos lembra da necessidade de romper, enquanto prática de análise, com o isolamento do objeto para, então, descobrirmos seus componentes; temos de descobrir a natureza de uma prática e, então, suas condições.

O materialismo cultural vem mudar não só o que se estuda, mas também, de forma crucial, como se estuda. Se a cultura é produção e reprodução de valores, é preciso rever muita coisa. Para começar, o materialismo cultural não considera os produtos da cultura “objetos”, e sim “práticas sociais”: o objetivo da análise materialista é desvendar as condições dessa prática e não meramente elucidar os componentes de uma obra. (CEVASCO, 2012, p.148).

Assim, para o autor, em qualquer sociedade e em qualquer período específico, há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz. Isto não implica nenhuma presunção sobre seu valor. “De qualquer forma, o que tenho em mente é o sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos” (WILLIAMS, 2011, p.53).

A retomada do conceito de hegemonia faz sentido aqui, quando, se trata de uma realidade absoluta vivida pela maioria das pessoas em uma sociedade, tornando difícil a mobilidade desses sujeitos, e abrangendo muitas áreas de suas vidas. Mas, de modo algum é estática.

A existência da possibilidade de oposição e de sua articulação, o seu grau de abertura, e assim por diante, mais uma vez dependem de forças sociais e políticas bastante precisas. As formas alternativas de oposição à vida social e à cultura devem então ser reconhecidas como sujeitas a variações históricas, cujas fontes são muito significativas como um dado sobre a cultura dominante (WILLIAMS, 2011).

Essas considerações de Williams decorrem de conceitos trabalhados por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, onde hegemonia também significa que essa totalização não existe apenas passivamente, na forma de dominação, mas é um processo que precisa ser continuamente modificado e incentiva assim a ação das classes, que provoca oposições e pressões sociais sobre outras ações das classes e suas frações. Assim como em Gramsci, toda hegemonia produz contra hegemonia.

Williams admitiu que, ao especificar a diferença entre dominação de classe por domínio e por hegemonia, Gramsci ofereceu elementos decisivos para o desenvolvimento de sua teoria cultural. E, no esforço de construção dessa teoria, Williams, realizando uma superação dialética dos ensinamentos do pensador sardo, esclarece e acrescenta, de modo sistemático, outras determinações ao conceito (MARTINS e NEVES, 2013, p.15).

O autor afirma, por exemplo, que nas formações sociais concretas a dominação por domínio se expressa “em formas diretamente políticas e em tempos de crise, pela coação direta ou efetiva”. Observou, também, que em situações de normalidade vigora “uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais” (WILLIAMS, 1979, p. 111), que inclui direção e dominação (hegemonia), que tem nas forças sociais e culturais ativas seus elementos necessários. Isso posto, concordamos com Martins e Neves (2013), quando destacam que

no embate da luta de classes, além das questões econômicas e políticas, também se estabelecem ideias, valores, normas e sentimentos que são fundamentais para a constituição de uma formação histórica e social. Desse modo, a luta econômica não pode ser desvinculada da luta política e ideológica, até porque a supremacia de um determinado grupo social se efetiva como domínio e direção intelectual e moral (2013, p.344).

Diante disso, as classes subalternas não estão passivas neste processo global, que constitui a visão de mundo de uma sociedade e de uma época, e sim submetido a uma “liderança intelectual e moral” passível de ser contestada.

Nas análises de Gramsci, a concepção de Estado moderno está vinculada a uma missão educativa de “adequar” a civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborara também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 1984, p.91). É a partir dessa chave que o pensador sardo destaca a importância da luta por uma nova cultura (momento da luta por uma nova hegemonia) que implicaria um esforço no sentido de ultrapassar o senso comum e elevá-lo ao nível do bom senso. Nesse sentido, para chegar a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática que, liberta de anacronismos e mesclas bizarras, é necessário colocar-se à altura da modernidade e converter-se em instrumento de uma práxis crítica (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.84).

Interessante destacar que de acordo com Chauí (2006) o conceito de hegemonia em Gramsci ultrapassa o de cultura porque indaga sobre as relações de poder e a origem da obediência e da subordinação voluntárias; e ultrapassa o de ideologia porque envolve todo o processo social vivo como práxis, isto é,

representações, normas e valores são práticas sociais historicamente determinadas e se organizam por meio de práticas sociais dominantes. No entanto, na interpretação que vimos tecendo baseado no materialismo cultural, não seria possível fazer essas observações, pois nossa preocupação está mais centrada numa compreensão da cultura que revele sua importância mais metodológica do que epistemológica, uma vez que são múltiplos os elementos formadores dessa concepção que precisam ser revelados e analisados no interior das formações sociais.

Entendemos que os conceitos de hegemonia e ideologia, em seus sentidos mais amplos, são conceitos insuprimíveis da noção de cultura e do seu significado como modo de vida dos diferentes grupamentos sociais e a universalidade que tais conceitos assumidos na obra de Gramsci, revela, assim como muitos outros conceitos, uma *indissociabilidade dialética* para o entendimento de uma cultura determinada. Se por um lado, a hegemonia pode determinar uma certa concepção de cultura, seu modo de pensar, de agir, de produzir conhecimento, de partilhar determinadas crenças e valores, de legitimar determinadas instituições e seus aparelhos; por outro lado, não existe passivamente.

Na verdade, a hegemonia enquanto processo, pode ser modificada, e recriada (contra hegemonia) possibilitando outras direções no processo de disputa, criando oposições e formas de resistência, podendo criar uma nova forma de organizar o mundo. Ademais, a equiparação entre cultura e ideologia não existe em Gramsci-essa noção foi justo o corte epistemológico no interior do marxismo que separou o pensamento do Sardo do marxismo estruturalista althusseriano, que com rígidos contornos, remete aos aparelhos ideológicos do Estado o poder da ideologia. A preocupação de Gramsci está em ver como a realidade das classes é vivida, interiorizada e expressa. Dessa maneira, Gramsci interpreta a cultura em sua relação viva com os processos sociais, a estrutura de poder e a luta pela hegemonia. Cultura não é mais um reflexo passivo da base material e nem uma formação coerente e fechada como a ideologia, mas um campo de tensão onde se trava a luta pela hegemonia.

Como podemos observar em 'Americanismo e Fordismo', Gramsci aborda o conceito de cultura como *civiltá* (modo de vida, de sentir, de pensar e de agir) entendendo o americanismo como definidor de um novo padrão de homem e de trabalhador, nos moldes do, então, sistema fordista. Destaca o princípio educativo que

molda ideais e sua relação com a organização uma nova ordem intelectual e moral pelas classes subalternas através da racionalização da produção capitalista e instauração de uma nova cultura – uma nova sociabilidade (ABREU, 2011).

Como dito, a luta por uma nova cultura- momento da luta por uma nova hegemonia- implica um esforço no sentido de ultrapassar o senso comum e elevá-lo ao nível do bom senso.

Nesse sentido, para chegar a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática que, liberta de anacronismos e mesclas bizarras, é necessário colocar-se à altura da modernidade e converter-se em instrumento de uma práxis crítica (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.84).

Na concepção de Williams, uma teoria da cultura só seria eficaz se partisse, em termos humanos, das relações entre os elementos de um sistema geral de vida, isto é, da forma pela qual os homens se movem no mundo para viver. Tendo constatado que o termo cultura se originou da própria vida, na qual estavam imersos os autores que ele acuradamente estudou em específico, entende que é com ela que devemos nos envolver para compreender nosso presente e perspectivar o futuro (1992, p.57).

Na mesma direção, Thompson em sua obra *Costumes em Comum*, destaca que uma cultura

é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo o nacionalismo, a consciência de classe, ou a ortodoxia religiosa predominante- assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo *cultura*, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (1998, p.17).

O materialismo histórico precisa se ocupar de outros aspectos que estão além da economia como o poder, a ideologia, a formação de consciência social, entre outros aspectos que possuem uma lógica diferente, mas na análise histórica “está imersa em situações em que todos os sistemas funcionam conjuntamente e todos os circuitos se intercomunicam” (THOMPSON apud MARTINS E NEVES, 2013).

De acordo com MATTOS (2012), é possível dizer que Thompson percorre dois caminhos de emprego da noção de cultura de uma forma que, afinada com toda a “tradição de crítica ativa” do materialismo histórico, no seu modo peculiar, recusa tanto a ideia das obras literárias e artísticas como manifestações da subjetividade

descoladas da vida social material, quanto à ideia de “cultura como todo um modo de vida”.

No primeiro caso, sua análise das obras literárias dos românticos, em especial daqueles que viveram o fim do século XVIII, mostra como estes avançaram para além das fronteiras de uma “cultura tradicional”, de matriz paternalista, que segmentava profundamente a “cultura refinada” e a “cultura dos pobres”. Homens como Coleridge e Wordsworth superaram tal matriz, tanto no conteúdo de seus escritos, quanto mesmo em seu “impulso criativo”, o que pode ser explicado, segundo Thompson, por terem sido colhidos em meio a “contradições que eram tanto reais quanto ideais” (THOMPSON, 2002, p. 56).

MATTOS (2012), conclui que os estudos culturais no pensamento de Thompson, configuram um terreno no qual muitas outras batalhas ainda estavam para ser travadas. E as chances de sucesso da classe trabalhadora dependeriam, do ponto de vista da sua subjetividade coletiva, de uma apreensão consciente das ferramentas ideológicas da dominação burguesa, como também a capacidade de suas lideranças em mobilizarem a partir não apenas de reivindicações “brutas e materiais” (embora elas sejam fundamentais), mas também daqueles valores morais sem os quais não se fará a revolução.

A análise gramsciana evidencia, em sua perspectiva revolucionária, que não é apenas suficiente lutar pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber. O destaque para uma reforma intelectual e moral para a chegada a uma nova cultura, nos obriga a destacar em Gramsci o papel dos intelectuais, onde para o teórico, com o desenvolvimento do capitalismo, cria-se um novo bloco histórico e uma nova camada de intelectuais ligada principalmente à classe dominante fundamental. Na visão de Gramsci,

cada grupo social, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenvolveu até os nossos dias – categorias pré-existentes de intelectuais, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 1968, p.24).

Conforme as análises de SIMIONATTO (1995), além da organização da função econômica, os intelectuais também são portadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade civil, seja através das diferentes organizações culturais (Escola, igreja, cinema, rádio, TV, imprensa de maneira geral), bem como

através dos partidos políticos, que exercem a função de assegurar o consenso entre as frações da classe dominante e em relação as classes dominadas, de acordo com os valores estabelecidos pela burguesia. Eles são também os organizadores da coerção que a classe dominante exerce sobre as outras classes sociais através do aparato administrativo, político, judicial e militar.

Como contraponto a produção de intelectuais comissários da classe dominante, Gramsci ressalta em suas análises que as classes subalternas também são capazes de produzir intelectuais organicamente vinculados aos seus ideais classistas com objetivo de construir sua própria hegemonia, sua própria visão de mundo e, portanto, orientar seus ideais éticos e políticos a partir de uma experiência de classe que seja comum, que leve em consideração aspectos coletivos e partilhados no interior desse segmento, e, que tenham como horizonte a produção de uma nova cultura. Para Gramsci, o erro metodológico para caracterizar esses grupos, na tradição italiana, consistiu em ter buscado esse critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto no grupo que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais (GRAMSCI, 1968, p.9). Essa observação também é uma pista metodológica para todas as análises posteriores que encontram nessa categoria uma função importante na direção política e cultural da sociedade. Por isso reiteramos a ênfase nas considerações mais avançadas dos conceitos de base e superestrutura nos autores.

As contribuições dos três autores, ao se fundamentarem no princípio da dialeticidade da relação estrutura e superestrutura, ofereceram elementos de reflexão sobre a natureza indissociável da relação entre objetividade e subjetividade e entre o material e o espiritual. Tais construções teórico-metodológicas fornecem argumentos para que possamos fazer a crítica às ideias, tão em voga na atualidade, que sinalizam para a autonomia do simbólico frente ao conjunto das relações sociais (MARTINS E NEVES, 2013, p.17).

Nesse sentido, reiteramos a relevância da obra dos pensadores elencados para adensar a produção de conhecimentos no campo da cultura, partindo da necessidade de reafirmar uma interpretação que identifique os aspectos materiais recomposto com a cultura, superando a antiga cisão que habitou várias interpretações da teoria marxiana. Como evidenciamos nos próximos capítulos dessa tese, o Serviço Social brasileiro não esteve imune a essas influências, haja visto a baixa repercussão da dimensão da cultura na produção na área.

2 SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS

A relação da profissão com o marxismo, em sua trajetória histórica, é a base deste capítulo, objetivando problematizar alguns elementos que nos permitam mostrar nossa hipótese sobre os limites do Serviço Social em relação ao debate da cultura.

O compromisso com o desvendamento da história e das diferentes estratégias de atuação da profissão talvez nos ajude a esclarecer alguns dilemas já enfrentados num passado recente, e outros mais atuais, como o presente problema de pesquisa que define um hiato na discussão de cultura no debate acadêmico do Serviço Social. Como nos lembra a análise lúcida e objetiva do professor José Paulo Netto, “quem não aprende com seu próprio passado está condenado a repetir seus erros, sem capitalizar o acervo dos seus acertos” (NETTO, 2008).

Diante disso, começaremos o capítulo com uma breve incursão na trajetória histórica da profissão, enfatizando as etapas significativas para a produção de conhecimento no âmbito do marxismo e revelando as fragilidades e os avanços que envolvem sua apreensão no plano teórico e prático. O recorte histórico será o mesmo da pesquisa, situado entre os anos 1994 e 2014, momento de reconhecimento e amadurecimento intelectual da profissão.

Para isso, se faz necessário e fundamental analisar o movimento de reconceituação do Serviço Social, como um dos marcos decisórios na dinâmica de sua construção histórica, com avanços significativos na dimensão do trabalho profissional assim como, na produção acadêmica científica associada à crítica radical da sociedade burguesa. Numa perspectiva de abordagem da profissão, como um movimento dialético permeado de contradições e marcadamente heterogêneo.

Muitos estudos demonstraram as contradições do movimento de reconceituação da profissão e essa foi nossa pista nesta pesquisa para problematizar o hiato da reflexão sobre cultura. O ponto de partida da maioria destes estudos é a evidência da distância que o Serviço Social manteve dos postulados científicos, redundando, efetivamente, no seu amadurecimento tardio. O principal saldo, desse atraso, é que a aproximação com o Marxismo se faz também enviezadamente, revelando muitos “marxismos”. No nosso caso, chamaremos atenção para tais contradições, recuperando o legado de alguns dos principais autores que trataram a

problemática como: Netto (1996; 1999), Yamamoto (2000; 2007; 2008; 2009), Quiroga (1991), Silva e Silva (2002), Simionatto (1995), Abreu (2011), entre outros. Por outro lado, sublinharemos também o distanciamento da profissão não só de pensadores importantes no âmbito do marxismo, como também, de categorias como a de cultura.

2.1 A produção de conhecimento em Serviço Social: elementos do panorama político-cultural da profissão pré-influência do marxismo

Historicamente, o desenvolvimento da profissão deita raízes no desenvolvimento da sociedade capitalista e seus rebatimentos para as classes fundamentais. Ponto de partida para o entendimento não só do real significado social da profissão e de seus fundamentos, mas também para compreendê-la como especialização do trabalho coletivo. Nesse sentido, podemos afirmar que o Serviço Social enquanto profissão é uma das engrenagens da produção e reprodução das classes sociais e, portanto, a própria profissão é forjada pelo relacionamento contraditório e antagônico entre elas.

De acordo com Silva e Silva (2002), esse fato confere à profissão, além da dimensão vivida e representada pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico e metodológico sobre a prática profissional, uma dimensão que atribui à atuação profissional determinação histórica. É sobre essa determinação que estamos nos debruçando, partindo do entendimento que a dinâmica do bloco histórico na qual a profissão está inserida tem relação estreita com as estratégias de intervenção e todo o seu arcabouço analítico- teórico e metodológico. Tal determinação condiciona e ultrapassa a própria vontade e consciência de seus agentes individuais, inscrevendo-se no processo de relações sociais concretas onde forças sociais conflitantes influenciam o trabalho profissional, sua ação política e ideológica. O que impõe, de certo, limites e possibilidades para o desenvolvimento dos diferentes processos de trabalho na área.

Na trajetória da profissão, a análise de tais questões ganha extenso interesse no âmbito do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, sobretudo depois dos anos 1970 (NETTO, 1991).

Como eixos fundamentais no debate profissional estão a teoria e o método, que foram amplamente debatidos no interior do movimento de renovação da profissão, confrontando o humanismo cristão.

Uma análise do processo histórico de desenvolvimento do Serviço Social e sua estreita relação com o panorama político-cultural da sociedade brasileira, revela uma clara articulação da prática profissional com os polos constitutivos da estrutura social, o que implica conexão com a dinâmica das classes sociais nas diferentes conjunturas. Revela tanto a sua agregação à classe dominante e, particularmente ao empresariado urbano-industrial, em seu momento de expansão, quanto a passagem para uma tentativa de ruptura e aliança com a classe trabalhadora mais espoliada (Silva e Silva, 2002).

De certo, a institucionalização da profissão expressa em si uma contradição latente. Na década de 1940 essa institucionalização ocorre no bojo do aprofundamento do modelo corporativista do Estado e do desenvolvimento de uma política econômica favorecedora da industrialização adotada a partir de 1930.

Dá-se nesse contexto a supremacia da burguesia industrial, no poder do Estado, aliada aos grandes proprietários rurais, ocorrendo, também, o crescimento do proletariado urbano, em face do desenvolvimento do modelo urbano-industrial e da capitalização da agricultura, com a consequente liberação de fluxos populacionais (SILVA E SILVA, 2002, p.24).

Com isso, na tentativa de responder às demandas populares, o Serviço Social é interpelado a exercer controle sobre elas e institui ações normativas e assistenciais como mecanismos de esvaziamento do potencial de mobilização de trabalhadores urbanos. Nesse bojo surgem as grandes instituições assistenciais e previdenciárias para responder às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento, impulsionando assim, a aceleração do desenvolvimento capitalista no país (Silva e Silva, 2002). Ao passo em que se desenvolve a urbanização e as condições para o desenvolvimento do capitalismo, reproduz-se a questão social⁴⁰ que constitui a base de justificação desse profissional especializado.

⁴⁰ De acordo com Iamamoto e Carvalho, “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (2000, p.77). Vale ressaltar que os grandes acontecimentos do século XX, sobretudo na Europa com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e com a vitória da Revolução Russa, em 1917, trouxeram à tona a pauta dos trabalhadores para cena política na história do capitalismo. O movimento sindical como prática e a militância orgânica em organizações de fábricas e partidos políticos mudaram a face do movimento

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2000), o Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder às necessidades sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Podemos dizer com isso que as condições que determinam as peculiaridades do exercício profissional e seu estatuto ético-político são resultantes da dinâmica social em que as classes fundamentais estão inseridas.

À época do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, nos anos de 1936 em São Paulo e de 1937 no Rio de Janeiro, predominou uma forte influência do Serviço Social europeu franco-belga, com a filosofia neotomista⁴¹. A experiência brasileira, não significou apenas uma importação de experiências estrangeiras para uma profissão que se institucionalizava na realidade dos trópicos, sem arsenais teórico-metodológicos para compreender as experiências complexas vivenciadas a partir do quadro histórico conjuntural próprio do país naquele momento.

A profissão se estrutura, então, sem bagagem para entender essencialmente a realidade. Sem conseguir apreender que a questão social apresenta duas dimensões indissociáveis, uma dada pela condição histórica da classe trabalhadora, como forma de reproduzir-se e representar-se, na procura de satisfação de suas necessidades e sobrevivência; e, outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-las e agir sobre ela, propostas pelas diferentes frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000).

De acordo com Martinelli (1993) “como estratégia para baixar a tensão reinante entre trabalhadores, o Estado trouxe para si próprio a responsabilidade de cuidar da reprodução de sua força de trabalho” (1993, p.123). Para tanto, a autora destaca, a busca do fortalecimento de suas alianças com a igreja e com os setores mais abastados da burguesia, com as quais dividiu a tarefa de circunscrever a hegemonia

trabalhista e, com isso, a questão social estava posta no centro da história. Tais experiências formaram um lastro de potencialidade para a classe trabalhadora ao redor do mundo, mesmo com ao contraponto de uma política fascista em ascensão.

⁴¹ O neotomismo é uma atualização da filosofia doutrinária de São Tomás de Aquino, essa linguagem preservava o primado do ser sobre o primado do saber, sob a orientação dessa perspectiva doutrinária, os profissionais conduziam suas ações através do reforço “do altruísmo, do dom de si, do respeito à livre-iniciativa do cliente, do princípio de neutralidade etc. [...] É através dessa imagem social, historicamente plasmada e frequentemente incorporada pelos postulantes à profissão e mesmo por profissionais, que deriva um certo caráter missionário da figura do profissional, expressiva em suas origens, mas ainda vigente, talvez, por meio de uma roupagem mais secularizada: não mais o discurso carregado da linguagem explícita do apostolado cristão, mas do agente voltado para ajuda aos demais, a serviço do povo, do oprimido” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p. 91).

do poder ao restrito âmbito da classe dominante. Os movimentos leigos, nesse momento, já tinham grande expressão no Brasil, inclusive contando com certa estrutura organizacional, foram parceiros acionados pela igreja para atuar com os operários.

Em São Paulo, numa conjugação de esforços da nascente burguesia e de setores da própria igreja católica havia sido criado, na esteira do movimento constitucionalista de 1932⁴², o Centro de Estudos da Ação Social de São Paulo-CEAS⁴³, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social (o que em seguida veio a se consolidar como o pontapé para a abertura da primeira Escola de Serviço Social). “A clientela desse primeiro curso foi construída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista” (MARTINELLI, 1993, p. 123). Esse fato referente à sua institucionalização como profissão, foi significativo, na medida em que a demanda da atuação profissional não derivou daqueles que são o alvo de seus serviços, o que na visão da autora marcará mais tarde, o conflito para a afirmação da identidade da profissão e sua autoimagem. Isso basicamente por conta da contradição entre demanda institucional, população usuária das instituições e realidade social.

Desse modo, não era possível a profissão ver a dinâmica política por trás dessas requisições no seu trabalho. Isso é o que Martinelli (1993) nos lembra quando mostra a fragilidade da profissão para entender a estrutura corporativista do Estado da década de 1930 infiltrando-se nas entranhas dos sindicatos e das associações de trabalhadores, deixando impressa sua marca e esvaziando-os de “realidade política”. Produzir tal esvaziamento configurava uma verdadeira estratégia de um Estado autoritário, que progressivamente foi desencadeando um processo de cerceamento das liberdades políticas e sociais através da promulgação de pesadas leis de exceção

⁴² Conhecido como movimento de resistência, principalmente do estado de São Paulo, em efervescente industrialização, contra o projeto de Getúlio Vargas, que assumiu a Presidência da República em meio a um golpe político sem renovar a Constituição, sendo militarmente derrotado, mas como se diz *não destronado* de sua importância econômica no projeto nacional de urbano-industrialização varguista, muito pelo contrário. Cf:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>

⁴³ “O surgimento desse movimento não pode ser desvinculado da conjuntura específica de São Paulo, especialmente quando ocorre no momento em que as classes dominantes desse estado se lançam ao movimento insurrecional de 1932, procurando reaver o poder local e nacional dos quais haviam sido aliados dois anos antes. E, nesse sentido, se engloba dentro dos movimentos políticos e ideológicos do início da década de 1930, que têm por pano de fundo as tentativas de reunificação e reação a que se lançam os antigos grupos dirigentes” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2000, p. 170).

– Lei de Segurança Nacional, Estado de Sítio e Estado de Guerra-, mediante as quais pretendia corrigir aquilo que interpretava como “excessos revolucionários”. O ponto culminante desse processo de radicalização do fechamento político foi no golpe de 10 de novembro de 1937, através do qual se instaurou o “Estado Novo” no país. Ao longo de todo o tempo em que se estendeu a ditadura Vargas (1930-1945) e emergiu o Serviço Social, o discurso social permaneceu presente, de forma populista e paternalista, não obstante o trabalhador fosse espoliado e esvaziado de sua cidadania progressivamente. E essa era um ingrediente a mais para tornar o campo profissional teoricamente pouco consistente, porque também não confrontado pela classe trabalhadora enquanto classe.

Na década anterior, o que predominava era o domínio de um apostolado leigo, com uma face humanitária, que deitava raiz nas Ações Católicas levadas a cabo especialmente pelo Centro Dom Vital e a Confederação Católica, além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000). A intelectualidade católica procurará a adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, munindo a hierarquia e o movimento laico de um arsenal de posições, programas e respostas às expressões da questão social, ao formular uma via cristã corporativa para a *harmonia e progresso da sociedade*, dando o tom da visão de sociedade da igreja como um todo unificado com conexões orgânicas⁴⁴.

Os espaços para ação social se ampliaram paulatinamente, inclusive, criando-se durante esse período grandes instituições estatais e paraestatais, às quais cabia dar operacionalidade às propostas políticas governamentais, somando esforços com os Institutos de Pensões e Caixas de Previdência da proteção contributiva dos trabalhadores urbanos. Esse cenário aumentava cada vez mais a demanda por trabalhadores qualificados tecnicamente para atuar nessa área socioassistencial, o que ia conformando as bases da demanda pelo trabalho profissional. “O fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a

⁴⁴ Apesar de manter a separação formal entre Igreja e Estado, a constituição de 1934 será um indicador seguro do estreitamento de seus laços. Além do reconhecimento explícito do catolicismo como religião oficial, da indissolubilidade da família, com o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil e a proibição do divórcio, garantirá o acesso da igreja à educação pública e a todas as instituições de interesse coletivo. Garantirá assim, a institucionalização de alguns de seus princípios ideológicos fundamentais, e as posições dentro do aparelho de Estado essenciais à sua função de controle social e político (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p, 160).

ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão e crítica”⁴⁵ (MARTINELLI, 1996, p. 127).

Desse terreno de primeiras demandas profissionais chega-se, na década de 1940, a forte influência do Serviço Social norte-americano⁴⁶, que além de dar continuidade do neotomismo, difundiu a corrente funcionalista no meio profissional⁴⁷. A influência norte-americana chegou ao ensino especializado do Serviço Social no Brasil, a partir do Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 em Atlantic City (EUA). A predominância das correntes positivista e funcionalista na profissão, marca a difusão de uma metodologia entendida como a simples soma de técnicas que os agentes profissionais traduzem no Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. O contexto da *guerra fria* – do mundo polarizado, EUA e União Soviética – e de expansionismo capitalista - de que foram expressão os acordos de colaboração com os Estados para ampliação da penetração capitalista, sob hegemonia norte-americana -, dirigem as instituições como potentes aparelhos de hegemonia, destacando-se também o Serviço Social para esse fim.

Nesse quadro, o Serviço Social cresceu e consolidou-se em nível nacional, surgindo muitas instituições importantes, do que são exemplos o Conselho Nacional de Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Nacional de

⁴⁵ A autora avança nessa reflexão sobre os rebatimentos da ação dos agentes envolvidos na institucionalização do Serviço Social e os impactos para o que denominou de “identidade atribuída, destacando a descaracterização de sua função social propriamente dita. Considera o processo como uma “verdadeira síntese das práticas sociais pré-capitalistas e dos interesses hegemônicos da classe dominante, a identidade atribuída era construída de avessos: de repressão, de controle, de dominação, segundo o padrão burguês de ser, pensar e agir. A identidade atribuída era, assim, plenamente justificada, pois reproduzia a alienação política, social, econômica, cultural presente no espaço mais amplo da sociedade burguesa. Fixando-se pelo uso e ganhando um estatuto ontológico próprio [...]” (1996, p. 128). Ainda que esta pesquisa discorde da interpretação do Brasil viver, na época, uma fase pré-capitalista, os demais elementos parecem instigantes para o debate profissional, por isso, o relacionamos aqui como possibilidade de aprofundamento.

⁴⁶ Para um melhor aprofundamento, consultar (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000).

⁴⁷ A *corrente funcionalista* ou *funcionalismo*, “é um ramo de análise em ciências sociais e refere-se a uma orientação metodológica e teórica em que as consequências de um dado conjunto de fenômenos empíricos, em vez de suas causas, constituem o centro da atenção analítica. A palavra tem sido aplicada a toda uma variedade de abordagens divergentes, mas o elemento que estas têm em comum é a concentração nas relações de uma parte da sociedade com outra e, talvez com maior frequência, de uma parte da sociedade com a sociedade inteira. A análise funcionalista surgiu da tentativa de usar em análise social noções desenvolvidas inicialmente na esfera biológica. Esse modo de raciocínio metodológico teve como pioneiros Emile Durkheim, na França, e Herbert Spencer, na Grã-Bretanha. A corrente durkheimiana foi desenvolvida pelos antropólogos A.R. Radcliffe-Brown e Bronislaw Malinowski, na Grã-Bretanha, e por Talcott Parsons, Robert K. Merton e seus discípulos, nos Estados Unidos. O funcionalismo dominou a sociologia norte-americana dos anos da guerra até meados da década de 60, mas desde então se viu submetido a variados ataques que levaram à perda de seu anterior predomínio, nunca mais tendo assumido uma importância maior na Europa” (BOTTOMORE & OUTHWAITE, 1996, p.326).

Aprendizagem Industrial, o Serviço Social da Indústria, o Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII. Esse avanço institucional demonstra o movimento de ampliação do mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper paulatinamente com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade, de fato, institucionalizada. Há um grande aumento da contratação de assistentes sociais em ambientes empresariais e também nos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, assim como nas instituições estatais como hospitais e autarquias, juízo de menores, prefeituras e Ministérios (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000).

Os trabalhadores e suas famílias, usuários das instituições em que a profissão atuava também se diversifica com a ampliação do raio de ação do Estado, representada, sobretudo, por trabalhadores urbanos mais empobrecidos, já que o país estava prestes a ingressar no contexto de desenvolvimento urbano-industrial. Em menos de quinze anos, no final da década de 1950, “o número de escolas era de 28, quatro localizadas no Distrito Federal, duas em São Paulo, uma na capital de cada estado (salvo Mato Grosso e Piauí) (...)” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.190). A maioria dessas escolas se organizou a partir e sob a influência das duas primeiras (PUCs), de São Paulo e do Rio de Janeiro, de origem católica.

Apesar da expansão dos cursos, a ausência de uma identidade profissional, de um projeto profissional articulado nacionalmente, produzia uma grande fragilidade em termos de autorrepresentação e os desdobramentos disso podem ser vistos no frágil processo organizativo, na prática política e nos limites da compreensão das contradições inerentes ao próprio trabalho e à formação capitalista enquanto tal. Segundo ALMEIDA (2009),

já ao final da primeira década de existência de uma experiência de formação institucionalizada em Serviço Social, a partir da organização das primeiras escolas no país, sua trajetória foi marcada pela fundação, em 1946, da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e, pela realização, em 1947, do primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social. Esses marcos da história da profissão revelam como sua dinâmica e, em particular, sua capacidade de organização, não podem ser compreendidas desvinculadas da própria realidade social, do movimento histórico e contraditório que a impulsiona. Há uma rica e complexa relação de determinação entre os movimentos que caracterizam os rumos tomados pela profissão, a partir das disputas e decisões formuladas pelos próprios assistentes sociais, seja do ponto de vista teórico, político ou ético, e as relações entre as classes sociais, o estado e a Sociedade Civil e os projetos societários em disputa formulados ao largo das últimas décadas (2009, p.639).

Nesse sentido, a profissão surge como demanda da dinâmica capitalista e das contradições expressas na relação capital-trabalho. Primeiramente sob orientação da Igreja, e depois por uma crescente demanda do Estado, necessitando um maior aperfeiçoamento técnico a fim de garantir uma intervenção mais qualificada para responder tais demandas. Daí ser possível compreender a interpretação de ABREU (2011) sobre o Serviço Social no bojo das mediações entre necessidades sociais e sistemas de controle social, constituindo-se predominantemente, como elemento integrado aos processos de afirmação da cultura dominante; como parte das estratégias político-culturais de subalternização das classes detentoras da força de trabalho⁴⁸. Na década de 1950, como dito, no expansionismo imperialista, o Serviço Social passa a ter uma presença significativa no projeto de desenvolvimento nacional quando a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais se empenham em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade (DC) como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

De acordo com Silva e Silva (2002) a profissão se pauta nesse momento, por uma visão acrítica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada, percebendo a comunidade como unidade consensual, cujo objetivo seria a *união dos esforços do povo ao do governo*, enquanto estratégia para chegar ao desenvolvimento, assumido como a modernização das estruturas, mediante uma mudança cultural controlada.

Contudo, podemos dizer que no início desse período, na segunda fase do ciclo de substituição de importações, nomeado como desenvolvimentista, tanto no governo Kubistchek (1956-1960) quanto no governo Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964), o Serviço Social se beneficia da expansão econômica, pois as pressões

⁴⁸ Em seu livro publicado em 2002, *Serviço Social e a organização da cultura*, a autora se propõe a “configurar a função pedagógica do assistente social em vínculos com as estratégias de assistência social e com os processos organizativos e lutas sociais das classes subalternas na sociedade brasileira, apreendendo as tendências dessa função na organização/reorganização da cultura pelas classes sociais” (ABREU, 2011, p.34). A autora expõe o problema, baseada na leitura gramsciana sobre a *questão pedagógica* e o *princípio educativo*- em que o trabalho é entendido como elemento constitutivo do processo educativo desde a escola elementar- ao analisar programas de assistência social destacando que, estes, constituem historicamente um dos canais de operacionalização das “iniciativas educativas” do sistema fordista-taylorista de organização da produção e do trabalho, base material e ideológica do americanismo-, participa, predominantemente, dos processos de constituição da cultura dominante, contribuindo para o estabelecimento das mediações entre necessidades sociais e o controle social sobre as classes subalternas pelo capital, como forma de neutralização da luta pela emancipação humana (econômica, política e social), missão histórica das referidas classes (Idem, p.34).

dos trabalhadores pela ampliação de direitos sociais levam a profissão a absorver e aprofundar novas experiências, especialmente nas indústrias, nas administrações municipais e junto às populações rurais.

O Serviço Social procurou atualizar-se, readaptar-se procurando sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução. Houve uma clara adesão dos profissionais a esse projeto desenvolvimentista, segundo os anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social (1961) era necessário, de um lado aperfeiçoar o aparelho conceitual do Serviço Social e, de outro, elevar o padrão técnico científico e cultural dos profissionais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.355).

Esses debates sinalizam a inquietação dos profissionais, nesse período, com a agudização das contradições sociais e da existência de entraves estruturais para o reconhecimento de direitos sociais. O cenário de lutas por reformas sociais nos anos de 1960 desassossega os profissionais. Manifestavam narrativas ambíguas orientadas para uma perspectiva modernizadora, de um reformismo muito tímido, de soluções técnicas para problemas estruturais e, principalmente, enquadradas nas propostas governamentais.

O Serviço Social esgotava o trato teórico das chamadas “situações sociais problema” em si mesmas, limitando-se, em geral à descrição de suas características e regularidades externas como fato social, sem desvelar suas verdadeiras causas. Porém, o movimento iniciado na década de sessenta, em plena ditadura civil e militar, dá um impulso à vanguarda profissional na direção de uma mudança dentro das possibilidades do regime ditatorial. Dizemos isso, porque é fato que tal movimento é freado pela repressão da ditadura militar, principalmente em 1968, quando foi decretado, no governo de Arthur da Costa e Silva, o AI-5.

Até esse momento a forte influência norte americana evidenciava-se na prática profissional pelo viés do estrutural funcionalismo, expressando claramente a fragilidade da consciência social de seus agentes. Esse lastro permaneceu durante um longo período como podemos observar nas principais publicações sobre a história da profissão.

Como se sabe, a ditadura civil militar deixou um lastro de conservadorismo e uma cultura repressiva que amparou o Capitalismo Monopolista de Estado (CME):

a eficácia- relativa- dessa face abertamente repressora operou num quadro para cuja caracterização global contribuíram também outras determinações, tanto as legadas pelo passado (e que foram reproduzidas e ampliadas, no que tinham de negativo, depois de 1964) quanto as geradas pelos novos elementos introduzidos em nossa formação econômico social pelo processo de crescente monopolização do capital. O papel das determinações herdadas

e reproduzidas é de imediata identificação: reforçando os traços autoritários da “via prussiana”, elevando a um nível superior a exclusão das camadas populares dos processos de decisão política, o novo regime reforçaria também- direta, mas, sobretudo indiretamente- o papel das tendências culturais “intimistas”, estimulando o florescimento de uma cultura neutralizadora e socialmente asséptica (COUTINHO, 2011b, p.62).

As especificidades dessa formação social, com a construção desde o período colonial de um arcabouço de atividades econômicas destinada ao mercado externo; a continuidade, sem rupturas decisivas, desse estatuto colonial; e a industrialização tardia, operando-se já com o capitalismo no seu estágio monopolista, corroborou para o fortalecimento de um burguesia que nunca teve nada a ver com a burguesia empreendedora, animada por ideais emancipatórias, portanto, nunca se dispôs a impulsos para realização de uma revolução burguesa, liquidando o latifúndio e defendendo a soberania nacional (FERNANDES, 1975 ; IANNI, 2019). Netto (2012) destaca nesse sentido que, em 1964,

o golpe de abril, solução política imposta pela força, derrotando as forças democráticas, nacionais e populares, significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira. Os estrategistas do golpe (brasileiros ou não) impediram o desenvolvimento de uma transformação política e econômica que poderiam ferir de imediato os fundamentos da propriedade privada e da mercadoria capitalista- romper com os traços mais deletérios e negativos da nossa história e da sociedade. Nesse sentido, o movimento civil-militar vitorioso em abril de 1964 foi inequivocamente reacionário (NETTO, 2012, p.37).

Contraditoriamente, foi também o momento que possibilitou uma guinada histórica da profissão em direção a uma perspectiva crítica, com a retomada e adensamento de sua dimensão pedagógica junto às amplas camadas de trabalhadores. Ainda que não seja o momento em que cristaliza essa perspectiva, é seu pontapé inicial. Primeiramente, de forma mais tímida, mas aos poucos se distanciando da ideologia dominante e se afiliando com as demandas das classes subalternas.

É emblemático que em momentos significativos para a história da política brasileira, como a ditadura Vargasista e depois a ditadura civil militar, a profissão tenha aumentado significativamente seu campo de atuação e diversificado suas práticas e formas de intervenção, ao passo que se deparava com enormes desafios para avançar e romper com amarras institucionais e conservadoras. Podemos dizer que

esse cenário traduz a ligação umbilical da profissão com a questão social e revela fortemente sua necessidade social para existir enquanto profissão interventiva.

Nessa direção, Coutinho nos revela a partir de uma análise macrosocietária, que apesar de toda herança desse momento histórico no Brasil- que foi preponderante de uma cultura ornamental elitista, que muito dificultou uma consciência crítica nacional-popular entre nós- essa preponderância jamais significou absolutização da vertente autoritária. De fato, foi possível também o aparecimento de uma consciência social alternativa, que revelou as graves distorções humanas e sociais geradas em nosso país pela “via prussiana” (COUTINHO, 2011).

De acordo com Ianni (2019), a ideia de um “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que permitiria a construção do “Brasil potência”, em poucos anos, era mais uma faceta do caráter fascista da ditadura. Os governantes e os seus funcionários ao se maravilharem com a ideia de “Brasil grande”, “milagre brasileiro”, ou “Brasil potência”, seduziram-se com o florescimento do capital monopolista, com o lema de que o próprio imperialismo tratava de propalar. Podemos perceber que frente a esse projeto, o estreitamento do Estado com as empresas privadas, crescem enormemente, mostrando assim, como o poder Estatal, “enquanto instituição econômica e política, passava a desempenhar uma função primordial na acumulação monopolista” (2019, p.137). Os Planos Nacionais de Desenvolvimento levaram a cabo essas estratégias, destacando-se o viés tecnocrata do planejamento e a “fantástico slogan” da segurança nacional.

No âmbito do Serviço Social, o engajamento político e a militância, clandestina nos períodos mais duros, foram legados desse bloco histórico, não só pela importância que incide sobre o amadurecimento profissional, mas também na medida em que fica evidente a *dimensão política* da profissão com o importante papel desempenhado por suas entidades representativas. A formação de grandes quadros políticos e intelectuais é um salto considerável, apesar de não ser o principal.

Uma leva de assistentes sociais teve sua formação política atravessada pela experiência partidária, pela militância nos partidos de esquerdas, principalmente o PCB, e nos movimentos e associações ligados à Juventude católica, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Poderíamos destacar, à título de ilustração, a experiência da

professora Maria Helena Tenório de Almeida⁴⁹, assistente social e atualmente professora aposentada da UFRJ e da UERJ:

O partido mesmo foi evoluindo: estuda primeiro alguns intérpretes do marxismo, como Althusser, depois sai disso e entra muito em uma leitura das obras do Lênin, depois na leitura de O Capital, mas não tinha tradução do Capital ainda, era uma pequena tradução resumida de O Capital. O próprio leninismo que chegou às nossas mãos, chegava via o pessoal do “partidão”, com quem a gente era “rachado”. Um livro que eu achava encantador era *Um passo à frente, dois passos atrás*, de Lênin ... Era uma leitura mais simples sobre os dois partidos que existiam na Rússia, o dos mencheviques e o dos bolcheviques. Nós discutíamos muito esse texto. Mas ao mesmo tempo, começou a entrar em nosso universo outras leituras, com a Revolução Cultural na China, de Mao Tsé-Tung. [...] Mas aí a leitura do O livro vermelho, de Mao Tsé-Tung, começou a ser a bíblia da integração na produção. Foi a partir disso que começou a discussão sobre às questões da ligação com o popular. Era a relação com o popular, do partido que devia se transformar em partido de massa. Porque a discussão inicial era: ‘a revolução é democrática-burguesa ou a revolução é popular?’ (CARDOSO et al., 2014, p. 238).

Como ilustra a professora em belíssima entrevista concedida à Revista Em Pauta, a formação política de muitos quadros foi impulsionada pela vivência adquirida no âmbito dos partidos, local onde era possível acessar em “primeira mão” grande parte da literatura mais crítica considerada inédita no Brasil (ainda que clandestinamente), já que as universidades e instituições de ensino encontravam-se, a essa altura, cerceadas e vigiadas pelos agentes da ditadura empresarial militar. Além da formação teórica e prática, possibilitou uma relação estreita com trabalhadores urbanos e rurais, com objetivo de formar consciência crítica acerca da realidade vivida e percebida por eles, mirando a transformação da realidade, como destacam os relatos da professora. No Serviço Social, o que se tinha de mais avançado nessa época, era o Desenvolvimento de Comunidade.

“Antes, era o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. O de Comunidade era o refúgio que a gente tinha para falar das coisas que interessavam, da realidade, para fazer a crítica à prática do Serviço Social nas instituições. Mesmo assim, esse refúgio era pequeno [...] No campo do Serviço Social era ela (Hebe Gonçalves) que tentava remodelar um pouco esse campo do Desenvolvimento de Comunidade com uma concepção diferente da Balbina O. Vieira, criticando-a e a outros dessa área. A sociologia dava o fundamento de uma análise da realidade – que eram tempos separados de aula – e tinha também a disciplina de economia. Esses conteúdos fundamentavam a análise da realidade que a gente achava necessária para pensar em termos de Desenvolvimento de Comunidade.

⁴⁹ Os relatos são resultados da entrevista realizada com a professora Maria Helena pelas professoras Isabel Cardoso, Ana Inês Simões, membros da Equipe Editorial da Revista Em Pauta, vinculada à Faculdade de Serviço Social da UERJ e publicada em 2014. A entrevista também contou com a colaboração da professora Elziane Olina Dourado, responsável pela gravação das imagens. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/13033/10152>

Nesse tempo, os autores que a gente dava na sociologia eram: Costa Pinto, Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro, Celso Furtado além de outros autores” (CARDOSO et al., p.237-238, 2014).

As estratégias do Desenvolvimento de Comunidade não eram restritas ao âmbito do Serviço Social. O DC foi instituído como prática governamental orientada pela ONU em toda a América latina⁵⁰ com fundamentação teórica e política assentada no funcionalismo, no estruturalismo e no estrutural-funcionalismo, que compreendem a comunidade, assim como os indivíduos isolados, como partes integrantes de um todo, mutuamente dependentes, com valores gerados em consenso pelos integrantes da comunidade, com “pautas sociais moralmente sancionadas” (AMMANN, 1984, p. 84).

A integração social, promovida fundamentalmente pelo DC, propicia a harmonização do sistema a partir dos diversos interesses envolvidos nos diferentes “papéis” e “funções” sociais e em suas várias formas/intensidades participativas na comunidade. Contudo, passa a representar para os novos quadros profissionais a primeira tentativa de cisão com os ideais humanistas-cristãos (expressos, até então, pelo Serviço Social de caso e de grupo), uma vez que os aproximam das experiências cotidianas das classes subalternizadas levando-se em consideração especificidades da realidade brasileira, mas sem negar-lhe explicitamente a legitimidade. Segundo NETTO (1999), “é nessa postura que, nem sempre elaborada teórica e estrategicamente, se filtra a erosão das bases do Serviço Social tradicional” (NETTO, 1999, p.138).

De acordo com CASTRO (2010), a metodologia do desenvolvimento de comunidade elaborou-se a partir de um complexo esquema de execução, iniciado com a chamada investigação preliminar, o diagnóstico preliminar, o planejamento preliminar da ação, a execução preliminar e a sua avaliação também preliminar. Passava-se depois a investigação geral, ao diagnóstico geral e assim subsequentemente. O autor destaca que entrevistas realizadas com diversos profissionais que atuaram em programas desse gênero reforçam a hipótese de que a complexidade destes procedimentos foi menos um instrumental útil de trabalho e mais

⁵⁰Esse movimento tem início na década de 1950 quando “a ONU se empenhará em divulgar e sistematizar os métodos relativos a trabalho com comunidades. A OEA, assumirá linha semelhante, criando, junto com a Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade especializada para impulsionar e divulgar programas desse tipo nos países latino-americanos” (AMMANN apud IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.330).

uma sofisticação dificilmente implementável. Esse esquema foi sendo modificado paulatinamente, mas prevaleceu durante um longo tempo delineando a metodologia de ação profissional, não se restringindo ao período desenvolvimentista. Podemos exemplificar esse fato, com o trecho da entrevista com a professora Maria Helena Tenório, que ainda na década de 1970 trabalhava em Brasília sob esses moldes:

“Na cidade tinha um trabalho com a comunidade, era um trabalho bem-feito que mapeava a cidade inteira, para saber a situação dos moradores. Alguns eram remanescentes das políticas de remoção e formaram os bairros periféricos como a Ceilândia que se originou a partir de uma remoção de moradores do Núcleo Bandeirante. Uma das ideias da época era criar um programa de habitação, mas, na minha época, isso nunca saiu do papel, ficou só no mutirão [...] Qual era a metodologia? Primeiro reunir aquela população toda. A gente trabalhava muito, mas não tinha efeito ... Fazíamos encontros, diagnósticos de tudo o que faltava e o que não faltava. No fim faltava plantar árvore, porque na cidade não tinha árvore. Era o que sobrava. A gente plantou muita árvore” (CARDOSO et al., p.248, 2014).

O fato de trabalhar com a população local e identificar as reais necessidades da mesma, podendo com isso traçar estratégias para a ação, aparentemente significou um avanço para os jovens profissionais mais progressistas, no entanto, como observa CASTRO (2010),

a teorização sobre a possibilidade de induzir mudanças sociais na perspectiva do desenvolvimento sem afetar a desigual estrutura econômica que vige em nossos países (na América latina) poderá continuar se reiterando interminavelmente como forma de clientelismo ou de ação política, mas, crescentemente, carecerá de capacidade interpretativa e transformadora das nossas condições. O Serviço Social que se coloca nessa perspectiva está, portanto, medularmente vinculado aos vaivéns do exercício político do poder e à implementação de programas de classe contrapostos à alternativa das classes populares latino-americanas (CASTRO, 2010, p.145-146).

O autor destaca que a progressiva hegemonia do DC na profissão reforçou, em certa medida, o programa imperialista proposto para os países latino-americanos, uma vez que a orientação, de caráter inespecífico, incluía estratégias de adequação das demandas da “clientela” à realidade dos programas e projetos, bastante restritos e ineficazes se considerarmos os anseios de mudança e as propostas dos setores mais progressistas da profissão comprometidos com mudanças de ordem estrutural e com o poder popular, por influência, como já destacamos, da militância em partidos políticos e movimentos populares.

Por outro lado, essa hegemonia impulsionou a internacionalização do Serviço Social, quando passou a ser uma estratégia de ação política em nível de América

latina, culminando na realização de diversos seminários e congressos nacionais e internacionais para debater as estratégias desenvolvimentistas⁵¹.

No Brasil, fica evidente a partir das iniciativas políticas e econômicas já mencionadas, que o Estado cria estratégias para impulsionar por um lado o mercado de bens materiais e controlar, de certa forma, a expansão de atividades culturais, que estavam relacionadas ao controle estrito das manifestações que se contrapunham ao Estado autoritário, quer dizer, aos bens culturais e simbólicos como forma de controle ideológico manifesto pela censura de diversos tipos. Para compreendermos toda a estratégia ideológica que deu impulso à hegemonia estatal é preciso destacar que o Estado autoritário, passa a atuar também com os aparelhos privados de hegemonia. Como ressalta Ianni (2019),

a economia política governamental desdobrou-se além dos planos, programas, diretrizes, metas, projetos e outras iniciativas. Mais do que isso, para concretizar-se, essas iniciativas precisaram de um vasto aparelhamento estatal. Toda a parafernália burocrática e tecnocrática do poder público, em termos de órgãos, pessoal e recurso materiais, tudo adquiriu importância na execução da política econômica. Ministérios, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, superintendências, institutos, conselhos e serviços- foram diversos e muitos órgãos estatais e paraestatais que efetivaram a política econômica esboçada (2019, p.241).

O poder político, nessa conjuntura, envolve a combinação instável de coerções, emulações e exercício de liderança, visando o desenvolvimento do consentimento e não só a coerção pela instabilidade que provoca. O que se observa nesse cenário é a necessidade de adequação da estrutura econômica e financeira do país a uma economia global crescente, onde a ideia de modernidade e modernização é perseguida a todo custo por países subdesenvolvidos. De acordo com Ianni (2019), o Brasil na busca de consensos por hegemonia pôs em marcha formas de produção e reprodução que transitaram do campo material para o simbólico, incluindo também a cultura.

Na realidade, a impossibilidade de produção de consensos que antecedem o golpe de abril, e de negociação entre as classes fundamentais e o Estado, impulsiona a montagem de um vasto aparelho repressivo.

⁵¹ Castro (2010) em seu livro: *História do Serviço Social na América Latina* aborda o papel da difusão e intercâmbio internacionais do Serviço Social, com destaque para os diversos seminários e Congressos realizados pelas entidades representativas, organismos internacionais, como a ONU e OEA, e profissionais latino-americanos, com especial ênfase no desenvolvimentismo do pós-Segunda Guerra e no pan-americanismo.

Aparelho esse que se tornou produto e condição da sua continuidade. É óbvio que a ditadura não se reduzia a isso. O principal da sua criação e do seu desenvolvimento, era determinado pela sua economia política: superexploração do proletariado e do campesinato, em benefício do capital monopolista, sob o comando do imperialismo. A repressão tinha muito a ver com essa economia política (IANNI, 2019, p.242).

Toda a discussão de emancipação e hegemonia, nesse caso, estava amplamente ameaçada por todo o processo de expropriação, violência e miserabilidade produzidas contra enormes frações das classes trabalhadoras. A cassação dos partidos políticos de oposição e a perseguição de militantes e intelectuais orgânicos aos movimentos de contestação se torna um grande entrave na possibilidade de disputar abertamente esses arranjos políticos conservadores. Muitos trabalhadores, incluindo assistentes sociais, foram perseguidos e torturados. Nessa argamassa é absolutamente compreensível que a produção acadêmica de viés mais crítico, cujo acesso na época era ainda bastante precário, foi ainda mais prejudicado.

Especialmente para pensar as transformações da profissão, o que podemos dizer até aqui, é que no plano teórico, a aproximação do Serviço Social às Ciências Sociais em geral, se dá por vieses conservadores, reforçando práticas empiristas, fortalecendo a produção de um saber fragmentado sobre a realidade social, que somente após a abertura política, na década de 1980, passa a ser consistentemente questionado com maior ênfase.

Apesar dessa conjuntura adversa do período ditatorial, os primeiros passos em prol de uma atuação mais desvinculada de princípios confessionais, foram dados em 1964, impulsionando o *Movimento de Reconceituação do Serviço Social*. Netto (1999) chamou essa primeira etapa de *perspectiva modernizadora*, destacando como principal marca uma atuação profissional baseada ainda no positivismo e no estrutural funcionalismo- a identificação das necessidades e a alocação de recursos reduzem a questão social a problemas técnicos, construindo, a partir deles, uma fórmula central que contempla múltiplas variantes de intervenção profissional. De acordo com Netto (1999), os assistentes sociais foram convocados pela autocracia burguesa para dinamizar e integrar o processo de desenvolvimento capitalista em curso na época.

Nos anos 1960/1970, há interesse pela prática tradicional do Serviço Social, pois atende a duas necessidades do Estado burguês: preservar a subalternidade profissional calcada na execução acrítica de políticas sociais e, ao mesmo tempo, impedir a expressão dos focos de resistências profissional que se opunham aos interesses das organizações e instituições nas quais os assistentes sociais trabalhavam. A vinculação ocorre com a reorganização do Estado e com as modificações ocorridas na sociedade.

Essas foram comandadas pelo grande capital, em dois níveis imbricados, porém distintos, por suas características específicas: a do seu trabalho e a da sua formação profissional (AQUINO et al., apud NETTO, 2017, p.154).

Nesse lastro, cabe mencionar o papel de destaque exercido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)⁵², que teve influência ímpar no movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro e latino-americano (Argentina, Brasil, Chile, Peru e Colômbia). Evidencia-se, na primeira metade da década de 1960, uma articulação entre os profissionais da América Latina, que é diluída em torno de 1965.

A razão para o desmonte dessa articulação, com vistas à superação de uma lógica conformada com o capitalismo, não é outra que não as ditaduras na América Latina, inauguradas com o Golpe de 1964 no Brasil e, depois, com os demais golpes espalhados pelo Cone Sul (AQUINO, I. G. C., et al., 2017, p.154).

De acordo com Iamamoto (1998), o contexto histórico do Movimento de Reconceituação na América Latina é perpassado num duplo dilema. O primeiro refere-se às estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem contrair as transformações do capitalismo internacional, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo. O segundo está relacionado à dominação externa que estimula a modernização e o crescimento do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Isso porque setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão responsáveis e interessados por essa situação quanto os grupos externos que dela tiram proveito.

O movimento contestatório do Serviço Social na América Latina surge no bojo do capitalismo monopolista⁵³ e expressa a relação dialética das relações estruturais do capitalismo com os movimentos sociais e políticos, sobretudo das décadas de 1960

⁵² Como destaca NETTO (1999), “o CBCISS, cujos embriões datam do final dos anos quarenta e que de fato se organiza em 1961-62, teve papel destacado na promoção, através de seus “seminários de teorização” (Araxá, 1967; Teresópolis, 1970; Sumaré, 1978 e Alto da Boa Vista, 1984) de reflexões profissionais também inscritas no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Este organismo, responsável pelo periódico *Debates Sociais* (lançado em outubro de 1965), constitui-se em significativo núcleo de difusão editorial da profissão” (NETTO, 1999, p.134).

⁵³ De acordo com Lopes (2016) o protagonismo que assumiram os intelectuais da profissão, vinculados a instituições de formação profissional, destacando-se, no que podemos considerar os dois primeiros momentos do desenvolvimento do Serviço Social no pós-deflagração do movimento, sobretudo, sujeitos ativos dos países sul-americanos, entre os quais se destacaram: Herman Kruse, do Uruguai; Natálio Kisnerman, Ezequiel Ander-Egg, Norberto Alayón, da Argentina; Leila Lima Santos, Consuelo Quiroga, Seno Cornely e Vicente de Paula Faleiros, do Brasil; Tereza Quiroz, Diego Palma, Luiz Araneda e Raul Castillo do Chile; Boris Alexis da Venezuela, Cecília Tobon e Jesus Mejia da Colômbia, Beatriz de la Veja, do México.

e 1970, bem como os processos particulares de conservação e de mudança numa determinada sociedade (Faleiros, 2017).

De fato, terminada a Segunda Guerra Mundial e com o predomínio norte-americano sobre a sociedade e a economia latino-americanas, sobreveio simultaneamente uma vaga de secularização mais afeta ao Estado, derivada dos eixos do pragmatismo e da concepção anglo-saxônica da filantropia Cristã, “ela deveria defrontar-se com a tradição caritativa e a fé católicas enraizadas fundantes no Serviço Social e na consciência de sociedades centenariamente colonizadas pela cruz e a espada espanholas” (CASTRO, 2010, p.24).

Podemos dizer que as origens desse movimento estão localizadas em um contexto de profunda agitação social constituída pelos movimentos progressistas e revolucionários do final da década de 50 e início da década de 60. Esse cenário de agitação animado, destacadamente, pela vitória da Revolução Cubana, em 1959 e pelos movimentos de resistência à contrarrevolução organizado pelas ditaduras militares, impulsionou e alimentou a crítica no Serviço Social.

O movimento mais geral por mudanças no continente, portanto, foi fundamental para forjar as condições objetivas e subjetivas que impulsionaram os militantes do movimento a propor e avançar na construção de uma alternativa crítica no Serviço Social na América (LOPES, 2016).

É interessante destacar na visão da autora, que o esforço pela superação do pragmatismo, que se seguiu abarcou, ao mesmo tempo, outros três eixos de questões, no movimento da relação dialética teoria e prática, mediante uma estratégia assentada em medidas para avançar no debate teórico e no fortalecimento de ações conjuntas de produção de conhecimento voltadas para ação crítica e especializada nas particularidades desse continente, com destaque para:

- a) criação de espaços de divulgação de ideias e fundamentos das análises críticas sobre o Serviço Social no que se destacaram, nos dois primeiros momentos, as Editoras Ecro e Humanitas, da Argentina, e em seguida o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), no Peru, e a *Cortez Editora, no Brasil*; b) formação acadêmica, compreendendo o ensino e a pesquisa na profissão, aprofunda a crítica sobre essa dimensão específica da profissão; ao mesmo tempo, produz mudanças na formação em nível de graduação e avança para a pós-graduação, em um amplo movimento em que o Brasil esteve quase isolado à frente durante um período; c) criação de grupos e centros de pesquisa, dos quais o mais importante foi o CELATS, enquanto se consolidava a pós-graduação e a pesquisa, em diferentes países do continente, mesmo no Brasil; d) a organização política da profissão sob a orientação do pensamento crítico marxista, orientando a virada na perspectiva e concepção da profissão e da organização profissional que nutriam os (as) assistentes sociais, até

então, com larga tradição organizativa e, na América Latina, desde a criação da profissão no continente (LOPES, 2016, p. 241).

Significava formar uma nova cultura profissional que rompesse com a orientação do pensamento conservador e sua tradição teórica, dominante na Igreja Católica, que o criou, e nas sociedades latino-americanas, subdesenvolvidas e dependentes; em reação e oposição, portanto, aos movimentos revolucionários que no período da criação do Serviço Social no continente, em 1925, já se organizavam e produziam seus intelectuais sob a influência do marxismo-leninismo e da vitória da Revolução Russa, em 1917. O movimento latino-americano avança de forma heterogênea realçando as particularidades históricas, políticas e culturais de cada país e impulsionado pela correção de forças atuantes no esteio de ditaduras autocráticas-burguesas deflagradas no período.

O debate mais influente passa pelo pensamento de Althusser, Gramsci, Lukács, Lefebvre e o aprofundamento da apreensão do pensamento de Marx, no próprio Marx; e também apropriando-se do pensamento de inúmeros outros importantes pensadores marxistas, inclusive latino-americanos, que a complexidade dos objetos e temáticas de estudos, das análises dos objetos e da prática profissional foi exigindo (LOPES, 2016, p.242).

No Brasil, várias correntes teóricas despontaram, como fundamento do pensamento profissional, tendo em comum o anseio pela cientificidade. Por isso, a proposta de metodologia de ação é delineada a partir de duas categorias-chave: o diagnóstico e a intervenção planejada. De acordo com Quiroga (1991), o lastro conservador da herança positivista pode ser caracterizado como um pilar importante para rever o caráter formativo do Serviço Social, uma vez que desde sua adoção como método de análise do real, permaneceu por muito tempo influenciando o perfil profissional, incluindo desdobramentos sobre o marxismo, o que à semelhança do contexto intelectual e político maior levou a profissão a também operar *a derrota da dialética*.

A autora completa que a partir dessa ótica, a impregnação positivista mina, no sentido de invadir às ocultas, todas as esferas da vida social, entranhando posteriormente nas próprias concepções “não-positivistas” da sociedade, como o materialismo histórico e dialético, deformando e comprometendo sua própria significação.

Quiroga (1991) destaca que no positivismo de Augusto Comte, foram centrais a ideia de lei natural, de leis invariáveis do desenvolvimento da sociedade, e o início da reflexão sobre a questão da ciência livre de valores, nos moldes da ciência da

natureza. De Durkheim, que avança nessas análises, destaca basicamente as questões do método da nova ciência que se inicia com o estabelecimento de leis, originárias da experimentação como principais influências⁵⁴. Concordamos com a autora nas teses apresentadas por ela no livro *Invasão positivista no marxismo*, sobre os impasses para a apropriação deste último pela profissão, mas pretendemos avançar em outras questões que também consideramos relevantes, problematizando os espaços vazios que não foram preenchidos pela falta de apropriação de outras categorias, como *cultura*.

Netto (1999) ressalta que é em meados da década de setenta, ainda na ditadura civil-militar, que se destaca com maior vigor uma perspectiva teórica na profissão que reatualiza esse conservadorismo, a fenomenologia⁵⁵. A marca central é o viés psicologizante sobre os fenômenos sociais, com destaque para as determinações das subjetividades na dinâmica social. Segundo o autor, o período reavivou um panorama político-cultural sob as bases conservadoras na profissão, onde os indivíduos constituíam-se como principais alvos da atuação profissional buscando alternativas em práticas terapêuticas como um fim em si mesmas. Ficando o trato da questão social restrito ao indivíduo, totalmente desvinculado da história e da totalidade da vida social.

Conforme Simionatto (1999),

a prática profissional se reduzia à mera identificação das demandas e a seu atendimento imediato, mobilizava um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassava o nível da aparência, escamoteando o real

⁵⁴ Durkheim avança na reflexão sobre objetividade da ciência iniciada por Comte, não apenas enfatizando que o conhecimento se desprende dos fatos e não das paixões, tencionando para que esse princípio chegasse à prática. “Nessa linha de preocupação, ressaltou o significado das *regras do método sociológico*, querendo garantir sua independência com relação à filosofia, às doutrinas da prática e ao conhecimento vulgar, ao conceber os fatos sociais como coisas objetivamente observáveis, captando-os na imaterialidade *sui generis* que os caracteriza. Nesse sentido ele não qualifica seu método de materialista” (QUIROGA, 1991, p.54-55).

⁵⁵ De acordo com BOTTOMORE & OUTHWAITE (1996), “o significado de fenomenologia transita entre diferentes concepções, dentre as principais, podemos destacar as seguintes: “em filosofia, trata-se (a) da pura descrição dos “fenômenos” da experiência humana, tal como se apresentam em direta consideração, independente da história, da particularidade, da causalidade e do contexto social dessas experiências; e (b) do movimento filosófico europeu do século XX, associado em particular a Edmund Husserl (1859-1938), defendendo esse método de investigação em várias formas. Em segundo lugar, em sociologia — e em particular com inspiração nos textos de fenomenologia social de Alfred Schutz (1899- 1959) —, é o estudo dos modos como as pessoas vivenciam diretamente o COTIDIANO e imbuem de significado as suas atividades [...] As pesquisas fenomenológicas, em geral, não têm a intenção de produzir afirmações factuais, mas sim reflexões filosóficas não-empíricas, ou “transcendentais”, sobre conhecimento e percepção e sobre atividades humanas como a ciência e a cultura. Husserl visava estabelecer nada menos que a pura VERDADE, independente de tempo, lugar, cultura ou psicologia individual. Não estava interessado na percepção de objetos particulares, concretos, mas sim no “percebido como tal”, que ele chamou de *noema*”. (BOTTOMORE & OUTHWAITE, 1996, p. 327-328).

significado das mesmas num contexto antagônico das relações sociais capitalistas (1999, p.27).

Nas análises de Netto (1999), um movimento em direção a possível guinada crítica, foi freada, não só pelo contexto conjuntural, mas também pela retomada de uma “certa endogenia” da profissão, onde o Serviço Social é pensado a partir de si mesmo, revisando internamente seus métodos e técnicas, como única forma de sistematizar sua prática. Nesse sentido, privilegiam-se práticas e representações particulares em sua produção teórica. Essa tendência se afirma sob o pretexto, de evitar no serviço social a instrumentação mecânica e/ou indevida de matrizes teóricas e críticas, e começa a se gestar um bloco de preocupações tendentes a tornar “exterior” (as Ciências Sociais- a tradição marxista) como um recurso secundário no processo do seu esclarecimento e desenvolvimento. Inclusive, dando margem para a discussão da autonomização do Serviço Social, com relação às Ciências Sociais, com um arsenal próprio de elementos e princípios organizativos fundantes da profissão.

A aproximação com o marxismo apresenta ao Serviço Social um contraponto fundamental- uma leitura que concebe a profissão como fundada na divisão social e técnica do trabalho, cancelando a reflexão centrada numa *teoria própria do Serviço Social*, no saber constituído e construído hermeticamente pela profissão.

Nessa perspectiva, os procedimentos sistematizadores são induzidos como exigências da própria prática, e suas resultantes não se propõem como produtos de elaboração teórica: antes a pesquisa e a investigação se situam como constitutivas mesmas da prática profissional. O momento teórico- que se remete às chamadas Ciências Sociais ou à tradição marxista, e que se pode perfeitamente ser protagonizado pelo assistente social.-, indispensável para estabelecer parâmetros de competência, de eficácia, e de (auto)crítica no exercício profissional do assistente social enquanto tal, este momento inscreve-se para além do Serviço Social (que a ele deve recorrer sistematicamente): constitui, como elaboração teórica estrita, tarefa precípua de uma instância de reflexão que não é componente orgânico e sistemático da intervenção profissional (NETTO, 1989, p. 151-152).

Se historicamente a legitimidade da profissão decorreu de seu papel auxiliar no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, agora a ruptura da alienação lhe permitia divisar um novo horizonte. Uma nova dinâmica se colocava para o exercício profissional, baseando-se no movimento e não na estagnação, na ação coletiva e não no fragmento, na produção do novo e não na sacralização do instituído. Assumindo sua direção social e despojando-se de pensamentos corporativistas poderia fortalecer-se cada vez mais, não só através da maior coesão

da categoria profissional, mas também através de sólidas e consistentes alianças com as classes populares, com outras categorias profissionais e trabalhadores.

Esses são momentos relevantes da história da profissão, em que se transitou do emprego de metodologismos para a apropriação de uma metodologia científica articulada com princípios éticos e políticos de um fazer profissional crítico, que de forma não homogênea foram paulatinamente sendo amadurecidas e, portanto, intercalando avanços e retrocessos.

2.2 “Os marxismos” no debate acadêmico do Serviço Social: os desdobramentos do movimento de reconceituação

De acordo com Yamamoto (2008), a profissão expressa-se nesses anos por meio da busca, da luta para alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional, que reconhecendo as contradições sociais presentes em seu exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses da classe trabalhadora, de alguma maneira. Para a autora, é interessante destacar que não se reduz a um “movimento interno” da profissão, pois esse processo de questionamento faz parte da reestruturação da sociedade, determinado pelo confronto e pela correlação de forças postos em cena com a presença de novos “sujeitos históricos” que emergem de um país urbano-industrial e com movimentos sociais expressivos da luta contra a ditadura e por direitos sociais.

Esse entendimento se torna possível no final da década de setenta quando há, de fato, um contato mais cristalizado do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista. Inicialmente essa tradição aparece representada pelos estudos de Louis Althusser, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado, restritas a reprodução da dominação burguesa. Seguindo a tendência do movimento de reconceituação em nível continental, essa vertente negava a prática institucional e enfatizava a militância política. É conveniente destacar que essa concepção não se restringe ao Serviço Social e se espalha para todas as áreas e profissões envolvendo as humanidades, bem como para a prática política em geral.

O marxismo estruturalista de Louis Althusser, filósofo francês que teve uma posição significativa no movimento comunista internacional, em termos históricos, tem suas colocações vinculadas a um momento do desenvolvimento capitalista, do capitalismo de estabilização que dificultava a

visualização de seus processos de crises periódicas. Por sua vez, o movimento operário como parte deste mesmo momento tendia a se burocratizar, minimizando a dimensão da práxis humana como criadora da história. Entre os desdobramentos da leitura de Marx feita por Althusser e apropriada pelo Serviço Social, trata-se da separação feita por ele em relação à obra de Marx – os primeiros escritos, considerados filosóficos contemplando a condição humana como geradora de seu próprio destino e os escritos que ele considerava da maturidade de Marx expressando sua proposição científica, baseada num entendimento mais estrutural da sociedade e sobrevalorizando a determinação econômica (QUIROGA, 1991, p.101).

Esta separação, a conhecida ideia do *corte epistemológico*, expressaria duas formas distintas de pensar a realidade social. Isso leva a uma posição de ruptura entre ciência e ideologia e, conseqüentemente, entre ciência e transformação social. Tal tendência cientificista do marxismo, vista por Althusser- *o Aristóteles do novo idealismo marxista*, segundo Thompson (1981)-, levava consigo uma maior preocupação com as questões epistemológicas, prevalecendo sobre as de ordem ontológicas. Em alguns casos, o corte entre o materialismo histórico e o materialismo dialético.

Coutinho (2010) sublinha que o pensador se tornou um dos marxistas mais conhecidos do PCF em todo mundo, principalmente a partir do afastamento de Lefebvre e de Garaudy e, tendo em vista, a oposição partidária de Sartre e de Goldmann. Althusser se intitulava representante de um estruturalismo com a mais correta leitura de Marx, embora posteriormente tenha negado sua relação com esse mesmo estruturalismo.

Para Thompson (1981), o que Althusser negligenciava era o diálogo entre o ser social e a consciência social que, obviamente, é um diálogo que se processa em ambas as direções. “Se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar um filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de ‘reflexões’ daquela mesa” (1981, p.16). Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser; por sua vez, assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido - as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceptuais dominantes.

O historiador destaca que foi hábito entre os marxistas - na verdade chegou a ser considerado uma prioridade metodológica característica do marxismo - ressaltar as pressões determinantes do ser sobre a consciência, embora nos últimos anos lhe

pareça que “uma grande parte do ‘marxismo ocidental’ tenha feito o diálogo pender de novo, acentuadamente, no sentido da dominação ideológica” (THOMPSON, 1981, p.18). Afirma que essa questão ainda é complexa para os estudiosos marxistas, no entanto, é mais proveitosamente resolvida pela análise histórica e cultural do que por pronunciamentos teóricos.

Essa questão nos remete aos rumos do marxismo pós-Stalin, como um período em que muitos marxismos passam a ser disputados no debate sociológico com uma variedade de formas ideológicas e, muitas vezes, a partir de leituras oportunistas e manipulatórias, expressas por um espontaneísmo vulgar que, em alguns casos, segundo Thompson (1981), “culmina no simples culto à personalidade- uma espécie de *ontologia existencial* com fortes traços Heideggerianos” (1981, p. 20). Althusser não negava as questões do materialismo dialético, ao contrário, as enfrentou, mas “além de reduzir as questões ao plano epistemológico, substitui a autêntica epistemologia materialista por uma versão *up to date* da epistemologia formalista do neopositivismo”⁵⁶ (COUTINHO, 2010, p.184).

Assim, Coutinho (2010) destaca que o marxismo é, na realidade,

uma filosofia sistemática, uma ontologia da natureza e do ser social, mas a partir da qual se eleva uma concepção do mundo, uma “ideologia”, uma nova ética humanista e materialista [...] assim como teoria e como prática, independente do fato de continuar a ser uma filosofia sistemática, o marxismo produziu na cultura do século 20 um caldo de cultura similar ao produzido pelo iluminismo em seu tempo (COUTINHO, 2010, p.181).

A aproximação aos “marxismos”, inclusive esta a que nos referimos, se deu em numerosos casos, através da militância político-partidária e, só tardiamente, sua discussão foi incorporada ao debate profissional acadêmico, num contexto mais amplo de liberalização política⁵⁷. Vale destacar a valiosa contribuição de Thompson sobre

⁵⁶ Coutinho afirma que as ideias de Althusser transitam entre um “esquerdismo” aventureiro e irresponsável e um reformismo conservador, mesmo que isso não tenha resultado de uma intenção consciente. Mas para o autor “isso não anula o fato de que, no plano geral, a ‘miséria da razão’ praticada por Althusser e seus discípulos representa objetivamente um apoio ideológico ao dogmatismo. Por um lado, Althusser continua o positivismo da época da segunda Internacional, capitulando à estabilidade e ‘segurança’ do capitalismo atual; por outro, conserva os conteúdos burocrático-manipulatórios do socialismo em sua versão estalinista ou neoestalinista” (COUTINHO, 2010, p.188).

⁵⁷ Quiroga (1991) traz uma excelente contribuição sobre as diferentes concepções de marxismo predominante no ensino da disciplina *metodologia do Serviço Social* nos cursos de Serviço Social, realçando uma impregnação positivista que mina, invadindo às ocultas as concepções enraizadas na tradição marxiana, desconfigurando-as. A autora sustenta que tal impregnação tem suas raízes na própria divulgação das ideias de Marx a partir da II Internacional (1889-1924), que sofrendo as influências da cultura positivista, então historicamente predominantes, atinge os herdeiros do próprio marxismo como Bernstein e Plekhanov. Destaca a partir da sua própria experiência e de outros docentes, quatro tendências mais relevantes para reinterpretar a obra de Marx: 1) Como totalidades

as várias correntes do marxismo, quando diz: “existem discordâncias profundas, e problemas complexos não só permanecem sem solução como nem mesmo foram formulados” (THOMPSON, 1981, p.8). Acrescenta nessa ordem que

da parte de Louis Althusser e de seus numerosos seguidores foi desferido um ataque imoderado ao "historicismo". Os avanços do materialismo histórico, seu suposto "conhecimento", tinham repousado - ao que se revela - num frágil e corroído pilar epistemológico ("empirismo"); quando Althusser submeteu esse pilar a um severo interrogatório, ele estremeceu e esboroou-se em pó; e toda a empresa do materialismo histórico desabou em ruínas à sua volta. Não apenas se revela que os homens nunca "fizeram a sua própria história" (sendo apenas *Träger* ou vetores de determinações estruturais ulteriores) como também que a empresa do materialismo histórico - a consecução do conhecimento histórico - fora ilegítima desde o início, uma vez que a "verdadeira" história é incognoscível e não pode ter sua existência afirmada (THOMPSON, 1981, p10).

Tais apreensões chegam com alguma força no marxismo brasileiro e também- mais tardiamente- no Serviço Social. No entanto, o avanço proporcionado com a chegada de uma literatura mais consistente e o acesso a algumas traduções de obras clássicas por intelectuais da esquerda brasileira, faz avançar o debate crítico, tornando possível aquilo que Netto (1999) chamou de *intenção de ruptura*, no movimento de reconceituação da profissão. Essa fase, segundo o autor, caracteriza-se pela compreensão das implicações políticas da prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes.

De fato, o movimento de ruptura com as bases conservadoras, reuniu o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, “deixando de lado o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada e as tendências empiricistas, o alheamento central do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular” (IAMAMOTO, 2008, p.37). Esse movimento apesar de iniciado na década de setenta,

rompidas por abordagens unilaterais, onde apenas são relacionados aqueles elementos considerados “fundamentais” na teoria de Marx para analisar seu rebatimento na área profissional, o que compromete a totalidade da mesma; 2) Uma perspectiva fatalista com hipertrofia das forças produtivas, configurando, assim, uma visão determinista em que a produção da vida material estabelece as demais esferas da vida social, vista como uma relação direta e automática e interferindo na inter-relação realidade-pensamento numa abordagem mecânica da proposição de Marx; 3) Expressa o Voluntarismo, onde a história se reduz à consciência dos homens. Essa seria o reverso dos exageros da concepção materialista da história que exacerba o determinismo econômico; e 4) Cientificista ou negação da vinculação da ciência à transformação social, onde “com frequência, enfatizam-se em Marx, aqueles aspectos que caracterizam sua preocupação com as questões ditas científicas. Percebendo assim, uma inquietação diante da discussão em torno do conhecimento, da ligação do sujeito que conhece e estabelece uma relação dialética de análise e ação com o objeto do conhecimento, sem entretanto, ressaltar o vínculo dialético entre a produção desse conhecimento científico e a possibilidade de transformação da sociedade” (Op cit, p.116). Na verdade, poderíamos acrescentar aqui, que ambos os aspectos percebidos pela autora, apresentam uma ligação estreita e podem aparecer eventualmente combinados entre si.

foi interrompido nos momentos considerados “mais duros” da ditadura civil-militar, onde a censura penetrou nas universidades, calou movimentos sociais e partidos políticos, principalmente o Partido Comunista.

A academia foi o principal lócus desse movimento, onde professores e alunos iniciaram a discussão acerca da teoria de Marx enquanto referencial para análise da sociedade capitalista e das mazelas decorrentes da relação dialética entre capital e trabalho. A prática profissional e a forma de produzir conhecimento foram assim, reorientadas paulatinamente para uma análise baseada na tradição marxista. Porém, essas primeiras iniciativas eram ainda sigilosas, abarcando também um grupo restrito de profissionais de vanguarda.

Uma ação mais contundente nessa direção é a iniciativa deflagrada na Universidade Católica de Minas Gerais, mais precisamente em Belo Horizonte, conhecida como *método BH*. Essa experiência buscava romper com o tradicionalismo teórico e metodológico no plano da intervenção e da formação profissional, ou seja, tinha o objetivo de romper com tudo que fosse tradicional e impedisse a divulgação de valores e princípios democráticos para uma análise crítica da conjuntura e da inserção da profissão, confrontando, inclusive, grande parte do legado althusseriano presente na proposta teórica e metodológica da profissão. O processo de amadurecimento do método BH teve como pano de fundo o cenário mineiro de lutas deflagradas por inúmeros movimentos de trabalhadores em prol de conquistas democráticas, e, contou com o diálogo com profissionais mais críticos da reconceitualização latino-americana entre 1965-1975.

Simionatto (2011) sinaliza alguns marcos importantes nesse período, na virada dos anos 1970 e início dos anos 1980, para o Serviço Social: além do método BH, a dissertação *Legitimidade e crise do Serviço Social*, da professora Marilda Iamamoto e as valiosas contribuições de Gramsci (quando se analisa o relativo retrocesso do pensamento Althusseriano) com seus conceitos e mediações. Mas, somente com o currículo de 1982, há exigência formal de inserção da disciplina *metodologia do Serviço Social* na formação profissional em substituição às disciplinas *Serviço Social de Caso*, *Serviço Social de Grupo* e *Serviço Social de Comunidade*. As contribuições de Gramsci no Brasil chegam em meados da década de 1970, quando, depois de um longo período de relativo esquecimento, emerge como um dos pontos

obrigatórios da reflexão marxista (COUTINHO, 2011)⁵⁸. Esse “esquecimento” revela as bases de apreensão da dialética marxiana restrita aos manuais soviéticos, resquícios da II Internacional, assim como o pouco acesso aos clássicos originais, conforme já sinalizamos.

Desde a década de 1980, a interlocução da profissão com o marxismo gramsciano contribuiu para o adensamento do debate crítico com vistas a uma nova discussão da práxis social. O Serviço Social condensa sua crítica aos processos de coerção e consenso promovidos pelo Estado e também para as formas de organização das classes subalternas.

Autores com vínculos estreitos com o Serviço Social se ocupam com a tradução da obra de Gramsci no Brasil e vários outros intelectuais do Serviço Social seguem até hoje nesse aprofundamento teórico. Inicialmente esses estudos se debruçavam sob dois aspectos; o primeiro, na análise dos rumos da sociedade brasileira, centralmente, da sua formação social, da consolidação e a ascensão de uma burguesia nacional totalmente desvinculada de um projeto nacional-popular das análises da ditadura militar; e, o segundo, na profissão mesma, com um debate acerca do papel dos intelectuais, a relação teoria-prática, o caráter político da profissão e a conformação de um projeto profissional revolucionário com estreitos vínculos com os movimentos populares (SIMIONATTO, 2011).

No registro de Netto (1999), o movimento de ruptura da profissão com as correntes mais tradicionais teve dois momentos, sendo o primeiro, iniciado na década de setenta, silenciado pela ditadura que tinha uma proposta de transformação considerada pelo autor, como fora da realidade, portanto utópica, redundando numa análise simplista, principalmente da classe trabalhadora. Foi uma apropriação às avessas da teoria marxista, cujos sujeitos não buscaram referências nas fontes originais e, parecia mesmo, haver uma espécie de “moda” do materialismo-histórico,

⁵⁸ Cabe enfatizar aqui a relevância de Carlos Nelson Coutinho como uma grande referência intelectual no campo do marxismo. Autor de vários artigos e livros, comunista e um dos maiores tradutores da obra de Gramsci no Brasil. Nessa pesquisa sua obra não aparece no material selecionado em decorrência da metodologia adotada, como veremos no capítulo seguinte, contudo, não podemos deixar de referenciá-lo como importante fonte de pesquisa teórica e de estudos para a produção desse trabalho, assim como, dar destaque especial para sua produção no amadurecimento teórico alcançado pelo Serviço Social, curso em que atuou como docente até o final de sua carreira na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

culminando na presença de uma leitura estruturalista da história, como vimos com a referência althusseriana.

É consenso no debate acadêmico que as inúmeras limitações de acesso às obras originais de Marx contribuíram para essa análise mais precária dos assistentes sociais e de outros estudiosos. Esse fato é bem expressivo do estado de isolamento cultural e político a que esteve submetida a universidade brasileira durante todo o período militar, e que impediu através de restrições à liberdade de expressão e de imprensa, a captação dos movimentos sociais por amplos setores da população.

Já num segundo momento, iniciado na década de oitenta, o autor destaca uma maioria intelectual da profissão, onde alguns autores foram de “extrema importância para pensar a cultura profissional e os processos vivenciados em sua trajetória até essa fase, como Marilda Yamamoto, Vicente Faleiros, Suely Gomes Costa, entre outros” (NETTO, 1999, p.53). Esse momento revela a fase de consolidação teórica e metodológica da profissão, com publicações relevantes nas diversas temáticas sociais e pesquisas sólidas desenvolvidas. Destaca-se também a expansão e consolidação de cursos de pós-graduação e reconhecimento junto às agências de fomento. O que seriam indicadores do amadurecimento científico da profissão.

O marco histórico ocorre em 1979 em São Paulo, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”. Conforme afirma Netto (2009),

de qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx (NETTO, 2009, p.693).

De acordo com Netto (1999), desde o III CBAS, os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincula-se ao movimento dos trabalhadores e, rompe com a dinâmica da hegemonia do conservadorismo, conseguindo instaurar na profissão o pluralismo político, que acaba por redimensionar amplamente não só a organização profissional (dando vida nova, por exemplo, a entidades como a ABESS- depois ABEPSS- e, posteriormente, ao CFESS) mas também, inaugura sua inserção de modo inédito, no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros (NETTO, 1999, p.10).

Para os fins desta pesquisa, é importante destacar que a questão metodológica revela-se como um dos temas centrais e mais polêmicos no processo de revisão curricular do Serviço Social da década de 1980. Alguns estudos sobre as formas de articulação do ensino da metodologia e do redimensionamento dos espaços ocupacionais são articulados em torno da retomada da categoria “práxis” da obra de Gramsci. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho do grupo do Maranhão, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão desde 1979, formado pelas professoras Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel, Josefa Lopes, entre outras⁵⁹.

A ideia do grupo sobre a retomada da *práxis*, busca abstrair indicações básicas para entender as especificidades da teoria e da prática enquanto unidade no processo histórico de construção da vida (CARDOSO e MACIEL, 1989). Para isso, buscam em Gramsci fundamentos explicativos sobre a *estrutura-mundo da produção*, “qual força exterior que esmaga o homem, assimila-o a si, torna-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas” (GRAMSCI, 1978, p.53). A retomada da *práxis* como categoria elementar nesse momento, ganha sentido quando passa a ser entendida como algo que já está dado como herança do passado- a estrutura, podendo imbricar-se dialeticamente com a possibilidade de se mover na superestrutura, na consciência dos homens⁶⁰. São as condições objetivas e subjetivas para a transformação da realidade. Nesse período, as categorias gramscianas ganham projeção no debate acadêmico do Serviço Social brasileiro, sobretudo para pensar a hegemonia das classes subalternas e os possíveis caminhos para a formação de espaços e construção de resistência.

É a partir desse parâmetro de análise que emerge o debate sobre a *prática pedagógica do Serviço Social*- categoria que ganha relevância e que será desenvolvida mais tarde por esse mesmo grupo, especificamente pela professora Marina Maciel Abreu. Com esse estudo, a autora recupera de Gramsci a noção de

⁵⁹ É interessante destacar aqui a parceria com outras assistentes sociais como Alba Maria Pinho de Carvalho e Maria Helena Tenório (Maria Helena de Almeida Lima) que entre final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 foram colegas no mestrado na PUCRIO, com forte influência de Gramsci na formação, que redundou em duas publicações importantes de reinterpretação do Serviço Social: Alba Maria Pinho de Carvalho publicou “A questão da transformação social e o trabalho social: uma abordagem gramsciana”; e, Maria Helena Tenório publicou “Serviço Social e sociedade brasileira”.

⁶⁰ Podemos vincular essa ideia de Gramsci com a passagem do 18 Brumário de Louis Bonaparte, onde Marx (1987, p.27) sublinha que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua própria vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente”. É a partir dessa passagem que Gramsci, inclusive, pensa a relação entre política e economia na obra de Marx e identifica a estrutura econômica com o conjunto das relações sociais, ou seja, com a totalidade.

“princípio educativo”, estratégia de luta para a conquista da hegemonia, no sentido de constituí-la ou de mantê-la, sublinhando que essa concepção não se reduz somente às ações escolares. Segundo Gramsci, “toda ação hegemônica é necessariamente pedagógica” (GRAMSCI, 1978, p.37). Assim, para a autora, o Serviço Social passa a ser entendido como parte da totalidade da práxis, expressando especificidades determinadas pelas condições concretas que viabilizam esta profissão na sociedade em diferentes momentos históricos. As práticas pedagógicas concretizam a ação material e ideológica do modo de vida, da maneira de sentir, pensar e agir das classes subalternas interferindo na reprodução física e subjetiva dessas classes ao mesmo tempo em que rebatem dialeticamente na constituição do Serviço Social como profissão.

Abreu (2011) reitera a preocupação dos espaços de trabalho correspondendo às instâncias socioinstitucionais por meio das quais a prática do assistente social se objetiva como parte das respostas a determinadas requisições colocadas pelas classes sociais no enfrentamento da questão social. Podemos identificar limites no debate, sobretudo no que se refere à apreensão do Serviço Social como práxis, que apesar do salto qualitativo quanto ao rompimento com o aporte da técnica e da análise fragmentada, há um desprezo pela dialética da contradição imposta pelo desenvolvimento das forças produtivas que impacta diretamente a relação capital-trabalho e as formas de institucionalização da profissão. Reconhecidamente, a autora destaca um certo “perfil emancipatório” da profissão e outro “mais conservador”, desprezando assim, a dinâmica da correlação de forças nos diferentes espaços e a mercantilização dessa força de trabalho especializada.

É importante destacar que a apropriação das obras de Marx e dos teóricos marxistas pela vanguarda do movimento de renovação, como já sinalizado, não se dá de forma homogênea e nem consensual. A tradição marxista em si, se configura como um bloco cultural extremamente complexo e diferenciado no interior do qual se estruturam e se movem vertentes que concorrem entre si. No caso de Gramsci, ao passo que sua obra é incorporada como embasamento para iluminar novos caminhos a ação profissional, também sofre duras críticas quanto ao “viés politicista e voluntarista” que lhe fora atribuída. Na mesma direção, segue o debate da abordagem economicista do legado de Marx, como já destacado por Quiroga, resultado de

influências conservadoras que perduraram na profissão, conforme vimos sustentando ao longo dessa exposição.

Na apreensão de Silva e Silva (2002) com a crise do estrutural funcionalismo, na década de 1970, predomina a *análise objetivista do marxismo*, cujo problema básico na sua interpretação, é a incapacidade de explicar a transição de classe para si, da situação objetiva e a prática de classe, de relação entre estrutura e sujeito, reduzindo o mundo da subjetividade a mero reflexo do material, do objetivo, do econômico.

Essa postura resulta numa tentativa de aplicar a análise classista, sem mediações, para entender a realidade, o que conduz a abstrações produzidas por um determinismo estrutural e economicista, a partir de sujeitos predefinidos. No início dos anos 80, identifica a necessidade de explicar o autoritarismo e a democracia desvela a deficiência do determinismo estrutural economicista. A saída dá-se pela adoção do tema hegemonia, a partir da qual as classes sociais se definem na estrutura política. (PONTE apud SILVA e SILVA, 2002, p.224).

A partir dessa ótica, a análise se desprendia da estrutura (de um viés puramente economicista) e sofria sua politização. Uma consequência importante a ser observada a partir dessa perspectiva, é a importância assumida pelos movimentos sociais como um esforço dos cientistas para romper com as vertentes economicistas e politicistas. O Serviço Social se apropriou desses estudos e transitou entre essas duas análises, produzindo às vezes respostas unilaterais e dicotômicas. A exigência para uma revisão coerente em prol do rompimento total com o conservadorismo, segundo Silva e Silva (2002), não dependia somente de uma ação político-moral, mas supunha uma consciência teórica, capaz de possibilitar a explicação do processo social e o desvelamento das possibilidades de ação nele contidas. Complementando essa ideia, Iamamoto (1998) destaca que,

se a consciência teórica tem suas raízes nas relações econômica se nas lutas de classe historicamente determinadas, ela não surge espontaneamente de tais relações e lutas. Exige para sua construção, uma interlocução crítica com o conhecimento científico acumulado, um trabalho rigoroso de elaboração intelectual, o que na reconceituação, não foi possível acumular a contento (IAMAMOTO, 1998, p. 210).

A partir dessa reflexão, podemos retomar a crítica relativa à dimensão pedagógica do Serviço Social, onde a conquista da consciência de classe dos sujeitos não pode ser considerada desprezando as mediações objetivas necessárias, baseadas apenas na construção de conhecimento próprio ou endógeno à própria categoria; o que desprezava também, nesse sentido, a relação da profissão com a

história. O debate metodológico do Serviço Social, constitui-se como um tema polêmico entre a vanguarda profissional, na medida em que se torna objeto de disputa dando o tom e a direção da construção do novo currículo e da formação profissional desejada. Começa a se retirar do hall dos *metodologismos* e, assim, da concepção de prática profissional autônoma (sem prejuízo de sua especificidade) e com a necessidade de elaboração de uma “metodologia profissional” (vide o que ocorre com a tríade: caso, grupo e comunidade).

O profissional munido apenas de intencionalidade não é capaz de impulsionar ações para o projeto hegemônico vigente. Despreza-se, a contento, a verdadeira concepção dialética da história, a barbárie produzida pela estrutura da sociedade e a dimensão de determinados fenômenos sociais em escalas mais abrangentes. As ações esvaziam-se de efetividade e conteúdo e o que ocorre, muitas vezes, é apenas uma transposição de categorias para a realidade examinada.

Mas vale ressaltar que avanços podem ser mencionados sobre a função pedagógica do assistente social, e, concordamos com Abreu (2011), sobre a ideia de que essa prática,

define-se e consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias na organização da cultura- condição e horizonte da construção das relações de hegemonia no cotidiano das classes sociais em confronto, e que esta mesma função objetiva-se por meio de estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe, constituindo formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida, em que a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares (ABREU, 2011, p. 30).

A função pedagógica, nesse sentido, pode ser compreendida como uma estratégia que permeia as ações profissionais, com vistas ao fortalecimento político e ideológico das classes subalternas para a formação de uma visão crítica acerca dos processos de aviltamento e violação de direitos humanos e sociais. Não se reduz ao mero repasse de informações, orientações e encaminhamentos, seja no âmbito individual ou coletivo. Tenciona assim, as esferas de poder e o projeto hegemônico abrindo canais para a articulação do indivíduo com grupos e/ou forças organizadas do Estado ampliado.

As perspectivas analíticas culturais, num sentido mais crítico, que enfatizam a mudança da cultura nos setores populares, do seu cotidiano, dos seus valores e referenciais de vida, só começam a ter penetração nas análises do Serviço Social nos anos 1990 e muito restritamente, o que veremos inclusive com o avanço do chamado

“Serviço Social Alternativo”. “Os estudos evidenciados até esse momento se conectavam de maneira fragmentada, parcializada e descontextualizada dos núcleos temáticos desse campo de conhecimento” (SILVA e SILVA. 2002).

Concordamos com Silva e Silva (2002), quando a mesma sublinha que alguns temas⁶¹ são introduzidos no âmbito do movimento de reconceituação com pouca relevância e, muitas vezes, desconectados dos núcleos teórico-metodológicos que poderiam compor e enriquecer o debate através do alargamento da compreensão dos fenômenos sociais a partir da ótica dos subalternos. Para a autora, isso decorre da pouca diversidade de profissionais do movimento à época, onde estavam representados com maior expressividade os docentes. Contudo, é preciso incluir aqui, o que tange à nossa hipótese acerca das deficientes apropriações da teoria social de Marx e do legado do marxismo ocidental que converge para o abandono de autores relevantes e categorias explicativas fundamentais, não sendo, portanto, uma questão restrita ou endógena ao Serviço Social.

Podemos observar nesse sentido, que as dissidências no interior do partido comunista e o debate em torno das várias correntes do marxismo impactam diretamente a forma e conteúdo das análises da sociedade capitalista, seja nos espaços micro e/ou macrossocietários. As inúmeras desvinculações de objeto/sujeito/história, são realizadas apenas como transposições de teorias e conceitos marxistas/marxianos “aplicados” diretamente sem quaisquer mediações e com pouca profundidade teórica.

Nesse esteio, cabe reafirmar as apreensões de Hobsbawm (1985) sobre a “crise do marxismo” e a pouca relevância de outras vertentes nesse mesmo período. O historiador ressalta que apesar dessa predominância, não há rigorosamente uma *crise do marxismo*, há *crises* dentro da tradição marxista. Não podemos perder de vista toda a contribuição de pensadores que surgiram nesse lastro, sobretudo no pós-Segunda Guerra, que dinamizaram a tradição marxista ao longo de todo o século XX e que, apesar de marginalizados, fecundaram o debate contemporâneo- conforme já ressaltado.

⁶¹ A autora se refere aos temas sobre “o cotidiano”, o “popular”, a “cultura” etc. Sublinha corretamente o vínculo orgânico dos profissionais com os setores populares, sem, no entanto, conseguir trabalhar, devidamente a configuração desse popular e de seu projeto político, a natureza desse vínculo, e as decorrentes implicações no exercício profissional (2002, p.223). Destaca, nesse sentido, algumas categorias mais relevantes na literatura estudada, dentre elas: Estado, Instituição, Política Social, Transformação Social, Classes Sociais, Classes populares, Movimento Social, Transformação social, Práxis, Hegemonia, Ideologia e Intelectual orgânico (Ibdem, p.218).

Para retomar a polêmica dos pensadores, no primeiro caso, podemos citar Gramsci, nas primeiras aproximações realizadas pelo conjunto dos intelectuais e, no segundo, autores da nova esquerda como Raymond Williams, Thompson, entre outros, que apesar de mais contemporâneos, são relegados por motivos que remontam essa mesma polêmica. Podemos constatar inúmeras críticas, inclusive de tradições supostamente marxistas que consideram que tal problemática, do apagamento de alguns estudos e, também, de pensadores, se deu apenas na cultura burguesa. O que hoje, podemos identificar através de obras consistentes no campo do marxismo (não só no campo da Sociologia, como da História, da Teoria Política, entre outros) que essa apreensão não se sustenta isoladamente, uma vez que dentro da própria esquerda e do movimento socialista e marxista esse debate seguia de maneira clara.

Alguns temas foram avaliados pelos intelectuais da época, por influência do marxismo vulgar, portanto, dogmático e esquemático, pouco vinculados com as estratégias proletárias e revolucionárias mais centrais. Na realidade, o que resulta desse debate e se espalha para outros continentes é também, além da queda da curva descendente dessa perspectiva, a também possibilidade que se abre para o debate das dimensões humanistas da obra marxiana, que, segundo a apreensão de Netto (1999a)

a repercussão dessas dimensões derivou, ainda nos anos sessenta para o humanismo abstrato- e se replicou a ela com as notas de um estruturalismo de corte neopositivista; foi assim quando no pós-68, anunciou-se (já pela enésima vez) a “morte do marxismo” - e os debates italiano e alemão-ocidental revitalizaram as controvérsias da tradição marxista (NETTO, 1999a, p. 21).

Todavia, é acertado dizer que nos estudos sociológicos da década de 1980 foi aberto um leque, conforme já destacamos, de estudos sobre as classes populares, devido ao ascenso das lutas sociais (IAMAMOTO, 2007). Os estudos sobre cultura aparecem ainda de forma incipiente e reduzida à dicotomia “alta cultura x cultura popular”, carregada de símbolos e de um romantismo próprio do apelo para o retorno ao passado, sobretudo com a folclorização de fenômenos populares e de uma certa homogeneização da ideia de povo e de nação. O debate tendia ou a superestimar as subjetividades ou a homogeneizar as particularidades, apontando uma precária análise do debate de cultura na perspectiva crítica-dialética. As análises mais evidentes se aproximavam do que podemos denominar de culturalismo- concebido

através do isolamento de categorias específicas (experiência, classe social, identidade, povo, popular, espaço, tempo, gênero e da própria cultura)- fazendo tábula rasa do rigor analítico, sobretudo da noção de totalidade. O que se observa é o perigo da criação pura e simples de um complexo categorial para dar conta do modo de ser e da produção e reprodução do ser social.

Nossa ênfase nesse debate revela a cultura como dimensão importante da vida social, dimensão totalizante do modo de vida e das relações sociais forjadas no bloco histórico. Ela deriva de bases objetivas e pode operar como mediação para a transformação das relações entre estrutura e superestrutura, a partir da contradição que envolve essa dinâmica. A superestrutura não se reduz a um ato mental ou ao reino das ideias auto-geradas, mas abarca também o reino das esferas materiais.

Essas relações entre as dimensões e as determinações nos leva a ver a fragilidade do chamado “Serviço Social Alternativo”, que apesar de ter suas raízes ainda na década de 1960, ganha mais força na década de 1990, e conforme destaca lamamoto (2008),

a questão chave desse debate é a de que as alternativas profissionais não são gestadas exclusivamente no campo intraprofissional, pois elas estão intimamente articuladas e dependentes do processo histórico de nossas sociedades nacionais e que, portanto, não são dadas apenas por uma posição voluntarista, mas por sua dependência das possibilidades históricas (IAMAMOTO, 2008, p.126).

Parece-nos pertinente os apontamentos dessa vertente, sobretudo por pautar-se numa dimensão do “popular”, da retomada de um projeto profissional que está intimamente ligado às estratégias contra hegemônicas forjadas pelas classes subalternas, assim como, por não deixar de considerar as particularidades da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e do assistente social como um profissional assalariado que tem um vínculo institucional. Porém, concordamos com lamamoto (2008), que os entraves dessa análise estão localizados na mesma questão chave, a de que o Serviço social só pode se propor como alternativo à medida em que se constitui uma alternativa popular para a ordem social: “Os profissionais tornam-se alternativos quando sua prática se torna orgânica ao ‘projeto popular alternativo’. Em suma: o alternativo é o popular” (IAMAMOTO, 2008, p.127).

Numa primeira análise esse projeto parece apresentar similitudes com o que defendemos, mas a autora chama atenção primeiramente, para a dificuldade em se definir o que é popular, o que se está denominando de “projeto alternativo popular”. A

ideia de homogeneidade parece permear o debate, e romantizar uma “identidade ideal” em torno de um projeto socialista e revolucionário. Essa perspectiva despreza a heterogeneidade que permeia o estudo acerca do campo popular, de cultura, e também das inúmeras frações de classe, com experiências heterogêneas que estão representadas nesse conceito.

Em segundo lugar, “a ideia de um projeto social popular, que se opõe a um projeto dominante no âmbito latino-americano”. Corre-se o risco de desprezar as questões nacionais no que se refere à formação da sociedade civil e do Estado nos diferentes países da América Latina, assim como do debate das esquerdas e dos partidos políticos que demarcam propostas diferenciadas nos quadros nacionais e continental [...] Além do que o caráter do alternativo em nível nacional passa a depender diretamente dos rumos da revolução da América latina e de uma teoria da revolução que nunca é explicitada entre nós (IAMAMOTO, 2008, p. 127).

Não podemos desprezar a ideia de que o projeto profissional não pode ser confundido, em nenhuma medida, com o exercício de um projeto mais amplo de classe, estaríamos caindo no que Iamamoto, denomina de *politicismo*, perdendo a fronteira entre a profissão e o partido político, entre o exercício profissional e a militância. Esse debate teve forte influência para a apreensão do assistente social como “intelectual orgânico do proletariado”, que se realizada sem o devido rigor, pode resultar numa leitura mais pragmática e reducionista dessa concepção, culminando na subordinação da revolução à profissão.

De fato, Gramsci renovou o que Marx já destacava em seus escritos, sobretudo na “Ideologia alemã”, quanto às “novas tarefas” dos intelectuais que extrapolava o âmbito do idealismo e o lugar do erudito. Faz-se necessária a compreensão da sociedade e suas vicissitudes impostas pela burguesia instalada no poder, avançando para o desvendamento das novas dinâmicas econômicas, políticas e culturais, determinadas pela ordem do capital. O marxismo avança nessa compreensão com Gramsci instaurando uma lógica onde os intelectuais passam a ser compreendidos como essenciais, principalmente os intelectuais orgânicos, para “operar a conformação das massas no nível de produção e cultural exigido pela classe no poder” (GRAMSCI, 1968, p.143). Essa leitura é bastante difundida e para o Serviço Social é uma leitura próxima à realidade do intelectual que estava se constituindo. Na leitura de Gramsci, essa interconexão do mundo do trabalho com o universo da ciência, com as humanidades e a visão política, formam o novo princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico.

Os intelectuais orgânicos formavam uma relação dialética com a ideia de povo-nação, onde, os vinculados às classes populares, caracterizam-se pela democratização do poder, pela expansão dos direitos, pela eliminação da violência [...] ao desvendar as contradições na sociedade e ao socializar o poder, os intelectuais populares, por um lado, subvertem a concepção de dominação, de autoritarismo e de burocratismo, e por outro, criam uma nova concepção de política, fundada sobre o conceito de hegemonia, de democracia, de dirigentes de uma nova civilização (SEMERARO, 2003, p. 270-271).

Assim, as ideias de “intelectual orgânico” e do “princípio educativo” voltadas para as classes populares, foram essenciais para pensar a dimensão da prática educativa da profissão e seu projeto emancipatório, contudo, não passaram sem maiores polêmicas. No nosso entendimento, a questão sobre os assistentes sociais não está situada em “ser ou não ser identificado como intelectual orgânico da classe trabalhadora”, a questão é: como os (as) assistentes sociais se colocam frente a uma tarefa complexa, na esfera das possibilidades de sua atuação, para fomentar espaços de contraofensiva tensionando o espaço institucional sem negá-lo? Trata-se de compreender as funções organizativas e conectivas que os intelectuais desenvolvem, de forma peculiar e historicamente determinada, nos processos de produção da hegemonia.

Iamamoto (2008) destaca em seu discurso no VI CBAS, (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), ocorrido em Natal/RN no ano de 1989, alguns desafios que na nossa análise são cruciais, mas ainda estão distantes de serem efetivamente realizados, apesar de estarem contemplados de alguma maneira nas diretrizes curriculares de 1996. Dentre eles, elencamos dois que poderiam ser centrais para a nossa discussão sobre a relação da profissão com o debate de cultura: primeiro, “entender e decifrar o nosso próprio discurso profissional no âmbito da cultura brasileira, do pensamento brasileiro” - procurando identificar a diversidade interna das classes sociais, superando o que é de práxis na profissão com um discurso monolítico. A autora ressalta a importância da relação entre questão nacional, cultura e classe social, e destaca o que trazemos como central nessa tese, sobre “avançar na questão da cultura”.

O ponto de partida dessa compreensão é o de que o processo de desenvolvimento capitalista e as formas que ele assume são também um processo cultural, *com derivações na constituição do modo de vida das diferentes classes e seus seguimentos*. É também um processo de constituição da sociedade nacional, na sua diversidade, nos seus traços particulares, englobando aí não só a configuração das classes como sujeitos políticos, mas as disparidades regionais, a formação de um patrimônio cultural e linguístico, a miscigenação racial, as religiosidades, as diferenças na constituição do masculino e feminino, as lutas pela conquista da cidadania-

enfim a *questão nacional implica a questão da cultura*. Desvendar a dimensão cultural presente no processo de constituição sócio-política das classes sociais é fundamental para *ultrapassar uma análise estritamente estrutural*, mas também para entender as particularidades através das quais as classes sociais confrontam a sua experiência formativa em formas culturais (IAMAMOTO, 2008, p.128-129, *grifos nossos*).

A autora aponta alguns dos desafios que consideramos centrais para pensar as questões contemporâneas da profissão atrelada ao ‘caráter político’ do exercício profissional, no entanto, é preciso revelar como isso se conecta com a práxis, mediando a relação teoria-prática. Alguns elementos tornam-se fundamentais quando a ênfase nos estudos culturais é apresentada a partir de uma visão crítica, não constituem apenas “o caráter político” dessa leitura, uma vez que a política constitui tudo o mais da vida social.

Esse mesmo fio analítico contribui para pensar a efetivação do exercício profissional do assistente social e o conjunto de elementos que necessita mobilizar para dar concretude a suas ações (SIMIONATO, 2011). A linguagem nesse sentido, principal meio de trabalho do assistente social, é uma importante ferramenta com capacidade de mobilizar um arsenal de estratégias e um universo de valores junto às classes subalternas, podendo imprimir em tais ações direções diversas.

Nos estudos culturais a *linguagem* assume uma centralidade entre as estratégias ideológicas e materiais, entre o pensamento e a ação, voltadas para a organização da práxis política, como importante força social formativa. Gramsci já abordava alguns significados da linguagem nos *Cadernos do Cárcere*, uma delas foi se referindo a uma linguagem específica: a da filosofia da práxis como uma “linguagem realista e historicista” que contém os elementos de uma “concepção de mundo e de uma cultura” (GRAMSCI, 1999, p.93), enquanto a mais vasta língua (frequentemente definida “nacional” ou “literária”) é a expressão de uma cultura inteira. Outras vezes Gramsci considera que é a linguagem mesma a significar também cultura e filosofia”, e que, portanto, o fato ‘linguagem’ é na realidade uma multiplicidade de fatos mais ou menos, organicamente coerentes e coordenados na qual a palavra ‘cultura’ parece usada em sentido restrito e não para indicar a cultura de uma sociedade em sua plenitude (GRAMSCI apud LIGUORI, 2017, p.477).

Podemos dizer que, a partir dessa leitura, a linguagem é a primeira forma pela qual se apresenta a construção de uma determinada narrativa que em princípio parte das experiências mais simples do cotidiano, ainda desagregadas de um movimento

mais geral, e mais próxima às experiências particulares de vida em comunidade. Para Gramsci, o que ganha sentido nessa trajetória é a possibilidade de reconstruí-la e agregar sentido fundado em experiências mais coletivas, que não tenham fim em si mesmas. Para ele, como um primeiro passo, criticar a própria concepção de mundo, nesse sentido, significa torná-la unitária e coerente, onde

o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que realmente é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer inicialmente essa análise" (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Além disso, essa leitura gramsciana abre um caminho fecundo para pensarmos a construção de ideologias e lutas hegemônicas e contra hegemônicas, uma vez que "a luta pela hegemonia, por uma nova hegemonia, é luta de ideologias, e a luta ideológica não é só batalha de ideias, estas ideias tem uma estrutura material, articulam-se em aparelhos" (LIGUORI, 2007, p.90), cujo sentido precisa ser analisado e desmistificado para a construção de novos valores.

Apesar das múltiplas e diferentes experiências e interpretações da profissão ancoradas na teoria marxista nesse momento, Iamamoto destaca que

parece haver consenso na maior parte delas, de que se trata de uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas- com destaque para o campo da seguridade social e, nela, da assistência que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras (IAMAMOTO, 2007, p.418).

A expressão política das classes supõe sua existência social objetiva, isto é, condições históricas que tornem possíveis interesses sociais e sua aparição coletiva pelos indivíduos sociais. É na dimensão política da luta de classes que se abre um leque maior para o debate que tensiona e vai além de um economicismo mecanicista, E nesse sentido, são valiosas as contribuições de Gramsci. Iamamoto (2007), destaca a importância da dimensão política da luta de classes a partir de

interesses que ultrapassam a mera dimensão econômico-corporativa, elevando-se a uma dimensão universal. Esse movimento dos sujeitos sociais, de apropriação coletiva e organização de interesses, revela-se como processo de luta e de formação da consciência de classe. Adquire visibilidade pública através da ação voltada à defesa de seus interesses comuns perante as demais classes, dotando-os de universalidade (IAMAMOTO, 2007, 396).

A partir dessa leitura resgata-se uma importante categoria gramsciana- a ideia de catarse- quando se passa de um momento meramente econômico para um

momento ético-político, é o que poderíamos chamar de passagem de um momento estrutural para outro superestrutural, onde Gramsci aponta todo o processo de construção da ideologia para a manutenção de uma determinada direção intelectual e moral, a hegemonia.

A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético (GRAMSCI, 1999, p.314-315).

Esse salto entre o determinismo econômico e a liberdade política, ocorre num momento em que “a luta de classe deixa de ser um processo puramente econômico para tornar-se um sujeito consciente da história” (2007, p.397). Assim, podemos destacar que a crítica ao estruturalismo é evidenciada em grande parte do período que marca o avanço dos estudos marxistas, quando se abandona a tensão entre sujeito e objeto, entre os determinantes históricos e culturais, de modo geral. A filosofia da práxis é, desse modo, incorporada paulatinamente no Serviço Social, evidenciando uma apropriação cada vez mais fecunda da teoria crítica de Marx e dos marxistas, contudo, não se fez evidente nos estudos sobre cultura mesmo nos debates envolvendo autores como Gramsci, Thompson e outros representantes do marxismo humanista e do materialismo cultural.

Para pensar essas análises na interlocução com o Serviço Social é preciso considerar que não há projeto individual ou mesmo projeto coletivo- de cunho voluntarista- com técnicas avançadas e críticas que sejam capazes de forjar novas saídas sem qualquer mediação para “materializar” elementos éticos e políticos. É preciso destacar na chamada *direção social estratégica do projeto profissional* uma definição teórica e metodológica clara, que seja capaz de estreitar os vínculos com um projeto específico de classe, captando assim, o movimento do real a partir de condições objetivas e suas mediações possíveis, incluindo as particularidades das classes e dos modos de vida, sua diversidade, numa relação dialética com o todo.

Há de se considerar, nesse sentido, o que a condição de assalariamento nos impõe como limite de atuação, revelando, conforme nos lembra Marx, o trabalho em suas duas faces, concreto e abstrato, assim como, as forças sociais atuantes nos diferentes espaços ocupacionais. Portanto, não existem “fórmulas mágicas” capazes de analisar a dinâmica social em sua mais ampla complexidade. Nas palavras de Gramsci,

criar uma nova cultura não significa exatamente fazer “descobertas originais”, significa, sobretudo, socializá-las, transformando-as em base para ações vitais, em elemento de coordenação de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1999, p.95).

A análise política contida nos cadernos do cárcere aponta para o sentido de que “tudo é política”, tal como vimos anteriormente na definição de catarse. Coutinho (2011a) destaca que além de passagens específicas que se concentram na discussão da estética, a dimensão de totalidade impressa no sentido de catarse ressalta a ontologia social de Gramsci, onde “o ser social é construído por uma relação sempre mutável de particular e universal, de objetivo e subjetivo, de necessidade e de liberdade” (2011a, p.124).

É no quadro dessa historicização radical da ‘ciência política’ que Gramsci nos apresenta as múltiplas determinações que para ele constituem a esfera da práxis política (ou também em sua expressão, da ‘arte da política’), entre as quais, como em muitas outras, pode-se recordar a relação entre governantes e governados, coerção e consenso, econômico-corporativo e ético-político, sociedade política e sociedade civil, estrutura e superestrutura etc., etc. (2011a, p.124-125).

Assim podemos destacar nos escritos do Sardo, contribuições fundamentais para pensar a ideia de cultura e definir uma importante guinada para o rompimento com o pensamento vulgar economicista, revelando assim o núcleo duro da filosofia da práxis e a busca pela reaproximação às ideias originais de Marx a partir do estudo de categorias permeadas de universalidade. A ideia de cultura pode ser verificada nos cadernos como um conceito transversal às análises empreendidas, assim como o de política, de filosofia e muitos outros que compõem a filosofia da práxis como linguagem. Tal leitura nos proporciona recuperar alguns conceitos que consideramos centrais na obra do sardo para fazer uma espécie de *recomposição cindida* do conceito de cultura, e, para isso, também é fundamental a contribuição do materialismo cultural de Raymond Willians e dos Estudos Culturais.

Os escritos de Gramsci só chegam no Brasil na década de sessenta e somente em meados da década de 1970 o Serviço Social inicia uma aproximação mais qualificada às principais obras, numa espécie de segundo “ciclo gramsciano”, quando a centralidade da política toma conta de sua reflexão e é viabilizada pela abertura política (COUTINHO, 2009). As autoras aqui trabalhadas apresentam grande parte de

seus escritos baseados nos estudos gramscianos, que se iniciam no período em que o movimento de reconceituação recupera os autores mais críticos do marxismo ocidental, permanecendo até os dias atuais.

2.3 Os desafios e a continuidade do projeto profissional de ruptura – novos tempos, velhas questões

O movimento marcado pela retomada da crítica e da ciência ganhou fôlego com a abertura política pós ditadura civil-militar na chamada Nova República. Tal movimento reaparece no cenário da profissão com um discurso mais ou menos sólido, onde, mesmo sob os moldes do neoliberalismo, aponta para a possibilidade de romper com o lastro conservador que até então, pairava no discurso acadêmico do Serviço Social. Esse período é marcado por uma ampla participação e mobilização da sociedade e também dos assistentes sociais, tanto em temas mais amplos, quanto no tocante às pautas internas da profissão.

Contudo, não podemos esquecer que as camadas dominantes do bloco de poder, saíram da ditadura com um novo pacto para pensar os rumos da economia e da política no Brasil: o pacto de dominação pelo mercado com aparente teor democrático, porém conciliatório e meritocrático.

Fernandes (1975) apontou algumas características do projeto de abertura política no Brasil, que então apenas iniciava, um projeto proposto pelo regime militar para enfrentar as crescentes dificuldades econômicas e políticas. A implementação desse projeto significaria apenas que a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação*. Ou seja, o regime buscava perpetuar-se no poder por meio da cooptação de alguns segmentos moderados da oposição, mas sem abandonar, a natureza essencialmente autocrática⁶².

⁶² Podemos destacar aqui as mesmas análises que Gramsci propõe sobre *transformismo na Itália e a revolução pelo alto ou revolução passiva*. Coutinho (2007) nos lembra que “ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo — e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social —, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes) (COUTINHO, 2007, p.4).

Segundo Fontes (2010), o capital imperialismo, forma de expansão do capitalismo na segunda metade do século XX, se espalhou para sociedades secundárias, nas quais se implantou a partir das condições de forte dependência, embora de maneira desigual segundo os países.

O teor magnetizante do programa globalizante/neoliberal brandido pelos setores patronais – capitaneados pelo setor financeiro bancário ou não, por conglomerados internacionalizados, mas também pelo grande capital de origem brasileira – de incorporação imediata dos ditames da “globalização”, através da abertura de mercados. As reclamações recorrentes contra o fechamento do mercado brasileiro martelavam sempre os mesmos temas, a desqualificação das autarquias, a má qualidade do serviço público, acrescida por vezes da denúncia de incompetência de empresários protegidos pelo Estado (FONTES, 2010, p.278).

Esse avanço das novas expropriações capitalistas não ocorria apenas no Brasil, incidindo de maneira desigual inclusive nos países centrais. A classe trabalhadora em processo de reconfiguração, posta em concorrência no cenário internacional, mas encapsulada politicamente em âmbito nacional, não elaborara instituições capazes de reconfigurar suas formas de luta na mesma escala.

A sociedade civil e o Estado (numa leitura mais contemporânea acerca da noção de Estado em Gramsci, poderíamos designar apenas Estado ampliado) têm suas funções complexificadas, assumindo “novos papéis” na sociedade e revelando novos personagens. Esse novo direcionamento é levado à cabo sob os moldes de um projeto (acrescenta-se aqui o protagonismo do assistencialismo e das ONGs, do terceiro setor, etc.) que coloca em xeque as políticas sociais públicas, apontando para retração dos direitos, embora, muitos avanços já tivessem registrados na carta constitucional de 1988, principalmente com relação à política de saúde com diretrizes universalizantes e também à política de assistência social, incluída agora no campo dos direitos sociais (FONTES, 2010).

Os avanços a que nos referimos são alavancados com o exaurimento da ditadura, com o processo de redemocratização em meio ao novo cenário político macroeconômico e particularmente com a constituição de 1988, ocasionando profundas mudanças, dentre elas, a criação de um sistema público de seguridade social, integrado pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. De acordo com Mota (2018), os trabalhadores em geral e os segmentos pauperizados passam a ter acesso às políticas de proteção social públicas como direitos sociais, objeto da luta de classes. Nesse cenário, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando como um administrador dos ciclos de crise, o que

não ocorre sem contradições entre os diferentes interesses em disputa. Assim, é por meio da política social que “o Estado busca administrar as expressões da questão social, de modo a atender demandas de várias ordens, inclusive dos trabalhadores, para assegurar condições necessárias ao desenvolvimento monopolista do capital” (Netto, 2009a, p. 26).

Esse período significou um “avanço dentro da ordem”. A nova esterilização das reivindicações sociais se realizaria, porém sob outro formato, de cunho parlamentar, no qual a retirada de direitos atuava sob a normalidade eleitoral democrática.

Vista com o recuo que quase trinta anos permitem, a década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos 1990 evidenciam uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira, que, conservando inúmeras de suas tradições, encontrava-se diante de uma conjuntura de *novo tipo*, na qual conjugavam-se lutas populares fortes com a necessidade burguesa de estabilização de um formato político de tipo *democrático-representativo*. Vários elementos entram nessa conta: a crise econômica, com o crescimento explosivo da dívida externa; a inflação galopante, que cobrava seu custo, sobretudo dos setores mais pauperizados da população, exatamente num período no qual a ditadura entrava em crise e ascendiam os movimentos populares pela democracia; a tensão no interior dos movimentos populares que cresciam na direção de uma superação da ordem até então dominante, ainda que confusamente diluída no bojo de reivindicações que primavam por um conteúdo “democrático”, mas carregavam um teor socializante (FONTES, 2010, p.322).

Ocorre um ciclo de conferências da ONU na década de 1990 admitindo a participação de entidades associativas, filtrando e catalisando setores da sociedade civil em ambiente cosmopolita, distanciando-se das reivindicações internacionais voltadas para os novos conteúdos de classe no plano internacional, o mesmo ambiente se aproximava de novas fontes empresariais de recursos e do financiamento de seus estados de origem.

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o Banco Mundial. Sua pauta exigia centralizar as eleições, reforçar as garantias da propriedade e aprofundar o “gerenciamento”, inclusive dos conflitos, sendo o “alívio à pobreza”, e a garantia da “segurança”, as políticas norteadoras do Banco Mundial. Tratava-se, portanto, de admitindo-se a existência da pobreza (separadas das relações sociais que exacerbam as desigualdades), incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas à legitimar a ordem através da sua participação na gestão de recursos escassos (FONTES, 2010, p.281).

A unificação realizada pela expansão do capital atua em diferentes níveis, a começar pela da existência concreta para uma população expropriada de maneira múltipla e brutal, colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade espúria para o mercado, pelo desemprego ou por uma cascata de

predatórias formas de venda da força de trabalho, desigualmente precarizada. Expropriada, em nível secundário, também de direitos, se depara com um mercado como única instância comum a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais.

Segundo Iamamoto (2007), nesses anos, o Serviço Social ao se colocar como objeto de sua própria pesquisa, encontra-se concomitantemente, com uma ampla gama de preocupações que o envolve, mas também o extrapolam, concernentes às relações entre Estado e sociedade Civil nos quadros da expansão capitalista dos monopólios sob a hegemonia das finanças. Por isso, o que evidenciamos no material consultado na pesquisa é que os agentes profissionais não puderam se furtar dos debates que os atingiam duplamente, enquanto categoria profissional e parte da classe trabalhadora.

As políticas públicas que já nesse momento se constituíam como lócus principal de atuação profissional, passam a ser alvos prioritários de desmonte e sucateamento em face da hegemonia do projeto societário implementado “pelo alto” e aprofundado pelo direcionamento econômico e político dos aparelhos multilaterais. A própria realidade impingia a necessidade de uma vinculação estreita com um projeto de classe específico, o que foi central para a ruptura com posicionamentos conservadores, idealistas e a-históricos que a categoria se vinculou nos primeiros anos do movimento de reconceituação.

Na órbita do neoliberalismo, o Estado brasileiro foi dando ênfase ao enxugamento dos seus aparelhos e muitos profissionais foram absorvidos pelo terceiro setor, uma vez que seu crescimento exponencial pode ser verificado no início da década de 1990, recolocando no seio da categoria o debate acerca da natureza das instituições e sua relação com a condição de assalariamento, temerosos com o impacto na chamada relativa autonomia técnica (IAMAMOTO, 2008).

Todo esse debate possibilita uma guinada em direção a uma perspectiva criticamente consistente ancorada em princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, que não poderiam mais estar dissociados nem nos espaços de formação, nem nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, para o que as ações da ABEPSS são a melhor expressão.

Criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira

de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista *Temporalis*⁶³.

Nesse lastro, identificamos um avanço teórico e político da profissão edificando um novo projeto profissional para o Serviço Social no país. O novo debate sobre teoria, história e método extrapola a antiga ênfase unidimensional, correlacionando o pensamento profissional à questão social e à dinâmica da sociedade de classes.

Nessa conjuntura, o amadurecimento do projeto ético e político da profissão escancara sua relação tensa e controversa com o estatuto de assalariamento. O que significa a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível superior e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Por outro lado,

aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2007, p.415).

A direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, conta com o fundamental respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que orientam competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias para sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional, associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida.

⁶³ Relatório GTPS sobre os Fundamentos do Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps/tema-3/>

O avanço desse processo de maturação intelectual não deixa de ser um legado dos debates travados pelo conjunto da categoria profissional desde início da década de 1980, conforme tratou Netto (2009). O amplo debate envolvendo os dilemas da relação teoria e prática e da importância do resgate de uma atuação crítica e propositiva sublinha, além da necessidade de rigor teórico, o compromisso com as estratégias de luta da classe trabalhadora e com uma proposta de atuação profissional não mais restrita ao plano das ideias, mas que avance para o tensionamento entre as amarras institucionais e as demandas do mercado de trabalho.

Com efeito, o debate da metodologia nos delegou uma tarefa quanto aos desafios para superação desse dilema e para a necessidade de abordar o campo de mediações que incide entre as diversas totalidades na análise da realidade concreta: transitando entre as esferas micro e macrosocietária, estrutura e superestrutura social, aparência e essência dos fenômenos. Assim, para o Serviço Social, debruçar-se sobre o método de Marx parecia um caminho profícuo para o rompimento com suas origens conservadoras. O que não ocorreu de maneira tão simples. Como destaca Netto (2009),

o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatividade do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2009, p. 692).

Essa aproximação mais madura com a teoria de Marx impulsionou a profissão a um novo patamar acadêmico, dando envergadura à questão social como campo da profissão e sua análise a partir das leis da dinâmica da acumulação capitalista. O reconhecimento do campo do trabalho como parte de uma totalidade complexa expressa para o pesquisador um universo concreto de elaboração teórica e abre espaço para o debate das determinações históricas da profissão e da sua inserção como parte da totalidade. Assim, os eixos do debate brasileiro, constantes da produção acadêmica do período considerado, incidem sobre a inserção histórica do Serviço Social na sociedade brasileira, desdobrando-se na reconstrução histórica do desenvolvimento da profissão no país, ou em um aprofundamento das determinações e efeitos sociais do trabalho e da formação profissional (CARDOSO, 2015).

É preciso salientar que apesar do debate da reconceituação ter se concentrado entre as décadas de 1960 e 1990, esse movimento não pode ser entendido como um

movimento acabado, mas como um processo e não um fenômeno estático. Sua conexão com o debate dos fundamentos teóricos e históricos do Serviço Social e com as estratégias de superação do capitalismo deve estar alinhada com todo o aparato que não só institucionaliza o Serviço Social como profissão, mas também que direciona o trabalho profissional a partir de uma postura crítica e questionadora da ordem, tendo em vista a necessária implicação social das práticas e a inexistência de neutralidade técnica e científica.

É importante destacar que essa conjuntura seguiu carregada de ecletismo teórico e segue presente no debate contemporâneo de diferentes maneiras, inclusive com propostas paralelas, como já destacamos, e com a defesa explícita da retomada do Serviço Social conservador. A necessidade de avaliar a profissão em sua historicidade, expressa no debate dos anos 1980 e 1990, não significa impor uma dimensão linear de evolução e entender que está dado o rompimento total com o conservadorismo. O estudo dos fundamentos da profissão inserido na dinâmica da sociedade de classes e sua cultura subjacente, permite aos assistentes sociais no lastro da renovação uma apropriação marxista da história, um redimensionamento do passado para pensar o futuro, ainda que não exclusiva e homogeneamente.

Os espaços de formação, desde o movimento de reconceituação, são espaços vistos pela categoria profissional como estratégicos para o alinhamento de “novas propostas” e “novos saberes” à realidade das classes subalternas, portanto espaços de construção de hegemonia. As diretrizes curriculares da ABEPSS, do ano de 1996, configura uma experiência fértil e reafirma os pressupostos do currículo de 1982 expressando a decisão coletiva de avançar na teoria social crítica e do método que lhe é próprio (KOIKE, 2003). Com efeito, nos anos 1990, as diretrizes são portadoras da direção intelectual e ideopolítica da profissão, como verdadeiros aparelhos hegemônicos legitimados pela categoria a partir de um viés de classe e dos interesses coletivos voltados para a emancipação humana.

A construção dessa proposta aprovada em assembleia geral das unidades formadoras da graduação e pós-graduação em 8/11/1996, foi referendada pela comissão de especialistas do MEC em 1999 e homologada em 2001, tendo sua regulamentação através de resoluções específicas, finalmente no ano de 2002. Desde o momento de sua implementação sofre inúmeros reveses, desde órgãos reguladores como o MEC e o Conselho Nacional de Educação (onde ocorreu uma longa tramitação

para aprovação - de 1997 a 2001), até os dias atuais, no interior das IES. O conflito envolvia a contraposição ao viés crítico e as propostas amplas de defesa da educação pública do projeto profissional crítico frente à ofensiva neoliberal do projeto burguês em curso.

De acordo com a ABEPSS, o MEC ao publicar o texto de homologação retira conteúdos fundamentais⁶⁴ na composição dos projetos pedagógicos das unidades de ensino. Ao fazê-lo fere os conteúdos das dimensões teórico-metodológica e ético-política do projeto de formação e exercício profissional, no entanto, apesar do contexto que dificultou a aprovação das diretrizes na íntegra por parte desses órgãos, os princípios mais relevantes permanecem expressos de maneira clara nas diretrizes curriculares onde pode ser localizada a gênese do projeto ético-político profissional⁶⁵.

Podemos destacar que o pressuposto central das diretrizes curriculares é orientação de uma nova lógica curricular está organizada em três núcleos de

⁶⁴ O texto legal *das diretrizes curriculares*, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava "profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social", o que foi retirado e substituído por "utilização dos recursos da informática". Na definição das *competências e habilidades*, é suprimido do texto legal "o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país" (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os *tópicos de estudos* foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. "Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos" (IAMAMOTO, 2014, p.7).

⁶⁵ "O projeto ético-político está expresso em documentos, considerados centrais para a efetivação do exercício profissional, como as novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996, o Código de Ética profissional e a Lei de regulamentação da profissão. As diretrizes curriculares – partem de uma concepção de educação e sociedade referenciada na "construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero", o que "supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação", princípios balizadores do código de ética de 1993. Logo, as diretrizes curriculares de 1996, o código de ética profissional, e a lei de regulamentação da profissão de 1993 (lei nº 8662/93), são os principais balizadores do projeto ético-político profissional" (ABEPSS/CEFSS, 1996). Vale destacar que o PEP, além de contar com esse aparato jurídico vinculado a profissão, também conta com um aparato jurídico político de caráter mais abrangente, o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal. Este foi proposto pela ABESS em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano. O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade (IAMAMOTO, 2014, p.5).

formação: fundamentos de teórico-metodológicos da vida social; núcleos de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os conteúdos articulados no interior dos núcleos de fundamentação são complementares e articulados entre si, de forma dinâmica. A proposta vai na direção de superar a fragmentação ensino-aprendizagem, rompendo assim com uma visão formalista do currículo, antes reduzido às matérias e disciplinas. Nesse sentido, Iamamoto (2014) ressalta que

as diretrizes curriculares do curso apontam para a construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço Social norteada pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p.4).

Todo esse lastro, de meados dos anos de 1970 até o final dos anos de 1990, marcadamente de acúmulo teórico e político, pode ser considerado como um período em que o Serviço Social além de reafirmar seu compromisso com valores radicalmente democráticos como liberdade, justiça social, coloca os profissionais diante do desafio de uma atuação comprometida com os interesses da classe trabalhadora e, nesse sentido, realça a necessidade de uma análise crítica da sociedade burguesa a fim de travar lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2009).

Essa análise permite perceber um giro importante na profissão, migrando para formação de um perfil de bacharéis em Serviço Social com posicionamento mais próximo da realidade e do modo de vida dos sujeitos inseridos numa dinâmica de totalidade, assim como, do entendimento de seu cotidiano e dos valores que os orientam, reafirmando o que está expresso nos doze princípios e nas cinco diretrizes da formação profissional⁶⁶. Destacamos aqui três desses princípios que consideramos como fundamentais na formação desse perfil:

⁶⁶ Vale destacar também a importância e centralidade das disciplinas de estágio supervisionado na nova proposta curricular impulsionando, inclusive, a criação da PNE (Política Nacional de Estágio), onde o estágio supervisionado, como atividade curricular obrigatória passa a contar com supervisão sistemática envolvendo de forma equivalente, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio, o que reafirma o princípio de “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.

adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de unidade, particularidade e singularidade; estabelecimento de dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS/ Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, 1996).

Esses princípios amparam as cinco diretrizes curriculares da formação profissional, orientadoras de todos os cursos no Brasil e que implicam na indissociabilidade da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, enfatizando a

apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do serviço social no país; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade (ABEPSS, 1996).

Para Iamamoto (2008) as diretrizes curriculares consolidam princípios norteadores para uma atuação profissional mais homogênea numa direção social estratégica e supõe uma formação profissional que imprime um perfil crítico, fundado em rigorosa competência teórica, ético-política e técnico-operativa, voltado para o conhecimento e transformação da realidade. Essas competências são requisitos fundamentais que permitem aos profissionais vislumbrarem os projetos societários incursos nas práticas sociais, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.

(...) a herança intelectual da profissão, deixou alguns vícios de análise: o pensamento formalista- a formalização no trato da teoria e do método; uma tendência empiricista e, portanto, descritiva e classificatória da vida social, que tende a não estimular a abstração como recurso heurístico fundamental para desvendar a sociedade; e, finalmente, uma forte marca do a-historicismo- a recusa da história, traduzida na busca de entender o Serviço Social em si e para si mesmo (IAMAMOTO, 2008, p.175).

Os *vícios de análise*, a que a autora se refere são reforçados também, pela apropriação reducionista do pensamento de Marx que, como dito, durante muito tempo pairou no Serviço Social. Porque é uma profissão de intervenção e se caracteriza como “metodologia de ação profissional”, o que leva a uma compreensão dicotomizada da metodologia do conhecimento e da metodologia da ação, conforme vimos sinalizando, resultando *num marxismo sem Marx*, e,

partindo dessa premissa, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árdios esforços investigativos, substituídos pela simples aplicação do método de Marx, que haveria de solucionar todos os problemas: uma

análise econômica da sociedade forneceria a explicação do sistema político, das formas culturais etc. [...] (NETTO, 2009, p.669).

Além do amadurecimento a esse respeito, a década de 1990, travada num duro embate contra a ofensiva neoliberal e de recolocação dos grandes desafios profissionais para o Serviço Social, também é a década em que a dimensão investigativa ganha centralidade no debate acadêmico. Essa ênfase orientará os caminhos para a realização de pesquisas científicas, levando ao próprio reconhecimento do Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais pelos órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação nacionais, como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)- e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq). Esse fato proporciona inclusive, a aproximação do Serviço Social às outras disciplinas na área das Ciências Sociais e Humanas, o que de fato favoreceu o adensamento das produções bibliográficas, com uma maior preocupação com o trato teórico e metodológico nas obras publicadas.

Essa concepção é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não serem as categorias teóricas, com as quais se procede a análise, fruto de uma formulação autônoma e aleatória do processo de pensar. Ao contrário, as categorias teóricas são entendidas como expressões, na esfera da razão, de modos de ser, determinações da existência, dadas na realidade efetiva. Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método — não se reduzindo a pautas de procedimentos para o conhecer e/ou o agir — expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento. Requer que os fenômenos e processos sociais sejam retraduzidos na esfera do pensamento, que procura aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seus processos de constituição e de transformação pleno de contradições e mediações (em sua totalidade). (IAMAMOTO, 2014, p. 622).

Efetivamente, a melhor aproximação à pesquisa cristaliza uma etapa de maturidade e de garantia de legitimidade profissional e acadêmica na área das Ciências Sociais, onde hoje se insere o Serviço Social como área de conhecimento. Ainda que a implantação da pós-graduação *stricto sensu* na área tenha cinco décadas, sua expansão é retomada nos anos de 1990, em ritmo maior que da década de 1970, com a criação de vários programas novos.

Nesse cenário, destaca-se a expansão recente dos Cursos de Doutorado (crescimento de 80%), um importante indicativo do processo de consolidação dos Programas criados entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A criação de 28 novos Programas, a partir desse período, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social no Brasil, nas últimas décadas, no intuito de romper com as marcas conservadoras e confessionais de sua origem. Na sustentação

científica dessa renovação, a Pós-Graduação exerceu um papel fundamental. Ressalta-se que, na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos PPG nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34). Acompanhando uma tendência interdisciplinar, os docentes são titulados tanto no âmbito do Serviço Social quanto em áreas afins (49,4% dos docentes são doutores em Serviço Social, seguindo-se Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia) (Documento de área 32- Serviço Social, CAPES, 2019).

Atualmente, 55,6% dos 36 Programas de Pós-Graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país, sendo 3 na região Norte, 12 na região nordeste, 12 na região sudeste, 6 na região sul e 3 na região Centro Oeste. Fazendo um balanço de acordo com o relatório quadrienal da CAPES da área 32- Serviço Social, em 2018, contabilizou-se 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos⁶⁷.

Contraditoriamente, o crescimento e amadurecimento da profissão e seu amplo desenvolvimento enquanto área de pesquisa revela, a partir de uma análise no âmbito da formação, igualmente um aumento exponencial dos cursos à distância no âmbito da graduação, onde o ensino superior, nas palavras de lamamoto (2007), tende a ser reduzido “ao treinamento, à transmissão de conhecimento, e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado” (2007, p.437), fator que

⁶⁷ O mesmo relatório sinaliza as principais áreas de produção bibliográfica concentrado nos seguintes eixos temáticos: • Política Social: Tendências contemporâneas das Políticas Sociais; Seguridade Social no Brasil; Políticas de Educação; Políticas de Saúde; Políticas de Assistência Social; Políticas para Infância e Juventude; Políticas de Trabalho e Renda; políticas relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade etc.; • Avaliação e análise de políticas públicas no Brasil e na perspectiva comparada com outros países: Proteção Social; Saúde; Previdência; Assistência Social (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC, Trabalho Infantil); Política de Alimentação e Nutrição; Políticas de Habitação; Saneamento; Políticas de Direitos Humanos (em relação a gênero, à raça, à etnia, a pessoas com deficiência, à infância e juventude, ao envelhecimento etc.); • Trabalho, Questão Social e Serviço Social: Trabalho e expressões da questão social; Relações de trabalho; Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional do assistente social; • Serviço Social, fundamentos históricos e teórico-metodológicos, formação e trabalho profissional; • Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Serviço Social: Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais nos contextos nacional e internacional; • Questão Agrária, Urbana e Ambiental; Migrações; • Ética, Direitos Humanos e Serviço Social: Movimentos e lutas sociais em defesa dos direitos humanos na sociedade contemporânea; • Serviço Social, Política Social e Relações de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades sociais, econômicas e culturais; Sexualidades, identidades de gênero e direitos; • Questão Geracional, Políticas Sociais e Serviço Social: Infância, redes de proteção integral, família, crianças e adolescentes em situação de rua; maus tratos, abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes; institucionalização de adolescentes autores de ato infracional; trabalho infantil; juventude. Envelhecimento populacional. (Documento de área e Comissão da Quadrienal 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf).

se soma ao comprometimento da formação de quadros acadêmicos afinados com a orientação crítica e ético-política da profissão.

Essa tendência é compatível com a premissa de que o mercado- leia-se o capital- é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal de bem-estar da República. Ela tende a deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o setor de prestação de serviços definido pelo mercado, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência, desfigurando-a e mutilando-a, ao tempo em que comprime o espaço público e amplia o espaço privado (IAMAMOTO, 2007, p.438).

A expansão do ensino superior brasileiro, a partir da década de 1990, respondeu à estratégia mercadológica do Estado neoliberal. Essas orientações se expressam no ensino superior brasileiro sob a bandeira da democratização do acesso, por meio do mercado na educação no país. Iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), este projeto ganha novas formas a partir de 2003, através de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos, indicando que o projeto de Reforma Universitária foi, de fato, uma prioridade na pauta de ação política dos governos, seguintes, do Partido dos Trabalhadores (LIMA, 2013).

A partir da década de 1990, os organismos multilaterais - Unesco, Banco Mundial, OCDE e a União Europeia - buscam um novo perfil do ensino superior *centrado na formação por competências*. A premissa é que os avanços da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea têm levado à "sociedade do conhecimento e da informação" num mundo "globalizado" e com vistas ao crescimento econômico no século XXI. O Banco Mundial (2003) salienta o *papel do conhecimento como principal motor para o desenvolvimento* e a necessidade de favorecer os compromissos das instituições de ensino superior com a *inovação* para melhor responder "às necessidades da economia e do mercado" (IAMAMOTO, 2014. p.625).

Essa medida ampliou sobremaneira o número de assistentes sociais diplomados no país. De acordo com o CFESS, o número de profissionais registrados no ano de 2018, foi de 189.686⁶⁸. Comparando com o ano de 2007, destacado nos estudos de IAMAMOTO, podemos dizer que houve um crescimento massivo, uma vez que naquele ano o país totalizava 70.500 inscrições ativas nos conselhos. Esse crescimento mostra, sobretudo, o aumento de cursos universitários e faculdades isoladas, na modalidade educação à distância (EAD), o que pode ser considerado um revés importante ao PEP, tendo em vista os limites teóricos da formação intelectual nesses cursos.

⁶⁸ Relatório Final do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS, Setembro/ 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroNacionalCfessCress-RelatorioFinal.pdf>

Em 2018, o MEC/INEP⁶⁹ contabilizou o cadastramento de 330 cursos de graduação em Serviço Social. De acordo com o MEC,

destaca-se a predominância das Instituições Privadas de ensino, que concentraram 263 dos 330 cursos de Serviço Social, número correspondente a 79,7% dos cursos avaliados. Considerando-se a Modalidade de Ensino, constata-se que a quase totalidade dos cursos - 306 dos 330 - oferece Educação Presencial. No entanto, a proporção de estudantes inscritos oriunda da educação presencial é 50,7% e 49,3% de estudantes da educação à distância (MEC/INEP, Relatório Síntese ENADE 2018).

As entidades representativas da categoria registram de forma recorrente inúmeras irregularidades que atestam a ameaça desta modalidade de ensino ao perfil profissional preconizado pelo aparelho de hegemonia representado pelas Diretrizes Curriculares. Esse debate pode ser encontrado nas várias publicações das entidades nacionais do Serviço Social, destacadamente o Conselho Federal de Serviço Social, que por meio de notas públicas, manifestos, campanhas, ações judiciais e fiscalização permanente e minuciosa têm conseguido constatar e denunciar infrações, mesmo com todo o esforço das empresas educacionais em dificultar e impedir as ações do Conselho.

O EAD é parte da tendência dominante da política educacional que tem dado [...] ênfase à prática em detrimento da teoria, colocando as competências (saber fazer, aprender a aprender) como o “eixo nuclear” da formação, utilizando a educação a distância como ferramenta preferencial da formação inicial e fazendo a “universitarização” nos institutos superiores de educação e nos cursos normais superiores, isto é, em instituições que não têm, na sua gênese, o compromisso da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (MAUÉS, 2006, p. 83).

Por outro lado, essa tendência mais geral não deixa de respingar na Política Nacional de Pós-graduação, através do Plano Nacional de Pós graduação 2011-2020, que organiza a pós-graduação brasileira, e seus efeitos vêm reorientando todo o modelo de educação superior no Brasil.

De acordo com AMARAL (2012), as mudanças realizadas têm um significado particular importante na área de Ciências Sociais e Humanas. A expansão brutal do ensino privado em todos os níveis, a formação de uma cultura de competitividade e do produtivismo intelectual- tem uma forte incidência na dinâmica dos programas de pós-graduação em Serviço Social, na direção social estratégica da formação em curso

⁶⁹ Relatório Síntese ENADE 2018- área: Serviço Social. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Servico_Social.pdf

com o PEP, no redimensionamento do trabalho dos docentes e também no cotidiano universitário (AMARAL, 2012, p.23).

Apesar das parcerias entre programas, o conteúdo do Plano aponta claramente para o fortalecimento de algumas “ilhas de conhecimento”, ou, para algumas áreas de conhecimento específicas, as chamadas ciências duras, cujo incentivo para a produção de tecnologias⁷⁰ e produtos são ampliados de acordo com demandas do mercado internacional. Exemplo disso é a própria metodologia de avaliação dos programas e de qualificação da produção científica, o sistema *Qualis*⁷¹ da CAPES, que introduz forte competitividade entre instituições e docentes.

Nesse sentido, Carvalho e Silva (2010) consideram que o Plano Nacional de Pós-graduação se apresenta como uma extensão da lei de inovação tecnológica que, em igual medida, coloca a produção de conhecimento em conexão estreita com as demandas da economia, enfraquecendo a autonomia científica. De fato, o que se percebe é o incentivo aos padrões do mercado acadêmico, pensando a produtividade em termos quantitativos e inserida num contexto de reconhecimento internacional.

As consequências têm sido desastrosas se considerarmos, em conjunto, as principais formas de desmonte do ensino público abordadas por Lima (2013), onde reina o estímulo às privatizações, por meio da transferência de recursos públicos para instituições privadas, com financiamentos diretos, incentivos e isenções fiscais às empresas privadas envolvidas com a área de educação. Em contrapartida as universidades públicas, em decorrência da perda de investimentos provenientes do Estado, são sucateadas em sua estrutura física, na desvalorização dos recursos humanos envolvidos no processo educacional, na destruição da pesquisa, na sua unidade com o ensino e a extensão.

Essa tônica tende a reduzir a universidade à disputa de espaços e projetos mais mantenedores da ordem vigente do que contestadores dela. Dentro dos moldes do neoliberalismo, evidencia-se um nefasto projeto de mercadorização da educação e

⁷⁰Isso merece ser pensado no âmbito da Lei de Inovação Tecnológica, que busca promover a inovação por meio da articulação entre os diversos setores, visa a uma maior interação universidade/empresa e a participação de pesquisadores no desenvolvimento de novas tecnologias sempre direcionadas às empresas. Esta lei prevê a participação do docente na captação de recursos no mercado oferecendo serviços de inovação tecnológica, convertendo-o em empreendedor, mero prestador de serviço ao mercado e/ou captador de recursos (GUERRA, 2011, p.12).

⁷¹ Há que se considerar que muitas vezes os temas mais importantes do ponto de vista local ou nacional não são de interesse de veiculação de revistas *Qualis* A1, pois não têm relevância no âmbito internacional (idem, 2011).

perda do caráter de direito social. Com isso, há uma progressiva redução do papel da ciência em conformidade com a função social da universidade de caráter público, gratuito e de qualidade e socialmente referenciada e, com isso, um amplo retrocesso na socialização e produção de conhecimento.

Nessa medida, é preciso ter em conta que o projeto vigente hoje na política educacional brasileira é parte de uma ideologia que compõe o atual bloco histórico. Na leitura de Gramsci, o Estado moderno ao substituir o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente, redefine suas práticas, tornando-se educador. Como destaca NEVES e SANT'ANNA (2005, p.56) “na condição de educador, o Estado capitalista desenvolve e desenvolve uma *pedagogia da hegemonia*, com as ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil”. Essa interpretação original de Gramsci nos ajuda a compreender que toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (NEVES e SANT'ANNA, 2005, p.56).

A pedagogia da hegemonia, na qual se refere a autora, vem sendo desenvolvida nesses trinta anos de neoliberalismo, mediada pela racionalidade instrumental e pelo aparelhamento político da universidade, a qual se transforma em um aparelho privado de hegemonia da ordem, expressa na definição de inovadoras capacidades e competências para inseri-la no *ranking* internacional.

Exemplo disso é a discussão que vem sendo feita sobre os diagnósticos e as exigências dos ranqueamentos internacionais e a formação de ilhas de excelência que se constroem por dentro das universidades, em meio a cursos/programas que disputam os poucos recursos institucionais de capital e custeio, para funcionarem em condições mínimas. Discurso também responsável pela criação de uma cultura acadêmica elitista, posto que, para alguns, cria-se a ficção que os de “baixo” podem chegar a um patamar de excelência. Expande-se para a ideologia da gestão do ensino superior a mesma ilusão que um dia marcou a relação da “periferia com o centro” (NEVES apud AMARAL, 2012, p.231).

Isso tem consequências importantes para o Serviço Social que amadurece no curso também desses anos acalentando uma vida intelectual teoricamente consistente, crítica e permeada pelo debate plural. Mas, a realidade dura salta à frente exigindo novos arranjos políticos com outros segmentos acadêmicos. Na realidade, desde o início do século XX, o grande capital encontra na produção científica e tecnológica um alicerce de sustentação para sua reprodução em escala ampliada,

impactando diretamente na organização e mercantilização do trabalho. As consequências desse projeto hegemônico impactam os diferentes âmbitos da vida social, desde a organização das bases produtivas no sistema econômico, até a organização política, social e do modo de vida dos trabalhadores.

Os impactos dessa política de desmonte para o Serviço Social, dentro dos espaços de formação, elucidam novas barreiras à produção e socialização do conhecimento científico e vêm demonstrando a importância de, apesar de toda precarização e dificuldades vivenciadas por docentes e pesquisadores nos seus espaços de trabalho, avançar na produção de estratégias que estejam cada vez mais afinados com as classes subalternas.

Na década de 1990, logo após o período de consolidação do debate acadêmico mais crítico, o assistente social passou a ser compreendido como um “intelectual orgânico da classe trabalhadora” e, como vimos, esse fato teve eco devido ao compromisso ético e político assumido pela categoria com as classes subalternas.

Como profissional que atua na linha de frente nos principais espaços de políticas sociais públicas, “desenvolvemos uma ação educativa na prestação de serviços sociais, para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos” (IAMAMOTO, 2014, p.618), no entanto, nas propostas iniciais de ruptura com o conservadorismo, o projeto profissional é identificado, sem mediações, com um projeto revolucionário mais amplo de cunho socialista.

O debate crítico é apropriado por um viés militante (basista e espontaneísta) que ultrapassa as barreiras da atuação profissional. Aí está localizada a verdadeira tensão entre o projeto profissional e estatuto assalariado mencionado antes. Na leitura de Iamamoto (2007),

o desdobramento necessário dessa análise do trabalho profissional é tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores e suas lutas-, que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo de capital fetiche. Este é um dos desafios importantes da agenda profissional, o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão, aliado à pesquisa das respostas profissionais acionadas para fazer frente à questão social (IAMAMOTO, 2007, p.432).

Assim, o que se pretende afirmar, é um projeto que, além de orientar a prática profissional a partir de um direcionamento único, seja capaz de garantir o processo formativo e o exercício profissional voltados para a compreensão das contradições da

realidade concreta e, em alguma medida, as mediações que incidem sobre ela direta e indiretamente, superando a imediatividade da vida cotidiana.

O perfil de profissionais formado hoje a partir do projeto de educação que segue a passos largos nesses últimos anos compromete a direção do projeto defendido nas diretrizes curriculares da ABEPSS, sobretudo pela relevância dos vetos que recebeu no texto original, onde o conteúdo da formação passa a ser responsabilidade da livre iniciativa das unidades de ensino públicas e privadas (IAMAMOTO, 2007). Tal flexibilização reforça princípios liberais garantindo o que conhecemos como “formação para o mercado”, cujas propostas não são ingênuas e livres de ideologias, ao contrário, é a mais clara proposta do Estado educador. Diante disso, Iamamoto (2007), ressalta que

é fundamental contribuir para a análise das classes na história brasileira, densa de determinações étnico-raciais, regionais, culturais, rurais e urbanas, que resguarde a efetiva reciprocidade entre o conhecimento científico e as configurações da vida social. Entre outros termos, somos desafiados a integrar o pensamento teórico e as condições de existência social captada a partir da diversidade de posições que os homens ocupam nos quadros da estrutura social, o que implica o reconhecimento das diferentes visões de mundo daí derivadas, às quais não é imune o pensamento científico. Isso envolve a afirmação das concepções de totalidade e devir histórico (IAMAMOTO, 2007, p.469).

A autora sublinha a importância do maior acompanhamento do cotidiano dos conflitos de distintos segmentos das classes subalternas, assim como a reconstituição da memória de suas lutas, tendo em vista que o Serviço Social tem no seu exercício profissional o privilégio da proximidade com a vida cotidiana dessas classes. Assim, responder às demandas oriundas das classes subalternas e construir um trabalho com direção política classista requer, no sentido da autora, mover-se das amarras institucionais e governistas, - inclusive rompendo com as fronteiras do Estado (*stricto*), enquanto aparelho burocrático que reduz a profissão à assistência social ou mero assistencialismo -, para a inserção em espaços estratégicos, a partir de sua autonomia profissional. Para ela, esse é um pré-requisito para sintonizar o projeto profissional com as efetivas necessidades dos trabalhadores, e com as organizações e movimentos sociais por meio dos quais se expressam coletivamente (IAMAMOTO, 2007), criando novas estratégias contra hegemônicas - a partir da *experiência de classe* desses sujeitos.

Essa compreensão sinaliza os rumos possíveis para a profissão, considerando-se a conjuntura profundamente depredadora do neoliberalismo e que também

intercepta o PEP na medida em que transforma as condições concretas nas instituições de ensino e de prestação de serviços sociais, com consequências no mercado de trabalho. Iamamoto (2014) especifica aí os horizontes para reposicionar a profissão em meio à avalanche neoliberal. Inclusive sobre os perfis dos assistentes sociais na medida em que os espaços começam a mostrar proximidade com os usuários dos serviços, uma vez que segmentos diversos das classes subalternas ampliam os quadros profissionais, sobretudo com o alargamento do acesso ao ensino superior, mesmo precarizado, pela ampliação tanto na esfera pública como na esfera privada.

As análises de Iamamoto (2007) compreendem as mudanças macroestruturais e seus rebatimentos para o mundo do trabalho, a autora destaca que “o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo de forças sociais” (IAMAMOTO, 2007, p. 107). O cenário atual no Brasil e nos países de capitalismo periférico, impulsiona grande massas de trabalhadores sobretantes e precarizados a demandar cada vez mais políticas de transferência de renda, e, sobretudo da seguridade social, que seguem um padrão de ajuste à ordem do capital internacional, com seu caráter “regressivo e conservador” (RAICHELIS, 2013, p. 619). A questão é que tais políticas não apresentam uma alternativa ou porta de saída para garantia de estabilidade econômica e, sequer, alternativas de empregabilidade com garantia de preservação dos direitos básicos de produção e reprodução da vida. Nesse mesmo lastro, Raichelis afirma que “as medidas postas em prática são reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta” em detrimento de políticas sociais universais (RAICHELIS, 2013, p.618).

O cenário de crise capitalista impacta todos os âmbitos da vida social, e, para as classes subalternizadas impõe medidas de intensificação e precarização do trabalho, assim como de exigências cada vez mais amplas para a execução de tarefas que não lhes competia *a priori*, a chamada “polivalência profissional” ou, em outros termos, “a adoção de estratégias de redução do trabalho pago e ampliação do trabalho excedente, o que está na raiz do sofrimento do trabalhador assalariado” (2013, p.618).

Essa problemática, além de atingir os assistentes sociais como parte da classe trabalhadora assalariada e atuante no setor de serviços, atinge diretamente seus espaços ocupacionais concentrados em sua maioria no setor público – onde desempenham tarefas de gerenciamento e execução de políticas sociais. Os profissionais são impulsionados a desempenhar funções burocratizantes e que “não agregam conhecimento e reflexão crítica sobre a realidade dos usuários e seus territórios de vivência, rebaixam a qualidade do trabalho técnico e impedem que profissionais especializados possam realizar o trabalho intelectual nuançado para o qual estão (ou deveriam estar) capacitados a produzir” (RAICHELIS, 2013, p.624).

O trabalho de “linha de frente” com propostas alternativas orientadas pela dimensão pedagógica que nos compete, fica claramente comprometida em sua perspectiva emancipatória e democratizante. Assim, o que temos acompanhado, não só através de pesquisas veiculadas que abordam o mercado de trabalho profissional, mas também, no âmbito da formação, através de disciplinas práticas, que envolvem o treinamento profissional- como as disciplinas de estágio- é o acelerado retorno à *tecnificação* e ao *pragmatismo* para atender as novas requisições do mercado de trabalho que seguem, nesse caso, o novo padrão assumido por tais políticas e programas sociais espraiando-se também para o setor de serviços⁷².

No âmbito da formação, os desdobramentos da precarização do ensino, nesses moldes, envolvem a despolitização da categoria, decorrentes, ainda, do isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e da falta de experiências estudantis na vida universitária.

a metamorfose na situação de classe dos estudantes, também pode significar, a criação de uma ambientação favorável, apoiada na experiência

⁷² Raichelis (2013) destaca em seu estudo uma série de pesquisas realizadas sobre mercado de trabalho do assistente social na primeira década dos anos 2000, e destaca que as principais estratégias de precarização em diferentes espaços sócio-ocupacionais, com destaque para a saúde com a entrada das “fundações e das Organizações Sociais (OS) para a gestão do trabalho e prestação dos serviços; no campo sociojurídico assistentes sociais terceirizados como prestadores de serviços mediante recibo de firmas individuais (PJ), são contratados para realizar laudos e produzir relatórios, e até mesmo subcontratam outros assistentes sociais para a realização de algumas atividades, como as visitas domiciliares, configurando-se, portanto, a quarteirização dos vínculos trabalhistas; Na política de assistência social, nos marcos da implantação do Sistema Único de Assistência Social — Suas, e dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, estados e municípios se utilizam de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de entidades privadas, ONGs ou “cooperativas” de trabalhadores para a contratação de profissionais na prestação de serviços socioassistenciais, sob o discurso de falta de recursos para a criação de cargos; além de empresas privadas de consultoria que contam com subcontratação e terceirização da quase totalidade de profissionais da área de Serviço Social, psicologia, direito entre outras, que prestam serviços na modalidade ‘consultoria externa’” (RAICHELIS, 2013, p.626).

de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe, alvo predominante dos serviços profissionais e das políticas sociais públicas. Assim, pode também representar para o profissional um reforço à identidade de classe enquanto trabalhador, matizada por recortes de gênero, etnia e geração (IAMAMOTO, 2014, p.629).

O acesso precarizado tem inúmeras consequências à formação profissional como já mencionamos, o que aumenta potencialmente a necessidade de reafirmar a direção social estratégica do projeto profissional e o diálogo com a pesquisa da realidade vivida e representada pelas classes. Além disso, é preciso destacar a relevância do estatuto teórico da profissão afinado com a possibilidade da inserção desses sujeitos nos espaços de produção de conhecimento.

A educação, pensada como uma política social pública, dispõe de um caráter contraditório ao atender, simultaneamente, interesses de acumulação do capital e do conjunto dos trabalhadores no processo de criação e socialização de conhecimentos. A política de educação superior encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem: tanto as forças que impulsionam a financeirização da vida social — e dela se beneficiam — para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial quanto dos interesses da maioria dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos. Ambos os feixes de interesses têm no Ensino Superior um nicho central na formação de força de trabalho altamente qualificada, da produção da ciência, da tecnologia e da inovação. Ele se torna, assim, uma arena de disputas em torno de projetos de formação universitária, afirmando-se também a possibilidade de propostas de resistência às orientações dominantes (IAMAMOTO, 2014, p.625).

Nesse patamar é que consideramos fundamental retomar, em profundidade, a apropriação do marxismo e considerar a cultura dos subalternos e os diversos aspectos que envolvem seu cotidiano e suas lutas. Ainda que desde os anos de 1990 a cultura dos subalternos apareça sinalizada no debate profissional, pouco se avançou, em termos de apreensão teórica e metodológica mais crítica, o que compromete, de certo, e aprisiona os objetos de pesquisa em visões reducionistas e pouco vinculados a uma leitura de totalidade dos fenômenos sociais e do modo de vida. Trata-se, portanto, de recompor o projeto intelectual na profissão na direção do aprofundamento teórico consistentes.

No Serviço Social especificamente, o avanço dos estudos e das pesquisas para a produção de conhecimento a partir da interface com os Estudos Culturais, não aconteceu. Ainda que a produção crítica sobre as políticas sociais e o trabalho tenha sido fundamental, ao longo dessas décadas deixamos na penumbra a dimensão da cultura. Algumas mediações para essa análise passam a ser essenciais para dar

materialidade a esses estudos no âmbito do Serviço Social, como por exemplo, a questão nacional, a formação social brasileira, envolvendo aspectos relacionados à formação do senso comum, da ideologia dominante, de especificidades da sociedade de massas, entre outros. Tais mediações podem ganhar uma análise densa e estratégica a partir dessa ótica para a conformação da sociabilidade como campo de expressão de alienação e rebeldia, podendo apresentar um caminho a ser construído e/ou intensificado em outros aspectos que, porventura, já estejam contemplados no debate acadêmico contemporâneo.

Pensar o momento atual e os desafios postos à profissão nessa dimensão é uma tarefa urgente e que nos impõe uma complexa gama de desafios, não só pela natureza da profissão e seu vínculo de classe assumido ao longo dessas últimas décadas, mas também pela cultura que marca esse momento histórico delineando modos de vida que expressam características desses novos tempos, como o individualismo, a competição e a diluição de projetos coletivos mais amplos. O sentimento de derrota provocado por esses novos tempos ao mesmo tempo em que nos leva a certa “atomização coletiva”, nos lembra a todo momento que a única saída é construir um projeto alternativo ao que nos vem sendo imposto há algum tempo. Obviamente, o neoliberalismo ainda não destruiu por completo as propostas do *Welfare*, que ainda se mantém em certa medida, graças ao movimento de resistência dos de baixo.

Nas palavras de Coutinho (2007),

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências que vêm de baixo”, que Gramsci considerava, uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta — infelizmente em grande parte bem-sucedida — de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare*. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. — “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) — têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado. [...] É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contrarreforma* (COUTINHO, 2007, p.3).

O capítulo seguinte apresentará dados que desvendam essa fragilidade, assim como projeções para uma agenda a ser intensificada nos espaços formativos e de

construção de conhecimento, que conseqüentemente, poderão impactar os diferentes espaços do exercício profissional.

3 A CULTURA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO À LUZ DE TRÊS PERIÓDICOS DA ÁREA

Como vimos apresentando, a hipótese dessa pesquisa era de que o amadurecimento científico e político do Serviço Social brasileiro alcançado nas últimas quatro décadas, não foi acompanhado da devida atenção à dimensão da cultura. E isso, deriva da maior expressão do chamado *marxismo vulgar* na profissão e da incompreensão e desconhecimento da rica contribuição de marxistas de relevo, especialmente nessa pesquisa, de Antônio Gramsci, Edward Palmer Thompson e Raymond Williams.

As variáveis de estudo que orientaram a pesquisa na direção da problematização dessa hipótese foram abordadas nos dois capítulos anteriores quando recuperamos alguns aspectos da difusão do marxismo ocidental, sua incidência no Brasil e a contribuição de marxistas contemporâneos para os Estudos Culturais. Seguidamente, abordamos os impactos desse legado para a história recente do Serviço Social e a baixa incidência dos estudos sobre cultura no debate acadêmico.

O desafio agora, de expor uma síntese da pesquisa documental sobre a produção nos periódicos, significa percorrer o “caminho de volta” para sinalizar o impacto do marxismo vulgar na história da profissão na amostra investigada. Adiantamos que com isso nos somamos a alguns outros pesquisadores que registraram em produções de ampla circulação os limites da apropriação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1999; QUIROGA, 1991). Mas, percorrer esse caminho de volta para identificar o hiato, “o elo perdido”, sobre o debate de cultura no Serviço Social, foi realmente desafiador. Como já ressaltamos na introdução desse trabalho, os desafios se revelaram simultaneamente, no campo teórico, pela escolha particular em transitar pela obra de autores contemporâneos do marxismo, que ficaram mais conhecidos como a corrente humanista do marxismo e dos estudos culturais; e metodológicos, por trabalhar o *Estado da Arte* da produção teórica do Serviço Social, com um tema de tamanha magnitude como o da cultura.

Como dito antes, delimitamos os veículos editoriais de grande circulação e relevância no âmbito do Serviço Social como fonte de informação da pesquisa. O

período escolhido para consulta cobre 20 anos (1994-2014)⁷³ e, no processo de análise foi possível identificar a incidência dos estudos sobre cultura na fonte de dados e as principais tendências de abordagem dos artigos.

A densidade dessa fase da pesquisa nos possibilitou pensar o papel dos veículos responsáveis pela editoração e publicação dos três periódicos analisados, como significativas para definir o lugar da cultura. Referimo-nos à Editora Cortez, editora privada responsável pela veiculação da Revista Serviço Social & Sociedade e aos programas de pós-graduação, no caso da Revista Katálisis, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e no caso da Revista de Políticas Públicas, o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Conforme Marx nos ensinou, a relação entre sujeito e objeto de pesquisa se faz nesse movimento mesmo, não se trata de uma mediação meramente instrumental, mas uma relação constituinte, que embora necessária, não é dada à priori, mas construída no processo, é o que nos permite pesquisar a realidade na sua objetividade, onde o processo de “conhecer” não se torna um fim em si mesmo.

Como partimos do entendimento de que o amadurecimento da dimensão investigativa do Serviço Social e o avanço na produção de conhecimento, estão atrelados, principalmente, ao processo de consolidação e expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado acadêmico e doutorado, e da formação de sujeitos profissionais que personificam a massa crítica que reorganiza os órgãos representativos da categoria profissional dos assistentes sociais, não pudemos deixar de abordar o papel da pós-graduação nesse processo. Além disso, não seria possível pensar os periódicos de forma isolada, afinal, estão diretamente vinculados a esses espaços.

Desse modo, delimitamos como periódicos mais relevantes e referência na produção de conhecimento no âmbito da profissão aqueles que fazem parte do sistema de ranqueamento da CAPES⁷⁴. Dessa forma, é possível afirmar que esses

⁷³ A delimitação desse longo período visou selecionar o maior número possível de artigos, tendo em vista que na fase exploratória observamos que eram poucas as produções. O interesse em começar pela década de 1990 estava fundamentado nos aspectos históricos da profissão, em termos de eventos importantes que ocorreram nesse período no sentido de marcar o maior amadurecimento científico e crítico do Serviço Social, inclusive, a expansão dos periódicos data dessa década. A finalização no ano de 2014 decorreu do fato desse ter sido o ano em que começamos a exploração dos arquivos dos periódicos.

veículos expressam a “ordem do dia” no debate acadêmico do Serviço Social e espera-se no debate que envolve a relação da profissão com a dinâmica da vida social e suas variadas esferas. Por isso, repetimos os veículos editoriais selecionados pela nossa pesquisa são aqueles classificados como Qualis A1 e Qualis A2⁷⁵ e, se configuram, nesse sentido, como *aparelhos hegemônicos*, sustentando a direção e o domínio ideológico do debate acadêmico a partir de uma direção estratégica, e, nesse caso, privilegiando alguns temas em detrimento de outros.

Por outro lado, outra questão a ser considerada nesse debate é o mercado editorial. A CAPES estabelece as regras para o ranqueamento dos veículos editoriais, cuja relevância é balizada por critérios de divulgação científica não só do “mercado nacional”, mas, principalmente, do internacional- no caso de periódicos científicos classificados como *Qualis A*, por exemplo.

A internacionalização da produção científica, desde o Acordo de Bolonha (IAMAMOTO, 2007), se converteu numa forte meta das instituições universitárias e de fomento da pesquisa do Estado. E isso tem sido feito por meio da padronização de critérios de publicação e dinamização da competição entre os autores, via de regra, sob a regência das Ciências Biológicas, Físicas e Engenharias. Essa perspectiva tem assolado a universidade de influências mercadológicas de que é exemplo a reforma neoliberal que

definiu a universidade como uma organização social, no formato empresarial, e não como uma instituição social, disso decorre a sua instrumentalização por aparelhos administrativos particulares, cumprindo objetivos particulares, fugindo aos interesses coletivos. Obviamente isso tende a impactar fortemente no papel da docência e da produção de conhecimento e pesquisas

⁷⁴ Como dissemos antes, esses dados são disponibilizados através da Plataforma Sucupira, importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Plataforma deve disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. De acordo com as informações disponíveis na Plataforma Sucupira, a classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação seguindo critérios previamente definidos pela área de aprovados pelo CTC-ES, que procuram refletir a importância dos diferentes periódicos para uma determinada área. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Periodicamente é realizada uma atualização, assim, nas classificações de 2010-2012 e 2013-2016, os veículos receberam classificações em estratos indicativos de qualidade A1, mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C-peso zero. Na classificação de 2017-2020, os veículos poderão ser classificados nos seguintes estratos: A1, mais elevado; A2; A3; A4; B1; B2; B3; B4; C- peso zero. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

⁷⁵ De acordo com a CAPES, o sistema Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise de qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos seguindo uma lógica de maior ou menor importância frente ao debate nacional e/ou internacional de acordo com esse sistema, na manutenção da hegemonia acadêmica que lhes coube conduzir. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

autônomas, apesar de estarem previstas, o que ocorre é um ataque frontal a autonomia universitária (CHAUÍ, 2003, p.54).

Isso significa que o ranqueamento da CAPES é também expressão dessa hegemonia competitiva na pós-graduação e, ainda que nossos periódicos possam ter artigos relevantes, também deixam de fora produções da formação humanística.

Se estamos considerando o avanço da construção do conhecimento em sua totalidade, não podemos descolar as análises, desse panorama mais amplo que não se restringe apenas ao debate no âmbito da profissão. Participar dos estratos hegemônicos requer a compreensão das estratégias políticas de dominação, uma vez que as ideias de liberdade e autonomia nos vem sendo negada, desencadeando sempre uma tensão dialética entre liberdade e dominação.

Simionatto (2014) destaca que, sobre esse aspecto, as lições de Gramsci ao refletir que a construção de um novo projeto de sociedade não implica apenas a tomada do poder, mas, acima de tudo, a instauração de um novo modo de pensar que se trava também na batalha das ideias. Para o pensador italiano, a construção de uma nova hegemonia abarca transformações não somente nas esferas político-econômica, mas também nos campos cultural, intelectual e moral. E aqui se destaca o papel dos intelectuais na formação de uma consciência coletiva, pois, como educadores e “persuasores” permanentes, contribuem para forjar a emergência de uma nova cultura política. A questão que se coloca é: qual é a cultura política que vem sendo construída por esses intelectuais?

Soma-se a esse cenário, o foco das pesquisas em Serviço Social, vinculado, conforme já destacamos, às múltiplas demandas sociais historicamente determinadas pela sociedade capitalista “[...] os objetos de investigação do Serviço Social emergem de uma realidade concreta e estabelecem suas mediações numa sociedade que se produz e reproduz por meio de contradições inconciliáveis” (LARA, 2007, p. 73). Essa tendência desenvolve-se na contramão do interesse investigativo dos órgãos de fomento. Então, a produção teórica do Serviço Social, hoje é tensionada por alguns aspectos peculiares ao tempo presente, que transitam entre as esferas micro e macrossocietárias. Na primeira, é possível evidenciar o tensionamento realizado pelo debate da categoria profissional em si e seu referencial ideo-político como definidores de uma certa cultura profissional, e por outro lado, numa dimensão macro, os rebatimentos da universalidade capitalista neoliberalizada que aponta cada vez mais

para o enxugamento das políticas públicas, com a difusão das coisas de mercado nas instituições públicas, ampliando a competitividade, o produtivismo utilitarista (aumento crescente do quantitativo de publicação dos pesquisadores) e o cerceamento dos orçamentos (CHAUÍ, 2003). Dessa forma, mistura os interesses científicos e tecnológicos mais organicamente às demandas do mercado, aprofundando a divisão do trabalho, as ciências “duras” e as ciências sociais e humanas, abafando os esforços de formação humana sólida (CHAUÍ, 2003; IAMAMOTO, 2007).

Estabelecidas essas ressalvas, podemos dizer que os periódicos escolhidos para a investigação constituem apenas uma amostra e, por isso, as reflexões realizadas na pesquisa são circunscritas a esse quadro de informações. As ilações mais universais que realizamos sobre o Serviço Social e a Cultura, continuam como hipóteses, obviamente mais fundamentadas na medida em que estamos concluindo uma investigação sobre os periódicos mais bem avaliados na área, pelo órgão superior da pós-graduação brasileira.

Sinalizados os limites do uso da avaliação ao sistema Qualis da CAPES, parece-nos importante ponderar sobre a função contraditória dos periódicos, que respondem àqueles parâmetros competitivos e ao mesmo tempo expressam o quadro ideopolítico do Serviço Social, cientificamente amadurecido e crítico das últimas décadas. Vimos na pesquisa que as temáticas trabalhadas nos periódicos apresentam-se de maneira articulada às demandas históricas impostas à profissão pela dinâmica societária e, que também se definem a partir de demandas emergentes do próprio conjunto da categoria profissional e de suas entidades representativas, como conselhos, associações de ensino e pesquisa e espaços formativos, no âmbito da graduação e da pós-graduação, expressando a orientação ideo-política das diretrizes curriculares, concebidas como atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Ainda que originalmente definidas para o nível formativo da graduação, as diretrizes abarcam a especificação do projeto intelectual da profissão em sentido amplo e assim tem sido tratado pela ABEPSS, associando-as, portanto, também como *corpus* orientador de conteúdo da pós-graduação. A perspectiva crítica, defendida pelo projeto ético e político da profissão, hegemônico a partir da década de 1990, mas não homogêneo, é tratada a partir de diferentes abordagens pelos pesquisadores, incluindo os que tiveram participação ativa no processo que cristalizou essa perspectiva na profissão. Como ressalta Iamamoto (2014),

o universo dos pesquisadores que reivindicam um vínculo com a tradição marxista, afluem maneiras de pensar e explicar a profissão sob diferentes matizes, sob a inspiração de Marx, Gramsci, Lukács e influxos hegelianos. A ótica de leitura desses clássicos — assim como a leitura que é feita de suas obras — direciona angulações privilegiadas na análise da profissão e de seu exercício: a ênfase no trabalho, na práxis e na organização da cultura, na ideologia e na formação da consciência (IAMAMOTO, 2014, p.623-24).

Assim, podemos afirmar que a direção social estratégica pactuada pelo conjunto dos assistentes sociais pós-movimento de reconceitualização, sobretudo quando ganha o estatuto de maturidade intelectual na década de 1990, é propagada, sobretudo, pelos produtos materiais e ideológicos produzidos pela vanguarda intelectual. Sintetizamos isso a partir dos estudos gramscianos, que afirmam que os aparelhos privados de hegemonia se referem a todos os elementos materiais e imateriais portadores de visões de mundo em disputa, em luta pela hegemonia.

Para Gramsci, a origem desses aparelhos está vinculada ao momento de laicização do Estado, aparecem como um fato novo, e sua ampliação, torna-se algo privado por envolver interesses particulares responsáveis pela propagação de ideais individualizantes, apartado do interesse geral. Desde os escritos pré-carcerários Gramsci trabalha e noção de “aparato hegemônico”, vinculando inicialmente à hegemonia do proletariado enquanto classe revolucionária e somente a partir do Caderno I passa a referir-se à hegemonia como forma de dominação das classes dominantes que ao longo dos cadernos vai se metamorfoseando, passando pela construção da *opinião pública* até a ideia de *dominação* atrelada ao Estado integral (dominação + direção). A referência mais madura ao conceito de aparelho hegemônico, no entanto, aparece no Caderno10, § 12 (LIGUORI & VOZA, 2017, p.46), onde a ideia de aparelho hegemônico é articulada a uma concepção nova de ideologia. Um “aparelho” serve para criar um “novo terreno ideológico”, ao afirmar uma “reforma filosófica”, uma “nova consciência do mundo”.

A proposição contida na introdução à Crítica da economia política, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral (...). A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico” (GRAMSCI, 1999 ,p.157-158).

Segundo Macciocchi (1977), Gramsci emprega os termos "aparelho" e "hegemonia" em um contexto teórico inteiramente novo: ele fala em "hegemonia no aparelho político", em "aparelho hegemônico político e cultural das classes

dominantes", em "aparelho privado de hegemonia" ou sociedade civil. O aparelho de hegemonia, não se refere somente à classe dominante que exerce a hegemonia, mas às camadas subalternas que almejam conquistá-la, relacionando-se, portanto, à luta de classes⁷⁶.

No caso dos periódicos em questão, verificamos na pesquisa que os veículos editoriais escolhidos se configuram como expressão da orientação ideológica predominante no projeto da nossa profissão. Para além disso, consideramos que o projeto ético e político profissional (PEPP) do Serviço Social brasileiro permanece em disputa e, portanto, sofre os rebatimentos de mediações internas (desde a formação até a defesa de uma determinada cultura profissional balizadora de seu exercício) e externas (a partir da sua relação com o projeto societário mais geral), para garantia de sua "materialidade", sua objetivação na sociedade. Por isso, dedicamos o segundo capítulo à exposição de uma série de instrumentos ideológicos, materializados pelo PEP, que afirmam a tradição cultural, a autoimagem da profissão. A pesquisa nos levou a ver que a própria investigação do objeto era um modo de pensar a cultura profissional.

Dessa forma, o PEPP pode ser compreendido como um direcionamento intelectual e ideo-político para a categoria no âmbito da formação e do exercício profissional, como uma alternativa - com orientação contra hegemônica- em relação ao projeto societário conservador das classes dominantes que impinge tensões e limites à profissão, no âmbito de sua objetivação concreta. Nessa medida, orienta

⁷⁶ Conforme sublinhamos anteriormente, as apreensões acerca do conceito de *aparelho privado de hegemonia* não permitem a formação de um consenso entre os estudiosos ao longo da história do marxismo. Como as análises de Gramsci, no geral, se restringem à sociedade Italiana e, por ter escrito grande parte de sua obra sob as condições aviltantes e precárias do cárcere fascista, não há uma cronologia na organização da obra, estando inclusive, muitos escritos inacabados. Essa organização, na realidade, só foi possível quando os cadernos escolares escritos por ele foram publicados após a sua morte por editores e conselhos editoriais. Esse fato gerou uma série de edições e traduções, em vários países, que influenciaram a forma de apropriação e o conteúdo da obra original. Além disso, os diferentes caminhos investigativos definidos pelos intelectuais-pesquisadores, também revelam maneiras diversas de apropriação dos conceitos. Um exemplo disso é a compreensão de Estado que durante muito tempo foi vulgarmente compreendido em oposição à sociedade civil. Na mesma medida em que também foi possível observar uma certa "positivação" desse conceito. LIGUORE (2007), destaca que "a sociedade civil é entendida como conjunto de "organizações ditas privadas". Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista ("organismos designados vulgarmente como 'privados'") e que é possível encontrar em várias passagens dos Cadernos. O uso de aspas [...] ou do advérbio 'vulgarmente' [...] assim como a expressão "ditas", que precede "privadas", são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, aparentemente "privados", na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de "Estado ampliado" (LIGUORI, 2007, p. 21).

também a produção de conhecimento e tudo que a circunscreve. É importante ressaltar que não buscamos aqui tratar da apropriação capilarizada do PEPP pela categoria, nem tão pouco de outros aparelhos. Objetivamos apenas reconhecer seu papel, assim como desses outros aparatos materiais, na direção e no domínio do debate acadêmico na nossa área profissional.

Como mencionamos antes, o compromisso com o fortalecimento ético, político e acadêmico em todas as suas dimensões anima os espaços de formação para a garantia de um perfil profissional. Mas, também é nosso dever travar uma análise crítica e ampliada acerca das estratégias construídas pela categoria profissional para a construção dessa hegemonia, que inclui além de aspectos simbólicos, também os objetivos-concretos da realidade.

Na pós-graduação, a ênfase das áreas temáticas e das linhas de pesquisas devem estar amparadas pelos princípios que fundamentam a profissão, a fim de superar a fragmentação de conteúdos na sua organização. A indissociabilidade dos três núcleos de fundamentação da proposta curricular (são eles: núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, organizados metodologicamente do âmbito “geral” para o “particular”- onde o núcleo da vida social é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional) é indispensável para a construção e encadeamento das diversas disciplinas. Assim, as disciplinas expressam as áreas de conhecimento necessárias à formação e devem contemplar, portanto, temáticas que estejam afinadas com a apreensão crítica do processo histórico a partir de uma abordagem ancorada na perspectiva de totalidade, revelando dialeticamente a relação entre as dimensões, universal, particular e singular dos fenômenos sociais.

Nesses aportes e dispositivos de hegemonia, a cultura não é definida como uma disciplina básica dos cursos, e, na verdade, não podemos dizer que se constitui como uma disciplina restrita a uma área específica de conhecimento, no entanto, pode ser apreendida de maneira crítica para uma análise transversal da dinâmica das relações de classe na perspectiva de transformação social. Para a construção do conhecimento em Serviço Social e para a organização teórica e metodológica dos

espaços de formação, a apreensão crítica da categoria cultura, significa lidar com a indissociabilidade dos núcleos de fundamentação, sedimentando “um conjunto de conhecimentos a partir da permanente construção de conteúdos teórico-ético-políticos-culturais” (ABEPSS, 1996) que não podem ser compreendidos isoladamente e, para isso, ressaltamos a importância da compreensão crítica do modo de vida das classes, na história, como tratadas nas leis que organizam a vida em sociedade e na dinâmica da luta das classes sociais.

Como destaca NETTO (1999a) os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão, sem perder de vista as mudanças na composição social do corpo profissional, que se renovam, se modificam, também de acordo com esse movimento geral da forma social capitalista e particular da profissão.

A renovação dos projetos profissionais da qual Netto se refere, pode ter sua necessidade comprovada, a partir do entendimento do dinamismo próprio da sociedade capitalista, do avanço civilizatório e das novas expressões da questão social emergentes e-ou remanescentes. Paralelamente ao próprio movimento da profissão, por meio dos sujeitos profissionais, que em disputa elegem dados traços à profissão, nas diferentes conjunturas.

Consideramos que a produção de conhecimento informa de certa maneira, o grau de vinculação do projeto profissional legitimado historicamente ao seu material ideológico. As disputas em torno de propostas e alternativas para o exercício profissional, assim como para o fortalecimento de espaços de formação de excelência são expressões da transição ideocultural na profissão. “A quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico” (NETTO, 1999a, p.13). E, esforços de adequação da formação às novas demandas, foram empreendidos pautados em uma teoria social crítica. O empenho para transição ideocultural vem sendo empreendido, desde 1982, com o currículo mínimo do curso de Serviço Social e, posteriormente, Diretrizes Curriculares de 1996.

As IES com seus projetos pedagógicos criam uma correia de transmissão para não só a inserção dos egressos dos cursos no mercado de trabalho, mas também

para realizar isso sendo portadores de uma fundamentação teórico-metodológica, que assegure o exercício profissional crítico e compatível com o projeto de superação dessa ordem social, cuja responsabilidade é de toda a sociedade e não somente do Serviço Social (SETÚBAL, 2007).

A pluralidade do debate acadêmico é a possibilidade de constituir experiências ricas e amadurecidas de formação do sujeito profissional, voltado para pensar a complexidade da totalidade social, sua genética metabólica e suas contradições imanentes.

[...] Aún en este plano y al hablar de hegemonía y dirección social, se torna necesario reflexionar sobre la relación ciencia/valores, que no se establece de forma directa; esto es, independientemente del contenido gnoseológico de los valores presentes en dicho proceso, éstos portan un peso ontológico social que les confiere un carácter de objetividad y de incidencia real en la vida social. Con ello queremos señalar que la construcción de un PEPP para el TS supone la consolidación de un universo intersubjetivo de *creencias y valores, una cosmovisión del mundo compartida que implique una relación de respeto en el plano de los valores* (sin que ello comprometa los acuerdos centrales asumidos) y que se nutra de un debate de ideas en el plano del pensamiento, no porque todas ellas serían igualmente válidas, sino porque dicho debate es de fundamental importancia para el descubrimiento de respuestas globalmente verdaderas (MARRO, 2006, p.7).

O PEPP só pode ter sentido conectado com as reais necessidades dos sujeitos que são alvos do nosso exercício profissional e dos próprios profissionais “fazendo-se” na experiência social. E abrir o campo dos Estudos Culturais parece-nos essencial no sentido de pensar a própria cultura profissional e o modo de vida da população.

Mesmo que permaneça como um hiato, a perspectiva já estava delimitada nos anos de 1990 na profissão, quando se consolidou as Diretrizes Curriculares que estão em vigência hoje:

requer, conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar (ABEPSS, 1996).

O papel dos intelectuais envolvidos na construção do conhecimento e na produção da ciência, deve estar comprometido com a construção de um saber plural e inclusivo que possibilite a superação das relações hegemônicas erigidas sob bases sociais excludentes. Como não acreditamos em nenhuma espécie de neutralidade, concordamos com Gramsci (1968), em sua apreensão sobre o de intelectual orgânico quando diz que sua função é elaborar uma concepção ético-política que os habilita a

exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social da classe que representa.

Como destaca Williams (2011), a cultura nas sociedades modernas capitalistas está organizada em uma rede complexa de atividades, relações e instituições em que não cabe isolar o estudo e supor, por exemplo, uma leitura a partir do universo econômico e outra a partir do “espiritual” ou do lazer. A defesa do método crítico-dialético e da compreensão do que Williams chama de materialismo cultural, possibilita, nesse sentido, avançar nas análises para a compreensão da constituição “do subalterno” no interior da dinâmica societária e as formas espirituais de sua revolta, municiando ações práticas.

3.1 O Estado da Arte da produção de conhecimentos do Serviço Social sobre a dimensão da cultura nos principais periódicos de divulgação científica

Não podemos deixar de afirmar que o balanço realizado pela profissão sobre esses mais de quarenta anos, pode ser considerado positivo em grande parte dos aspectos relacionados à atuação interventiva e no que tange à consolidação dos espaços de pesquisa e de produção de conhecimento. A bibliografia sobre o tema, de modo geral, demonstra avanços nesses diversos âmbitos, o que é afiançado pelo fato da profissão se consolidar e ganhar relevo junto aos órgãos de fomento e de produção científica. Carvalho e Silva (2007) sobre esse debate, destacam os seguintes avanços no Serviço Social brasileiro:

- Salto qualitativo na área de formação profissional com o desenvolvimento de um projeto a partir das novas alternativas de intervenção profissional em construção; da inserção do Serviço Social no contexto universitário; do avanço da produção acadêmica e da pós-graduação;
- Significativo avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e na produção de conhecimento, passando estas a serem consideradas, no âmbito da profissão, como atribuição profissional fundamental. O resultado foi uma rica produção científica sobre as políticas sociais, sobre a profissão, e sobre questões sociais relevantes, o que faz com que o Serviço Social seja considerado área específica de conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq e pela Fundação Coordenação De Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- Participação direta na luta pela inclusão na participação social como princípio constitucional, permitindo a instituição de conselhos de gestão direcionados ao desenvolvimento do controle social nas Políticas Públicas, o que representa, na atualidade, campo relevante de prática para os profissionais de Serviço Social nos municípios (CARVALHO e SILVA, 2007, p.196-97).

De acordo com Silva e Carvalho (2007), existe uma estreita relação entre a pós-graduação e a produção de conhecimento no âmbito do ensino superior brasileiro, sendo que essa produção está localizada, principalmente, nas universidades públicas. Vimos isso numa vertente de investigação exploratória sobre a pós-graduação, verificando a pertinência de aprofundamento das “indicações da produção de conhecimento em Serviço Social no Brasil, considerando as áreas de concentração e linhas de pesquisa que orientam esses programas” (2007, p.203), uma vez que direcionam a produção de teses, dissertações e pesquisas como um todo, realizadas por discentes e docentes. Isso poderá auxiliar uma avaliação do que foi acumulado nesses últimos anos, contribuindo com o debate mais geral da profissão.

Como podemos identificar no *Quadro 1*, atualmente o Serviço Social brasileiro conta com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado nas mais renomadas universidades públicas brasileiras, em sua ampla maioria, em diferentes áreas de concentração. Predominam, em termos de especialização, pós-graduação em: (21) Serviço Social, seguido de (11) em Política Social/Políticas Públicas (incluindo conjuntamente: Serviço Social e Política (s) Social(is), Política Social e Serviço Social, Política Social/Políticas Públicas, Políticas Pública e desenvolvimento local).

De acordo com o Documento de Área da CAPES- área 32: Serviço Social, em 2018, após a apreciação dos APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos), pela CAPES, 03 novos Programas se constituíram em relação à área básica: 02 em Serviço Social e 01 em Política Social. Foram aprovados Programas de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins (UFT), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Registrou-se também a aprovação, nesse mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). De acordo com este documento, a área de Serviço Social, em 2018, contabilizou um total de 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos. As únicas universidades privadas que oferecem esse nível de qualificação são as Pontifícias Universidades Católicas de alguns estados, no entanto, elas de fato assumem a condição de comunitárias: PUC-GOIÁS, PUC-RIO,

PUC-SP e PUC-RS. Diferentemente do que temos na graduação, a pós-graduação está nas universidades públicas e comunitárias.

Quadro 1 – Pós-Graduação das Unidades de Ensino de Serviço Social das Universidades Brasileiras

Cursos ofertados	Instituições	Unidade federal
Mestrado em Serviço Social	PUC-GOÍÁS, UFPB/J.P, UFAL, FUFSE, UEPB, UFAM, UNIOESTE, UFT, UFBA, UFRB	GO, PB, AL, SE, PB, AM, PR, TO, BA, BA
Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional	UFF	RJ
Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social	UECE	CE
Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais	UERN	RN
Mestrado em Serviço Social e Política (s) Social(is)	UNIFESP	SP
Mestrado e Doutorado em Serviço Social e Política Social	UEL	PR
Mestrado e Doutorado em Serviço Social	UFPA, UFRN, UFPE, UERJ, PUC-SP, UNESP/FR, PUC-RIO, UFRJ, UFSC, PUC-RS, UFJF	PA, RN, PE, RJ, SP, SP, RJ, RJ, SC, RS, MG
Mestrado em Política Social	UFMT	MT
Mestrado em Política Social e Serviço Social	UFRGS	RS
Mestrado e Doutorado em Política Social/ Políticas Públicas	UNB, UFES, UFF, UFMA, FUFPI, UCPEL	DF, ES, RJ, MA, PI, RS
Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	EMESCAM	ES
Mestrado e Doutorado em Economia Doméstica	UFV	MG

Fonte: Elaborado pela pesquisa a partir do relatório da Quadrienal de 2017 (2013/2016) e do Documento de Área: área 32- Serviço Social, CAPES, 2019.

A especialização dos cursos se relaciona com as diferentes temáticas e linhas de pesquisa que o compõe, como veremos, as políticas sociais públicas, locus privilegiado de atuação profissional, também aparece como objeto de estudo e investigação com enorme relevância para a produção de conhecimento. Além do que, tal ênfase relaciona-se com o protagonismo no debate da Seguridade Social brasileira – em uma conjuntura que coincide com o processo de consolidação e expansão da pós-graduação da área.

De acordo com Carvalho e Silva, “as áreas de concentração e as linhas de pesquisa são eixos geradores e articuladores dos planos de cursos, dos projetos pedagógicos e das atividades de pesquisa e produção de conhecimento nos

programas de pós-graduação” (2007, p.203). Assim, a ênfase em determinadas áreas, para além das demandas provenientes da própria dinâmica da sociedade e das necessidades de revelar suas contradições, também passa pelo interesse de cada pesquisador em torná-la objeto passível de investigação.

Tal movimento revela a importância da pesquisa de certas temáticas para o conjunto da categoria, fortalecendo a renovação da dimensão investigativa do Serviço Social atrelada ao compromisso com demandas específicas das classes subalternas. A autonomia relativa na atuação dos profissionais pesquisadores mestres e doutores e o direcionamento dos aparatos normativos, principalmente das diretrizes curriculares, como mencionamos anteriormente, orientam a produção e organização do conhecimento nos diferentes níveis de formação. Isso é perceptível se compararmos o quantitativo de produção por mesmo núcleo temático⁷⁷. Contudo, essa análise não pode deixar de considerar o direcionamento da produção acadêmica no contexto de disseminação do utilitarismo na pós-graduação, nos termos de Chauí (2003). A disputa por editais e fomento para pesquisa acirram a competição entre os programas e pesquisadores para o aumento da produtividade, indexação dos periódicos e reconhecimento internacional. Esse direcionamento não pode ser desprezado quando investigamos a referida fonte de dados, uma vez que a Plano Nacional de Pós-Graduação e as agências brasileiras de fomento nacionais e internacionais também repercutem sobre os objetos de pesquisa, ampliando os temas que de fato são de interesse, sobretudo, para serem submetidos “ao mercado internacional” de produção de conhecimento.

Sem sombra de dúvida, essa é uma realidade que deve ser amplamente debatida nos espaços coletivos da categoria, devendo fazer parte do cotidiano dos intelectuais, uma vez que o compromisso ético e político dos pesquisadores docentes com a profissão abarca o compromisso com a construção do conhecimento, pautado por princípios democratizantes e definidores de uma visão de mundo específica, revelando a direção estratégica que se quer construir, como mencionado antes.

⁷⁷ Anteriormente, em pesquisa realizada na Plataforma DATA-CAPES por CARVALHO E SILVA (2007), a produção do corpo discente dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social de teses e dissertações, está concentrada nos seguintes eixos por ordem de indicação: Política Social nas suas diferentes expressões com 21,7% no total (sendo 11,7% no campo da saúde, 8,02% na assistência social, Política social: Estado e Sociedade 1.31% e previdência social com 0,52%); Serviço Social, Trabalho, Prática e Formação Profissional sendo contemplado com 18,28%; Infância, Juventude, Família e Sociedade com 14,22% e o quarto eixo Questão urbana, Movimentos Sociais e Ambiente com 10,27% das produções (CARVALHO E SILVA, 2007, p.207).

Quadro 2 – Especificação das temáticas das áreas de concentração da Pós-Graduação das Unidades de Ensino de Serviço Social das Universidades Brasileiras, 2013-2016.

Universidade na qual está vinculado o Programa	Área de concentração do Programa
UFAM	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade
UERJ	Trabalho e Política Social
UEL	Serviço Social e Política Social
PUCRS	Serviço Social, Políticas e Processos Sociais
UFJF	Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social
UFF	Desenvolvimento regional
UFRJ	Teoria social, formação social e Serviço Social; Trabalho, lutas sociais, política social e Serviço Social; Cultura e Serviço Social
PUC-SP	Serviço Social e Política Social
UFRN	Sociabilidade, Serviço Social e Política Social
PUC-GOÍAS	Teoria Social e Serviço Social, Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania
UFPB	Serviço Social e Política Social
UFPA	Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento
UFAL	Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais
UFPE	Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais
UERN	Serviço Social e Direitos Sociais
UNIOESTE	Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos
UEPB	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais.
PUC-RIO	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais.
UFSC	Serviço social, direitos humanos e questão social.
UNESP/FR	Trabalho e Sociedade
UFPB/JP	Serviço Social e Política Social
EMESCAM	Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local
UNB	Estado, política Social e Direito.

UFRGS	Política Social e Serviço Social
FUFPI	Estado, Sociedade e Políticas Públicas
UCPEL	Política Social e Direitos Humanos
UECE	Serviço Social, Trabalho e Questão Social
UFRB	Política Social e Território
UFT	Serviço Social, Política Social e Direitos
FUFSE	Serviço Social e Política Social
UNESP/FR	Serviço Social, Trabalho e Sociedade

Fonte: Elaborado pela pesquisa a partir da Plataforma Sucupira 2013-2016, CAPES.

As linhas de pesquisa dos programas reúnem os docentes com diferentes objetos de pesquisa e inclui nelas, os discentes por especificidade dos objetos de investigação. Além das políticas sociais, os debates sobre trabalho e os processos de trabalho do assistente social encontram maior expressividade. Temáticas menos incidentes como Estado, movimentos sociais e expressões da questão social são reveladoras de possíveis desafios para a categoria. Não observamos nas linhas de pesquisa eixos aglutinadores do tema cultura (com exceção da UFRJ), apesar de terem sido identificadas dissertações e teses nos relatórios quadrienais da CAPES sobre a produção discente. Contudo, os vínculos dessas produções com as linhas de pesquisa se dão a partir de outras temáticas e é possível que tenham sido elencadas nesse estudo nas temáticas com menor incidência ou com incidência única. O que reforça nossa compreensão de que a cultura não constitui uma dimensão da totalidade efetivamente formativa nas instituições educacionais da profissão; possivelmente se limitam a iniciativas isoladas de pesquisadores, não conformando um propósito do projeto acadêmico.

A seguir, apresentaremos a natureza e o escopo de cada periódico, localizando sua origem, seguidas da análise dos artigos selecionados nos periódicos Revista Serviço Social & Sociedade, Revista Katálysis e Revista de Políticas Públicas.

3.1.1 Traços do material investigado- natureza e escopo

3.1.2 Revista Serviço Social & Sociedade

A Revista Serviço Social & Sociedade pode ser considerada a mais longeva publicação na área de Serviço Social e, como tal, vem registrando de modo mais consistente e ininterrupto a produção da profissão a partir de sua vertente mais crítica.

A primeira edição da revista foi publicada no ano de 1979 e contou com artigos que abordaram em sua totalidade o momento de ruptura do Serviço Social com a lógica doutrinária e conservadora. O X CBAS, que acontece nesse mesmo ano do lançamento da revista, registra sua importância na história da profissão pela consolidação de um projeto profissional de ruptura, conforme já apontamos. Nesse período, a conjuntura política brasileira caminhava para a abertura política tendo em vista a crise da ditadura civil-militar, o que segundo os editores, facilitou a circulação da revista.

O editorial da revista, de 1979, situa como uma das características fundamentais, o pluralismo e a crítica democrática, e, ao mesmo tempo, expressa “a convicção de que ao Serviço Social cabe uma tarefa das mais importantes na reconstrução da sociedade contemporânea” (EDITORIAL, 1979, p.3). Sendo assim, a qualificação do debate nacional em matéria de Serviço social foi a grande motivação para o ensejo de ampla circulação da revista.

De acordo com Silva e Silva (2009) foram muitos os temas trabalhados ao longo das décadas de 1980 e 1990, cujos debates seguiram tangenciando as transformações históricas da sociedade e geralmente, ressaltando as formas de inserção social do Serviço Social como profissão e o papel a ser desempenhado pela categoria nas contradições imanentes do capitalismo como modo de produção.

A partir de dado momento, acompanhando o próprio amadurecimento da profissão, como comentamos no capítulo anterior, a revista definiu uma nova política editorial, especificamente na publicação da Revista de número 50, em 1995. Esse é um marco, porque aqui a revista buscou uma maior aproximação com a pluralidade de debates da profissão e com a categoria profissional em si quando definiu como assessoria editorial uma professora e assistente social (Elisabete Borgianni), e os artigos além de ganharem novos formatos e diagramação, também passaram a ser avaliados por um Conselho Editorial, acompanhando as normativas dos periódicos qualificados envolvendo decisão colegiada e avaliação às cegas de especialistas dos artigos apresentados em mecanismos públicos. A periodicidade passou a ser marcada por lançamentos nos meses de fevereiro, julho e novembro. Outra importante

mudança comemorada pelos editores da revista, foi a criação do grupo de colaboradores, formado por docentes vinculados às unidades acadêmicas de Serviço Social de todo Brasil para desempenhar o papel de “divulgadores especializados do debate e interlocutores privilegiados visando ampliar a influência da editora Cortez” (SILVA e SILVA, 2009, p.605).

No ano de 1999, na edição de número 61 sobre os 20 anos da revista, o editor José Xavier Cortez, escreveu na apresentação da revista que a história da criação, seu número 1, expressava claramente a conjuntura brasileira da época e revelava o esforço de pesquisadores e assistentes sociais, que montaram o comitê editorial, para reunir temas de Serviço Social⁷⁸. Esse esforço teórico e metodológico, evidenciava à época, que as escolas careciam de publicações nacionais, já que prevalecia até aquele período (1979), uma grande maioria de publicações que vinham de países da América Latina, sobretudo da Argentina.

Os anos 2000 foram anos que representaram inúmeros avanços para o debate acadêmico do Serviço Social. Além do reconhecimento acadêmico pelos órgãos de pesquisa e de fomento, muitos novos veículos de divulgação científica, principalmente, por meio eletrônico são lançados. De acordo com o Comitê editorial, a partir de janeiro de 2016, a Revista Serviço Social & Sociedade opera exclusivamente pelo Sistema Scielo de Publicação, *Submission*, que utiliza o Open Journal System como suporte de gerenciamento eletrônico e publicação de periódicos científicos. Dessa forma, todo o processo de captação e arbitragem dos artigos passa necessariamente por essa plataforma eletrônica⁷⁹.

A Revista Serviço Social & Sociedade avança ao exemplar de número 100 e inaugura o novo projeto gráfico da Revista. O exemplar que foi comemorativo de décadas de organização da produção teórica foi estampado com momentos que marcaram a Revista, como o Congresso da Virada e suas históricas repercussões. A Mesa Redonda realizada em 28 de agosto de 2009 nas dependências da PUC-São Paulo, como é apresentada na publicação, permite uma releitura dessa dinâmica, com

⁷⁸ De acordo com Iamamoto (2019), o editor teve papel fundamental na promoção do projeto profissional, onde há mais de quatro décadas “abriu as portas de sua editora para a produção e difusão de livros em Serviço Social no mercado nacional. Simultaneamente, apoiou o estreitamento de laços com assistentes sociais latino-americanos. Basta lembrar as coedições com o então Centro Latinoamericano de Trabajo Social - Celats, difundindo, no Brasil, a produção realizada em outros países, no lastro do Movimento de Reconceituação e seus desdobramentos” (IAMAMOTO, 2019).

⁷⁹ Cf.: <https://www.scielo.br/revistas/sssoc/pinstruc.htm>

distanciamento crítico necessário para situá-la naquele tempo histórico. A Revista é a única na América Latina que chegou ao número 100, mantendo um fluxo regular de publicação durante trinta anos, podendo, então, comemorar sua classificação no estrato A1 do Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC e sua indexação pela SCIELO⁸⁰, o que confere o caráter acadêmico-científico internacionalizado a uma revista de uma editora privada (SILVA E SILVA, 2009). Já antes se dizia que

A revista tem assumido uma liderança inquestionável no campo da difusão do conhecimento de interesse do Serviço Social, desempenhando verdadeira função social pelo compromisso com o debate contemporâneo das diferentes épocas, além de ter conseguido ser um espaço pluralista, pela diversidade de temáticas que aborda (SILVA E SILVA, 2009, p.600).

Atualmente a revista é classificada como *Qualis A1*⁸¹ e apesar de não estar vinculada a nenhum programa de pós-graduação, e sim, a uma editora privada, conta

⁸⁰ Como é conhecido, SciELO é a sigla, no idioma inglês, para Biblioteca Científica Eletrônica virtual que existe há cerca de 21 anos, visando, “contribuir para o progresso da pesquisa científica melhorando a comunicação dos resultados em periódicos de qualidade, ao dar maior visibilidade, qualidade, uso e impacto das publicações indexadas na base de forma sustentável, ostenta boa performance em seu aniversário (2014): aproximadamente mil títulos de periódicos de 16 países (15 ibero-americanos e a África do Sul), que publicam atualmente mais de 40 mil artigos ao ano e que, em 2012, alcançaram uma média diária de mais de 1,5 milhão de acessos e downloads. Seu coordenador, Abel Packer, destaca que as coleções SciELO, ocupam o primeiro lugar no ranking dos sites de acesso aberto da Webometrics, além de ser a primeira fonte de periódicos indexada no Directory of Open Access Journals (DOAJ). Dentre suas funções, a SciELO (...) é responsável pela indexação de periódicos científicos com base em controles de qualidade (por meio de seu comitê científico; publicação online do texto completo em acesso aberto; medida de desempenho com base em downloads e citações; interoperabilidade na web com índices, produtos e serviços de indexação de conteúdos científicos, e pela assistência aos editores dos periódicos). Para Packer, os periódicos precisam operar com processos editoriais que requerem maior grau de profissionalismo, de inserção internacional e com modelos de financiamentos estáveis” (FRIGERI, 2014). Funciona na prática como um dispositivo de mudanças nas práticas das publicações científicas, incluindo a sua monetização pelos autores, sugestão recente para sustentar os veículos editoriais. Os periódicos que estamos analisando nesta pesquisa são indexados na Scielo, portanto seguem o padrão de qualidade deste indexador internacional, mas não estão sob os auspícios da monetização pelos autores.

⁸¹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior (CAPES) definiu os seguintes critérios para classificação Qualis A1 dos periódicos na área de Serviço Social: Publicar, por volume/ano, pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a, no mínimo, 05 instituições de pelo menos cinco estados diferentes daquele que edita o periódico; publicar, por volume/ano, pelo menos 20% de artigos com autores ou co-autores filiados a instituições estrangeiras; disponibilidade em indexadores e bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar. Esses critérios foram elaborados pela diretoria de avaliação da área. Segundo o documento diretor, o periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve conter os seguintes itens: Editor responsável, Conselho Editorial, ISSN, Linha editorial, Normas de submissão, Periodicidade mínima semestral, Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos, Avaliação por pares, Afiliação institucional dos autores, Afiliação institucional dos membros dos Conselhos, podendo haver membros sem vínculo institucional, Resumo e Abstract dos artigos, Descritores em português e inglês, Pelo menos um número do ano anterior publicado, Disponibilidade em formato digital, com acesso on line. Cf: (<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=4683:servico-social>.) “Critérios da área de Serviço Social para avaliação de periódicos”.

com artigos dos mais diferentes temas e objetos de estudos, e se tornou referência para o atual debate da categoria.

Pesquisa realizada sobre a produção do conhecimento a partir dos programas de pós-graduação vinculados à área do Serviço Social na CAPES revelou que, depois das editoras universitárias no seu conjunto, a Cortez Editora sozinha representava a segunda editora de livros e coletâneas, com respectivamente, 26,97% e 22,57% e a Revista Serviço & Sociedade representava espaço relevante para publicação de artigos dos pesquisadores na área do Serviço Social (CARVALHO e SILVA, 2005, p.24).

Nesse caso, como já vimos afirmando, tanto a pós-graduação, quanto a editora, podem ser considerados instrumentos ideológicos garantidores da hegemonia teórica e metodológica, com impactos tanto para o âmbito da formação quanto para o exercício profissional. A Revista é aberta para publicação de temas que envolvem áreas afins e, também, para os diversos profissionais que tenham como objetivo a discussão de temas que apresentem interface com o debate teórico-político da categoria. Não é demais lembrar que a editora desta revista publica variados títulos bibliográficos que são, desde os anos de 1980, referência na formação e debate profissional.

Atualmente, a publicação da revista é realizada trimestralmente, constituindo-se num espaço de manifestação de questões do Serviço Social, da categoria dos assistentes sociais, da teoria social, e de temas preferencialmente da realidade brasileira. De acordo com seu comitê editorial, a estrutura da revista é aberta, possibilitando a apresentação de artigos resultantes de monografias, trabalhos de conclusão de curso, projetos, relatos de experiência profissional, etc., bem como entrevistas, resenhas, reprodução de debates, depoimentos em geral, notas, comunicações e registros significativos. Atualmente, no corrente ano, a publicação atingiu o número 138, referente ao trimestre maio-agosto de 2020.

Abaixo segue o quadro com a incidência das principais temáticas publicadas pela revista. Vale destacar que somente após a revista nº 50, com o novo formato editorial, as edições passaram a seguir uma temática específica. Anteriormente, as edições apresentavam artigos de variadas temáticas, por isso o quadro abaixo registra como ponto zero de nossa análise o ano de 1996, número 50.

Quadro 3: Temáticas das edições da Revista Serviço Social & Sociedade, no período de 1996-2014

Número da Revista	Período de Publicação	Temática abordada
50	abr.1996	O Serviço Social no Século XXI
51	ago.1996	Identidade e Formação Profissional
52	dez.1996	Mundo do Trabalho
53	mar.1197	Política Social e Direitos Humanos
54	jul.1997	Descentralização, Cidadania, Participação
55	nov.1997	Mínimos Sociais, Exclusão Social
56	mar.1998	Assistência Social, Sociedade Civil
57	jul.1998	Temas Contemporâneos
58	nov.1998	Terceiro Setor, Movimento Social Hoje
59	mar.1999	Espaço público, Cidadania, Terceiro Setor
60	jul.1998	Crise e Sistema de Proteção Social
61	nov.1999	Número comemorativo aos 20 anos da Revista
62	mar.2000	Processo de Trabalho e Assistência Social
63	jul.2000	O Enfrentamento da Pobreza em Questão
64	Nov.1999	Modernidade, Sombras e Lutas
65	mar.2001	Seguridade Social e Cidadania
66	jul.2001	Fórum Social; Gestão de Políticas
67	Número Especial.2001	Temas Sociojurídicos
68	nov.2001	Assistência e Proteção Social
69	mar.2002	Multifaces do Trabalho
70	jul.2002	Violência
71	Número Especial.2002	Famílias
72	nov.2002	Cidade, Proteção e Controle
73	mar.2003	Políticas públicas e sociedade civil
74	jul.2003	Serviço Social, Saúde, Qualidade de Vida e Direitos
75	Número Especial.2003	Velhice e Envelhecimento
76	nov.2003	Estado e Regulação Social
77	mar.2004	Assistência Social, Políticas e Direitos
78	jul.2004	Gestão pública
79	Número Especial.2004	Serviço Social: Formação e Projeto Político
80	nov.2004	Política de Assistência Social
81	mar.2009	Temas em Debate
82	jul.2005	Trabalho e Saúde
83	Número Especial. 2005	Criança e Adolescente
84	nov.2005	Reconceituação do Serviço Social: 40 anos
85	mar.2006	Ética; Execução de Políticas; Democracia Participativa
86	jul.2006	Espaço Público e Direitos Sociais
87	Número Especial.2006	SUAS e SUS
88	nov.2006	Espaço Público e Controle Social
89	mar.2007	Ética Pública e Cultura de Direitos
90	jun.2007	Gestão Pública
91	Número Especial. 2007	Projeto Profissional e Conjuntura

92	nov.2007	Política Social, Desafios para o Serviço Social
93	mar.2008	Trabalho e Trabalhadores
94	jun.2008	Exame de Proficiência em Debate
95	Número Especial. 2008	Serviço Social, Memória e História
96	nov.2008	Memória do Serviço Social
97	jan./mar.2009	Serviço Social, História e Trabalho
98	jun.2009	Mundialização do Capital e Serviço Social
99	set.2009	Direitos, Ética e Serviço Social
100	out-dez/2009	O congresso da virada e os 30 anos da revista
101	jan./mar. 2010	Intervenção profissional e os desafios atuais"
102	abr./jun. 2010	Serviço Social e Saúde: múltiplas dimensões
103	jul./set. 2010	Formação, da pesquisa e do exercício profissional em Serviço Social
104	jan./mar. 2011	Direitos sociais
105	br./jun. 2011	Serviço Social e Políticas Sociais
106	jul./set. 2011	Manifestações no mundo do trabalho
107	out./dez. 2011	Serviço Social internacional
108	jan./mar. 2012	Sociedade civil e o controle social sobre o Estado no desenvolvimento das políticas públicas
109	abr./jun. 2012	Mundo rural e agrário, pobreza e as estratégias para seu enfrentamento
110	jul./set. 2012	Processos de trabalho e crise do capital
111	out./dez. 2012	<i>(Neo)Desenvolvimentismo & Política Social</i>
112	jan./mar. 2013	Proteção social
113	abr./jun. 2013	Serviço Social e desafios profissionais na contemporaneidade
114	jul./set. 2013	Serviço Social na área sociojurídica
115	out./dez. 2013	Proteção Social contemporânea, suas tendências e desafios num cenário de crise capitalista
116	jan./mar. 2014	Exercício profissional, formação e produção de conhecimento
117	abr./jun. 2014	Categoria trabalho
118	jul./set. 2014	Desafios políticos e sociais da profissão no contexto de expansão da extrema-direita
119	out./dez. 2014	Trabalho, a formação e a pesquisa em Serviço Social

Fonte: Elaboração da pesquisa.

Conforme podemos observar, a cultura não entra como uma temática específica da revista em nenhuma das edições, nesse período, apesar do grande quantitativo de edições e a heterogeneidade das temáticas. Esse dado apresenta uma relação direta com a baixa quantidade de artigos que selecionamos nessa pesquisa, pois poucos apresentaram relação com o debate da cultura a partir do marxismo. Nessa medida, também será possível revelar que parte dos artigos fazem referência a alguma dimensão constitutiva da categoria cultura, ou da "ideia de cultura", que tomamos como referência nesse estudo, no entanto, não apresentam referência direta a esse debate através de seus títulos, palavras-chave, bibliografia de referência ou, o que consideramos mais relevante, tomado como eixo central de análise na construção

da narrativa. Como exemplo, informamos a situação de um artigo que “tem como objetivo analisar os impactos do modo de produção capitalista na vida de trabalhadores rurais” e que, no geral, as análises se restringem à categoria trabalho ou à determinada política social, e a dimensão da cultura fica subsumida ou não é revelada como parte desse universo de análise ao longo do texto. Vimos que além da escolha do objeto, evidencia-se um problema metodológico na abordagem do mesmo pelo autor. Outrossim, essa análise poderia ser tomada a partir de um debate que relacionasse a cultura às demais esferas da vida social, seus rebatimentos políticos e ideológicos, ou até mesmo no tocante às formas de vida específicas, assim como também de luta e resistência, dentre vários outros aspectos da relação estrutura-superestrutura. Esse exemplo é apenas ilustrativo para apontar as escolhas metodológicas e os objetos de investigação mais relevantes nos periódicos analisados, assim como as temáticas privilegiadas no debate acadêmico, como veremos ao longo das análises.

De qualquer maneira, isso informa mais sobre o material que tivemos que desprezar, do que sobre o material apreciado, onde identificamos o diálogo mediado ou direto com a cultura em algumas de suas dimensões reveladas nos eixos de análise. Além disso, vale o registro de artigos que foram desprezados nesta pesquisa por não apresentarem um debate de cultura no interior da tradição marxista, não compreendendo assim o universo metodológico da nossa pesquisa.

O fato de a cultura não ser evidenciada como temática pela Revista Serviço Social & Sociedade ao longo desse período, confirma a pouca relevância atribuída ao tema na produção teórica publicada neste longo veículo editorial. O debate avança e muito no que se refere à qualidade do debate teórico e metodológico, assim como das pesquisas, mas fica restrito aos temas historicamente mais expressivos. Outro ponto que merece ser ressaltado, é que pela falta de discussão em torno dessa temática, pouco se sabe sobre o que significa cultura como uma importante dimensão a ser considerada no materialismo histórico. De certa forma, alguns artigos revelam timidamente aspectos que se relacionam com esse debate, no entanto é um debate pouco explorado, ou, conforme já ressaltamos, subsumido a outros temas que se destacam como centrais.

Análise dos dados levantados na Revista Serviço Social & Sociedade

A Revista Serviço Social & Sociedade, no período elencado (1994-2014), publicou um total de 76 números, totalizando 542 artigos⁸² entre revistas trimestrais de fluxo normal e edições extras comemorativas. Nesse universo, foram selecionados pela pesquisa 8 artigos sobre cultura, conformando 1,48% do conjunto publicado e que, distribuímos em eixos de análise, relativos a variáveis de abordagem dos autores.

O debate de cultura, conforme vimos ressaltando ao longo da tese, é bastante heterogêneo e transita por diversas propostas teóricas e metodológicas, além das diversas disciplinas, como Antropologia, Ciências Sociais e Filosofia, o que dificultou bastante a organização do material da pesquisa, além da organização da bibliografia, e da identificação das tendências teóricas- que, mesmo quando tomadas a partir dos aportes teóricos críticos pela menção dos autores, mostraram-se ecléticas e pouco enfáticas no que se refere à cultura como fio condutor da análise ou como objeto mesmo do artigo.

A partir dessa análise será possível identificar como e de que maneira os (as) autores (as) utilizam o acervo categorial marxista para realizar o debate de cultura, levando em consideração as diversas esferas em que a discussão pode transitar- revelando sua incidência.

No quadro seguinte, organizamos o tema dos artigos, seus autores (as) e a área de formação dos(as) mesmos(as), numa tentativa de evidenciar se a temática é mais abordada por assistente sociais ou por profissões afins; a natureza do estudo- se é resultado de pesquisa (acadêmica, de mestrado, doutorado ou vinculada a pesquisa da realidade social) ou resultado de ensaio teórico; a localização do artigo através do número da revista e do ano de publicação, assim como o eixo temático no qual está vinculado.

Como podemos observar no Quadro 5, a área de formação dos (as) autores(as) é, principalmente, Serviço Social (6), seguido de Ciências Econômicas (1) e Sociologia (1). O que é um dado interessante, pois significa que entre os poucos artigos sobre cultura, a maioria (75%) são de assistentes sociais.

No que se refere aos eixos temáticos (Quadro 6), o eixo Categorias e autores, apresenta maior expressividade (6), seguido dos outros três eixos: cultura como visão

⁸² Vale lembrar, que só estamos contabilizando a formato “artigo”, desprezando assim, outras publicações da revista, tais como resenhas, entrevistas e relato de experiência.

de mundo e modo de vida/modo de vida (2); manifestações culturais/cultura popular (2) e eixo cultura como identidade (1). O quantitativo resultante desse quadro, como veremos separadamente abaixo, ultrapassa a quantidade de artigos analisados por apresentarem interface com mais de um eixo de análise simultaneamente. Como é o caso do artigo: “La historia oral y su relación com el Trabajo Social”, da autora Carina Moljo, que foi classificado respectivamente como: Cultura como *visão de mundo e modo de vida*, *manifestações culturais/cultura popular* e também no eixo *categorias e autores*.

Quadro 4- Títulos dos artigos sobre cultura publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, (1994-2014), por formação dos autores, natureza do estudo e eixo temático

Titulo do artigo	Autor(a)	Área de formação	Natureza do estudo	Revista/ano	EIXO TEMÁTICO
A mulher migrante nordestina e a organização do cotidiano na dinâmica do seu grupo familiar	Maria Luzia Clemente	Serviço Social	Resultado de pesquisa	46/ 1994	Identidade
1968 e o cenário da resistência	Laisa Regina Di Maio C. Toledo	Serviço Social	Ensaio	58/1998	Visão de mundo/Modo de vida; Manifestações culturais e cultura popular
La historia oral y su relación com El trabajo social	Carina B. Moljo	Serviço Social	Resultado de pesquisa	63/2000	Visão de mundo/Modo de vida; Manifestações culturais e cultura popular; Categorias-autores
Movimentos sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa	Elísio Estanque	Sociologia	Resultado de pesquisa	65/2001	Identidade; Categorias-autores
A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases históricas-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira	Marina Maciel Abreu	Serviço Social	Resultado de pesquisa	79/2004	Categorias-autores
O social-liberalismo e a “questão social” global	Rodrigo Castelo Branco	Ciências Econômicas	Ensaio	98/2009	Categorias-autores
Intelecualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao serviço social	Ivete Simionatto	Serviço Social	Ensaio	117/2014	Categorias-autores
A questão dos intelectuais em Gramsci	Maria Lucia Duriguetto	Serviço Social	Ensaio	118/2014	Categorias-autores

Fonte: elaboração da pesquisa.

Quadro 5- - Número de artigos sobre cultura publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)

Eixos temáticos	Nº de artigos
Cultura como política pública	0
Cultura como visão de mundo e modo de vida	2
Manifestações culturais/cultura popular	2
Cultura como negócio/indústria cultural	0
Cultura como identidade	1
Categorias e autores	6

Fonte: elaboração da pesquisa.

Eixo temático: categorias e autores

O eixo *categorias e autores* revela a maior expressividade de artigos (6), onde (3) artigos são resultado de ensaio teórico e (3) resultados de pesquisa. Nesse universo, identificamos que (4) artigos são de autoria de assistentes sociais.

Essa maior expressividade do eixo se deve, como já salientado, ao interesse pelas categorias e conceitos marxistas, bastante incidentes no debate acadêmico do Serviço Social, sobretudo após a década de 1980, sendo Gramsci um marxista com maior ênfase dentre os demais. De fato, Gramsci ainda permanece como uma das principais referências para muitos estudos e sua projeção na profissão segue em pleno crescimento. Raymond Williams, autor vinculado à Nova Esquerda e fundador do materialismo cultural, é um autor menos incidente, como veremos, com pouquíssima relevância e mencionado em apenas um dos artigos. As categorias de análise inauguradas por eles, ou aprofundadas pelo marxismo humanista de ambos e também de Thompson, são mais facilmente encontradas, porém em grande parte desconectadas da noção de cultura e do materialismo cultural, que estamos tomando aqui como referência. Apesar da interlocução com o debate gramsciano ser expressivo no Serviço Social brasileiro, grande parte do material produzido pela profissão não revela aproximação com o debate de cultura, é preciso salientar.

Nos artigos analisados, as categorias ficaram mais restritas às concepções de hegemonia e ideologia, senso comum, intelectuais, estrutura e superestrutura. A maior parte dos artigos não revela preocupação em debater a concepção de cultura e nem a relação dos principais conceitos com a profissão. Apenas ABREU (2004), MOLJO (2000) e SIMIONATTO (2014), apresentam debates que relacionam as categorias

gramscianas articuladas diretamente com a análise do Serviço Social, seja no âmbito do exercício profissional ou debate teórico.

É importante fazer uma ressalva acerca da apreciação desse eixo temático, já nesse primeiro periódico. Na análise preliminar, que consideramos como a primeira fase exploratória da pesquisa, foi possível identificar uma quantidade de artigos com um debate no bojo da teoria política apoiados pelo acervo categorial gramsciano, no entanto, nem todos recorrem às fontes originais, valendo-se assim, de autores comentaristas, portanto não foram considerados. Além disso, uma parte significativa, mesmo considerando as fontes originais, privilegiou outros conceitos e não àqueles que consideramos fundantes para a ideia de cultura. O que estamos privilegiando para esse eixo de análise é a conjugação de tais categorias com os autores, conforme já destacamos na metodologia da pesquisa.

Carina Moljo – “La História oral y su relación com el trabajo social” (2000). A autora aborda no artigo os resultados de pesquisa de mestrado a partir de sua experiência como assistente social. Analisa o modo de vida de um grupo de mulheres em situação de pobreza urbana e que participam do Conselho Municipal na cidade de Carcarañá, Província de Santa Fé, na Argentina. O objetivo do estudo é compreender “como uma sociedade desigual e excludente obriga a quem tem menos recurso a se organizar de diversas formas para garantir sua sobrevivência” (MOLJO, 2000). Como metodologia de análise a autora buscou identificar qual o significado do conselho municipal para essas mulheres (migrantes e pobres) e qual o impacto da intervenção profissional do Serviço Social para esse grupo. Utiliza a história oral como método de investigação e de trabalho das mulheres a partir da noção de experiência de classe, ancorada na análise de Thompson. A pesquisa mostra a experiência de construir novas práticas sociais, como uma nova cultura, baseada em valores que se opõem aos hegemônicos e na auto-organização para busca de soluções coletivas, ante um modelo que cada vez mais se propõe a excluir segmentos da classe subalterna mais vulneráveis. Valorizando o exercício profissional dos assistentes sociais a partir de sua proximidade da população usuária nos serviços sociais em geral, sua ferramenta privilegiada, a linguagem numa perspectiva crítica, revela o potencial formativo e as competências da profissão para uma leitura apurada do que chamou *vida cotidiana* (NETTO, 1996). Por isso aponta a importância da investigação da realidade a partir também de fontes orais, a fim de recuperar a narrativa dos sujeitos e de conhecer a

realidade a partir delas, a “narrativa dos debaixo”. Desse modo, a autora aponta as possibilidades de construir propostas coerentes com as demandas apresentadas. Muitas vezes, essa importante ferramenta, segunda a autora, é comprometida pelas inúmeras demandas institucionais que acabam por subsumir as demandas reais da população. Recupera a importância da realização da pesquisa para o trabalho do assistente social, assim como para os sujeitos pesquisados, e a importância da devolução das análises e da construção de propostas que evidenciem o potencial transformador e autotransformador desses sujeitos, contribuindo assim para que se reconheçam como parte do processo de construção de conhecimento, e para a compreensão do cotidiano como espaço de produção de novas vivenciais e experiências. A partir das categorias vida cotidiana, modo de vida e cultura, Moljo (2000) se aproxima das análises de cultura numa apreensão dialética, considerando a relação estrutura-superestrutura, a partir das análises de Thompson e Williams. Os autores da Nova Esquerda, Thompson e Williams, são referenciados no debate, na tentativa de recuperar uma proposta mais ampliada acerca da metodologia de análise e do referencial teórico no campo do marxismo humanista. Esse artigo também foi classificado no eixo “modo de vida e visão de mundo”, considerando a leitura transversal da autora sobre cultura. Principais autores de referência no artigo: Marilena Chauí, Walter Benjamin, Edward Thompson, Raymond Williams, Karl Marx e Agnes Heller.

Marina Maciel Abreu – “A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases históricas-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira” (2004). Apresenta dados de sua pesquisa sobre a dimensão pedagógica do serviço social, que resultou também na publicação do livro intitulado “*Serviço Social e a organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*” (ABREU, 2011). Discorre sobre a dimensão educativa do Serviço Social (baseado no conceito de princípio educativo de Gramsci), como profissão estruturada e reestruturada no sistema capitalista, além de situá-la no campo das atividades que mobilizam os processos políticos de formação da cultura humana. Sendo, assim, compreende a profissão como um elemento importante nas relações de sociabilidade, culturalmente reestruturadas em uma hegemonia dominante. A autora destaca na trajetória histórica da profissão uma análise dos perfis pedagógicos assumidos na prática do Assistente Social e, dessa

forma, recupera de sua obra original três formas de inserção e ação profissional em “processos de organização da cultura”, ou seja, o Serviço Social atuando sob a “Pedagogia da Ajuda”; “Pedagogia da Participação”; e “Pedagogia da Emancipação”. Para isso, dialoga com autores do Serviço social a fim de pensar a profissão na contemporaneidade. Tece críticas ao Serviço Social tradicional e trabalha com a ideia de Serviço Social como práxis, revelando a dimensão educativa, como estratégia de organização da cultura. De acordo com Abreu, contrapostas às pedagogias subalternizantes, a vinculação profissional ao movimento de construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória pelas classes subalternas referencia-se em experiências pedagógicas integradas às lutas sociais e processos revolucionários no continente latino-americano, partir dos anos 1950 e 1960 e inscreve-se no bojo do movimento de reconceituação do serviço Social nesse contexto. Tal vinculação define-se no quadro das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional identificado com os interesses das citadas classes. Na concepção da autora, os diversos formatos de propostas pedagógicas que conformaram o exercício profissional, são atravessados por ideologias que recolocam os profissionais no bojo do processo de mediação entre as classes, servindo para conservar sua subalternidade, ou, para fortalecer a “vontade coletiva nacional-popular”, assim como defende Gramsci. Nesse sentido, observa que nas últimas décadas a inserção dos assistentes sociais se dá - por intermédio de suas organizações e entidades representativas, produção intelectual e trabalho técnico- em processo de luta na ampliação da defesa dos direitos sociais, mediante garantia de princípios de universalização das políticas sociais e democratização da gestão estatal. Conclui avaliando que essa inserção vem configurando um espaço privilegiado de expressão e avanço da construção do atual projeto ético-político profissional, onde a profissão faz parte do conjunto das relações político-pedagógicas constitutivas do movimento da organização/reorganização da cultura pelas classes sociais. “A hegemonia das classes subalternas só pode legitimar-se enquanto direção intelectual e moral e domínio político diante da derrota do projeto que está em curso e na perspectiva de emancipação humana” (ABREU, 2004). A ideia de cultura tomada pelo artigo, revela aspectos de uma apreensão no âmbito da totalidade, o que significa dizer que há uma conjugação das diferentes estruturas sociais e com desdobramentos para a organização do modo de vida das classes sociais. A partir principalmente da

categoria hegemonia, versa sobre a ideologia e os intelectuais, considerando não só o papel dos assistentes sociais, mas também dos próprios trabalhadores e da consciência coletiva numa perspectiva revolucionária, ou seja, de formação de outra cultura. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Marilda Yamamoto, Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto.

Rodrigo Castelo – “ O social-liberalismo e a “questão social” global” (2009). O artigo tem como objetivo apresentar três hipóteses a respeito da emergência do social liberalismo, entendido como um novo mecanismo hegemônico das classes dominantes. No entanto, o mais importante para esta análise é o entendimento das origens políticas e ideológicas do social-liberalismo, cujo referencial teórico e metodológico é a tese do condicionamento social e histórico da produção do conhecimento, situada por Marx e Engels. O autor apresenta o caminho percorrido pelo liberalismo clássico ao Keynesianismo, expondo as transformações na esfera da produção, da luta de classes e as principais funções do Estado em cada período. Em seguida, analisa a estratégia neoliberal e as principais teses do sistema ideológico do social-liberalismo, buscando nexos causais e as bases materiais e subjetivas que sustentam as estratégias contemporâneas de exploração e dominação capitalista. Revela que “o neoliberalismo, no decorrer de sua trajetória, incorporou no seu sistema ideológico o debate sobre a questão social, sem furtar-se, contudo, a afirmar a primazia do mercado como espaço social privilegiado da produção de riquezas” (CASTELO, 2009). A ênfase nas categorias de hegemonia e ideologia para a análise das estratégias neoliberais e de sua renovação, mostra que não suplantou resultados em sua forma pura. Era preciso promover um aprofundamento das medidas liberalizantes dando ênfase aos mecanismos de mercado na produção da riqueza, ao mesmo tempo em que se passava a reconhecer as falhas de mercado no tocante à distribuição desigual da riqueza e da renda, além da ecologia com a destruição ambiental. O autor destaca que a nova fase do neoliberalismo – o chamado social-liberalismo – tem uma dinâmica diversa da fase do receituário-ideal dos anos de 1990. Acreditava o autor que a fase das contrarreformas já passara, embora ofensivas pontuais do capital frente aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX ainda serão realizadas; “estariamos, no presente, segundo os termos gramscianos, em uma fase de ‘revolução passiva’, ou ‘revolução-restauração’,

um acordo pelo alto das classes dominantes visando transformações na base econômica que exclui as classes subalternas da participação ativa na vida política, ao mesmo tempo em que faz concessões sociais – parciais e focalizadas –, por conta da pressão espontânea e limitada dos dominados” (CASTELO, 2009). Conclui salientando que diante do quadro de tensão global da questão social, as classes dominantes articulam-se em torno de uma nova estratégia política para garantir o consenso e legitimidade do neoliberalismo, privilegiando os mecanismos de hegemonia sem, contudo, abrir mão do uso de aparelhos coercitivos de dominação. Assim, o social-liberalismo deve ser visto não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas na questão social, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases de acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Virginia Fontes, José Paulo Netto, Karl Marx, Carlos Nelson Coutinho e Perry Anderson.

Ivete Simionatto – “Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social” (2014). O artigo que originalmente, foi apresentado na conferência proferida no XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, realizada em Córdoba, Argentina, em 2012, apresenta ensaio sobre o papel dos intelectuais na contemporaneidade, sua relação com a sociedade, com a política e com a produção de conhecimentos. Além de abordar as formas de inserção dos intelectuais na vida pública e a importância da batalha das ideias na disputa pelo poder, ressalta o conhecimento produzido pelo Serviço Social, o engajamento político de seus intelectuais e aponta alguns desafios postos à profissão na realidade contemporânea. Baseado nas elaborações de Gramsci, a autora afirma que o intelectual na modernidade não é representado somente por escritores, filósofos, artistas, detentores de ampla bagagem cultural, mas também por técnicos e outros sujeitos mediadores do consenso e das formas de consciência, através das funções desempenhadas no quadro geral das relações sociais. O intelectual orgânico pode ser visto, nesse sentido, como um organizador da produção de um novo modo cultural, pois “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no

mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais” (2014, p.7), para lhe garantir “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (2014, p.10). Contudo, se no capitalismo os intelectuais são majoritariamente vinculados à classe burguesa tanto na aparelhagem estatal quanto na sociedade civil, Gramsci destaca igualmente os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que atuam na construção da contra hegemonia dos subalternos, que não implica apenas a tomada do poder, mas, acima de tudo, a instauração de um novo modo de pensar, que se trava também na batalha das ideias, o que é essencial para a formação de uma massa crítica mais ou menos homogênea, necessária à construção da “vontade coletiva nacional-popular”. A autora alerta para os diversos espaços de produção de conhecimento e destaca a universidade como um importante locus na formação de intelectuais, que, historicamente tem sido marcada por intelectuais conservadores, a serviço de um projeto liberal e excludente. Apesar da ascensão de governos democrático-populares nos anos 2000, o espaço universitário, apesar de diversificar-se, intensifica também a disseminação de projetos que, de acordo com interesses internacionais, impõe aos países dependentes um lugar estratégico na divisão social do trabalho, o de executor de tarefas para os setores dominantes. Nesse caso, a livre produção científica e tecnológica, claramente fica comprometida. Além disso, lembra a autora que a instrumentalização carreirista tem alcançado o campo da “produção intelectual desinteressada”, no sentido gramsciano. O espírito de competição e o carreirismo confinam os intelectuais acadêmicos em seus gabinetes e provocam um distanciamento nocivo da realidade vivida, onde renunciam de seu papel social mais direto na busca da transformação do real, mesmo os mais críticos. Para a autora, de acordo com estudiosos do tema, não há um cenário animador na América latina, pois a conjuntura de crise e o aprofundamento da questão social em países periféricos, apoiadas pela hegemonia neoliberal apontam para um caminho de amplas privatizações e capturação do fundo público por empresas representantes do grande capital e, no que se refere à produção de conhecimento, os financiamentos e os incentivos oriundos de grandes agências de fomento, internacionais, inclusive ONGs, vem produzindo um espaço hostil na universidade, desconectado com os verdadeiros interesses das classes subalternas. Há para a autora desafios que precisam ser destacados, inclusive para pensar o cenário

profissional do assistente social. Apesar de grandes avanços no âmbito da pesquisa, o Serviço Social reitera o cenário descrito, mas é necessário avançar com os projetos ético e político que orientam a profissão, reafirmando o comprometimento com a função social da universidade, produzindo pesquisa e conhecimento com vínculos estreitos de classe. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Florestan Fernandes, Marilda Iamamoto, Francisco de Oliveira e Milton Santos.

Maria Lúcia Duriguetto – “A questão dos intelectuais em Gramsci” (2014). Apresenta em seu artigo uma análise do conceito e da função dos intelectuais a partir de Gramsci, conforme *Cadernos do Cárcere*. Resgata os principais elementos que conformam a função dos intelectuais no exercício e manutenção dos projetos hegemônicos de classe no capitalismo na Itália, bem como os processos que tornam possível uma atividade intelectual voltada para a construção de um novo projeto de hegemonia das classes subalternas. Para isso, se ampara em outros conceitos, como o de senso comum, bom-senso, reforma intelectual e moral e, especialmente, a relação entre intelectuais e o partido político. Situa como Gramsci elabora a noção de consciência coletiva para a formação dos intelectuais orgânicos e para a difusão de um modo de pensar e de operar homogêneos, evidenciando também as contradições desse termo. A autora destaca que “a questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado. Em Gramsci, os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo ‘autônomo e independente’” (2014, p.267), dessa forma, o impacto dessa interação na cultura é evidenciado através de aspectos tanto materiais quanto simbólicos. Em contraposição às teorias que, na sua época, separavam a política da ciência (Weber, 1993) ou que concebiam os intelectuais como uma camada social independente (Mannheim, 1986), “Gramsci desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas para uma nova concepção de mundo” (DURIGUETO, 2014, p.267). Enfatiza que na visão de Gramsci, a função dos intelectuais, está vinculada à classe que pertence, ressalta que os grupos sociais são organizados a partir das tradições locais e das ideologias às

quais se encontram envolvidos. Nesse sentido, para Gramsci, “a difusão de um modo de pensar e de operar homogêneos — de uma consciência coletiva — na realidade das formações sócio-históricas, necessitaria de condições e iniciativas múltiplas, sendo um equívoco pensar que cada estrato social elaboraria de igual forma, com os mesmos métodos, sua consciência e sua cultura”. Contudo, o que se revela como central nessa análise é o trabalho educativo-formativo, que envolve a elaboração de uma consciência crítica a partir das premissas concretas de determinada realidade, não podendo limitar-se a simples enunciações teóricas de princípios. Segundo a autora, para os *intelectuais orgânicos* vinculados a um projeto societário emancipador das classes subalternas, a função da construção de uma contra hegemonia tanto está na ação desenvolvida nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o *senso comum* (função que é própria do conjunto dos intelectuais), quanto nas ações que vinculam os conteúdos de um *senso comum* em vias de superação, de elementos corporativos presentes na ação e luta política, a *projetos de classe*. Enfatiza a importância assumida nesses termos, da relação entre teoria e prática para Gramsci como um “aspecto da questão política dos intelectuais”. Nesse sentido, “a formação de uma ‘autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais’, ou seja, [...] uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato)” (2014, p.270); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. A autora sublinha que esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori e Valentino Guerratana.

Eixo temático: Cultura como visão de mundo/Modo de vida; Manifestação cultural/cultura popular.

Laisa Regina D. C. Toledo – “1968 e o cenário da resistência” (1998). O artigo analisa as principais tendências dos movimentos culturais dos anos 1960, como uma mudança cultural, no sentido de visão de mundo, envolvendo o jovem ativamente como protagonista. Avalia os impactos e as contradições deflagradas por esse movimento e seus rebatimentos para o plano econômico, político e cultural do Brasil,

colocando em xeque as formas autoritárias e a recusa de qualquer sistema social e político da ditadura civil-militar, fechado e controlado pelas elites. Aponta a diversidade de iniciativas como o movimento *hippie*, o movimento americano, o movimento de artistas, e o movimento da Nova Esquerda, entre outros movimentos políticos, e seus aspectos de universalidade em torno de ideais libertários contra práticas repressivas e autoritárias. “Esses movimentos contestatórios tomaram vários contornos, de projetos políticos, como o socialismo, até a expressão via cultura como a moda, a música, a literatura, etc.” (1998, p.32). No plano internacional, sobre o ano mais emblemático, 1968, destaca o movimento americano e o francês como primários, impactando todos os outros movimentos. Acentua ainda a importância do movimento da primavera de Praga, ocorrido na Tchecoslováquia, com a atuação marcante dos jovens que unidos à oposição sindical lideraram os protestos contra os métodos das burocracias governamentais e partidárias, como parte mesmo dos desgastes da experiência socialista. A partir desse cenário, analisa o modelo de desenvolvimento capitalista deflagrado no Brasil e a decadência de uma ideologia nacionalista em detrimento de iniciativas apoiadas pelo grande capital e por multinacionais. “Os jovens mais radicais se envolveram em guerrilhas na zona rural nos moldes cubanos, entre elas a do Araguaia” (1998, p.35). Outros assumiram a guerrilha urbana ou as passeatas, mas sempre com a perspectiva de luta contra as formas opressoras no poder. No plano da cultura, o artigo situa que as manifestações de resistência já se faziam claras desde o fim da década de 1950, animadas pela ascensão dos movimentos de massa, ao lado do controle das formas de participação da sociedade civil. Nesse sentido, revela que o golpe de Estado que instaurou a ditadura em 1964 não foi suficiente para estancar o florescimento cultural. Também a cultura foi o outro canal pelo qual, segundo a autora, canalizava-se as insatisfações, tendo à frente os jovens e os intelectuais, através de manifestações culturais diversificadas. Contudo, após 1968, os movimentos entraram em refluxo frente ao maior endurecimento do sistema ditatorial. A autora pontua as considerações de Heller acerca das descontinuidades dos movimentos estudantis, enfatizando “que os movimentos não são partidos e nem organizações (1998, p.37), políticas e nem devem sê-lo, no entanto devem funcionar como grupo de pressão” assim, apesar dos movimentos não terem conseguido mudanças drásticas, não se pode deixar de considerar que houve transformações importantes que serviram para engrossar o caldo cultural que

amparou a abertura política e luta pelas liberdades democráticas, com a formação de uma nova consciência política de ampliação da participação que marcaram uma geração. Principais autores de referência no artigo: Marilena Chauí, Agnes Heller, Sérgio Buarque de Hollanda, Herbert Marcuse e Eder Sader.

Maria Luíza Clemente – “A mulher migrante nordestina e a organização do cotidiano na dinâmica do seu grupo familiar” (1994)- O artigo resulta de uma pesquisa de campo em Serviço Social, realizada com mulheres que migraram do nordeste brasileiro para a cidade de São Paulo na década de 1980. O objetivo era expor o estudo sobre os papéis que as mulheres desempenham na dinâmica de seu grupo familiar. Para tanto, procurou conhecer suas histórias de vida desde a origem até o presente na cidade de São Paulo, desvelando seu modo de vida e as condições socioculturais que envolvem o processo migratório (nordeste-sudeste) por meio da análise de discurso como ferramenta para captação dos dados. Na primeira parte do artigo, realiza uma análise do contexto sócio-político e cultural dos anos que seguiram após a abertura política no Brasil. Destaca inicialmente, nesse contexto de redemocratização, as mudanças na relação entre Estado e sociedade, e no espaço público com a socialização de novas experiências políticas e de conquistas de direitos. No entanto, revela a contradição do processo, apontando que o “caminho para a democracia” se inicia nos novos governos sob grave recessão econômica e da ordem social. É a partir desse cenário que a autora justifica sua pesquisa com a necessidade de conhecer e compreender essas trajetórias. Em seguida, revela os impactos do processo migratório como uma alternativa na visão das mulheres, conformando seus desejos de participar do desenvolvimento socioeconômico do local e de construir melhores condições de vida. Aponta que historicamente a trajetória de migração entre os estados brasileiros não se deu de maneira homogênea e, sobretudo, as migrações dos estados nordestinos para os do Sudeste, apresentam uma história complexa e repleta de evidências quanto as mais diversas formas de exploração e supressão de direitos. Revela, nesse sentido, o importante papel assumido por essas mulheres nas formas de organização da família e da sociedade naquele recorte. Conclui que apesar das inúmeras dificuldades, “a incorporação de uma nova realidade não impediu a permanência da ligação afetiva com o lugar de origem” (CLEMENTE, 1996), mas a condição de gênero muitas vezes, implicou a sobrecarga de trabalho em todos os sentidos, no trabalho restrito ao espaço doméstico e também fora dele, pelos papéis

que assumem como protagonistas da organização familiar de modo geral. A sobrecarga é apontada como responsável pelo apagamento das subjetividades e de outras experiências que envolvem a construção de sua própria identidade como mulher, o lugar social dessa experiência. A autora enfatiza a importância de pesquisar a realidade vivenciada pelos sujeitos históricos que formam o cotidiano profissional e revela que nesse caso específico, a experiência migratória das mulheres e as condições socioculturais que as envolvem, exerceram influências significativas sobre seu cotidiano, no novo cenário com o qual se depararam. Tais reflexões, além de explicitarem valores pessoais, são valiosos no sentido de tornar as pessoas mais críticas, permitindo-lhes perceber seu grau de importância no contexto social. Principais autores de referência no artigo: Friedrich Engels, Francisco Welfort, Roderto Da Matta e Agnes Heller.

Eixo temático: Cultura como identidade

Elísio Estanque – “ Movimentos sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa” (2001). O artigo chama a atenção sobre a ruptura das Ciências Sociais com a velha perspectiva estruturalista, levando a incorrer, por vezes, no risco oposto, o risco do positivismo e do descritivismo das práticas. Procura traçar um balanço da sociedade portuguesa nas últimas décadas com objetivo de reequacionar por um lado, o papel da linguagem de classe e da comunidade na produção de identidades e modelos de ação coletiva; e por outro lado, o modo como as experiências incidem nas atuais formas de protesto público. Para o autor, apesar das mudanças estruturais das últimas décadas na sociedade portuguesa, “continua a fazer todo sentido uma abordagem crítica que consiga detectar as principais contradições que o sistema encerra, designadamente as contradições de classe” (ESTANQUE, 2001). É preciso, para isso buscar identificar os mecanismos de dominação que continuam a reproduzir as desigualdades de tipo classista e a inibir as potencialidades da ação coletiva. Recupera o movimento de ação coletiva expressa na história do movimento operário, a exemplo da Inglaterra, que não considera como experiências de classe num sentido estrito. “Diversos estudos históricos sobre a formação da classe operária ou sobre as grandes rupturas revolucionárias ocorridas no capitalismo, chamaram justamente a atenção para a importância das múltiplas e complexas articulações entre a luta de classe e outros fatores de natureza

sociocultural ou institucional, tais como as identidades comunitárias ou a emergência do moderno Estado-nação” (ESTANQUE, 2001), particularmente as ideias de Hobsbawm e Thompson. Realiza o debate em torno de questões atuais na conjuntura. O autor tece uma crítica à visão marxista de luta de classes de âmbito nacional, sob a alegação de que nunca teve repercussão empírica já que, à escala da nação nunca foi possível identificar a classe em ação (enquanto sujeito coletivo), pois qualquer espaço nacional contém uma imensidão de contextos diversificados, culturas e formas identitárias e, portanto, a esse nível, a classe não passa de uma abstração. Localiza como único movimento de raiz popular na sociedade portuguesa o movimento sindical e operário, que além de modelado pelo antagonismo capital/trabalho e simultaneamente pelas culturas tradicionais de base comunitária, contribuíram decisivamente para dar sentido à ação coletiva. O autor aponta para a necessidade de levar a cabo uma nova linha de pesquisa sociológica em torno dessa temática, uma vez que no atual cenário de globalização construção de novas formas de protesto público, alegando a falência de movimentos radicais, apesar de compreender a importância das formas clássicas como: greves, movimentos estudantis e sindicais, como importantes para a construção da democracia portuguesa. Chama atenção para a emergência então, do que considera como novas formas de ação e de rebeldia popular que obedecem a uma lógica diferenciada e que se tornam mais significativas na medida em que àquelas vêm perdendo o vigor. Enfatiza os movimentos comunitários diante do novo cenário de fragmentação de classe como uma oportunidade de reavivar o espírito coletivo e, de, midiaticamente, se mostrar diante de um auditório nacional como luta de resistência de uma identidade coletiva ameaçada. Percebemos que o artigo se ampara em uma apreensão eclética da categoria cultura, transitando por diferentes parâmetros da teoria social. Principais autores de referência no artigo: Claus Offe, Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Robert Castel, Zygmunt Bauman e Boaventura de Sousa Santos.

Como podemos observar no periódico em questão, os artigos analisados concentram-se em maior número no eixo “categorias e autores” (6), apresentando em seguida a prevalência dos eixos, “Cultura como visão de mundo/Modo de vida” (2); “Manifestação cultural/cultura popular” (2) - com uma imbricação entre ambos os eixos - e “cultura como identidade” (1).

De modos diferentes, ABREU (2004), CASTELO (2009), SIMIONATTO (2014), e DURIGUETO (2014) sustentam seus argumentos no âmbito da tradição marxista, em especial problematizando as categorias cultura, hegemonia, Estado ampliado, ideologia e intelectuais. Apresentam as categorias num fluxo a fim de tornar a análise coerente com a proposta metodológica do próprio Gramsci, para quem não é possível discorrer sobre o papel dos intelectuais, por exemplo, sem passar pela noção de ideologia e hegemonia; assim como, não é possível uma análise do Estado contemporâneo sem considerar o papel dos seus aparelhos ideológicos e assim por diante. Percebemos uma forte tendência para a apreensão da cultura, a partir de uma visão mais ampliada e apoiada na ideia de *transformação social*, categoria presente nessas análises. Dessa maneira, o que podemos destacar é uma apreensão da ideia de transformação a partir da conquista da hegemonia. São ensaios teóricos que em sua maioria não tem o objetivo de fazer mediação com a prática profissional e nem com a discussão de cultura como eixo mediador para análise dos temas. Os conceitos, aprofundados por Gramsci, se destacam com grande incidência nessas elaborações, privilegiando os Cadernos do Cárcere, portanto, com pesquisas em fonte primária, o que revela a grande incidência do próprio pensador como interlocutor direto nas análises, referendando uma conquista do movimento de reconceituação que garante o amadurecimento do debate teórico e a qualificação das pesquisas em Serviço Social.

Historicamente, Gramsci vem sendo um interlocutor da categoria profissional, sobretudo, quando se evidencia a dimensão política da profissão e sua relação com a práxis social. Essa apreensão, juntamente com a crítica mais completa da economia política da obra marxiana parece ser um consenso nos estudos que se apoiam na obra de Gramsci. Claramente esse movimento de busca dos textos clássicos evidenciam o amadurecimento profissional, uma vez que a maior parte dos autores em questão são também sujeitos políticos bastante expressivos no debate acadêmico sobre a renovação do Serviço Social e na afirmação do marxismo como fio condutor para a construção do projeto ético e político da profissão. Portanto, revelam-se também como referências na temática, enquanto difusores de um modo de pensar, com destaque para Ivete Simionatto, Marina Maciel Abreu e Maria Lúcia Duriguetto. Isso corrobora com o papel das autoras como referências importantes no âmbito do Serviço Social para o debate do marxismo gramsciano, com destaque para Abreu,

que realiza uma reflexão considerando a dimensão da cultura arraigada no pensamento de Gramsci, problematizando a partir daí a própria relação cultura e Serviço Social.

Como vimos, o marxismo gramsciano ganha espaço, sobretudo, quando avança em questões já trabalhadas nas obras de Marx e Engels, numa leitura da superestrutura e de conceitos como Estado ampliado e sociedade civil próprias de sociedades do tipo ocidental, com características mais complexas. Os autores do periódico não esgotam o tema das diferentes apreensões no interior do marxismo e nas polêmicas que elas envolvem, com as diferentes leituras de Marx e Gramsci, de rupturas e continuidades sociais. Entretanto, o conjunto de artigos analisados nesse eixo, destaca uma fértil análise macroscópica de mudanças societárias e seus desdobramentos na sociedade civil, com o objetivo de realizarem breves análises de conjuntura, apenas como pano de fundo para o debate mais específico, seja apenas teórico, de certas categorias, como a de intelectuais, Estado, senso comum, bom senso e classes subalternas, ou analisando certa expressão da questão social, não revelando a cultura como o eixo central das análises.

Os artigos de Toledo (1998) e Clemente (1994), classificados nos primeiros eixos, revelam uma preocupação com a análise vivenciada pelos sujeitos impactando nos seus modos de vida, assim como nas possíveis estratégias de resistência e participação. Que além de impactarem na formação de valores pessoais, são valiosos pela experiência coletiva na formação de consciência crítica, que de acordo com Clemente (1994), é marca de uma geração específica, atravessada pelo caldo de cultura que insuflou a participação popular no espaço público na luta por liberdade e emancipação, baseadas, sobretudo, nas análises de Heller e Chauí.

O artigo de Estanque (2001), apesar de estar classificado no eixo *cultura como identidade*, com referência à categoria experiência de Thompson, também foi considerado como parte do eixo: *categorias e autores*. No entanto, a maior ênfase na análise do conteúdo se revela na cultura como identidade, que, apesar de reivindicar a noção de classe como relevante nessa apreensão, secundariza os conteúdos da leitura marxiana que condensam essas experiências inseridas num “complexo de complexos”, como síntese das múltiplas determinações no âmbito da realidade concreta. Podemos evidenciar nas apreensões sobre identidade, propostas que

privilegiam alguns aspectos de traços culturais e ou identitários, em detrimento de uma apreensão dialética.

3.1.3 Revista Katálysis

A Revista Katálysis é um veículo editorial do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 1997. É um periódico científico, semestral até 2015, indexado e arbitrado, de circulação nacional, com penetração em países de língua hispânica e em Portugal, (em universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Itália, Alemanha e França- possui ISSN⁸³ de número 1982-0259 para sua versão digital a partir da edição v. 8 n. 1 2005). A partir do ano 2016 passou a ter publicações quadrimestrais. A Revista foi indexada na Scientific Electronic Library Online - SciELO – em 2007, onde recebeu a classificação Qualificação (Qualis) A1 na área do Serviço Social pelo Sistema CAPES de Avaliação e mantém-se em 2020 com a mesma classificação.

O comitê editorial ressalta que a revista tem o objetivo de promover e socializar produções que sejam atuais e relevantes para o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do Serviço Social e das suas relações com os demais campos do saber, através da publicação de ensaios teóricos, pesquisas científicas, relatos de experiências, conferências, entrevistas, resenhas de livros e comunicações, visando uma melhor compreensão da realidade no contexto das questões de cidadania e democracia, qualidade de vida, inclusão e exclusão social, organizações da sociedade civil e da globalização, além de contribuir para a transformação dessa realidade⁸⁴. “É voltada para assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e para os segmentos da sociedade civil e política, comprometidos com

⁸³ De acordo com o *Documento de subsídio para apresentação no Colegiado do Departamento de Serviço Social*, a rede ISSN é uma instituição intergovernamental, criada em 1971, coordenada pelo Centro Internacional do ISSN, situado em Paris, atua como agência mantenedora e criadora de normas internacionais relacionadas com publicações seriadas. No Brasil o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) promove e regula o ISSN junto à comunidade editorial. Conferir: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182405/Rev%20Kat%C3%A1lysis%20profissio%20naliza%C3%A7%C3%A3o%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20sustentabilidade%20%20Overs%C3%A3o%2011%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁸⁴ Disponível em: (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>)

a construção de uma sociedade justa, participativa e radicalmente democrática” (Editorial Rev.Katálysis/UFSC, 2020, s/p).

Assim como a Revista Serviço Social & Sociedade é considerada um dos principais periódicos para veiculação da produção acadêmica em Serviço Social, e os temas priorizados para a publicação de artigos, além de resenhas e outras modalidades, privilegia as linhas de pesquisa do próprio programa de pós-graduação no qual está vinculada. Atualmente o periódico está no terceiro número do seu 24º volume.

A política da revista destaca na apresentação do escopo seu caráter internacional, exigência fomentada pela CAPES para a “indexação” que reflete o potencial de alcance em termos de internacionalização do veículo editorial com a finalidade de manter sua classificação atual QUALIS A1. No caso desse periódico, a política orienta que

a publicação em inglês deverá alcançar 75% da coleção Brasil em 2018 com 40 a 50% de artigos em português considerando entre 15% e 25% publicados simultaneamente nos dois idiomas; - a gestão editorial com participação mínima de 25% de editores estrangeiros deverá acontecer até 2019; - a porcentagem de 35% recomendada de autores estrangeiros é esperada para 2023; - internacionalização e o perigo de cair na simples estrangeirização; “A internacionalização é a mais polêmica das linhas de ação e o seu equacionamento requer a participação ativa dos editores e das instituições responsáveis pelos periódicos e é especialmente dependente das disciplinas e áreas temáticas cobertas pelos periódicos. Entretanto, muito da sobrevivência e relevância futura dos periódicos de qualidade do Brasil dependerá da inserção ativa no fluxo de informação científica internacional, o que acontecerá com a ampla visibilidade das pesquisas que publicam e, ao mesmo tempo, com a condição de veículos competitivos internacionalmente para atrair autores estrangeiros.⁸⁵

A Revista Katálysis teve seu primeiro número bilíngue, publicado em inglês e português no ano de 2006, atendendo à política de internacionalização da CAPES, exigência cada vez maior para os periódicos indexados. No entanto, os editores chamam atenção para o que já vimos apontando acerca do “mercado editorial” e da instrumentalização do periódico, onde a necessidade de aumentar a abrangência e visibilidade da Revista não pode substituir o compromisso com a ciência e com a

⁸⁵ Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182405/Rev%20Kat%C3%A1lysis%20profissio%20naliza%C3%A7%C3%A3o%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20sustentabilidade%20%20Overs%C3%A3o%2011%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

produção de conhecimento “interessado” e comprometido com o projeto que o orienta, portanto, afirmam que não pode ser substituída pelo produtivismo e pela simples “estrangeirização”.

Em termos quantitativos, até o ano de 2014 podemos observar, conforme o quadro 8, a incidência das temáticas, relacionando respectivamente o volume da publicação e o ano. Apesar da diversidade dos temas, no que tange ao nosso objeto de estudo, apenas o ano de 2006 menciona a cultura como tema proposto, no entanto, é referendada, juntamente com os temas “poder judiciário e sociedade”, não ficando clara a relação entre ambos, o que já demonstra uma baixa incidência de estudos na área. Outra questão que merece ser destacada é o tema dos artigos que não privilegiam e nem se quer mencionam a cultura explicitamente.

Quadro 6: Temáticas das edições da Revista Katálysis, no período de 1997-2014

Nº Vol. E ano	Tema
1.1997	Organização social
2.1998	Família e sociedade
3. 1998	Saúde: Estado e sociedade
4 1 1999	Seguridade social, assistência social e cidadania
4 2 2001	Estado, sociedade civil e democracia
5 1 2002	Exclusão Social, violência e cidadania
5 2 2002	Organizações e gestão de políticas sociais
6 2 2003	Aportes interdisciplinares e inclusão social
6 1 2003	Cidade, participação, transformação
7 1 2004	Mundialização, crise contemporânea e políticas sociais
7 2 2004	Subjetividades e construção de identidades
8 1 2005	Cidadania, direito e acesso à justiça
8 2 2005	Serviço Social, contribuições analíticas sobre o exercício profissional
9 1 2006	Poder judiciário, Cultura e sociedade
9 2 2006	Serviço Social na América Latina: balanço, desafios e perspectivas
10 1 2007	Políticas sociais no governo Lula: promessas e realidade
10 2 2007	Democracia e participação em Serviço Social
N.Especial	Pesquisa e Serviço Social
11 1 2008	Economia Solidária e autogestão
11 2 2008	Violência: expressões na contemporaneidade
12 1 2009	Sujeitos políticos, lutas sociais e direitos
12 2 2009	As Configurações do trabalho na sociedade capitalista
13 1 2010	Desigualdades e Gênero
13.2 2010	Serviço Social e Pobreza
14 1 2011	Políticas sociais e questões contemporâneas
14 2 2011	Ética e direitos humanos
15 1 2012	Relações sociais, desenvolvimento e questões ambientais

15 2 2012	Formação e exercício profissional em Serviço Social
2013: Número Especial Bilingue	Serviço Social, História e Desafios
16 1 2013	Marx, Marxismos e Serviço Social
16 2 2013	Lutas sociais no novo milênio e Serviço Social
17 1 2014	Estado e Política Social na América Latina
17 2 2014	Estado e política social: saúde

Fonte: elaboração da pesquisa

O Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina

O PPGSS defini como sua área de concentração “Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social”, tendo como objetivo “formar e qualificar pesquisadores, docentes e profissionais para a pesquisa, o ensino e o exercício profissional no serviço social e nas áreas afins, capacitando para a atuação no âmbito das políticas sociais, públicas e privadas”⁸⁶. Foi implantado em agosto de 2001 e em 2010 seu projeto político pedagógico foi revisado, ampliando-se com a criação do curso de doutorado.

O PPGSS possui as seguintes 3 linhas de pesquisa: Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina (linha 1); Serviço Social, Ética e Formação Profissional (linha 2); Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana (linha 3). Essas linhas de pesquisa organizam 9 núcleos de pesquisa⁸⁷:

- 1) NESPP- Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas e Serviço Social (Linha de Pesquisa 1);
- 2) NESSOP- Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (*Linha de Pesquisa 1*);
- 3) NECAD- Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (Linha de Pesquisa 1);
- 4) NUSSERGE- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (Linha de Pesquisa 1);
- 5) NEPPI- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (Linha de Pesquisa 2);
- 6) VEIAS ABERTAS- Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina (Linha de Pesquisa 3);

⁸⁶ Disponível no site do Programa: (<https://ppgss.ufsc.br/pb/o-curso/apresentacao-2/>)

⁸⁷ Disponível no site do Programa: (<https://ppgss.ufsc.br/pb/o-curso/nucleos-de-pesquisa-e-projetos-de-pesquisa/>)

- 7) GEPSS- Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (Linha de Pesquisa 2);
- 8) NEPTQSAL- Núcleo de Estudos e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e América Latina (Linha de Pesquisa 3);
- 9) NISFAPS- Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Sociais (Linha de Pesquisa 1).

A área temática com ênfase em Serviço Social, direitos humanos e questão social e as linhas de pesquisa do PPGSS (UFSC), estão articuladas com os principais temas abordados na Revista *Katálysis*, seguindo a política de orientação da CAPES, e apresentam vínculo estreito com as demandas históricas da profissão, sobretudo após o movimento de reconceituação, como demonstram as três principais linhas de pesquisa.

Análise dos dados- Revista *Katálysis*

A Revista *Katálysis* no período elencado na pesquisa (1994-2014), publicou um total de 33 números, totalizando 323 artigos entre revistas bimestrais de fluxo normal e edições extras comemorativas. Nesse universo, foram selecionados 10 artigos, de acordo com os eixos de análise elencados na pesquisa, perfazendo uma representatividade de 3,1% do total de artigos, no período.

Quadro 7 - Títulos dos artigos sobre cultura publicados na Revista Katálysis (1994-2014), por formação dos autores, natureza do estudo e eixo temático

Titulo do artigo	Autor(a)	Área de graduação	Natureza do estudo	Revista	EIXO TEMÁTICO
Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960 - 1980)	Zulamar Maria Bittencourt e Castro	Serviço Social	Pesquisa	1997-vol.1	Visão de mundo/Modo de vida
Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais	Kathia Terezinha Müller	Serviço Social	Pesquisa	1997-vol 1	Identidade
O usuário dos serviços sociais; este ilustre desconhecido	Edaléa Maria Ribeiro da Silva	Serviço Social	Pesquisa	1997- vol.1	Visão de mundo/Modo de vida
Identidades em movimento: pensando a cultura nacional por meio do cinema	Adriano Messias de Oliveira	Letras	Pesquisa	2004-vol.2	Identidade/ Categorias- autores
Cidadania e direitos culturais	Maria da Glória Gohn	Ciências Sociais	Pesquisa	2005-vol.1	Política Pública; Categorias-autores; Visão de mundo/Modo de vida
Reflexões preliminares sobre o problema da hegemonia no projeto ético-político do Serviço Social	Katia I. Marro	Trabajo Social	Ensaio teórico	2006-vol.2	Categorias- autores
Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana	Ivete Simionatto	Serviço Social	Ensaio teórico	2009-vol.1	Categorias- autores / Visão de mundo/Modo de vida
Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas Reservas Extrativistas	Cláudia Conceição Cunha Carlos Frederico B. Loureiro	Educação	Pesquisa	2012-vol.1	Categorias- autores
Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista	Maria Clariça Ribeiro Guimarães Eliana Costa Guerra	Serviço Social	Ensaio teórico	2013-vol.1	Categorias- autores
Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação	Ivete Simionatto Carolina Rodrigues Costa	Serviço Social	Pesquisa	2014-vol.1	Categorias- autores

Fonte: elaboração da pesquisa

Quadro 8- Número de artigos sobre cultura publicados na Revista Katálisis, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)

Eixos temáticos	Nº de artigos
Cultura como política pública	1
Cultura como visão de mundo e modo de vida	4
Manifestações culturais/cultura popular	0
Cultura como negócio/indústria cultural	0
Cultura como identidade	2
Categorias e autores	7

Fonte: elaboração da pesquisa

Análise dos dados

Eixo temático: Categorias- autores

Kátia Marro – “Reflexões preliminares sobre o problema da hegemonia no projeto ético-político do Serviço Social” (2006). A autora aborda o problema da hegemonia na consolidação do projeto ético-político profissional (PEPP) como alternativa capaz de disputar uma direção social em nossa prática profissional que esteja vinculada às lutas sociais. Anuncia algumas hipóteses de trabalho sobre as condições históricas atuais de consolidação de tal hegemonia no interior do heterogêneo Serviço Social latino-americano. Para isso, problematiza a categoria gramsciana de hegemonia e as mediações com o projeto profissional na tentativa de “pensar temas como a direção social da prática profissional, as relações entre hegemonia e pluralismo, os vínculos entre a profissão e o projeto societário, a importância de recuperar o problema da militância no âmbito profissional, entre outros pontos fundamentais” (MARRO, 2006). Parte dos avanços alcançados pela vertente crítica herdada do Movimento de Reconceituação, particularmente durante a década de 1990 para refletir sobre alternativas possíveis que estejam articuladas numa dimensão mais ampla com o Serviço Social latino-americano. Para explicitar a categoria hegemonia na produção teórica de Gramsci, recorre a uma análise do Estado capitalista e suas formas de dominação, o que implica, ao mesmo tempo, uma socialização da política e a necessidade de protagonismos de outros sujeitos coletivos com projetos alternativos ao projeto hegemônico burguês. A partir dessa visão, destaca que a noção de hegemonia se refere a construção e disputa de projetos antagônicos por uma direção social específica e acrescenta a essa leitura, as

ferramentas que imprimem materialidade ao processo: o conjunto de associações políticas e culturais responsáveis pela elaboração e difusão da ideologia (sociedade civil). Na mediação com o PEPP e com o direcionamento da profissão, aponta para a importância de desvelar o significado de hegemonia para a construção de uma direção intelectual e de uma visão de mundo compartilhada e, sobretudo, a partir da formação de consenso ativo e organizado, não podendo se igualar a uma lógica de interesses particularistas, nem à mera existência de consensos. Dessa forma, considera estratégico para a profissão: o mapeamento de suas disputas internas e externas e dos sujeitos coletivos que dela participam; buscar a particularidade do debate nos seus fundamentos teóricos, metodológicos, nos componentes filosóficos de seus compromissos éticos, nas competências e atribuições, na divisão social e técnica do trabalho entre outros componentes da prática profissional. Nessa medida, sublinha a importância de reconhecer que projetos profissionais não são estáticos, estão abertos e são atravessados por projetos societários contrários, no caso do Serviço Social, somente a partir de propostas como esta será possível questionar e disputar a função cumprida pelos profissionais na produção e reprodução das relações sociais. A formação de consenso ativo em torno do PEPP está atrelado ao nível de organização e militância da categoria nos diversos espaços de formação e nas instituições onde atua. O debate da direção ideo-política e o problema do pluralismo, precisam ser evidenciados para que não se iguale ao ecletismo e ao relativismo de ideias e teorias, evitando reproduzir o que já ocorreu no passado profissional. A direção hegemônica neoliberal exerce sua função de despolitização e corporativização das lutas sociais, debilitando as instâncias de controle social democrático, considerando a dialética hegemonia x subalternidade. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto e Guido Liguori.

Ivete Simionato – “Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana” (2009). O artigo resgata o pensamento de Gramsci, a concepção de classes subalternas e a sua relação com outras categorias, especialmente, o Estado, a sociedade civil e a hegemonia, como suportes da luta de classes na realidade contemporânea. Tece algumas considerações acerca da relação entre classes subalternas, senso comum e ideologia, bem como as formas de superação dessa ordem tematizadas por Gramsci através da cultura e da filosofia da práxis. Para a autora, seguindo os aportes gramscianos, a cultura revela-se como um

pilar fundamental para a conquista da hegemonia das classes subalternas. Nesse sentido, num movimento de totalidade, busca recuperar a discussão das classes subalternas, a partir da original formulação gramsciana no âmbito do marxismo, mediante a interação dialética entre estrutura e superestrutura, economia e política. A autora esclarece que, além do resgate conceitual, apontam-se alguns elementos como subsídios à discussão das formas de subalternidade presentes na realidade contemporânea e as possibilidades de fortalecimento das lutas de tais camadas de classe, sobretudo em momentos de forte desmobilização da participação popular. “A transformação do senso comum em uma concepção de mundo independente e autônoma só poderá ocorrer, segundo Gramsci, mediante a formação de uma nova cultura” (2009, p.95). Destaca nas conclusões elementos que evidenciam avanços da hegemonia burguesa nas formas de dominação, provocando modalidades diversas de subalternização e de desmobilização das camadas das classes subalternas, como por exemplo, o “apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência elementares” (P.47). Segundo sua análise, a fraca oposição popular vincula-se também ao crescimento da manipulação política das classes subalternas, especialmente através dos programas compensatórios de combate à pobreza e outros dispositivos de dominação do capitalismo dependente (clientelismo, no âmbito da política, entre outras) especialmente na América latina. O ensaio teórico, em síntese, discute categorias da teoria política com clara referência ao conceito de cultura como modo de vida, construído a partir do complexo categorial gramsciano. Portanto, transita entre o eixo categorias e autores, e, o eixo cultura como visão de mundo e modo de vida. Principais autores de referência no artigo: Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori, Virgínia Fontes.

Cláudia Conceição Cunha e Carlos Frederico Loureiro – “Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas” (2012). O artigo analisa o papel desempenhado por um projeto de cooperação internacional (Projeto Resex) na implementação das Reservas Extrativistas na década de 1990, no Brasil. Através da análise dos documentos e relatórios referentes à negociação e execução da primeira fase do Projeto, no período de 1995-1999 demonstra a contraposição dos princípios orientadores dos sujeitos coletivos que originaram as Reservas Extrativistas e aqueles produzidos, transmitidos e difundidos através do Projeto Resex. Discute-se

a presença do Estado como um pedagogo da hegemonia, operando na desconstrução das conquistas objetivadas pelos seringueiros nas décadas de 1970-1980, e utilizando, para isso, o Projeto Resex. Interpreta o projeto como um espaço pedagógico privilegiado, sinalizando sua contribuição para a consolidação do capitalismo e a hegemonia liberal. O artigo enfatiza o papel assumido pelos atores sociais a partir de interesses difusos, que se afastam da promessa inicial de posse e cultivo da terra com a proposta de autogestão dos seringueiros. Passa-se de autogestão para cogestão e em seguida para a parceria público-privada firmada pelo Estado e representada por organizações sociais não-estatais. Dessa forma, o Estado através de seus aparelhos instrumentaliza a luta dos trabalhadores e assume seu papel de educador, garantindo a hegemonia burguesa neoliberal por meio de sua atuação. Contudo, de certo modo, o Estado é apresentado à sociedade como “ideologicamente neutro” com função apenas de “organizar as iniciativas dos trabalhadores”. Dessa forma, segundo os autores, segue implementando as políticas do Banco Mundial e invisibilizando os conflitos internos e interesses coletivos dos seringueiros, sem destruir os marcos das relações capitalistas. A conclusão aponta para a afirmação de que a ausência de políticas públicas não deve significar “ausência do Estado”, ao contrário, significa uma forma de atuação, “uma intencionalidade direcionada à obtenção e consolidação do consenso em favor da hegemonia neoliberal. Diferente do apregoado, na década de 1990 o Estado não foi ausente das Resex. Ao contrário, fez-se presente, de maneira distinta da planejada pelos seringueiros, mas de acordo com os princípios contidos na consolidação de uma sociedade capitalista” (2012, p.58). Principais autores de referência no artigo: Antonio Gramsci, György Lukács, Dagnino Neves, Lucien Goldman e Ellen Wood.

Maria Clariça R. Guimarães e Eliana Costa Guerra - “Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista” (2013). O ensaio tem como objetivo discutir premissas de análise da temática movimentos sociais e transformação societária presentes na formulação marxista. Para tanto, retoma o pensamento de autores clássicos, em especial, Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci. Com base nesses autores são destacadas as determinações fundamentais para a análise das lutas sociais da classe trabalhadora, enfatizando a teoria da organização, a ampla participação das massas e a construção de uma nova hegemonia. Entre as teorizações de maior influência na produção teórica brasileira

acerca dos movimentos atuais, também designados “novos” movimentos sociais, a exemplo do paradigma europeu, destacam três principais vertentes: a abordagem culturalista-nacionalista, o pensamento pós-moderno e o paradigma marxista. Chama a atenção para tendências à oscilação entre o catastrofismo fatalista, o esquerdismo pós-moderno e a cultura do *possibilismo*. Para os autores, tais posições questionam ou mesmo negam os processos de luta do proletariado por uma sociedade livre da exploração de classe. Assim, atualmente, defrontamo-nos, com duas grandes tendências teóricas que vêm incitando a “batalha das ideias”: uma vinculada ao conservadorismo, inspirada nas tendências pós-modernas, a compreender a realidade social como um campo de fragmentos e os movimentos contemporâneos como espaços de interesses difusos e não classistas; outra, vinculada à tradição marxista, a entender a realidade a partir de uma perspectiva histórico-ontológica, buscando abranger as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. Para Gramsci (1999-2002), a construção de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa “preparação ideológica das massas”, um trabalho de construção de uma nova concepção de mundo. Dessa forma, a partir de determinada compreensão do processo de transformação social, dizem os autores, Gramsci amplia consideravelmente a noção de política no marxismo ao se preocupar com os elementos de preparação das condições ideológicas da práxis revolucionária, sem perder de vista a importância da articulação e complementariedade dos processos cultural e econômico, entendendo este último como determinante para a compreensão da realidade social e para sua transformação. Os autores apontam questões conclusivas nessa investigação, salientando importantes desafios para as lutas sociais no capitalismo contemporâneo: a) o estabelecimento de uma relação verdadeiramente democrática entre movimentos e partidos, que considere as singularidades de organização e de interesses de ambos, superando tanto os isolamentos quanto as práticas vanguardistas; b) a identificação dos mecanismos engendrados pela atuação da direita brasileira na atualidade, que se mantém firme na defesa de uma agenda própria, contemplando privilégios e interesses das elites, como também investindo, pesadamente, na criminalização dos movimentos sociais e c) a construção de uma unidade das forças populares e, mais ainda, a mobilização das energias dos trabalhadores em luta para confrontar os desígnios burgueses que são históricos e, por isso, podem ser superados. Principais autores de referência no artigo:

Antônio Gramsci, Vladimir I. Lênin, Rosa Luxemburgo, Carlos Nelson Coutinho, Maria da Glória Gohn, Boaventura de Sousa Santos e Alain Bihr.

Ivete Simionato e Carolina R. Costa – “Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação” (2014). A partir de uma pesquisa teórica, o artigo reconstrói as categorias gramscianas hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e ideologia na obra de Gramsci, especialmente nos Cadernos do Cárcere, valendo-se das mesmas para analisar, por meio de pesquisa documental, as atuais estratégias ideológicas das classes dominantes no fortalecimento de sua hegemonia, na refuncionalização do Estado e na condução das políticas sociais. As autoras refazem o percurso do teórico acerca de uma das categorias que considera centrais na obra de Gramsci: hegemonia, e destaca que a partir dessa análise outros conceitos se vinculam a esse para embasarem o funcionamento do Estado e das políticas sociais. Apontam que na obra “*A questão meridional*, escrito em 1926, a hegemonia é apontada como alternativa estratégica do proletariado, nos Cadernos do cárcere percebe-se uma ampliação de suas reflexões e a interface com os conceitos de ideologia e de “aparelhos privados de hegemonia” (2014, p.69). Abordam como o pensador italiano desenvolve tais conceitos para os países ocidentais a partir de superestruturas mais complexas, acentuando a maior dificuldade para a conquista do poder. Ao se debruçar sobre os novos fenômenos políticos presentes no Ocidente, observa como o intenso processo de “socialização da política”, adensado com o surgimento de inúmeras organizações de massa, teria alterado as relações entre sociedade civil e sociedade política, garantindo maior estabilidade ao Estado burguês. Nesse cenário, as autoras evidenciam características do Partido dos Trabalhadores e do Estado na condução das políticas sociais (transformismo, politicismo policlassista, cooptação dos movimentos sociais e intelectuais) que, ao fim e ao cabo, garantiram a hegemonia de um projeto burguês a partir da coerção e do consenso de classes. As autoras concluem que tais estudos permitem indicar a fecundidade das categorias gramscianas na análise da realidade em questão, ressaltando que são resultados da continuidade da contrarreformas, de refuncionalização do Estado e das políticas sociais, assim como a predominância da “hegemonia da pequena política” e o “consentimento passivo”, aceitando-se a ordem como natural e imutável. Dessa maneira, reafirma-se, a importância do acúmulo de forças e a (re)organização dos institutos coletivos da classe trabalhadora na universalização das demandas, como

essenciais e imprescindíveis ao enfrentamento da hegemonia burguesa e à busca de caminhos de subversão à ordem vigente. Imaginam as autoras que esse seria o caminho para construção de um projeto civilizatório, frisando que somente poderá emergir a partir da incontestável pressão social das lutas que brotam “de baixo”. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Mário Del Roio, Valério Arcary, Marcelo Badaró Mattos e David Harvey.

Eixo temático: Cultura como Modo de vida e visão de mundo

Zulamar Maria B. Castro – “Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade” (1997). O Artigo é iniciado com uma citação de Goldman⁸⁸ (dialética e cultura) onde é destacado que “a visão de mundo é parte da realidade na medida em que ou porque os fatos humanos não falam por si só”, dependem das relações sociais que envolve a economia, política, filosofia e intelecto” (1997, 41). Por isso, para compreender a realidade do estado de Santa Catarina, o artigo, considera fundamental pensar a influência da formação social colonial ocorrida, já que se observa a conservação de traços culturais. Parte para esta observação, uma vez que considera que o Programa de Desenvolvimento de Comunidade da década de 1960, provocou mudanças com o processo de organização da população com expressão no estado de Santa Catarina. Apesar de ser um programa comum ao país como um todo, teve expressão diferenciada na região pelas suas peculiaridades de formação social e por ter sido desenvolvido como projeto da universidade (Serviço Social). Para entender a experiência considera fundamental a análise da ocupação colonizadora e a dinâmica da organização da economia, por isso expõe os marcos do sistema no país e no sistema capitalista, caracterizando ainda o comportamento da região. Considera que o estado se distingue do restante do país, por ter se estruturado em torno da pequena propriedade,

⁸⁸ Lucien Glodmann (1913-1970), importante filósofo e sociólogo francês do século XX, “representou um humanismo marxista radical e causou impacto entre os anos 1955 e 1975, sendo posteriormente marginalizada na França, primeiro pela moda do estruturalismo e, em seguida, pelo antimarxismo vulgar, hegemônico nos meios de comunicação. Crítico implacável do determinismo positivista, Goldman clamava pelos direitos da consciência e do sujeito no processo histórico, rejeitando o positivismo, o cientificismo, o materialismo vulgar e a sociologia conformista” (LÖWY, 2009, p.7). Goldman desenvolveu estudos relevantes baseados nas obras de Kant e Lukács e apesar de ser um representante do marxismo radical e da sociologia da cultura tem pouca expressividade no debate acadêmico do Serviço Social. A dissertação de mestrado da Professora Mônica Maria Torres de Alencar (1994), apresentado ao Programa de Pós Graduação em serviço Social da UFRJ aborda a temática “Cultura e Serviço Social no Brasil (1960-1968)” a partir das categorias de *visão de mundo* de Lucien Goldman e de noção de *nacional-popular* extraída da obra gramsciana (ALENCAR, 1994).

do trabalho livre, da exploração agrícola diversificada, do consumo interno e da migração europeia. O que teria levado o estado a forjar uma sociedade “menos hierarquizada” socialmente. Nesse movimento paira certa nebulosidade no artigo sobre a estruturação de classes e o processo de dominação, prevalecendo o “mito” da “estrutura fundiária democrática” e dos processos urbanos mais equitativos na região. Apesar de transitar por autores marxistas, reforça a ideia do Serviço Social conservador por meio do desenvolvimento de comunidade e das iniciativas voluntaristas, apenas com objetivo de criar condições de enfrentamento, mas não a partir de críticas mais profundas ao modo de produção. O artigo constantemente reforça a região como “menos impactada” pela relação capital x trabalho no país. Essa visão reforça a percepção equivocada da perspectiva crítico-dialética, apenas como referencial teórico, completamente descolada da práxis, limitando a compreensão crítica da formação social e do viés revolucionário da emancipação humana, requerido para a superação do bloco histórico em curso. Principais autores de referência no artigo: Caio Pardo Júnior, R. Faoro, Florestan Fernandes, Eric Hobsbawm, Karl Marx, José Paulo Netto e outros historiadores (sobre a região catarinense).

Edaléa Maria R. da Silva – “O usuário dos serviços sociais; este ilustre desconhecido” (1997). O artigo se debruça sobre a produção de experiências vivenciadas pelos usuários dos serviços sociais, tecendo crítica às formas de atuação dos assistentes sociais no que se refere ao distanciamento e desconhecimento de determinadas realidades locais. Pretende ressaltar a necessidade de avançar nas pesquisas acerca do modo de vida das populações que são consideradas “invisíveis”, na tentativa alavancar pesquisas mais conectadas com as reais necessidades dessa população, afinando os resultados com o trabalho do assistente social. Reivindica a análise crítico-dialética, comprometida com uma apreensão dos fenômenos concretos, pois “é nas experiências da vida cotidiana que encontramos suas origens (...)”. Assim, se debruça sobre as análises do Morro da Penitenciária, uma das várias favelas da grande Florianópolis, surgida no final dos anos 1960, constituída de uma população eminentemente migrante. A referência foi o trabalho de organização popular acontecido desde os anos 1980, que promovem movimentos reivindicatórios exigindo melhorias de infra-estrutura como luz, água, creche, regularização da terra e saneamento básico. Segundo a autora, tais movimentos no geral, são considerados pouco significativos, mas ressalta que foram experiências reveladoras de uma

identidade de grupo, no sentido da explicitação de suas necessidades, do reconhecimento de seus objetivos, e do mundo que os envolvem, a partir de sua cultura. As análises estão ancoradas em conceitos como: sujeitos coletivos, experiência e cultura, sendo esta última a categoria chave para a compreensão e análise do que chama “singular experiência humana”. Ressalta que o tema modo de vida tem uma amplitude que percorre toda a literatura sobre a classe operária, assumindo outras formas semelhantes, tais como: condições de vida, condições físicas e morais, questão social, questão da habitação, questão do trabalho, padrão de vida, vida operária, e outros. Principais autores de referência no artigo: Karl Marx, Eunice Duhan, Eric Hobsbawm e Edward Thompson.

Eixo temático: cultura como identidade

Kathia Terezinha Müller - “Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais” (1997). O artigo apresenta parte da dissertação de mestrado: “Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)”. A pesquisa realizada abarcou o período de 1985 a 1990, cobrindo as duas gestões da entidade (1987-88 e 1989-90). Analisa experiências populares de desenvolvimento de comunidade levando em consideração a formação da identidade de sujeitos coletivos, ressaltando traços de formação social próprios ao estado de Santa Catarina e revelando como foi possível a construção de formas de resistência a partir de experiência locais- a associação de moradores -, que foram espraiando-se posteriormente para propostas mais amplas em nível municipal e estadual. A experiência estava inserida no projeto Desenvolvimento de Comunidade vinculado à universidade federal local. Situa a relação entre sistema de necessidades (ênfatisando como categoria central para esta análise) e os processos vivenciados pela organização, que motivaram a sua articulação com outras organizações e movimentos populares. A partir de Agnes Heller, destaca que “as forças desses movimentos sociais são as carências ou as necessidades insatisfeitas”, com esse entendimento, privilegiou a temática das necessidades na análise da organização de moradores do bairro Mont Serrat. A autora apresenta o resultado das análises conjugando-o com um movimento mais amplo dos movimentos sociais na América Latina, requerendo que ele fosse devidamente contextualizado para a garantia de um nexo dialético entre necessidades existenciais (de sobrevivência) e necessidades

radicais (de autodeterminação) nas práticas empreendidas por vários movimentos, o que pode lhes conferir uma potencialidade ofensiva e emancipadora. Sustenta a hipótese de que a criação de novas formas de superação da ordem estabelecida no interior dos movimentos sociais (sistema de necessidade, segundo Heller e Marx). “Marx entende as necessidades como condicionadas social e historicamente, tendo cada sociedade um sistema próprio e característico, o qual somente pode ser interpretado no conjunto das relações sociais” (MARX apud Heller, 1978, p.30). Como conclusão aponta a necessidade de radicalização do movimento para além das necessidades imediatas e de superação das práticas comunitárias que, segundo sua análise, se baseiam numa relação de dependência aos organismos governamentais e sendo as “necessidades radicais” condição para autodeterminação. Prevalece uma análise de identidade de classe e sujeitos coletivos numa perspectiva de radicalização das experiências e vivências cotidianas e compartilhadas por grupos específicos no âmbito das classes subalternas. Principais autores de referência no artigo: Agnes Heller, Karl Marx.

Adriano Messias de Oliveira – “Identidades em movimento: pensando a cultura nacional por meio do cinema” (2004). O autor destaca que a questão da formação das identidades é muito relevante para os chamados Estudos Culturais nos dias atuais, “em especial as identidades nacionais, vinculadas automaticamente às diversas manifestações da cultura popular e midiática, e, têm ganhado cada vez mais espaço em diversos campos de pesquisa” (2014, p.159). Para fundamentar este estudo, apoia-se em autores contemporâneos, transitando por diversas áreas do pensamento social crítico. São discutidos alguns conceitos contemporâneos de identidade e “da formação e diversidade de nosso sentido identitário cultural”. Ressalta que de acordo com Hall, a identidade, em vez de algo que seja inato, acabado e definitivo, é, antes, um processo que vem do exterior preencher aquilo que nos falta. Para isso, escolheu para discorrer sobre as “identidades em trânsito” que se fazem presentes na complexa sociedade brasileira, refletida com suas variadas problemáticas em muitos filmes atuais. Cita Roberto Da Mata (traço multicultural), para discorrer sobre alguns traços culturais brasileiros e da formação social do país. Vale-se da concepção de Thompson sobre cultura, que denominou de “concepção estrutural”, considerando que “é enfatizado o caráter simbólico dos fenômenos culturais e, ao mesmo tempo, são valorizados os contextos sócio-historicamente estruturados, onde uma cultura não

pode ser compreendida apenas em seus aspectos simbólicos; é preciso relacionar tais aspectos com a vida social na qual os sujeitos estão engendrados, reproduzindo e produzindo saberes” (2004, p.160). A partir de Hall, revela a necessidade de se recuperar estudos acerca da formação das identidades através da arte, no caso, o cinema nacional, como forma de dar visibilidade a esses traços identitários. Para o autor, este campo “emerge como depositário de nossas indagações: quem somos nós? como nos vemos?” (2014, p.168), no caso do cinema nacional, produções que tratam do *povo brasileiro*, “de nosso modo de vida e de nossas concepções identitárias, têm percorrido a história de cinematografia com maior fôlego e vigor” (2004, 167). O artigo não revela contradições acerca da noção de identidade, que a nosso ver seria o eixo central do debate e também não apresenta estratégias que revelam esses possíveis caminhos na conclusão do artigo. Apesar de referências no campo do marxismo, as tendências teóricas mais presentes são as culturalistas e, desse modo, descolam a cultura da totalidade social, com grande ênfase na ideia central de cultura e identidade como definidora de características que se sobressaem a noções de classe, e revelam o debate da diversidade, reduzidamente focada como alternativa democrática e de inclusão, o que é um modo de invisibilizar as reais condições da emancipação humana. Principais autores de referência no artigo: Stuart Hall, Nestor Canclini, Naomi K. Bhabha, Roberto Da Mata e Edward Thompson.

Eixo temático: Cultura como Política Pública

Maria da Glória Gohn – “Cidadania e direitos culturais” (2005). O artigo reflete sobre os novos desafios colocados aos analistas da realidade socioeconômica, política e cultural neste novo milênio, através de considerações sobre a ampliação da conquista dos direitos sociais, o requisito de respeito aos direitos culturais dos povos e suas diferenças, as políticas públicas focalizadas vigentes, e os efeitos da globalização econômica excludente. Trata-se de uma análise da ampliação da cidadania através da conquista dos direitos sociais e dos direitos culturais. “A análise dos conceitos de cultura e o de direitos culturais deve, necessariamente, realizar-se de forma articulada porque as relações de desigualdade social são ligadas à questão da cultura; a cultura vigente poderá tanto transformar como legitimar as desigualdades” (GOHN, 2005). Nas análises da autora, as práticas e instituições culturais podem garantir a dominação de um grupo por outro, deixando ver uma ideia de cultura a partir de uma noção mais complexa de totalidade, como modo de vida. A

partir de uma abordagem crítica, revela que projeto político não é um conjunto consolidado de visões ou valores, algo estático, é dinâmico, altera-se constantemente, segundo a correlação de forças atuantes na sociedade. Trabalha o campo dos direitos culturais como parte do modo e estilo de vida cotidiana (trabalhar, comer, vestir, habitar, cuidar da saúde do corpo e da mente; o relacionamento com amigos, colegas de trabalho, parentes, vizinhos e a comunidade próxima), assim como nos valores, formas de pensar e agir, e nas concepções de mundo, que os seres humanos têm elaborado ao longo dos séculos e milênios. Portanto, envolvem concepções de tempo e espaço, assim como de valores aspirados como universais, como igualdade, liberdade, fraternidade e solidariedade. Hábitos e comportamentos também se relacionam diretamente com os direitos culturais, pois o respeito à natureza, ao acervo e patrimônio arquitetônico e artístico-cultural da humanidade se somam à consideração pelos símbolos, signos e códigos culturais de uma nação, aos cultos e às crenças construídos pelos antepassados, são perpassados por práticas de direitos e deveres, orientados por matrizes com enraizamento na cultura. A autora seleciona o tema dos direitos para analisar questões complexas do cotidiano e apresenta tal caminho metodológico justificando que “os direitos dão universalidade às questões sociais, aos problemas e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório” (GOHN, 2005). O impacto da força de projetos políticos construídos na e pela sociedade civil, evidencia a discussão de hegemonia, ou seja, evidencia diferentes projetos culturais em disputa, e ressalta a partir dessa leitura o projeto neoliberal como fruto da hegemonia burguesa. Trabalha o conceito de diferença para avaliar o lugar do “outro” no acesso a bens e direitos culturais, levando em consideração a intersubjetividade e o modo de vida dos sujeitos. Na perspectiva desta pesquisa, apresenta uma leitura *romântica* dos direitos sociais e das políticas públicas na sociedade burguesa (incluindo a ideia de “direitos culturais dos povos e suas diferenças”), inclusive, por isso, limitando a possibilidade de superação histórica da forma social capitalista. Apesar de apontar as contradições expressas no projeto hegemônico, acerca da focalização das políticas e retração dos direitos, limita a abordagem à cidadania, atrelada a conquista desses direitos. Principais autores de referência no artigo: Raymond Williams e Boaventura de Souza Santos.

Assim como a Revista Serviço Social & Sociedade, a Revista Katálysis apresenta maior incidência de artigos classificados no eixo “categorias e autores” (7),

sendo 4 deles de autoria de assistentes sociais e 3 de autores de áreas afins. Apenas MARRO (2006) destaca a profissão como objeto de análise, as demais autorias apresentam pesquisas e ensaios teóricos sobre outras temáticas que envolvem as principais categorias elencadas nesta investigação. Quanto à natureza do estudo, temos 3 pesquisas e quatro ensaios teóricos.

O autor mais evidenciado nos artigos é Gramsci, a partir da categoria hegemonia, ora como sinônimo de cultura (cultura hegemônica), ora contribuindo para uma leitura ampliada de modo de vida conjugada com outras categorias, principalmente, ideologia numa perspectiva mais ampla, extrapolando a apreensão puramente economicista das relações sociais - como reflexo da estrutura da sociedade- a partir de uma abordagem dialética. Essa leitura transita entre a possibilidade genérica de construção de uma nova cultura num quadro de dominação, assim como a leitura referente ao modo de vida das classes na sociedade burguesa. Essa análise pode ser evidenciada em: Simionatto (2009), Guimarães e Guerra (2013), com a ênfase nas concepção de Estado ampliado e aparelhos de hegemonia; Cunha e Loureiro (2012), e Simionatto e Costa (2014). O conceito de cultura especificamente, é analisada por Oliveira (2004) com o apoio dos estudos de Thompson, no entanto, descamba, o texto, para uma perspectiva culturalista- mais atrelada à noção de identidade cultural e ênfase em identidade nacional, conjugadas com as apreensões de outros autores, dentre eles, Boaventura de Souza Santos e Stuart Hall. Vale dizer que Hall é um dos autores referências para os Estudos Culturais, mas que abandona a noção de classe e passa a considerar o identitarismo e a multiculturalidade como “elementos-chave” para analisar os fenômenos culturais (por isso, inclusive, este artigo foi classificado simultaneamente no eixo cultura como identidade). Por outro lado, Simionatto (2009), com uma apreensão de cultura na totalidade social, sinalizando outros aspectos que impactam a construção da cultura como uma das dimensões da vida social. Gohn (2005), reivindica a apreensão da categoria cultura como modo de vida e para tanto utiliza as apreensões de Raymond Willians, por isso relaciona direitos sociais como direitos culturais, se referindo aos direitos básicos para a garantia de um modo de vida específico, baseada em valores e concepções de mundo partilhadas coletivamente.

3.1.4 Revista de Políticas Públicas (RPP)

A Revista de Políticas Públicas (RPP) é um veículo editorial do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo sua primeira edição impressa publicada no ano de 1995. A revista está classificada como *Qualis A2* no sistema CAPES e, segundo seu comitê editorial, “destina-se à publicação de trabalhos científicos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros e de outros países, com o intuito de promover e disseminar a produção do conhecimento, o debate e a socialização de experiências, quando consideradas relevantes para o avanço teórico-prático das Políticas Públicas”⁸⁹.

No primeiro ano, em 1995, a revista publicou apenas uma edição, mas a partir do ano seguinte as publicações se deram com periodicidade semestral, contando, eventualmente, com uma publicação especial. A Revista que publica trabalhos nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, mantém meio de submissão aberto através de duas formas de chamadas: a) Dossiê Temático, com período e tema previamente definidos; b) Fluxo Contínuo para recebimento de artigos e ensaios situados no campo temático das Políticas Públicas.

De acordo com o comitê editorial, em relação ao Dossiê Temático, incorporado mediante mudança na política editorial implementada pela Revista a partir do Vol.12, n. 2 (jul/dez de 2008), as temáticas eleitas devem colaborar com “o avanço teórico-prático das políticas públicas”.

Em termos de sua organização, a RPP conta com Comissão Editorial permanente composta por 03 (três) membros; Secretaria Executiva; Consultores *ad hoc* e Conselho Editorial e Científico formados por pesquisadores de instituições nacionais e internacionais; Corpo Permanente de Especialistas para normalização, revisão linguística dos idiomas português, inglês, francês e espanhol. Até o v. 20. n.1 a RPP apresentava-se em versão impressa (ISSN 0104-8740) e on line (ISSN 2178-2865), possuindo conceito A2 no Sistema Qualis Periódicos na área de Serviço Social atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) e indexada em 10 (dez) bases de dados nacionais e internacionais, incluindo o Scielo, como as revistas anteriores.

O público alvo da RPP é formado por Programas de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisa, gestores públicos, professores, estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, profissionais vinculados ao campo das políticas públicas,

⁸⁹<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/about/editorialPolicies#focusAndScope>

além de representantes de lutas e movimentos sociais com interesse na temática das políticas públicas.

Em termos de estratégias de divulgação, a Revista contou, até o v. 20, n. 1 com dois mecanismos básicos: na versão *on line* com acesso aberto disponível nas páginas da revista e na versão impressa, com distribuição de exemplares através de ampla rede composta de instituições de ensino superior públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, organizações governamentais e não-governamentais e pesquisadores envolvidos na publicação.

No ano de 2015, o Colegiado do PPGPP aprovou a transformação da RPP em periódico exclusivamente eletrônico a partir do seu v. 20, n. 2. O comitê editorial da revista publicou em documento a justificativa para as mudanças no formato da revista, destacando os seguintes argumentos:

a relevância da versão *on line* da Revista para a divulgação, recebimento de submissões, avaliação e seleção dos artigos, lançamento e divulgação da versão impressa; a capacidade dessa versão em reunir aspectos consistentes para transformação da RPP em periódico exclusivamente eletrônico, utilizando-se as funcionalidades do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/IBCT); o atual estágio de desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), no qual o meio eletrônico tem se sobressaído, cada vez mais, como canal privilegiado de difusão e acesso ao conhecimento e à informação; e as repercussões negativas nos orçamentos das Universidades Públicas e, em especial, na Pós-Graduação, da crise econômica e do ajuste fiscal, o que se refletem nas dificuldades de captação de recursos para financiar revistas acadêmico-científicas, particularmente, suas versões impressas⁹⁰.

De acordo com dados da Plataforma Sucupira (2013-2016), os periódicos que apresentaram maior número de publicações na área (A32- Serviço Social) foram respectivamente, a Revista de Políticas Públicas, com 91 artigos publicados e a Revista Serviço Social & Sociedade, com 88 artigos (a Revista Katálysis ocupa o 5º lugar com o número de 80 artigos publicados). Apesar do número reduzido de periódicos na qualificação A1 e A2 na área, o maior quantitativo de publicação se concentra nesses estratos.

Anteriormente a edição de 2008 (volume 12, nº2) a revista era organizada como dossiê temático e após esse volume a revista começou a ser organizadas por temas, conforme o quadro abaixo:

90

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/about/editorialPolicies#focusAndScope>

Quadro 9 - Temáticas das edições da Revista de Políticas Públicas, no período de 2008-2014

Vol., Nº e Ano	Tema
V. 12, n. 2 (2008)	Questão urbana, moradia e gestão das cidades
V. 13, n. 1 (2009)	Proteção Social no Brasil e na América Latina:
V. 13, n. 2 (2009)	Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina
V. 14, n. 1 (2010)	Políticas públicas: gênero, etnia e geração
V. 14, n. 2 (2010)	Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência Social
V. 14 (2010): Especial	Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as Políticas Públicas
V. 15, n. 1 (2011)	Políticas Públicas: questão agrária e meio ambiente
V. 15, n. 2 (2011)	Direitos humanos: desafios e perspectivas para Políticas Públicas
V. 16, n. 1 (2012)	Políticas públicas: desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento regional
V. 16, n. 2 (2012)	Políticas públicas da educação: impasses e desafios contemporâneos
V. 16 (2012): Especial	Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital
V. 17, n. 1 (2013)	Avaliação de políticas públicas: teorias e práticas
V. 17, n. 2 (2013)	A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas: o debate contemporâneo as
V. 18, n. 1 (2014)	Orçamento público: concepções e desafios para as políticas públicas
V. 18, n. 2 (2014)	Poder, violência e políticas públicas no contexto contemporâneo
V. 18 (2014): Especial da VI JOINPP	O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra exploração, a dominação e a humilhação

Fonte: elaboração da pesquisa

Como podemos observar, as temáticas abordadas na RPP não priorizam em nenhuma das edições o tema cultura, como vimos constatando também nos periódicos analisados anteriormente. Cabe o registro, que o programa de Pós Graduação em Políticas Públicas é de natureza interdisciplinar, não tendo como enfoque específico o diálogo direto com o Serviço Social. Esse dado explica a grande quantidade de artigos publicados por profissionais de áreas afins vinculados ao programa. Outro destaque importante se refere à região em que está localizado, o estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, região bastante expressiva quanto às diferentes manifestações da cultura popular, com destaque para a grande incidência de etnias indígenas no território, e de manifestações culturais de origem africana. Alguns artigos dialogam diretamente com essas temáticas (considerando o debate a partir de diferentes recortes, como jurídico, antropológico, historiográfico e sociológico), porém grande parte dos artigos, não contempla o debate da cultura na tradição marxista, portanto parte significativa foi desprezada nessa investigação.

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

O Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas é vinculado ao Centro de Ciências Sociais da UFMA é interdisciplinar e interdepartamental, tendo como objetivo geral a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, “para a reflexão e intervenção crítica na realidade social, no campo das políticas públicas, tanto na vida acadêmica quanto em órgãos governamentais ou da sociedade civil” (Editorial-RPP, 2020, s/p)⁹¹.

A estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas é composta por um conjunto de disciplinas e outras atividades curriculares, assim organizadas: Núcleo de Fundamentação (Teoria Antropológica; Teoria Sociológica; Teoria Política; e Economia Política), Núcleo de Formação Básica (Estado e Questão Social; Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas; Laboratório de Pesquisa: Metodologia nas Ciências Sociais e Elaboração de Projeto de Pesquisa) e Núcleos Temáticos de Concentração e Disciplinas (composto por um conjunto de disciplinas eletivas que abrangem as duas áreas de concentração do programa)⁹².

Atualmente conta com duas áreas de concentração, sendo elas: Políticas Públicas e Movimentos Sociais, e Políticas Sociais e Programas Sociais. A área de Políticas Públicas e Movimentos Sociais conta com as seguintes linhas de pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas; Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas; Estado, Trabalho e Políticas Públicas; Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. A área de Políticas Sociais e Programas Sociais, por sua vez, conta com as linhas de pesquisa: Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social; Política Social e Serviço Social; Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero. Conforme o quadro abaixo:

⁹¹ Cf.: Site do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/CCSO
(https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893)

⁹² Regimento Interno PPGPP-UFMA. Disponível em:
(https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/documentos_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893&idTipo=2)

Quadro 10 - Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

Políticas Públicas e Movimentos Sociais
Linha(s) de Pesquisa:
› Estado, Cultura e Políticas Públicas
› Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente
› Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas
› Estado, Trabalho e Políticas Públicas
› Direitos Fundamentais e Políticas Públicas
Políticas Sociais e Programas Sociais
Linha(s) de Pesquisa:
› Avaliação de Políticas e Programas Sociais
› Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social
› Política Social e Serviço Social
› Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero

Fonte: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/areas_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893

As linhas de pesquisas estão articuladas com as duas áreas de concentração do programa: Políticas Públicas e Movimentos Sociais, e Políticas Sociais e Programas Sociais, sendo esta última, a área que contempla especificamente uma linha de pesquisa com ênfase no Serviço Social. Atualmente o programa é coordenado pela Professora Dr^a Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, assistente social, vinculada ao departamento de Serviço Social da UFMA.

Análise dos dados- Revista de Políticas Públicas

A Revista de Políticas Públicas no período elencado na pesquisa (1994-2014), publicou um total de 35 números, totalizando 369 artigos entre revistas bimestrais de fluxo normal e edições extras comemorativas. Nesse universo, foram selecionados 9 artigos, de acordo com os eixos de análise elencados na pesquisa, que expressam 2,4% do universo total de artigos. Como podemos evidenciar na tabela a seguir:

Quadro 11- Títulos dos artigos sobre cultura publicados na Revista Políticas Públicas (1994-2014), por formação dos autores, natureza do estudo e eixo temático

Titulo do artigo	Autor(a)	Área de graduação	Natureza do estudo	Revista	Eixo Temático
Movimentos Populares e Classes Subalternas - indicações teóricas	<i>Marina Maciel Abreu</i>	Serviço Social	Ensaio teórico	v. 1, n.1 (1995)	Categorias/autores; Visão de mundo/modo de vida
Cultura popular e sociedade regional no maranhão do século XIX	<i>Mathias Rohrig Assunção</i>	História	Pesquisa	v. 3, n.1 (1999)	Manifestações culturais/Cultura popular; identidade
Estado e cultura na contemporaneidade: Portugal e Brasil em foco	Maria Manuel Baptista, Alba Maria Pinho de Carvalho, Helciane de Fátima Abreu Araújo, Irlene Menezes Graça	Filosofia; Serviço Social; Comunicação Social; Serviço Social	Ensaio teórico	v. 11, n.2 (2007)	Política Pública
Estado, interesses privados e a permanência da crise do “centro histórico”: políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do maranhão	Frederico Lago Burnett	Arquitetura	Pesquisa	v. 12, n. 2 (2008)	Política Pública; cultura como negócio/indústria cultural
Cultura popular e patrimônio imaterial: o contexto do tambor de crioula do Maranhão	Sergio Figueiredo Ferretti	História e Museologia	Pesquisa	v. 14 (2010): Especial	Manifestações culturais/Cultura popular; Cultura como negócio/indústria cultural; Política Pública.
Enfrentamentos e contradições nas comunidades de extração de recursos naturais em Cabinda – Angola	Juliana Lando Canga, Alfredo Gabriel Buza	Educação Religiosa e Licenciatura Plena em Ciências; Direito, Agronomia e Teologia	Pesquisa	v. 15, n. 1 (2011)	Visão de mundo/Modo de vida; Política Pública
Gastos tributários e recursos orçamentários nas políticas culturais	Eduardo Gomor dos Santos, Carla Beatriz de Paulo	Administração Pública	Pesquisa	v. 18, n. 1 (2014)	Política Pública
Estado, ideologia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil	Ilse Gomes Silva	Enfermagem	Ensaio teórico	v. 18 (2014): ESPECIAL	Categorias/autores
Saúde indígena em tempos de barbárie: política pública, cenários e perspectivas	Raimunda Nonata da Cruz Oliveira, Lucia Cristina dos Santos Rosa	Serviço Social	Pesquisa	v. 18, n. 2 (2014)	Identidade; Política Pública

Quadro 12- Número de artigos sobre cultura publicados na Revista de Políticas Públicas, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)

Eixos temáticos	Nº de artigos
Cultura como política pública	6
Cultura como visão de mundo e modo de vida	2
Manifestações culturais/cultura popular	2
Cultura como negócio/indústria cultural	2
Cultura como identidade	2
Categorias e autores	2

Fonte: elaborado pela pesquisa.

Eixo temático: categorias e autores

Marina Maciel Abreu – “Movimentos populares e classes subalternas – indicações teóricas” (1995). O artigo é um ensaio teórico sobre *a base de classe* dos movimentos populares. Inicia o debate com uma leitura histórica e política da sociedade brasileira a partir do final da década de 1970, quando os movimentos sociais ganham maior visibilidade, sobretudo nas áreas urbanas, expressando novas e variadas formas de manifestações e lutas coletivas das classes subalternas. Identifica duas categorias de movimentos sociais: dos dominantes e dos dominados, a partir de paradigmas diferenciados de explicação da sociedade. Tomando como referência concreta os movimentos sociais urbanos, as posições em relação à perspectiva de classe dos mesmos podem ser resumidas em três grandes tendências analisadas no texto. Primeiro, identifica a visão culturalista que reconhece o caráter de classe desses movimentos, atribuindo às dimensões culturais e simbólicas a primazia na definição da conduta dos agentes sociais. Por esse ângulo destacam-se as formulações de Alain Touraine, Clauss Offe e outros. Acentua que essa perspectiva nega a luta de classes, compartilhando da tese do fim da sociedade do trabalho. Seguidamente, apresenta o outro extremo dessa polêmica, que se expressa nas visões mecanicista e determinista da estrutura econômica na constituição das classes sociais. Sob esse ângulo o caráter de classe dos movimentos populares é questionado, considerando-se a heterogeneidade de sua composição, caracterizada por frações diferenciadas das classes subalternas, bem como a natureza de suas lutas, por se situarem na esfera da reprodução social, as quais assim aparecem como condições adversas à organização política tradicional; 3) Uma terceira linha de

interpretação congrega uma diversidade de análises apoiadas na concepção marxista das classes sociais, que considera a relação que os indivíduos estabelecem com a propriedade dos meios de produção, fonte primeira da divisão das classes sociais, sem excluir nem secundarizar as dimensões políticas e culturais como determinantes da constituição das classes, ou seja, a formação das classes sociais resulta do conjunto de determinações sociais (econômicas, políticas e culturais) de uma determinada totalidade histórica. Sobre a última apreensão, a autora destaca a necessidade de pensar a organização das classes subalternas vinculando a uma perspectiva de transformação social e, a partir das contribuições de Gramsci sobre tais conceitos (classes subalternas, hegemonia das classes subalternas e formação de uma nova cultura) defende que as experiências dos movimentos populares representam formas e espaços novos *do fazer política*, na medida em que alargam a própria noção de política. A constituição das classes subalternas não é, pois, resultante tão somente da inserção na estrutura produtiva, mas também, resulta de experiências de condições objetivas dadas. Conclui que é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se, então, coletividades políticas, sujeitos coletivos. O artigo pauta-se numa compreensão de cultura a partir de uma análise mais ampliada, como constituinte de uma dimensão da vida social, a partir da perspectiva de totalidade. Dessa maneira, leva em consideração nas análises as experiências dos sujeitos como constituinte de formas de resistência e de luta para a criação de uma nova cultura. Principais autores de referência no artigo: Antônio Gramsci, Franci Cardoso, Francisco de Oliveira e Eder Sader.

Ilse Gomes Silva – “Estado, ideologia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil” (2014). O artigo analisa teoricamente a ação repressora do Estado e o processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil, em meio a um cenário de formação de consensos e dissimulação da violência. Para isso, a autora recorre ao conceito de ideologia e “suas múltiplas determinações”. Como referencial teórico, pauta-se na análise crítica da sociedade, mais precisamente nas obras de “Marx e Engels, Gramsci, Althusser, além de outros autores contemporâneos” (2014, P.190). Tece considerações acerca do significado de “ideologia” passando pela ideia de “concepção de mundo; de um conjunto de crenças; de falseamento da realidade e pelas concepções que legitimam o poder dominante e à estruturação dos discursos”

(2014, p.191). Grande parte da abordagem aponta para análises do papel desempenhado pelo Estado na criação de consensos utilizando os seus recursos “midiáticos e discursivos”, além dos coercitivos, para viabilizar o enfrentamento da crise contemporânea e do neoliberalismo. A narrativa apresenta a ideia veiculada pelo Estado de “apresentar à sociedade a resistência dos trabalhadores às políticas neoliberais como caso de polícia ou como a reação de um grupo de baderneiros que insistem em perturbar a ordem, não colaborando com os esforços da “nação” para superar ou impedir os efeitos das crises econômicas no plano nacional” (2014, p.191). Não fica muito clara a visão da autora acerca das diferenças conceituais de ideologia e aparelhos hegemônicos entre os pensadores citados. Enfatiza o aumento de manifestações sociais populares no Brasil, sobretudo após a crise econômica de 2008, dentre eles, movimentos indígenas, de estudantes, sem-teto e atingidos por barragens. Por outro lado, salienta as medidas repressoras por parte do Estado contra tais movimentos, revelando a contradição entre os projetos em disputa. A autora aponta que o desafio colocado nesse momento para os movimentos sociais da classe trabalhadora em nível mundial é romper com a ofensiva ideológica que ao mesmo tempo em que desqualifica e criminaliza as manifestações de resistência dos trabalhadores, recompõe, em bases autoritárias e conservadoras, os ideais burgueses de manutenção da ordem como garantia para manter a acumulação do capital.

Principais autores de referência no artigo: Louis Althusser, Antônio Gramsci e Karl Marx.

Eixo temático: Manifestação culturais/cultura popular

Mathias Rohring Assunção – “Cultura Popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX” (1999). O artigo é resultado de uma pesquisa histórica que se propõe a reconstruir o desenvolvimento da cultura popular na província do Maranhão (MA) e, ao mesmo tempo, chamar atenção para a originalidade de sua *subcultura rural*, sua validade, bem como suas subdivisões Internas, assim, “espera indicar que a cultura popular é o resultado de um confronto permanente entre a subcultura dos diferentes grupos de um lado, e da cultura da elite e suas intervenções de outro” (1999, p.3). Destaca o aumento de interesse de historiadores em debater o tema “cultura popular”, no entanto, revela muitas fragilidades na apreensão do conceito, devido a romantização que atrela essa concepção à ideia de “povo” e um

retorno nostálgico a uma "cultura autêntica". Por outro lado, o caráter subordinado da cultura popular e as suas relações conflituosas com a cultura dominante das elites constitui forte denominador comum para todas as subculturas populares e isto pode justificar o uso do termo. Substitui nas análises o conceito de classe pelos conceitos de cultura dominante e cultura popular. Em seguida toma a noção de cultura popular para evidenciar aspectos da identidade de grupos rurais, que chamou de "subculturas regionais brasileiras" são elas: a) a subcultura crioula que se desenvolveu dentro e fora das "*plantations*" escravistas ao longo do litoral do Nordeste do Brasil; b) a subcultura, sertaneja restrita à zona pecuária do interior semiárido (sertão) do Nordeste do Brasil; c) a subcultura cabocla considerada a mais "indígena" e d) a subcultura caipira ou caiçara do Sudeste e de partes do Centro-Oeste e e) a subcultura gaúcha das áreas de pecuária do Sul do Brasil. A partir dessa análise, estuda a economia com base na formação social (Gilberto Freyre) dessas subculturas rurais do Maranhão, destacando como esses grupos, suas crenças e seus valores foram influenciados pela hegemonia da cultura das elites, ou alta cultura. Devido à escassa quantidade de evidências, as conclusões ainda são bastante preliminares. Contudo, alguns pontos se destacam: primeiro, o fato de que as expressões da cultura popular atualmente não são compreensíveis sem referenciar a história concreta das relações entre colonizadores e colonizados. No Maranhão a mão de obra negra e escrava foi determinante para a base econômica e era constituída de mais de 50% dos trabalhadores, o que impacta fortemente na cultura local, que com o tempo foram pouco a pouco tendendo à homogeneização. "É a longa história do confronto e da coabitação entre os atores sociais, do início do período colonial em diante, que é a chave do problema" (1999, p.22). Segundo o autor, a cultura popular não é meramente residual e apolítica, nem um sistema completo de contracultura, mas sim, um complexo conjunto de subsistemas parcialmente sobrepostos e relacionados, contendo elementos tanto de ideologia "contra hegemônica", quanto da ideologia dominante. Terceiro, as transformações na cultura popular não somente refletem, mas também ajudam a estruturar as lutas políticas e socioeconômicas, conferindo-lhes um significado para os atores populares. Na concepção desta pesquisa a apreensão da ideia de cultura do artigo tende a reduzir-se à disputa entre e culturas populares e cultura dominante, mais no que tange aos seus aspectos simbólicos (debate identitário) do que os aspectos materiais, ou no que proponham imbricamento dessas

duas dimensões. Recoloca a cultura como imaterialidade, abordagem que impõe certa dicotomia e que já é superado no interior do debate marxista da cultura. Identificamos uma abordagem mais próxima ao debate identitário com propostas de recuperação do potencial dos movimentos com essa característica, mantendo uma apreensão apenas pelo viés culturalista, sem considerar o que esse debate significa para a divisão do trabalho e para a apreensão dialética entre classe e cultura. Dessa forma, não é possível evidenciar uma leitura que incorpore o “homem estético” e o “homem-econômico” dialeticamente, conforme a afirmação do campo mais progressista dos estudos em cultura no marxismo, como um campo complexo de atividades, relações e instituições, não sendo possível isolar um ou outro aspecto. Principais autores de referência do artigo: Néstor Canclini, Gilberto Freyre, Roberto Da Mata e autores da cultura popular maranhense como Mundinha Araújo e Carlos Moreira Neto.

Sérgio Figueiredo Ferretti – “Cultura popular e patrimônio imaterial: o contexto do tambor de crioula do Maranhão” (2010). O artigo aborda, a partir de estudo histórico e etnográfico, um símbolo da cultura popular maranhense, a dança do *tambor de crioula* e sua trajetória de construção como patrimônio cultural do país. Enfatiza que apesar da grande relevância como símbolo da cultura maranhense hoje, reconhecido nacional e internacionalmente, os símbolos e as práticas da cultura popular, em sua maioria foram perseguidas e criminalizadas historicamente. A cultura do *tambor de crioula* foi apenas recentemente documentada e já encontraram diversos núcleos dispersos pelo estado do Maranhão. A base teórica do texto está apoiada nos escritos históricos sobre esta prática cultural, assim como referências que tratam da temática da cultura popular brasileira como Domingos Vieira Filho e Oneida Alvarenga. Informa que a partir da década de 1970, a UNESCO passou a relacionar programas do patrimônio material e imaterial, como constituindo dois aspectos do patrimônio cultural, superando a dicotomia que vigorava anteriormente entre estes domínio da cultura e a c. Enfatiza que a Constituição de 1988 legitima o exercício dos direitos culturais e incentivam a valorização das manifestações e dos bens culturais de natureza material e imaterial, sendo o poder público encarregado de promover e proteger todo o patrimônio cultural do país. Sob o viés antropológico, o artigo destaca que a cultura quase sempre se relaciona com seus aspectos imateriais, no entanto, se exterioriza, em objetos materiais de cultura. Aqui o autor revela a materialidade da

cultura através apenas de “objetos materiais” do vestuário, alimentação, habitação, meios de transporte, ferramentas e utensílios, cerâmica, tecelagem, metalúrgica, entre outros. E, os aspectos imateriais seriam as crenças, conhecimentos, religião, magia, mitologia, formas de organização social, política e a linguagem. Como patrimônio imaterial, o *tambor de crioula* reconhecido pelo IPHAN- “é uma forma popular de divertimento e de pagamento de promessa por uma graça alcançada ou um agradecimento a um santo ou entidade sobrenatural. Participam mais dessa tradição, negros descendentes de escravos e africanos, geralmente de baixa renda, e que são trabalhadores braçais e empregadas domésticas (2010, p.175)”. Essa expressão cultural foi bastante perseguida, no entanto, a autor afirma que a indústria do turismo, sobretudo, depós da década de 1990, ajudou a manter essa tradição viva, contudo a partir de um viés utilitarista e econômico, o que com o tempo acabou impactando na organização própria dessa manifestação cultural (mercadorização da cultura). Para concluir, destaca as inúmeras fragilidades do MINC em repassar verbas para apoio a projetos associados ao patrimônio imaterial e para a manutenção das inúmeras iniciativas populares. Indica ainda, que as políticas públicas de cultura, refletem as relações entre o campo de poder e o campo de cultura. “Se por um lado a tendência atual em valorizar a cultura popular é expressiva, por outro lado há muitos riscos relacionados com essa valorização, tendo em vista os múltiplos e complexos aspectos envolvidos na produção simbólica da cultura popular” (2010, p.177), o que exige que sejam propostas novas formas de apoio, inclusive, e, principalmente, por parte de agentes representantes da cultura popular como novas formas de resistência.

Principais autores de referência do artigo: Antônio Everaldo Barros, Alvarenga Vieira Filho M, Santana e C. Londres (são estudiosos da cultura popular regional e de políticas públicas na área).

Eixo temático: Cultura como Política Pública

Maria Manuel Baptista, Alba Maria Pinho Carvalho, Helciane de Fátima Abreu e Irlene Menezes Graça – “Estado e cultura na contemporaneidade: Portugal e Brasil em foco” (2007). O artigo analisa a relação Estado/Cultura, tendo como referência empírica o cenário europeu, com enfoque em Portugal e no estudo comparativo o contexto latino-americano, com foco no Brasil. As discussões têm como fio condutor “a contraditoriedade do tecido estatal, buscando superar leituras tradicionais,

fundadas em dicotomias” (2007, p.147). O Estado Contemporâneo é analisado na confluência dos processos de democratização e de ajuste à ordem do capital mundializado, trabalhando-se a tese de encontros/desencontros entre Estado/Sociedade Civil que se expressam na dinâmica das políticas públicas e na precarização das formas de trabalho e vida. Nesse sentido, as análises se amparam em numa leitura crítica da sociedade capitalista, com destaque para a teoria do valor como propulsora do sistema de exploração. As autoras consideram que há uma guinada à esquerda de alguns governos latino-americanos, a partir de 2008, e imaginam o processo como leitura uma tentativa de refundação do Estado. Apoiam-se nas análises de SADER, sobre uma ideia mais ampla de democracia em diversos aspectos (sociais, culturais, econômicos) e de controle social, indicando assim, rearticulações entre movimentos sociais e a esfera pública governamental. A partir dessa leitura, o artigo destaca o lugar da cultura para analisar o papel dos movimentos sociais populares no que se refere à elaboração de universos simbólicos emancipatórios fundados na ideia de “vontade coletiva” e na perspectiva de transformação da realidade. Na Europa, as autoras destacam que apesar de analistas salientarem “o papel democratizador e equilibrante do Estado, sobretudo ao contrabalançar o peso do mercado que asfixiaria, de imediato, determinados produtos e produtores culturais, sublinham o caráter, com frequência, uniformizador desta intervenção, excluindo tudo o que é inédito, inesperado e experimental” (2007, p.150). Além disso, mantém-se a tendência para o surgimento de uma arte e cultura oficiais, pois, para que os indivíduos, associações ou comunidades possam se beneficiar de apoio econômico, o Estado exige “que as iniciativas populares se submetam ao código de valores, promovido e defendido pelo Ministério da Cultura amparado no discurso de implementação uniforme e coerente das suas políticas culturais” (2007, p. 150). Dizem as autoras que para os agentes culturais trata-se de se submeter, obrigatoriamente escolhas que não são necessariamente as suas. Como sustentação dessa análise apresentam as contradições do Brasil do século XXI, cujo cenário é de desigualdades e assimetrias. A cultura configura-se como um mecanismo de sustentação das formas de domínio, constituindo um espaço de difusão da ideologia do mercado, viabilizando o consumo de uma cultura padronizada. A questão central “é discutir as possibilidades de políticas culturais em uma perspectiva de radicalização da democracia, a partir de uma realidade culturalmente construída, em um processo

histórico de desigualdades, apartações, discriminação ou, sob os signos da ‘mestiçagem sincrética’, da ‘ideologia da cordialidade’ e da pseudo ‘democracia racial’” (2007, p.161). Assim, o artigo ressalta que o desafio é a construção de políticas culturais que reconheçam e estimulem a diversidade cultural das várias regiões brasileiras, que incluam as lutas e pautas dos movimentos pelo direito à igualdade de acesso e o reconhecimento e respeito às diferenças, configurando a democracia cultural como desafio do nosso tempo. Revelam uma relação estreita entre Estado e cultura e a instrumentalização das políticas culturais tanto na Europa quanto no Brasil, contudo, reivindicam a defesa e radicalização da democracia através de perspectiva do direito, e da garantia do respeito às diferenças, não transcendendo esses limites e supervalorizando o papel de movimentos sociais populares específicos. Principais autores de referência do artigo: François Chesnais, Alba Maria Pinho de Carvalho, Boaventura de Sousa Santos e Lúcio F. Oliver Costilla.

Frederico Lago Burnett – “Estado, interesses privados e a permanência da crise do “centro histórico”: políticas e elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão” (2008). O artigo realiza uma aproximação com as causas da incapacidade das Políticas Públicas de Cultura contornar a crise urbana da área central da cidade de São Luís, Maranhão. Para isso, resgata as ações do poder público nas transformações espaciais da região central e sua vinculação com a produção do espaço urbano. O artigo tece críticas para a natureza dessas ações, que parecem reforçar o discurso sobre a produção capitalista do espaço, “desprezando iniciativas concretas de preservação do patrimônio cultural e de um debate ampliado de cultura, penalizando moradores e trabalhadores do lugar” (2008, p.94) O autor salienta que a fetichização do patrimônio cultural no senso comum e no pensamento de estudiosos locais sobre o urbano, desvinculando a questão da totalidade da estrutura urbana e das forças sociais que a determinam, reiterando uma suposta dualidade urbana no entendimento da relação entre a área central e o restante da cidade. Tece críticas à falência da política de “tombamento” para o enfrentamento da crise urbana no Brasil e analisa que a área central de São Luís foi elevada a centro histórico e referência maior da identidade local, no entanto esse debate acaba sendo transferido para o campo da mitologia urbana à serviço de hegemonias políticas e interesses particularistas. Conclui que a manutenção dessa situação deve-se,

evidentemente, à inexistência de movimentos reivindicatórios organizados de moradores e trabalhadores da área, que seriam os sujeitos potentes para confrontar os interesses privados que perpassam o Estado. O acervo arquitetônico da cidade, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, é vitimado pelo abandono e pela descaracterização, expondo o conflito entre o discurso e a prática do poder público. Destaca as formas de instrumentalização da cultura e das práticas culturais em defesa unicamente da “política de tombamento” com interesses privados, desprezando conflitos e interesses coletivos da população do entorno e a própria dinâmica espacial. Denuncia práticas antigas de exercício do poder pelas classes dominantes nessa área, fazendo uma leitura da cultura como ideologia, a partir de um universo simbólico e material. Principais autores de referência do artigo: David Harvey, Marilena Chauí, Emília Maricato, Mark Gottdiener; Flávio Villaça; Frederico Iago Burnett.

Juliana Lando Canga e Alfredo Gabriel Buza – “Enfrentamentos e contradições nas comunidades de extração de recursos naturais em Cabinda – Angola” (2011). O artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada em comunidades locais de Angola. São utilizados diversos instrumentos de coletas de dados como entrevistas, observação direta e indireta. A investigação analisou como a aldeia de Fútlia e a Vila De Buca Zau em Cabinda estão relacionadas às dinâmicas modernizadoras de Angola no que se refere à exploração e à exportação dos recursos naturais, cujas estruturas recebem investimento tecnológico importante no seu capital fixo (indústrias madeireiras, do petróleo), e são responsáveis em grande medida pelos indicadores de crescimento econômico, considerados elevados frente a outras nações do mundo hoje. Buscou-se identificar as mudanças culturais, sociais, ambientais e políticas relacionadas à exploração dos recursos naturais contrastadas com os altos índices alcançados de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Sinaliza que para as populações de Fútlia e da Vila De Buco Zau, “a exploração dos recursos naturais é marcada muitas vezes por situações desumanas nos *modus vivendis* e *operandis* dessas populações, marcadas por tensões constantes entre elas e as empresas de extração de recursos naturais, cujas origens remetem ao início da desestruturação das sociedades ancestrais” (2011. P.21). Ressaltam que o fato de Angola ser rica em recursos naturais renováveis e não renováveis ainda não lhe autoriza como um país moderno; embora haja elementos que sinalizem essa modernidade. Na visão das autoras, “enquanto não se conquistar as liberdades substantivas das populações,

essa realidade tenderá a piorar” (2011, p.24). Conclui-se que o advento de uma nova constituição em 2010, assim como a criação do Instituto Nacional de Conhecimento Tradicional facilitou a realização de projetos que contemplem as necessidades substantivas das comunidades (cujo o modo de vida é baseado na pesca, no cultivo da terra e no extrativismo) e, identificam com isso, o surgimento de novas formas de resistência. Soma-se a isso, o importante papel dos estudos científicos na área das humanidades para o acompanhamento e reivindicação de estratégias que envolvam as noções de modernidade e desenvolvimento adotadas pelo poder público (que atualmente vêm reiterando a subalternidade e a exploração de determinadas regiões). A partir da análise do modo de vida, as autoras sublinham as mudanças operadas localmente por estratégias próprias da dinâmica capitalista, avaliando seus impactos para a dinâmica interna dessas comunidades e para o autogoverno. Contudo, não identificamos um diálogo direto com autores que trabalham na chave da cultura no âmbito do marxismo. Principais autores de referência do artigo: Frantz Fanon, Alfredo Gabriel Buza.

Eduardo Gomor dos Santos e Carla Beatriz de Paulo – “Gastos tributários e recursos orçamentários nas políticas culturais” (2014). O artigo trata das políticas culturais no Brasil a partir da década de 1990 com enfoque na questão orçamentária. Parte de uma concepção de cultura vinculada com a política, e com as “diferentes formas de ver, viver e pensar o mundo” (2014, p.112) evidenciando uma relação umbilical entre cultura e hegemonia na sociedade capitalista. O estudo analisa a reorientação na década de 1990 das políticas culturais, apontando, além de mudanças orçamentárias, o controle exercido pelo Legislativo sobre a destinação dos recursos para a área. De acordo com os autores, as leis de incentivo via renúncia fiscal têm exercido um papel fundamental na conformação de poderes e manutenção de hegemonias, na medida em que determinam as formas de alocação dos recursos públicos, e, definem as formas de participação dos sujeitos nos espaços decisórios. Ao lado das políticas educacionais, “exercem um papel fundamental na difusão e consolidação de valores, de modos de ver e viver o mundo, atuando ativamente na ação e reflexão dos sujeitos sobre o que são e o que podem vir a ser, marcando intrinsecamente as relações entre o passado, o presente e o futuro” (2014, 115). Nesse sentido, constroem hegemonias que mantêm os grupos dominantes e o *status*

quo vigente. Para isso, aborda as categorias cultura e hegemonia em Gramsci, e, identifica repercussão das políticas culturais no quadro da acumulação flexível do capital. Reforça o pensamento de Gramsci através das obras de comentaristas como, Marilena Chauí e Luciano Gruppi. As principais conclusões do estudo apontam que as leis de incentivo perdem em controle democrático e reproduzem desigualdades regionais, com alta concentração de recursos em São Paulo e no Rio de Janeiro. No entanto, apresenta como contraponto o “Programa Cultura Viva” (entra em funcionamento em 2014), que, por apresentar distribuição mais equitativa de recursos, ainda que tenha orçamento irrisório comparado aos valores capitaneados pelas leis de incentivo. Sua principal ação são os Pontos de Cultura, buscando identificar e reconhecer organizações da sociedade civil que já sejam atuantes na área cultural em seus territórios, a partir de editais públicos. Vale destacar que apesar de revelar preocupação com a categoria cultura, propriamente dita, como expressão direta de um determinado grupo (hegemonia), o autor não apresenta um diálogo direto com Gramsci e nem com os outros autores, considerados chaves no eixo temático “Categoria e autores”. Principais autores de referência do artigo: Luciano Gruppi, Marilena Chauí e David Harvey.

Eixo temático: cultura como identidade

Raimunda Nonata da Cruz Oliveira e Lúcia Cristina dos Santos Rosa – “Saúde indígena em tempos de barbárie: política pública, cenários e perspectivas” (2014). O artigo analisa a questão social indígena na contemporaneidade, com ênfase no perfil saúde-doença e seu enfrentamento pelo Estado. As reflexões têm sua origem em uma pesquisa de campo finalizada em fevereiro de 2014 pelas autoras, envolvendo os indígenas da etnia Guajajara em Barra da Corda, Maranhão, e os profissionais de saúde indígena do Departamento de Saúde Indígena (DSEI-MA), daquele Estado. As autoras refletem sobre o modelo das políticas públicas de saúde voltadas para essa população, reivindicando uma abordagem que considere aspectos culturais e sociais próprios, sem desprezar a perspectiva histórica da formação social brasileira. Destacam que as contradições do modo de produção capitalista nos países periféricos têm marcas singulares, e, no Brasil, as autoras enfatizam o impacto da colonização e exploração de povos originários. Atualmente isso se reflete, ainda, num processo de

aculturação, tutela, exploração do território e genocídio dessas populações, com impacto para o modo de vida nas diversas esferas. Tecem críticas acerca da realidade complexa vivida por essa população atravessada por diferentes expressões da questão social, como: pauperização, precarização das relações de trabalho, falta de acesso aos direitos e à proteção básica. As autoras argumentam que a convivência com hábitos e costumes da cultura nacional favorece o aparecimento de novas patologias, além dos transtornos mentais, identificando que o aparecimento de DST's, AIDS, tuberculose, hipertensão, câncer e outras doenças que, com o passar dos anos e a intensificação dos contatos interétnicos, alcançaram maior intensidade. As políticas que envolvem traços culturais, como a política de saúde indígena, apresentam inúmeras fragilidades no território, notadamente instabilidades e intermitências na condução da gestão, com frequentes mudanças de órgãos, associadas às limitações institucionais para geri-la com nível de compromisso, conhecimento, atenção e cuidado que ela requer. Como desafio, apontam a importância de se incorporar nos sistemas de saúde as especificidades étnicas, culturais, epidemiológicas e operacionais em relação a este segmento, apontando o exame não só dos aspectos peculiares que atravessam o cotidiano de uma aldeia, do seu processo de organização, convivência, mas principalmente, das novas representações que envolvem o mundo indígena nas suas relações de produção, reprodução e cosmovisão. Principais autores de referência do artigo: Darci Ribeiro, José de Souza Martins, David Harvey e Anthony Giddens.

Os artigos analisados na RPP abarcam os eixos de análise de maneira combinada, porém com maior incidência no eixo “cultura como política pública”. Tudo indica que essa tendência se justifica pela natureza do programa de pós-graduação em que a revista está vinculada, com ênfase em políticas públicas, cultura popular e manifestações culturais ressaltando as características de identidade étnica e regional. Nos artigos analisados sob esse eixo, CANGA e BUZA (2011), VASQUEZ (2011) e OLIVEIRA E ROSA (2014), destacamos uma leitura das políticas públicas que ressaltam os aspectos identitários da população indígena e quilombola através da perspectiva da diversidade social e cultural e da luta pela inclusão da diferença. Esse debate tem sido travado por vários autores dentro e fora dos aportes teóricos do marxismo desprezando uma abordagem que revele verdadeiramente a luta contra as opressões a partir da crítica radical à estrutura da sociedade capitalista. Os dilemas

colocados nos estudos a esse respeito, geralmente, se localizam na órbita da garantia da política como direito, se limitando a ele, sem críticas mais profundas quanto às estratégias do Estado ou do modo de produção impactando os limites dessa política.

A cultura como patrimônio imaterial e a mercantilização da cultura em BURNETT (2008), Ferreti (2010) também são reveladas como aspectos da cultura dominante que organizam o conjunto dessas políticas, nesse caso, a realidade analisada passa pelo reconhecimento do protagonismo de sujeitos produtores de cultura, se contrapondo ao Estado como seu principal agente.

O reconhecimento das chamadas “pautas identitárias” e seu tratamento através dos estudos culturais é um viés de análise importante para compreender as experiências sociais, no entanto, como salientamos, grande parte dessas pautas são cooptadas pelo esteio da *ideologia pós-moderna*, cujo debate interage harmonicamente com o chamado “*culturalismo*” e tudo passa a ser tratado como cultura, como pauta cultural ou pauta identitária. No entendimento dessa pesquisa, a identidade é construída a partir da interação dos sujeitos e se apresenta nessa dinâmica a partir do reconhecimento de determinadas características, portanto não é fruto da consciência individual. Para os marxistas, “o ser social determina a consciência social” e esse aporte é o ponto de partida para os estudos culturais e para a análise das determinações que se impõem a partir da relação dinâmica entre estrutura e superestrutura. Nessa medida, a cultura não é uma esfera da consciência separada do ser social, mas designa um processo central e uma arena de luta social e política (CEVASCO, 2003). A individualização e a fragmentação dessas análises enfraquecem a compreensão dos *fiões invisíveis* que ligam o todo social e as partes, separando cultura e classe social, cultura e política, alta cultura e cultura popular.

As pautas identitárias ganharam uma enorme projeção no âmbito do marxismo, alavancadas, dentre outros grupos políticos, pela esquerda-liberal e pela juventude militante de diferentes segmentos e agrupamentos sociais e políticos. Essas pautas perpassam diversas temáticas que podemos considerar como responsáveis pela formação da identidade dos sujeitos como gênero, raça, classe, religião, cultura, etc. Contudo, esses estudos seguem na direção da experiência empírica dos sujeitos e suas vivências cotidianas como critérios epistemológicos (de verdade ou falsidade), em oposição completa ao que Marx nos revelou com a análise da estrutura de dominação da sociedade capitalista. Podemos dizer que tais características são

reveladoras de identidades específicas, mas não podem ser consideradas como critério “mais verdadeiro” ou “mais falso”, baseado apenas na experiência de quem “vivencia o fenômeno” ou é portador “desta ou daquela identidade”⁹³.

O imbricamento dessas pautas, na realidade, aponta para a raiz do problema: a estrutura da sociedade capitalista - que cria uma interdependência entre exploração e opressão. O marxismo nos possibilita a compreensão dessa dialética, através do que Marx chamou de *perspectiva de totalidade*, de um todo complexo, onde as mediações necessárias para a compreensão dos fenômenos sociais concretos, são revelados cuidadosamente no *método* inaugurado por ele.

As disputas de projeto no campo ideológico, como destaca Gramsci, na superestrutura da sociedade, são reveladoras de uma determina cultura e hegemonia de classe, o que não quer dizer que isso seja estático e imutável para um segmento ou para outro. As diferentes pautas identitárias, são na realidade uma gama de opressões geradas pela exploração do capital contra o trabalho e que se expressam de diferentes maneiras em cada corpo singular atravessado por esse sistema de exploração. A compreensão hierarquizada dessas categorias, não enriquece o debate, ao contrário, revela muitas fragilidades no campo progressista, nos empurrando para uma verdadeira encruzilhada, cujos debates se revelam rasos e periféricos, incapazes de construir propostas mais coletivas para os problemas de fundo da exploração- o próprio sistema- que concretamente se revela nesses diferentes mecanismos de expropriação e aviltamento dos subalternos⁹⁴.

⁹³ Aqui poderíamos destacar a noção de “lugar de fala” e de “outras linguagens” que consideram as pautas de opressões a partir de *critérios de verdade* (segmentando-as), para a investigação de fenômenos próprios da sociedade capitalista, como o racismo estrutural, a opressão às chamadas minorias: mulheres, grupos *LGBTQIs*, religiões de matriz africana entre outros. Para melhor ilustrar, a partir desses critérios, só as mulheres estariam autorizadas a falar sobre feminismo; somente os negros poderiam falar de questões de raça, e assim sucessivamente. Certamente, a diversidade agrega conhecimentos específicos, reveladores de características particulares e subjetivas à cada ser social, no entanto, não podem ser apreendidas como uma critério epistemológico para produzir conhecimento sobre essas expressões diretas da relação capital-trabalho.
Cf: <https://lavrpalavra.com/2019/07/05/luta-de-classes-e-movimentos-identitarios-ou-a-esquerda-na-encruzilhada-de-si-mesma/>

⁹⁴ A dialética produzida pelo próprio sistema capitalista ao passo em que expropria esses segmentos, se apropria de tais pautas para manter sua hegemonia através de uma ideologia forjada com vistas a falsear a *raiz do problema*. Ou seja, as identidades possuem uma utilidade produtiva na acumulação do capital. Um exemplo disso é a cooptação e apropriação de símbolos e práticas culturais da população negra e periférica pela indústria cultural e transformada em temas “da moda”, midiáticos, ou até mesmo, em saídas (individualizantes) para crises estruturais da sociedade capitalista, como o empreendedorismo, entre outros. É importante destacar que a população negra e grupos e segmentos das classes subalternas historicamente são explorados, tendo violados seus corpos, e seus direitos básicos, inclusive o de sobrevivência. Diante disso, as políticas de reparação por

Nesse sentido, além do limite para compreender a realidade concreta em sua objetividade, esse enfoque não avança na compreensão da experiência humana em sociedade, no bloco histórico capitalista, conforme requeremos nessa pesquisa. A partir desse enfoque, compreendemos como restrita a análise da cultura quando referenciada em fragmentos da realidade, ou até mesmo de aspectos que revelam símbolos e práticas culturais como expressão regional, local, desvinculada da historicidade e da totalidade. Nesse diapasão, não revelam a conectividade com as estruturas sociais e as maneiras possíveis de mudá-la. Por outro lado, verificamos certo ecletismo em alguns textos, no sentido de incorporar aportes teóricos divergentes, de modo que apresentam análises do modo de vida e da dimensão da cultura num debate que se ampara em Boaventura de Souza Santos e Marx, um que revela a falência da luta de classes como parâmetro analítico e outro que destaca sua centralidade.

Vale destacar que o debate de cultura popular, representada por símbolos e práticas culturais diversas é bastante expressivo no periódico. Parte significativa se ampara na análise que conjuga a cultura popular com o debate de políticas públicas, contudo, não tem como foco principal o debate marxista de cultura, e os parâmetros analíticos de grande parte dos artigos são mesmo divergentes com ele, motivo que nos leva a entender que ao escaparem ao nosso recorte de investigação, os artigos sobre cultura popular não representam o avanço teórico e político sobre a relação modo de vida e estrutura social, no sentido da reprodução da totalidade social e da resistência para superá-la.

Assim como nas análises precedentes, o eixo temático *categorias e autores*, é contemplado, apesar de pouco expressivo, pelos estudos de Gramsci, com ênfase na apreensão de cultura como hegemonia, revelando também as formas de organização e luta das classes subalternas. Dentro desse viés, os conceitos de hegemonia e ideologia, se destacam como norteadores do debate, quando relacionados com outros aportes de viés marxista para uma análise mais ampliada do par categorial estrutura-superestrutura.

exemplo, ainda se configuram como bandeiras de lutas fundamentais nesse momento histórico. É importante diferenciar essas conquistas e pontuá-las no bojo da relação entre a disputa de projetos de classes diferenciadas, para que não sejam confundidas com temáticas “culturalistas” e/ou “identitárias”, conforme salientamos anteriormente.

Nessa dinâmica de análise dos artigos da RPP verificamos que os artigos que se destacam nessa chave dos estudos de hegemonia são de autoria de assistentes sociais, sinalizando a influência do pensador na profissão, ainda que o quantitativo de artigos seja residual, conforme mostra esta tese, tanto no veículo editorial do Maranhão quanto nos demais recortados na amostra. Consideramos pertinente destacar a presença de Marina Maciel Abreu nas edições analisadas da RPP, em razão de sua trajetória de produção nessa área específica – a cultura em Gramsci e o Serviço Social - e do fato de compor o corpo docente da pós-graduação responsável pela revista.

3.1.5 A contribuição dos Estudos Culturais para o Serviço Social: apontamentos necessários

Quadro 13- Número de artigos sobre cultura publicados nas três revistas estudadas na pesquisa, 1994-2014, por eixos temáticos (com simultaneidade)

Eixos temáticos	Nº de artigos	Porcentagem
Categoria e autores	15	36,6%
Cultura como visão de mundo e modo de vida	8	19,5%
Cultura como política pública	7	17,1%
Cultura como identidade	5	12,2%
Manifestações culturais/cultura popular	4	9,8%
Cultura como negócio/indústria cultural	2	4,9%
Total	41	100%

Fonte: elaboração da pesquisa

Ainda que seja limitada à quantificação, consideramos pertinente destacar os aspectos desse dimensionamento sobre os artigos que retratam a produção sobre cultura em três veículos editoriais de ponta no meio profissional. O quadro mostra que os artigos transitam em mais de um eixo temático, sendo classificados, por exemplo, simultaneamente no *eixo política pública e identidade*; ou no *eixo categorias e autores e cultura popular*.

Essa apreensão revela como a cultura perpassa por diferentes dimensões e significados, afirmando sua heterogeneidade, e ao mesmo tempo, aponta para uma certa imprecisão epistemológica e teórica. Pudemos constatar isso porque na percepção desta pesquisa os artigos, na maioria, expõem uma visão mais reduzida

do tema do que uma análise macroscópica de cultura, compreendida como modo de vida, levando-se em consideração a categoria totalidade social. Todavia, tem expressão com maior número de artigos o *eixo categorias e autores*, sugerindo que a ênfase é principalmente de ensaios sobre os aportes teóricos, pautados principalmente em Gramsci.

A partir dos pressupostos dessa pesquisa que aponta os estudos da cultura no marxismo situados na Nova Esquerda, verificamos que Thompson é referenciado em apenas 4 artigos- Moljo (2000), Estanque (2001), Oliveira (2004) e Silva (1997); seguidamente, as referências à Williams aparecem em dois artigos- Moljo (2000) e Gohn (2005).

As categorias mais evidenciadas foram respectivamente: hegemonia, ideologia, intelectuais, aparelho hegemônico, senso comum, cultura e experiência. A categoria hegemonia expressa maior incidência e é apresentada através de diferentes enfoques em uma ampla variedade de problemas e questões relativos à realidade contemporânea, abarcando as expressões do Estado, da sociedade civil e da ideologia como conceitos correlatos buscados em sua maioria nos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, como uma disputa de projetos societários e de cultura. No campo conceitual, a hegemonia é compreendida como reforma intelectual e moral, posto que elide à formação de uma nova cultura, “tornando-se a batalha cultural fator decisivo na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas” (NEVES, 2017). Os artigos classificados nesse eixo, apresentam uma leitura mais ampla, uma vez que a categoria hegemonia nos estudos gramscianos tem estreita relação com a cultura, mas ocorre que poucos são os autores que explicitam essa relação direta, inclusive, podemos afirmar, que poucos se propõem a discutir de fato a relação marxismo e cultura. Ainda que não possamos negar a contribuição de um de seus pensadores mais influentes, Gramsci, é preciso dizer que o debate sobre cultura é ainda pouco explorado na profissão, como demonstram a fonte de investigação desta pesquisa. Essa influência não é, evidentemente, um caso isolado na profissão, mas de alcance na sociedade brasileira: “Isso se deu no Brasil com a influência de Gramsci, nos anos 1980, com o processo de redemocratização e, principalmente, com autores que o recuperaram com diferentes e importantes análises (NEVES, 2017, p.34).

No entanto, na conclusão desta pesquisa, podemos afirmar que a aproximação Serviço Social e cultura, por meio de Gramsci também é residualmente explorada ainda. O número incipiente de artigos sobre cultura demonstra os limites dessa reflexão na produção científica. Não é demais sublinhar que 1,4% do somatório de todos os artigos publicados, entre 1994 e 2014, pelos veículos editoriais selecionados (1.234 artigos), abordavam o tema da cultura, sendo que, ainda assim, nem todos amparados nos aportes marxistas da cultura.

O momento da reconceituação da profissão, em sua fase de crítica, no fim dos anos 1970, reaviva o interesse dos intelectuais em debater um novo projeto profissional comprometido com a crítica ao conservadorismo e afirmar o compromisso com a defesa da teoria social crítica. Esse momento, apesar de ser posterior à chegada das obras de Gramsci no Brasil, coincide com o momento de aprofundamento da democracia e da possibilidade de pensar a sociedade como arena de luta de classes e disputa de projetos, quando de fato a obra do sardo ganha difusão no país. O vínculo dos pesquisadores com a obra de Gramsci decorre da provocação ensejada, tendo em vista os fundamentos e as diretrizes desenhadas pela categoria em seus estatutos ético, político e acadêmico. Estudiosos com vínculos estreitos com o Serviço Social se ocupam com a tradução da obra de Gramsci no Brasil e vários outros seguem até hoje aprofundando os referidos aportes teóricos. Na década de 1980, podemos destacar a grande influência de Gramsci nos estudos de Vicente de Paula Faleiros, Marina Maciel, Franci Gomes e Alba Maria Pinho de Carvalho, que inauguraram um debate fecundo no processo de intenção de ruptura à luz de uma tradição marxista-gramsciana. Conforme destaca Simionatto (2011),

Inicialmente esses estudos se debruçavam sob dois aspectos; o primeiro, na análise dos rumos da sociedade brasileira (da sua formação social, da consolidação e ascensão de uma burguesia nacional totalmente desvinculada de um projeto nacional-popular a partir das análises da ditadura militar, etc) e, o segundo; na profissão mesma, com um debate acerca do papel dos intelectuais, a relação teoria-prática, o caráter político da profissão e a conformação de um projeto profissional revolucionário com estreitos vínculos com os movimentos populares (SIMIONATTO, 2011, p.10).

O mundo da cultura é esfera da práxis, é dimensão social que compõe a sociedade e abarca a produção e reprodução da vida. Nesse sentido, para o Serviço Social essa esfera merece ser destacada e apropriada teoricamente a fim de compreender a experiência humana como totalidade, além dos próprios projetos societários em disputa, nos interstícios da ordem social burguesa e seu fôlego para

constituir outro bloco histórico. Dessa forma, segue como um desafio para a categoria profissional, para a afirmação do projeto ético e político profissional, pensar a cultura como *modo de vida e visão de mundo*.

A categoria totalidade social indica a relevância das partes e do todo sob a perspectiva dialética, movimento analítico de apreensão da realidade que permite ver as formas de opressão e resistência, de hegemonia e contra hegemonia, de coerção e consenso. Contudo, é importante dizer que a noção de totalidade na tradição marxista foi sacrificada e substituída pela relação instrumental estrutura-superestrutura, sobretudo pelo lastro deixado pelo estruturalismo (WILLIAMS, 2011). Mas, Williams recupera para o estudo da cultura a necessidade de trabalhar a categoria intenção, ou melhor, de resgatá-la para enfatizar que, embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de práticas, também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistas como diretamente relacionadas a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, ancoradas na experiência de classe. Essa é a grande contribuição dos Estudos Culturais ao recuperarem a complexidade da dinâmica social a partir da ênfase da categoria hegemonia na análise da totalidade; inclusive, jogando luz sobre a permanência e convivência do que Williams chamou de “culturas residuais e emergentes”, possíveis veredas de confrontação da ordem social.

No livro *Cultura e Materialismo*, Williams destaca o significado de *cultura residual* e *emergente*, sinalizando que,

uma cultura residual está geralmente a certa distância da cultura dominante efetiva, mas é preciso reconhecer que, em atividades culturais reais, a cultura residual pode ser incorporada à dominante. Isto porque alguma parte dela – sobretudo se o resíduo é proveniente de alguma área importante do passado – terá que ser em muitos casos, incorporada se a cultura dominante quiser fazer sentido nessas áreas. Também porque, em certos aspectos, uma cultura dominante não pode permitir que muitas dessas práticas e experiências fiquem de fora do seu domínio sem correr certo risco [...] Por cultura ‘emergente’ quero dizer, primeiramente, que novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos, e experiências estão sendo continuamente criados. Com efeito, é significativo em nosso período que o quão cedo essa tentativa de incorporação ocorre, o quão alerta a cultura dominante está hoje em relação a tudo o que pode ser visto como emergente. É um fato importante sobre qualquer sociedade específica o quanto ela é capaz de englobar todo o conjunto de práticas e experiências humanas em sua tentativa de incorporação (WILLIAMS, 2011a, p.56-57).

Avançando mais, vimos que a cultura como política pública não é um tema de interesse dos assistentes sociais, apesar das políticas públicas serem uma área

importante da formação acadêmica do Serviço Social, dentre os 7 artigos que abordam o eixo *cultura como política pública*, 6 estão na Revista de Políticas Públicas e apenas 1 artigo é de autoria de assistente social. Isso reitera os limites da profissão com o tema da cultura, inclusive nas políticas públicas específicas. Como observamos, as apreensões da cultura como política pública, revelam tensões acerca da própria apreensão do termo “política cultural”. Na verdade, fica a indagação: o que entendemos por políticas culturais? Nos artigos mencionados, os autores se referem a esfera da cultura como direito e apontam a necessidade de garantia de participação popular nos espaços produtores de cultura, além da plena participação em projetos específicos, e da possibilidade de acessar de forma democrática as políticas governamentais e os editais de fomento aos programas e projetos de incentivo à cultura, bem como do controle social sobre esse processo. A maioria das críticas aponta para o papel assumido pelo Estado como principal produtor de cultura, garantindo sua hegemonia e instrumentalizando as ações e as políticas culturais.

Além das políticas que visam resguardar os símbolos e práticas culturais como patrimônio imaterial, registramos a incidência do debate de políticas sociais voltadas para as minorias étnicas, sendo que as autoras trabalham na perspectiva de direitos culturais e não de direitos sociais (CRUZ e ROSA, 2014; CANGA e BUZA, 2011). De acordo com Chauí, no Brasil três concepções de política cultural são consolidadas historicamente nos órgãos públicos de cultura: a da cultura oficial produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal (2006).

A primeira coloca o poder público na qualidade de sujeito cultural e, portanto, produtor de cultura, determinando para sociedade formas e conteúdos culturais, definidos pelo grupo dirigente, com objetivo de reforçar sua própria ideologia., legitimando-as através da cultura. Teve seus momentos mais altos durante o Estado Novo e as ditaduras nos anos 1960/1970. Conteúdos como o “verde-amarelismo”, a identidade nacional, o “Brasil Grande”, a valorização indiscriminada do folclore, o oligopólio dos meios de comunicação de massa etc [...] A tradição populista mais forte nos anos 1950 e início dos anos 1960, pretende que o órgão público de cultura tenha um papel pedagógico sobre as massas populares, apropriando-se da cultura popular para depois devolvê-la em sua “verdade-verdadeira” ao povo. O centro dessa operação é a divisão entre cultura de elite (elitista) e cultura popular. A cultura popular pouco a pouco vai ganhando uma aura messiânica e salvífica, conseguindo que o povo se reconheça nas formas e nos conteúdos que lhes são devolvidos pelo Estado [...] finalmente a posição neoliberal, desde meados dos anos 1980, minimiza o papel do Estado no plano da cultura: enfatiza apenas o encargo estatal como patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado e coloca os órgãos públicos de cultura a serviço de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado (CHAUÍ, 2006, p. 67-68).

Com efeito, as políticas públicas seguem atreladas ao projeto hegemônico erigido pelos grupos dirigentes, sob a égide do ideário neoliberal, que exerce o domínio não só das políticas culturais e dos órgãos oficiais públicos como das demais políticas - saúde, educação, assistência social -, camuflando e/ou apagando suas contradições. Os artigos que abordam a figura do Estado como produtor de cultura, transitam entre diferentes parâmetros da teoria social, onde identificamos, além de apreensões a partir das categorias gramscianas uma leitura estruturalista e neo-estruturalista (FERRETI, 2008; SILVA, 2014), onde a relação econômico-social determina em última instância a função cultural. Esse quadro à luz das análises de Gramsci, em especial, sobre a noção de hegemonia poderia trazer à visibilidade a política cultural como processo sujeito a desafios e tensões, propiciando o surgimento de uma contra-hegemonia (outra visão de mundo) “por parte daqueles que resistem à interiorização da cultura dominante, mesmo que essa resistência se manifeste sem uma deliberação prévia, podendo em seguida ser organizada de maneira sistemática para um combate na luta de classes” (Chauí, 2006, p.68). Essa perspectiva nos permitiria alcançar a práxis, ultrapassando a dicotomia abstrata entre estrutura e superestrutura.

Outrossim, vale dizer que mesmo tendo as políticas sociais como principal locus de atuação do Assistente Social, os equipamentos públicos de cultura⁹⁵ não configuram campo de trabalho abrangente para este profissional, nem mesmo as demais esferas culturais, incluindo pontos de cultura e outros programas e projetos. A disputa em torno dessa fatia governamental, tem sido feita por outros profissionais da iniciativa privada e pela chamada indústria cultural e os trabalhadores da cultura, seguem com a função prioritária de “gerenciar” os recursos e definir editais. Vale guardar a ideia de que todas essas experiências se configuram como espaços pedagógicos e produtores de hegemonia e de visão de mundo. Nesse sentido, é que

⁹⁵ É sabido que o Ministério da Cultura foi criado no período de redemocratização do Brasil pelo então Presidente José Sarney (1985). É instinto em 1990 pelo presidente Fernando Collor e torna-se uma pasta vinculada à Presidência da República, voltando ao status ministerial apenas em 1992 com a posse de Itamar Franco. Em 2019, com a posse do atual presidente da República Jair Bolsonaro, nova mudança é feita, unificando por meio de decreto a cultura com a pasta de esporte e desenvolvimento- rebaixado ao status de secretaria, passa a integrar o recém-criado Ministério da Cidadania, como parte da reforma administrativa levada à cabo pelo Ministério da Economia. Atualmente, após nova mudança, funciona como Secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. O Decreto 10.107, de 6 de novembro de 2019, transfere também o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura e a Comissão do Fundo Nacional de Cultura e outras seis secretarias não especificadas. Disponível em: <http://dados.gov.br/ministerio-da-cultura-minc>

reforçamos a fragilidade da produção do Serviço Social sobre a representação cultural das classes subalternas nos amplos espaços em que atua e produz conhecimentos. Isso tem importância porque o *hiato* manifesto em qualquer esfera institucional colabora para a reprodução da cultura e das tradições nacionais e regionais no projeto hegemônico burguês.

Dessa forma, é possível afirmar que esses veículos editoriais que foram fontes de informação desta pesquisa auxiliam-nos a analisar a “ordem do dia” do debate acadêmico do Serviço Social, particularmente, no nosso caso, o debate que envolve a relação da profissão com a cultura, destacando a dinâmica da vida social e suas variadas dimensões. Como os veículos editoriais selecionados pela nossa pesquisa são aqueles classificados como Qualis A1 e Qualis A2, acreditamos que eles possam ser aqui reconhecidos como *aparelhos hegemônicos*, sustentando a direção e o domínio ideológico do debate acadêmico a partir de uma direção estratégica, e, nesse caso, privilegiando alguns temas em detrimento de outros. É por essa condição que foi possível confirmar a hipótese desta pesquisa, sobre as limitações do marxismo repercutido na profissão até hoje, no sentido de fortalecer a tomada da cultura como produção teórica e estratégica na ação junto aos indivíduos das classes subalternas que são usuários dos serviços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate crítico inaugurado pelo movimento de reconceituação da profissão possibilitou o surgimento de uma nova cultura profissional e o amadurecimento teórico e metodológico que impulsionou a criação de um novo projeto ético e político para o Serviço Social brasileiro. A luta pela afirmação do PEP reforçou o compromisso da categoria com a crítica ao conservadorismo, com a defesa da teoria social crítica e com um projeto específico de classe. É no bojo desse cenário que autores do marxismo humanista ganham centralidade, o que coincide com o momento histórico de maior liberdade e aprofundamento da democracia, dinamizando, nessa direção, a produção acadêmica e os debates em torno da centralidade do trabalho, da questão social como objeto de intervenção da profissão e da luta de classes e disputa de projetos. No entanto, a noção de totalidade e outras categorias que consideramos centrais para a compreensão dos fenômenos sociais e do modo de vida foram desprezadas ou substituídas pela relação instrumental estrutura-superestrutura, sobretudo após o legado deixado pelo estruturalismo na profissão.

O Serviço Social manteve um longo período afastado dos postulados científicos e seu amadurecimento tardio culminou na aproximação enviesada com o marxismo, como pudemos identificar. Esse saldo revela a prevalência de muitos “marxismos” no debate acadêmico e confirma ainda mais a necessidade já apontada nessa investigação de recompor o projeto intelectual na profissão na direção do aprofundamento teórico consistente, a fim de realçar e aprofundar alguns aspectos já prevalentes nas investigações na área, como também, construir outros como estratégias de manter vivo o compromisso com o motor da história e com a luta de classes.

Dessa forma as apreensões dessa investigação confirmam, através da análise dos periódicos analisados, a nossa hipótese de que aproximação Serviço Social com o debate de cultura é residualmente explorado em termos de apreensão teórica e metodológica mais crítica. Mesmo os artigos amparados no complexo categorial gramsciano não revelam os aportes marxistas da cultura.

É importante sublinhar que o marxismo, apesar de ser uma prática política original, conforme considera Gramsci, precisou combater os resíduos do mundo capitalista, especialmente no terreno religioso, e, ao mesmo tempo, combater as

ideologias modernas mais refinadas do pensamento filosófico. Dessa maneira, já emerge travando “duas batalhas”: uma contra o atraso popular, aos resíduos do mundo pré-capitalista na cultura e outra contra as formas mais avançadas e refinadas do pensamento moderno que já existiam nessa época. Nesse lastro, o marxismo não conseguiu se manter como cultura hegemônica, muito embora, tenha se construído como a mais alta superação da manifestação cultural do seu tempo. Nessa trajetória, a luta política para a consolidação do marxismo impôs um cenário onde podemos observar diversas tentativas de alinhamento com outras correntes do pensamento para ganhar espaço no meio popular. Na América latina, a teologia da libertação pode ser considerada um exemplo, cujo objetivo foi o desenvolvimento de forças progressistas para a difusão de suas principais ideias no movimento de massas. Contudo, concordamos com BORON (2006), que o marxismo é uma tradição viva e latente, “reanima seu fogo na incessante dialética entre o passado e o presente” (2006, p.36).

Podemos afirmar que as maiores críticas direcionadas ao marxismo enquanto ponto de partida para compreender as contradições da sociedade burguesa, remonta à sua “incapacidade” de acompanhar a história da sociedade, tornando-se assim, obsoleto. Tal ironia não poderia ser maior, uma vez que Marx teorizou exaustivamente sobre a história e sobre o tempo, sobre a importância da construção dessa dinâmica, não como fato social isolado, mas como parte de um movimento complexo e contraditório, onde a história ocupa lugar central. Desta forma, reafirmar a centralidade dessa tradição não só é fundamental para a manutenção de uma crítica coerente, mas também para a certeza de que sem ela, “não haverá reconstrução possível da ciência social” (BORON, 2006, p.35).

Não obstante, como vimos sustentando nessa reflexão, a renovação das ideias de Marx se dá com a interação (e não com a homogeneização) da contribuição dos pensadores marxistas que, ao longo dessa trajetória, especialmente do século XX, contribuíram para sua complexificação e reconhecimento no âmbito das humanidades.

O ponto que não deixa dúvidas e que parece termos avançado é sobre a obsolescência da pretensão do “marxismo soviético”, de sistematizar em manuais (“antimarxistas” e “antileninistas” por excelência) as resposta que o marxismo supostamente oferecia à totalidade dos desafios teóricos e práticos do mundo atual e que se desvaneceu, com a desintegração da União Soviética (BORON, 2006, p.36).

O desaparecimento da União Soviética e dos países do socialismo real não implicou o fim do marxismo. Sob o efeito desse desaparecimento, manteve-se uma pesquisa livre e plural. Marx continuou sendo objeto de investigação e de temáticas de renovação. Mais que o fim do marxismo, assistimos a um renascimento disperso de vários marxismos. Este ressurgimento deve-se a própria dinâmica do capitalismo mundial e à emergência de novas contradições.

O testemunho desse renascimento é construído por importantes trabalhos de uma série de teóricos e pesquisadores que continuaram reafirmando a vitalidade do pensamento de Marx. Aqui poderíamos situar Gramsci com sua teoria política, György Lukács, Ernest Mandel, Karel Kosik, Domenico Losurdo, Ellen Wood e outros, incluindo os autores referências para os estudos culturais, centrais para esta pesquisa. Sobre os Estudos Culturais, podemos destacar sua fase mais importante, onde as propostas dos principais teóricos seguem uma orientação totalizante, que vincula a cultura com as classes sociais, onde o mais importante é a preocupação em focar conceitos não como codificações fechadas, mas como movimentos históricos, que levam às vezes a formulações conflitantes, em torno do problema central da teoria marxista da cultura: os modos de sua determinação social e econômica. Portanto, para esses pensadores, a sociedade é constituída e constituinte da cultura. Então, o que se busca é “definir a unidade qualitativa do processo sócio-histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo” (WILLIAMS, 1979, p. 146-148).

É no lastro dessa “crise” e desintegração de um certo tipo de marxismo, associado à prática teórica e política dos partidos comunistas da União Soviética Stalinista que surgem os Estudos culturais. Os teóricos, muitos deles dissidentes dos partidos Comunistas, são entusiastas da tentativa de recompor a ideia de cultura nos estudos contemporâneos, assim como de transformá-la em um campo específico de saber. Tratou-se então de tomar a teoria e a análise da cultura como um modo de luta. Essa era a agenda dos estudos culturais, a codificação disciplinar desse novo modo de pensar uma prática de política cultural. Essa política cultural engendrava uma teoria e pressupunha uma prática diferente. O interesse sobre como funcionava a cultura, tão característica do ambiente cultural de onde vêm os estudos culturais, tem uma base objetiva na nova organização social, que, entre outras coisas, permite falar em “consciência das massas”.

A teoria marxista da cultura, nesse sentido, refuta a redução do marxismo a um programa de pesquisa, uma vez que quando apreendido sob essa ótica, significa torná-lo gratuitamente pequeno e sem fundamento, dado que como teoria científica e como “guia para ação” é muito mais do que uma simples agenda de pesquisa. Concordamos com BORON (2006), quando afirma que

as debilidades de uma teoria não se resolvem com a acumulação de dados empíricos nem com a cuidadosa compilação de resultados de pesquisas. As falhas da teoria só se resolvem concebendo novas teorias, de diferentes níveis de complexidade e extensão, e propondo novos argumentos que enfocam, a partir de outra perspectiva, a realidade que se pretende explicar e, eventualmente, transformar. Devemos, por essa razão propiciar uma renovação teórica porque as falências dos modelos tradicionais para explicar a prolongada e profunda crise pela qual atravessa a região não se originam na debilidade de sua base empírica senão nas falgas de suas premissas teóricas fundamentais (BORON, 2006, p.37).

A tradição marxista vem se reinventando para captar o movimento histórico da sociedade contemporânea, esse movimento requer um esforço metodológico que seja capaz de minimamente, acompanhar o complexo campo de forças que incide sobre a organização das classes em torno da contradição capital e trabalho, dos novos mecanismos de extração da mais-valia - na realidade, na forma e no conteúdo, com todas as expressões remanescentes, e, também com suas novas expressões. Contudo, é preciso enfatizar, que as novas formas de exploração inauguradas pelo projeto hegemônico, nessa última fase do capitalismo monopolista, ainda permanecem sob as mesmas bases (poderíamos dizer o mesmo sobre as novas expressões da questão social, que correspondem a essa mesma lógica), a de exploração da força de trabalho, fundadas na contradição entre capital e trabalho, não mais no chão de fábrica, tampouco em espaços de trabalho convencionais bem definidos, seja ele doméstico ou não. O que Marx identifica no *O Capital*, permanece vivo e latente, as bases sociais para exploração do trabalho e extração da mais-valia permanecem as mesmas na atual fase capitalismo, por isso a pós-modernidade seria uma falácia, mas não a ideologia pós-moderna. Como destaca Jameson no livro *pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo*,

as teorias do pós-moderno tem uma grande semelhança com todas aquelas generalizações sociológicas mais ambiciosas que, mais ou menos na mesma época, nos trazem as novidades à respeito da chegada e inauguração de um tipo de sociedade totalmente novo, cujo nome mais famoso é “sociedade pós-industrial” (Daniel Bell), mas que também é conhecida como sociedade de consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high tech* e similares. Tais teorias têm a óbvia missão ideológica de demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedecem as leis do capitalismo clássico, a saber, o

primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes (JAMESON, 2007, p.69).

Observamos com a contribuição de Jameson (2007) que a sociedade contemporânea não inaugura um novo momento histórico, ela apenas corresponde a mais um estágio do velho sistema capitalista, que possui sua expressão cultural no chamado pós-modernismo. “O pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 2007, p. 16).

No campo simbólico, o impacto ideológico dessa dominante, reflete um sistema de fragmentação, o percurso de volta das classes sociais ao indivíduo. Na cultura, a retórica pós-moderna encontra terreno fértil, principalmente quando impulsiona uma guinada para o debate do indivíduo, para a ênfase nas subjetividades desconectadas, fragmentadas, revelando dessa maneira, uma complexa gama de categorias que inclui parâmetros de análise abstratos a partir de um duplo movimento: a diluição total das particularidades em torno da ideia difusa de *globalização* e homogeneização de características de um grupo; e, por lado, com o discurso das diferenças, ganhando centralidade a perspectiva individualizante do chamado “identitarismo”.

Essa perspectiva revela aspectos do passado, de retorno ao que já viemos abordando sobre debate que escamoteia as estruturas sob as quais se ergue o capitalismo, dispensando uma análise econômica, assim como sua combinação com o fim da história e das grandes narrativas, a partir da falência do socialismo real, como já destacado. A racionalização de vários âmbitos da vida social impulsionada pelo compressão espaço-tempo, conforme considera David Harvey, impulsiona uma estratégia que revela seu a-historicismo fundamental, uma vez que as crises estruturais do capitalismo desde aquele momento "dourado" parecem ter passado à sua margem, ou, pelo menos, parecem não ter deixado neles nenhuma impressão teórica significativa. Podemos acrescentar à colocação de Harvey que falar do presente, como muitos hoje falam, como sendo a “era da incerteza”, indica menos uma compressão filosófico-científica da realidade natural e cultural e mais a aceitação da destruição econômico-social de todos os referenciais de espaço e de tempo cujo sentido se encontrava não só na percepção cotidiana, mas também nos trabalhos da geografia, da história, da antropologia e das artes. (CHAUÍ, 2004).

Da mesma forma, Wood destaca que esse paradoxo notável de negação da história se baseia numa espécie de pessimismo político,

uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis de análise causal, não podemos chegar às raízes dos muitos poderes que nos oprimem; e certamente não podemos aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo de contestação geral do capitalismo, do tipo em que os socialistas costumavam acreditar. O máximo que podemos esperar é um conjunto de resistências particulares e separadas. Por outro lado, esse pessimismo político parece ter suas origens numa visão bastante otimista da prosperidade e das possibilidades capitalistas. Os pós-modernos de hoje (sobreviventes típicos da "geração dos 60" e de seus alunos) parecem ter uma visão do mundo ainda calcada na "Era de Ouro" do capitalismo, cujo traço dominante é o "consumismo", a multiplicidade de padrões de consumo e a proliferação de "estilos de vida" (WOOD, 1999,p.16).

As duas faces da ambígua história do século XX - tanto seus horrores como suas maravilhas - desempenharam indubitavelmente uma parte na formação da consciência pós-moderna, e não podemos deixar de sublinhar que os rebatimentos para a afirmação de uma teoria da cultura comprometida com o referencial de classe foram frontalmente ameaçados, e, certamente não passaram sem arranhões.

Esta novidade não poderia deixar de se realizar como "crise cultural" que, na opinião de Williams, era "o aspecto mais específico" do capitalismo tardio. Justamente por isso, o desenvolvimento desta esquerda seria um processo aberto no qual muitas mudanças culturais seriam necessárias para que se mantivesse ativo. Na contramão do ecletismo teórico do tipo "*catch all*", bem como da teoria social como substituição da análise histórica, a teoria cultural deveria emergir a partir da ideia de unidade entre "relações dinâmicas" e "situações históricas" (WILLIAMS, 2011). A ênfase de Williams recaí fortemente sobre a noção de historicismo, da noção de especificidade – que em sua opinião era negada tanto pelo estruturalismo atusseriano como pelo pós-estruturalismo emergente. Como vimos, cultura não é mais um reflexo passivo da base material e nem uma formação coerente e fechada como a ideologia, mas um campo de tensão onde se trava a luta pela hegemonia. Gramsci não autonomiza a superestrutura e muito menos interpreta a cultura como um obstáculo intransponível entre os homens, um empecilho impedindo a unificação.

As análises que vimos revelando no decorrer da tese, reforçam a nossa hipótese sobre o impacto das formas de apreensão do marxismo, ou melhor, das mais variadas expressões do marxismo vulgar no âmbito do Serviço Social, estreitando a compreensão do debate de cultura inaugurada pelos teóricos da nova esquerda. O Serviço Social avançou no debate político sobre o lugar social da profissão no capitalismo e, historicamente, sobre a luta social dos trabalhadores que encontram na cultura a possibilidade de mudança de ordem com a formação do sujeito

revolucionário, no entanto, pouco teorizou sobre a ênfase dessa dimensão como referencial analítico.

O material analisado revela essa fragilidade, apontando para diferentes perspectivas de apreensão da cultura. A baixa incidência de artigos que dialogam com a temática, de certa forma, estão vinculadas com a cultura profissional construída ao longo desses mais de 40 anos de renovação crítica da profissão. O movimento de reconceituação afirma a conquista da maturidade intelectual da categoria e inaugura uma nova fase teórica e política da cultura profissional, contudo não foi capaz de apropriar-se da teoria marxista da cultura. O Projeto ético-político e os veículos editoriais, como aparelhos hegemônicos que garantem a direção político-ideológica da profissão, reforçam de certa maneira o compromisso com a teoria crítica, no entanto, no que se refere ao domínio da cultura sob essas mesmas bases, não podemos dizer o mesmo. Alguns aspectos precisam ser considerados como apontamentos necessários e também como desafios propostos:

- Poucas análises abordam a dimensão pedagógica do Serviço Social. Para isso, consideramos que pesquisas ancoradas na ideia de cultura como reveladoras do modo de vida e dos rebatimentos do projeto hegemônico e de seus aparatos organizativos (materiais e simbólicos) é fundamental;

- as análises do material da pesquisas revelam alguns avanços no debate acadêmico, no que se refere a apropriação de clássicos do pensamentos social crítico. Gramsci, segue como um autor relevante, no entanto, os aportes marxistas da cultura não ganharam expressividade;

- os programas de pós-graduação na atual conjuntura são atravessados por demandas do chamado “mercado editorial”, correspondendo a uma perspectiva modernizante e liberalizante que conforma a política de educação. Como resultado desse processo, temos a perda de autonomia das IES, e dos programas especificamente, para organização dos temas dos periódicos, assim como para a sua inclusão no padrão “de alto nível” organizado pelas instituições de fomento. O foco na inovação científica e tecnológica dificulta a definição do que seria esse direcionamento para as ciências sociais e ciências sociais aplicadas. No caso do Serviço Social, apesar do crescimento dos cursos e do alcance da produção acadêmica, não podemos negar que isso se impõe como um entrave;

- o debate sobre história e metodologia, não pode ser abandonado, ao contrário, o movimento de reconceituação, que não está acabado, nos deixa um legado importante sobre a superação de teorias conservadoras e o impacto na profissão. A função que nos cabe é impulsionar “o ato científico como um ato de imaginação criadora” (IAMAMOTO, 2007). Dizemos isso para destacar a relevância e a necessidade de reafirmar o compromisso com o método crítico-dialético, já que um amplo acervo de categorias e “pautas” podem revelar o retorno à uma atuação pragmática e conservadora, impulsionando o debate para campo da *pequena política*⁹⁶, das particularidades;

- o debate sobre a formação profissional tem como objetivo assegurar a formação de um perfil crítico e comprometido com o projeto ético-político da categoria, considerando o debate plural e a inclusão de pautas comprometidas com a construção de uma nova ordem societária. Nesse sentido, é fundamental que temas como a cultura sejam pautas de congresso, de disciplinas (como orientado pelas diretrizes curriculares), de grupos de trabalho (construído pelas entidades representativas), de projetos de pesquisa e extensão no âmbito da categoria;

- a forma de construção do conhecimento no interior das IES revela que o problema da cultura ainda está colocado entre os intelectuais. Não se trata mais de produzir conhecimento somente a partir das experiências das classes subalternas, tomando-as como sujeitos do processo investigativo. Há de se avançar para o alargamento e democratização dos espaços de produção de conhecimento a fim de que essas frações de classe possam se constituir como intelectuais orgânicos e ocupar esses espaços. Aqui se apresenta o verdadeiro significado da práxis;

- o debate sobre a pós-modernidade, mesmo não tendo ganhado centralidade nessa investigação, revela muitas proximidades com o debate do chamado “culturalismo” (muito comum no debate atual), por isso deve receber trato cuidadoso, a fim de separar “o joio do trigo”, inclusive, possibilitando identificar que o debate marxista comprometido com o projeto de emancipação das classes subalternas reconhece as subjetividades e o sujeito revolucionário em suas mais diversas

⁹⁶ Gramsci destaca em sua análise sobre Maquiavel e Estado que “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A política menor ou pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em virtude de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredores, de intrigas)” (GRAMSCI, 1984, p.159).

expressões, em seus diferentes aspectos identitários. O que deve ser salientado é a heterogeneidade das classes subalternas e as diversas formas de opressão que incidem sobre elas. Faz-se necessário que os diferentes momentos de luta pela emancipação humana não fiquem estagnados na afirmação de pautas difusas e consiga transcendê-las, alcançando a crítica às estruturas da sociedade, concretizando o Gramsci chamou de identidade *nacional-popular*, ou no que considerou Thompson sobre a categoria *experiência de classe*.

É primordial compreendermos a necessidade social da profissão e sua função na reprodução social da vida, na reprodução espiritual. Tal desafio está posto e envolve também uma análise cuidadosa e crítica da cultura e dos modos de vida das classes fundamentais. Como profissão interventiva, é urgente para o Serviço Social debruçar-se sobre essa dimensão a fim de contribuir com as diversas formas de mobilização social, mantendo alianças com segmentos organizados das classes subalternas e somando-se às lutas sociais pautadas em projetos emancipatórios. Concordamos com Neves na afirmação de que

a dimensão ético-política revela a importância de fortalecer interesses públicos coletivos e universais em detrimento de interesses individuais, o que fortalece o projeto profissional crítico do Serviço Social no século 21. As práticas democráticas devem dar a direção nas ações profissionais ao socializarem a informação, democratizando o acesso aos direitos na ruptura com o moralismo da ação, com as concepções ortodoxas e mecanicistas, principalmente para a construção de uma nova imagem ao Serviço Social. Para ser crítico é preciso inovar na ação, criar, propor alternativas mediadas por respostas concretas à realidade brasileira, ou corremos o risco de cair na doutrinação ao invés de promover emancipação e crítica à sociedade. (NEVES, 2017, p.35).

Assim, reconhecer os limites que nos impõem esse modo de produção, não significa tomá-los como intransponíveis, ao contrário, significa encarar os “novos desafios” pela ótica da contradição, amparada no conhecimento científico comprometido e coerente com o projeto de classe que nos é tão caro. Dessa forma, podemos afirmar que trabalhar na chave da cultura- como categoria teórica estreitamente vinculada ao modo vida e de reprodução das classes - supõe compreendê-la, conforme já reiteramos, como *o próprio fazer-se dos sujeitos na vida social*.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/ Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, 1996. Disponível em:<www.abepss.org.br>. Acesso em: 11/03/2017.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, M. M. T. *Cultura e Serviço Social no Brasil (1960-1968)*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

ALMEIDA, N.L.T. *Magistério, direção e supervisão acadêmica*. Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, A. S. do. *A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social*. *Rev. Katál. Florianópolis*, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200009> Acesso em: 20/05/2017.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

AQUINO, I. G. C., et al. O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS. *Revista Em Pauta*. UERJ. N. 40, V.15, 2º Semestre de 2017 - ISSN: 2238-3786.

Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/issue/view/1640>> Acesso em: 20/04/2018.

Arquivo Marxista – Dicionário Político. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>> Acesso em: 11/04/2017.

Banco de teses CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Acervo virtual de trabalhos acadêmicos. Disponível em:

<<http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/3>> Acesso em 12/04/2018.

BARATTA, Giorgio. Antonio Gramsci entre a Itália e o Brasil. In: TEIXEIRA, A.; COUTINHO, C. N. Orgs. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEHRING, E.R. ; SANTOS, S.M. Questão social e direitos. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*: Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BORON, A.A. Aula inaugural: Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, A.A; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (Orgs). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. 1. ed. CLACSO, 2006. p. 33-49.

BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (Orgs). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CANCLINI, N.G. *As culturas populares no Capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Site Oficial. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>> Acesso em 12/04/2018.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América latina*. Trad de José Paulo Netto e Balkys Vilalobos. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARDOSO, Franci, G. Aportes da teoria social de Marx e da tradição marxista para pensar o serviço social em sua configuração totalizante no Brasil contemporâneo. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA: 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/perspectivas-do-pensamento-critico-no-servico-social-na-america-latina.pdf>>. Acesso em: 15/10/2018.

CARDOSO, I. C. C; melo, A. I. S. C. de e DOURADO, E. O. Entrevista: Maria Helena Tenório de Almeida. Revista Em Pauta. UERJ. N.33, V.12, 1º Semestre de 2014 – ISSN: 2238-3786. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/13033/10152>> Acesso em: 03/08/2017.

CARPEAUX, O. M. A vida de Gramsci. Revista Civilização Brasileira, maio/1966.

Disponível em:

<http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/113973/11223/A_influencia_de_Gramsci_no_Servico_Social_brasileiro.pdf> Acesso em: 16/09/2017.

CARVALHO, D.B.B. ; SILVA M.O. (Orgs). *Serviço Social, Pós-Graduação e Produção De Conhecimento No Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CARVALHO, D.B.B. ; Silva M.O. A pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço Social brasileiro. *Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)*, Brasília, v,4, n.8, p.192-216, 2007.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CHAUÍ, M. *A universidade pública sob nova perspectiva*. In: Conferência de abertura da 26ª Reunião anual da ANPEd. Poços de Caldas, MG: ANPEd, 5 de Outubro de 2003.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural e o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, C.N. *O conceito de política nos Cadernos do Cárcere*. In: COUTINHO, C.N. ; TEIXEIRA, A. (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Revolução passiva ou contra-reforma? (A época Neoliberal)*. Especial Gramsci e o Brasil. Outubro de 2007. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>> Acesso em: 11/03/2019.

_____. A presença de Gramsci no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2009.

_____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. (Org). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas*. 4. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

_____. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4.ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011b.

_____. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra reforma? Revista Novos Rumos*, v. 49, n. 1, 2012.

DEDDECA, Edgar S. *E.P. Thompson: um personagem dissidente e libertário*. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, 1995.

EAGLETON, T. *A ideia de Cultura*. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

EDITORIAL. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 1, p. 3, 1979.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social. *Revista Em Pauta*. UERJ. N. 40, V.15, 2º Semestre de 2017 - ISSN: 2238-3786. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/issue/view/1640>> Acesso em: 20/09/2017.

FERNANDES, F. *A revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Celso. *Gramsci, a cultura e as políticas identitárias*. 2020. Disponível no *Disponível em*: < <https://aterraeredonda.com.br/gramsci-a-cultura-e-as-politicas-identitarias/>> Acesso em 21/08/2021.

FRIGERI, Monica. *SciELO: Quinze anos de parceria com os periódicos científicos*. *Revista Ciência e cultura*. Vol.66, n.1, São Paulo: 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000100006> Acesso em: 09/09/2019.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção perspectivas do Homem; v.48).

GRAMSCI, A. *La Revolución contra el Capital IN: Revolución rusa y Unión Soviética*, Ediciones R. Torres, Barcelona, 1976, págs. 21-26. (Tradução para o português da Galiza: José André Lôpez González. Junho, 2007). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>> Acesso em: 16/09/2017.

_____. *Concepção dialética da história*. Tradução Carlos Nelson Coutinho 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. (Original: Materialismo Storico e la Filosofia de Benedetto Croce, Giulio Einaudio Editore, 1955).

_____. Americanismo e Fordismo. In: *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1984.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 5. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1984a.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 1: introdução ao estudo da filosofia*. A filosofia de Benedetto Croce. 8. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 4*. (Tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 5*. (Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Escritos políticos 1910-1926*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 2004.

GUERRA, Yolanda D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 125-158, 2011.

GUERRA, Y. D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>> Acesso em 25/09/2017.

HOBBSAWM, E. *História do marxismo V. O marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro: o Austromarxismo*. (Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio N. Henriques e Amélia Ros Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. SP: Companhia das letras. 2014.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IAMAMOTO, M.V e CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 13ª ed. SP: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. SP: Cortez, 2007.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social- Ensaios críticos*. 10ª ed. SP: Cortez, 2008.

_____. *O Serviço Social na cena contemporânea*. Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. *A trajetória de José Xavier Cortez e o Serviço Social no Brasil*. *Serv. Soc. Soc.* n.136, São Paulo Sept./Dec. 2019. ISSN 2317-6318 Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282019000300578&script=sci_arttext> Acesso em: 11/08/2020.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2019.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.

KONDER, Leandro. *O Marxismo na batalha das ideias*. RJ: Nova Fronteira, 1984.

- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2009a.
- KOIKE, Maria Marieta. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 201-226, 2009.
- LARA, Ricardo. *Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica*. Pesquisa em Serviço Social. Katálysis, Florianópolis, V.10, N. Especial, 2007.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LIGUORI, G. *Estado e Sociedade Civil: entender Gramsci para entender a realidade*. In: Coutinho, C, N. e TEIXEIRA, A. de P. (orgs). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 15-45, 2003.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário do Pensamento Gramsciano*. 1ª Ed. SP: Boitempo, 2017.
- LIMA, Kátia. *Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século*. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 1-26, 2013.
- LOPES, J.B. *50 anos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo*. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. ISSN 2178-2865. Disponível em:
< <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p237-252>> Acesso em: 03/02/2017.
- LÖWY, M. e Nair, S. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. Brant, W. N. C. (Trad.). Coleção Marxismo e Literatura, 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2009.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.

MACCIOCCI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.183, 1977.

MARRO, K.I. Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonía en el proyecto ético-político del Trabajo del Trabajo Social. Revista KATÁLYSIS v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 209-216. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802006000200008&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso em 25/07/2020.

MARTINELLI, M.L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 3ª Ed. SP: Cortez, 1993.

MARX, K. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. SP: Moraes, 1987.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. SP: Expressão Popular, [1989], 2008.

MARX, K. e ENGELS, F. *Carta de F. Engels a J. Bloch, 21-22 de setembro de 1890*. In: Obras escolhidas em três volumes: Ed. Cit., Vol. 3, p.284-285, 1963.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. 5ª Ed. (Trad. BRUNI, J.C. e NOGUEIRA, M. A). SP: HUCITEC, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARTINS, A. M. S. e NEVES, L.M.W. *Materialismo histórico, cultura e educação: gramsci, thompson e williams*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 51, p. 341-359, jun. 2013 – ISSN: 1676-258 341. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640281>> Acesso em 15/05/2018.

_____. *Cultura, educação, dominação: Gramsci, Thompson, Williams*. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 55, p. 73-93, mar. 2014 – ISSN: 1676-2584. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640462>> Acesso em 20/09/2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual*. In Revista Em Pauta- teoria social e realidade contemporânea, n. 20, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

_____. *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

_____. *O marxismo inglês da 'Nova Esquerda' e o debate materialista sobre cultura e alienação*, 2012. Disponível em:<
<http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/o-marxismo-ingles-da-nova-esquerda-e-o-debate-materialista-sobre-cultura-e-al>> Acesso em: 11/03/2017.

MAUÉS, Olgaíses. *A educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização?* Revista Universidade e Sociedade. ANDES: Brasília, ano XV, n. 37, p. 81-92, 2006.

MOTA, A.E. *Expropriações contemporâneas: Hipóteses e reflexões*. In: BOSCHETTI, I. (org). *Expropriações e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *A cultura política comunista*. In: MOTTA, Rodrigo P. Sá. Et all (orgs). *Comunista Brasileiros: cultura política e produção cultural*. BH: Ed. UFMG, 2013.

MOURRE, Michel. *Dicionário de História Universal*, vol.II, ASA, Porto,1998, p.694. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>> Acesso em: 11/07/2020.

MUSSI, Daniela Xavier Haj; BIANCHI, Alvaro. Antonio Gramsci, a Cultura Socialista e a Revolução Russa. *Lua Nova* [online]. 2017, n.102, pp.267-298. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/0102-267298/102>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000300267&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 02/09/2019.

NETTO, J. P. *Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social*. In: *A metodologia do Serviço Social*. Cadernos ABESS nº3. SP: Ed. Cortez, 1989.

_____. *“Crise do socialismo”, teoria marxista e alternativa comunista*. In: *Serviço Social e Sociedade* nº37. ANO XII. Ed. Cortez, DEZ, 1991.

_____. *Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. In: Serviço Social & Sociedade Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999a.

_____. *XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais*. Salvador/Bahia, agosto de 2008. (Conferência de abertura).

_____. *Introdução ao método da teoria social*. Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. *A pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. Editora Cortez: SP, 2012.

NEVES, A. V. *Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21*. Revista. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, jan./abr. 2017.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802017.00100004/33850>> Acesso em 20/10/2019.

NEVES, L.M.W e SANT'ANNA, R. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a nova pedagogia da hegemonia*. In: A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. NEVES, L.M.W (org.). Ed Xamã: SP, 2005.

PINASSI, Maria Orlanda. *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Boitempo/Unesp, 2002.

PONTE, Victor M.D. *Estruturas e sujeitos na América Latina*. In: LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. SP: Cortez, 1991.

RAICHELLES, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serv. Soc. Soc.* n.116 São

Paulo: out./dez. 2013. ISSN 0101-6628. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400003>> Acesso em 20/10/2019.

Relatório GTPS sobre os Fundamentos do Serviço Social. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/gtps/tema-3/>>. Acesso em: 20/08/2019.

Relatório Final do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS, Setembro/2019.

Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/48EncontroNacionalCfessCress-RelatorioFinal.pdf>> Acesso em: 20/11/2019.

Relatório Síntese ENADE 2018- área: Serviço Social. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Servico_Social.pdf> Acesso em: 20/08/2019.

REIS, Daniel Arão e RIDENTI, Marcelo (orgs). *História do marxismo no Brasil*.

Volumes I à VI. São Paulo: Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Rafaela. *Feira de São Cristóvão: uma incursão sobre os estudos na área e a tentativa de aproximação à relação global-local*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SEMERARO, Giovanni. *Tornar-se “dirigente”: o projeto de Gramsci no mundo globalizado*. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A.P. (ORG.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*.

Aparecida. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. SP: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, I. *Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social*. In: *Revista Serv. Soc. Soc.*, n. 117, p. 7-21. São Paulo, n. 117, jan./mar. 2014.

SETUBAL, A. A. *Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional*. In: *Rev. Katál.* p. 64-72 2007, v. 10, n. esp, Florianópolis, 2007.

SILVA e SILVA, M. O. *O Serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 2ª Ed. SP: Cortez, 2002.

SILVA e SILVA, Maria O. *Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil*. *Serviço Social & Sociedade*, p. 599-649. São Paulo n. 100, 2009.

SIMIONATTO, *A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro*. *Revista Trilhas*, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, jul, 2001. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/113973/11223/A_influencia_de_Gramsci_no_Servico_Social_brasileiro.pdf> Acesso em 20/10/2019.

SIMIONATTO, Marxismo Gramscianos e Serviço Social: intervenções mais que necessárias. *Revista Em Pauta*, RJ, V.9, N.27, p.17-33, jul., 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2496>> Acesso em 20/10/2019.

TAVARES, H.M. Raymond Williams: Pensador da cultura. *Revista Ágora*, Vitória, n.8, 2008, p.1-27. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1927/1439> Acesso em 12/05/2019.

THOMPSON, E.P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica a obra de Althusser*. RJ: ZAHAR EDITORES, 1981. (Tradução de Waltensir Outra)

THOMPSON, E.P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Negro, A.L. e Silva, S. (orgs); Campinas: Unicamp, 2001, p. 269-281.

THOMPSON, E.P. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. V.1.(5ªEd).

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TIRIBA, L. Por que Thompson? DOSSIÊ - Trabalho, história e experiência de classe: Thompson 50 anos depois. *Revista Trabalho Necessário*, ISSN: 1808-799x, Ano 12, número 18 – 2014. Disponível em:

<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/index.php/artigos>> Acesso em: 10/04/2017

- VASQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 2ªed. CLACSO. SP: Expressão Popular, 2011.
- VIANA, N. Marxismo e Cultura. *Revista Práxis Comunal*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 13-31 jan./dez. 2018. Disponível em:
<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/issue/view/653>> Acesso em: 10/04/2017.
- WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naif, 2012.
- WHITE, Leslie. *O Conceito de Sistemas Culturais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, R. *Cultura*. SP: Ed. Paz e Terra, 1992.
- WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo, Ed Unesp, 2011a.
- WOOD, E.M. *O que é a agenda "pós-moderna"?* In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. p. 7-22. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- WOOD, E.M. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2010.